

Maria do Carmo Freitas
Veruska Prado Alexandre-Weiss
Sheila Monteiro Brito
Organizadoras



EXTENSÃO E PESQUISA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL



**EXTENSÃO E PESQUISA
EM ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR NO BRASIL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria do Carmo Freitas
Veruska Prado Alexandre-Weiss
Sheila Monteiro Brito
Organizadoras

EXTENSÃO E PESQUISA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Salvador
Edufba
2022

2022, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação gráfica
Edson Sales

Ilustrações da capa
Aline Terranova

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Revisão
Aline Silva Santos

Capa e projeto gráfico
Rodrigo Oyarzabal Schlabit

Normalização
Maira de Souza Lima

Sistema de Bibliotecas - UFBA

E96 Extensão e pesquisa em alimentação escolar no Brasil / Maria do Carmo Freitas, Veruska Prado Alexandre-Weiss, Sheila Monteiro Brito, Organizadoras. - Salvador: EDUFBA, 2022. 305 p. :il.

ISBN: 978-65-5630-342-0

1. Estudantes - Nutrição - Pesquisa. 2. Merenda escolar. 3. Direito a alimentação. 4. Agricultura familiar. 5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 6. Extensão universitária. I. Freitas, Maria do Carmo. II. Alexandre-Weiss, Veruska Prado. III. Brito, Sheila Monteiro.

CDU: 37:613.2

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus de Ondina
40170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

SUMÁRIO

11 **PREFÁCIO**

LILIAN SANTOS

15 **APRESENTAÇÃO**

MARIA DO CARMO FREITAS; VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS;
SHEILA MONTEIRO BRITO.

EIXO I – PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR

21 **CAPÍTULO 1**

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE: A EXPERIÊNCIA DO CECANE DE SANTA CATARINA

PATRÍCIA MARIA DE OLIVEIRA MACHADO; GABRIELE ROCKENBACH;
PRISCILA PORRUA; ANELISE REGINA ROYER PINTO; FRANCISCO DE ASSIS GUEDES DE VASCONCELOS; JANAINA DAS NEVES.

35 **CAPÍTULO 2**

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE MUNICÍPIOS DO MARAJÓ

BIANCA DA CONCEIÇÃO CABRAL; CLEICE DA LUZ VIDAL; PAULA VALENTE LEÃO; AMANDA KELLY DE BARROS BRITO; IVANIRA AMARAL DIAS; ANDRÉA DAS GRAÇAS FERREIRA FRAZÃO.

45 **CAPÍTULO 3**

ATUAÇÃO DO CECANE NA QUALIFICAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VIVIANY MOURA CHAVES; LIANA GALVÃO BACURAU PINHEIRO;
RENATA ALEXANDRA MOREIRA DAS NEVES; SANKYA SILVA SARAIVA.

50 **CAPÍTULO 4**

**EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO CECANE/UFRB: DESAFIOS
E POTENCIALIDADES PARA A OFERTA DE PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NA BAHIA**

JASILAINÉ ANDRADE PASSOS; VANESSA DE SOUZA RODRIGUES
MATOS; NEIDIANE PEREIRA DOS SANTOS; CAMILA DOS SANTOS
RODRIGUES; MICHELI DANTAS SOARES; SHEILA MONTEIRO BRITO.

73 **CAPÍTULO 5**

**OFICINAS REGIONAIS DE APOIO AOS MUNICÍPIOS NA AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NO PIAUÍ**

MARIZE MELO DOS SANTOS; AMÁLIA DE JESUS MOURA SINIMBU;
ELAINE CARVALHO DE MORAIS; ELIZABETE MACIEL DE SOUSA
CARDOSO; IVONETE MOURA CAMPELO; JÉSSICA DANIELE LUSTOSA
DA SILVA; CECÍLIA MARIA RESENDE GONÇALVES DE CARVALHO.

EIXO II – EXPERIÊNCIAS EM FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

80 **CAPÍTULO 6**

**CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA, SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL EM ESCOLAS NO
RIO DE JANEIRO**

THAIS SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA; GIANE MOLIARI AMARAL
SERRA; CLÁUDIA ROBERTA BOCCA SANTOS; ALESSANDRA DA SILVA
PEREIRA; MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES;
TAMARA MARIA PINHEIRO; RENATA ALBINO JERÔNIMO; ANA
CAROLINA VEIGA DE OLIVEIRA; MARIA BIRMAN CAVALCANTI.

105 **CAPÍTULO 7**

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO
DE ATORES DO PNAE NO RIO GRANDE DO SUL**

MARILENE CASSEL BUENO; AMANDA SOUZA SILVA SPERB; ETHO
ROBERIO MEDEIROS NASCIMENTO; VANUSKA LIMA DA SILVA;
LUCIANA DIAS DE OLIVEIRA.

- 115 **CAPÍTULO 8**
**EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE ATORES PARA ATUAÇÃO NO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM NITERÓI**
DANIELE MENDONÇA FERREIRA; PATRÍCIA CAMACHO DIAS;
ROSEANE MOREIRA SAMPAIO BARBOSA; DANIELE DA SILVA BASTOS
SOARES; PATRÍCIA HENRIQUES; SILVIA PEREIRA.
- 129 **CAPÍTULO 9**
**METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA**
ERASMO BENÍCIO SANTOS DE MORAES TRINDADE; ELIZABETH
NAPPI CORRÊA; LÚCIA ANDRÉIA ZANETTE RAMOS ZENI; MANUELLA
DE SOUZA MACHADO; RAFAELLA MAFRA.
- 137 **CAPÍTULO 10**
CECANE/UFV NO ÂMBITO ACADÊMICO
MARIA DO CARMO FONTES DE OLIVEIRA; ANA ÍRIS MENDES
COELHO; JOSÉ BENÍCIO PAES CHAVES; DANIELA CRISTINA
SARAIVA; JOICE DA SILVA CASTRO.

EIXO III – O PNAE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

- 149 **CAPÍTULO 11**
**OFICINAS REGIONAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA NA BAHIA**
NOEMI EVELIN SANTOS ROCHA; MARIA DO CARMO FREITAS; LILIAN
SILVA SANTOS; ROSENI MUNIZ FRANÇA; KARINE FIAES; MÉRCIA
BARRETO; LILIAN BARBOSA RAMOS.
- 159 **CAPÍTULO 12**
**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS
DO CECANE-UFBA**
LÍLIAN SANTOS; MÉRCIA BARRETO; NOEMI EVELIN SANTOS ROCHA;
ROSENI FRANÇA; KARINE FIAES; LILIAN BARBOSA RAMOS; MARIA
DO CARMO FREITAS.

- 165 **CAPÍTULO 13**
ATUAÇÃO DO CECANE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19 EM GOIÁS
TAINÁ AMÉLIA SANTANA MARCHEWICZ; ANNE MARQUES DA SILVA;
REJANE SOARES DINIZ; LUIS FERNANDO OLIVEIRA DUARTE;
VICTÓRIA FABIANO ARANTES DE BARROS; RAIZE RAYKA SILVA
SANTOS; LIANA JAYME BORGES; GÉSSICA MÉRCIA DE ALMEIDA;
THÁISA ANDERS CARVALHO SOUZA; KARINE ANUSCA MARTINS;
VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS.
- 179 **CAPÍTULO 14**
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E PANDEMIA DA COVID-19 NO TOCANTINS
CLEMILSON ANTONIO DA SILVA; CAROLINE ROBERTA FREITAS
PIRES; ELOISE SCHOTT; DAYANE JUSTOS DOS SANTOS; KÍLLYA
PAIVA DOS SANTOS; LUCIANA PEREIRA JACOBSEN; VIVIANE
FERREIRA DOS SANTOS.
- 187 **CAPÍTULO 15**
**REALIZAÇÃO DO II ENCONTRO PARANAENSE DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**
DALTON METZ MUNIZ; ANGÉLICA APARECIDA MAURÍCIO; SANDY
FÁTIMA DE SOUZA; CAROLINE OPOLSKI MEDEIROS.
- 201 **CAPÍTULO 16**
**PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE O VALE-ALIMENTAÇÃO
DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SALVADOR, BAHIA, NO CENÁRIO
DA COVID-19**
MÉRCIA FERREIRA BARRETO; MARIA DO CARMO SOARES DE
FREITAS.
- 213 **CAPÍTULO 17**
**ANÁLISE DE KITS DE ALIMENTOS ENTREGUES PELO PNAE
NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CEARÁ**
LUCAS BRAGA RODRIGUES; JOSÉ ARIMATEA BEZERRA; EVELINE DE
ALENCAR COSTA.

EIXO IV - ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DO PNAE

227 CAPÍTULO 18

AQUISIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA REGIONALIZADA NO AMAZONAS

REGISMEIRE VIANA LIMA; RICARDO PASSOS COLARES; LORENA DO NASCIMENTO COSTA; CELSA DA SILVA MOURA SOUZA.

237 CAPÍTULO 19

DESENVOLVIMENTO DE INDICADOR PARA AVALIAÇÃO DOS CARDÁPIOS OFERECIDOS NO PNAE: CONTRIBUIÇÃO DO CECANE-UNIFESP

PATRICIA RIBEIRO DE MELO; ANA LAURA BENEVENUTO DE AMORIM; CAMILLY FRATELLI PEREIRA; SOLANGE FERNANDES DE FREITAS CASTRO; VERIDIANA VERA DE ROSSO; DANIEL HENRIQUE BANDONI.

251 CAPÍTULO 20

ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM GOIÁS

VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS; MARÍLIA BOHNNEN DE BARROS; CAMILA LOIOLA DE CASTRO; KARINE ANUSCA MARTINS; LUCILENE MARIA DE SOUSA; EDNEI MORAIS PEREIRA; GÉSSICA MÉRCIA DE ALMEIDA; LIANA JAYME BORGES; THAÍSA ANDERS CARVALHO SOUZA.

265 CAPÍTULO 21

NARRATIVAS SOBRE OS CAMINHOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA ILHA DO MARAJÓ, PARÁ

JUCILENE MAGALHÃES ALVES SOUSA; ISAMERILIAM ROSAULEM PEREIRA DA SILVA; ESTRELA BENOLIEL BARBOSA PALHETA; HELLEN CRISTINA CAMPOS DE MORAES; ANDREA DAS GRAÇAS FERREIRA FRAZÃO; IVANIRA AMARAL DIAS.

277 **CAPÍTULO 22**

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS
INTERINSTITUCIONAIS**

KARINE SILVA DOS SANTOS; BRUNO COSTA E SILVA; MARIA SINEIDE
NERES DOS SANTOS.

287 **POSFÁCIO**

KARINE SILVA DOS SANTOS

291 **AUTORES(AS)**

PREFÁCIO

LILIAN SANTOS

Compartilhar experiências e conhecimentos potencializa o diálogo e fortalece as iniciativas que reforçam o caráter articulador das políticas públicas, por isso, produzir e publicizar é essencial.

Antes de adentrar em temas específicos destes capítulos sobre as experiências de pesquisa e extensão dos técnicos dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) no Brasil, vale destacar alguns aspectos ligados à situação alimentar e nutricional do país e assim, justificar diversas ações destes centros enquanto exercícios de extensão das universidades públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) bem como a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em primeiro lugar, lembrar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – uma política de estado gerenciada pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação (MEC) – atende mais de 40 milhões de estudantes por dia em mais de 160 mil escolas, nos 5.570 municípios brasileiros. São, aproximadamente, 50.000 refeições diárias coordenadas

por aproximadamente 8 mil nutricionistas (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2021), por isso, ao considerar a capilaridade de alcance do público escolar em todo território nacional, o PNAE se torna uma importante estratégia de promoção da SAN no Brasil.

Sobre isso, lembramos a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2019 que destaca a presença de doenças crônicas em 52% dos adultos em 2019. (IBGE, 2019) Entre os principais problemas de saúde diagnosticados estão: a hipertensão arterial que atinge 23,9% dos indivíduos (38,1 milhões de pessoas); a hipercolesterolemia (14,6%); o diabetes (7,7%); as doenças cardiovasculares (5,3%). Situações, estas, que estão diretamente associadas aos hábitos de vida e, especificamente, ao consumo alimentar. A obesidade entre pessoas com 20 anos ou mais passou de 12,2% para 26,8% entre 2002/2003 e 2019. Um, em cada cinco adolescentes com idades entre 15 e 17 anos apresentava excesso de peso. (IBGE, 2019) Vale destacar, também, pesquisa recente (2021) sobre segurança alimentar cujos resultados mostram, aproximadamente, 55,2% da população brasileira vivendo com níveis de insegurança alimentar e destes, 9% em situação de fome. Condição mais acentuada se observa nas áreas rurais com 12% da população em severa insegurança alimentar ou fome. (REDE PESSAN, 2021)

É neste contexto que o PNAE se insere como possibilidade de utilizar o espaço educacional e os recursos públicos para promover o direito à alimentação ao estimular o consumo consciente e sustentável. A alimentação escolar no Brasil e em outros países sempre foi atrativo para milhares de escolares, sobretudo para famílias de baixa renda, pois a escola garante o alimento e sua permanência no período letivo. De acordo com o relatório do Programa Mundial de Alimentos (PMA) (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2021), uma, em cada duas crianças em idade escolar no mundo (cerca de 388 milhões de escolares no mundo) se alimenta com uma refeição na escola todos os dias. Quando programas de alimentação escolar utilizam alimentos produzidos localmente podem impulsionar a economia de uma comunidade, criar mercados estáveis amparando a agricultura familiar local e fortalecendo sistemas alimentares. De fato, o PNAE pavimenta o caminho da demanda por diversidade de alimentos

e mais produtores locais promovem sustentabilidade e crescimento econômico nos municípios e estados. A suspensão das aulas e a necessidade do distanciamento social no contexto da pandemia da doença pelo SARS-Cov-2 (Covid-19) diminuíram as oportunidades de aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar e reduziram as chances daqueles que se alimentavam, predominantemente, na escola. Sobre tais aspectos, entre outros, os atores do PNAE precisam ser sensibilizados e motivados a atender as demandas dos escolares nas suas necessidades fundamentais e garantir o direito à alimentação.

Em conexão com as realidades locais, os CECANEs buscam fomentar e apoiar as ações do PNAE, promover a reflexão e o debate entre os atores sociais envolvidos visando o melhoramento da gestão, de modo que todo investimento cultural, intelectual, social, financeiro e humano seja revertido em uma alimentação de qualidade, e que contribua para o crescimento dos escolares como seres humanos capazes de superar a realidade de fome, em que muitos ainda se encontram.

Este livro quer refletir sobre a atuação dos CECANEs, a participação da agricultura familiar nos cardápios diários, a gestão e a formação de atores sociais adjuntos ao PNAE ademais da pandemia de Covid-19 como ruptura desse programa em muitos lugares. A leitura desses temas possibilita conhecer as estruturas que movem a alimentação escolar no âmbito das escolas públicas do país e tornar implícito esta condição alimentar como um direito humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil, 2021-2030*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME. *Novo relatório do WFP revela dados sobre alimentação escolar, incluindo o Brasil*. Brasília, DF, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/novo-relatorio-do-wfp-revela->

dados-importantes-sobre-alimentacao-escolar-incluindo-o-brasil/. Acesso em: 10 out. 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 out. 2021.

REDE PENSSAN. *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

APRESENTAÇÃO

MARIA DO CARMO FREITAS; VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS;
SHEILA MONTEIRO BRITO.

Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) são frutos da parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Reúnem professores, estudantes e profissionais de distintas formações como nutricionistas, pedagogos(as), contadores(as), advogados(as), engenheiros(as) agrônomos(as), entre outros, que atuam visando contribuir para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de projetos de pesquisa e extensão que possibilitam ações de assessoria e formação de atores sociais relacionados a esta política em diversos municípios do país. As áreas de nutrição, alimentação e educação, interligadas na atuação dos CECANEs em muitas escolas urbanas e rurais, anunciam experiências que precisam ser conhecidas, sobretudo para auxiliar na formação de profissionais que trabalham com alimentação de escolares. A grandiosidade desse trabalho enseja difundir e constituir instrumentos que permitam aos acadêmicos da área, profissionais vinculados ao PNAE e outros leitores interessados, partilhar aprendizagens e conhecimentos que têm contribuído com o fortalecimento da alimentação escolar no Brasil.

Comer na escola é parte de um projeto nacional, pedagógico, que insinua o saudável e o educar, a participação da agricultura familiar e a comunidade local. Todas estas correspondências são apresentadas em contextos específicos, diversificados como exemplos históricos do esforço que combina realidade social e alimentação escolar, em especial nesses anos de 2020-2021 em que a pandemia da doença causada pelo SARS-Cov-2 (Covid-19) registra uma marca profunda na vida de muitos, inclusive pelo aumento da situação de fome em diversos lares brasileiros.

Nesses termos, este livro expressa o anseio das(os) autoras(es) em registrar e difundir experiências desenvolvidas com o tema da alimentação escolar por pesquisadoras(es) brasileiros, especialmente aqueles vinculados aos CECANEs, e contribuir para uma melhor saúde dos escolares, com a efetivação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, na perspectiva do desenvolvimento físico, mental e, consequentemente, no rendimento escolar, pois com fome ninguém consegue aprender. O PNAE, com mais de 50 anos de existência, é considerado um dos maiores programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país e contribuiu de forma expressiva com a erradicação da desnutrição de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o termo “segurança” se confunde com esperança para a erradicação da fome dessa população, pois os escolares e suas famílias contam com a alimentação diária da escola.

Os capítulos descrevem e analisam atividades de pesquisa e extensão realizadas por CECANEs, vinculados a universidades públicas. Os textos abordam, além de experiências vivenciadas, o contexto em que estas foram conduzidas, resultados obtidos, oportunidades para a ação, potencialidades e dificuldades, além de caminhos adotados para as atividades de promoção para a alimentação escolar saudável.

Os eixos temáticos, didaticamente apresentados, demandam um olhar sobre ações que denotam conteúdos aparentemente externos à escola e suas formas de inclusão, como a agricultura familiar e o controle social por Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs). Ademais de tantos outros assuntos tais como a alimentação das escolas dos povos indígenas, o direito à alimentação, as limitações aludidas por atores da escola em seus contextos

sociais e instrumentos metodológicos implicados para uma pedagogia da alimentação saudável no desempenho do PNAE.

Os assuntos seguem com relatos de experiências dos atores junto aos CECANEs e, pesquisas surgem em meio à pandemia. Nascem novas possibilidades para a compreensão do PNAE para além da técnica dietética. A alimentação e a nutrição adequadas estão na escola como um modo pedagógico de viver aprendendo. Assim, estudar e comer estão no mesmo palco em que a educação se expande como um direito humano fundamental. Ao final, o livro apresenta um discurso oficial sobre parcerias interinstitucionais na contínua condição de aprendizagem sobre a alimentação escolar junto a outros países.

As organizadoras, outono de 2021.

EIXO I

PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR



CAPÍTULO 1

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE: A EXPERIÊNCIA DO CECANE DE SANTA CATARINA

PATRÍCIA MARIA DE OLIVEIRA MACHADO; GABRIELE ROCKENBACH;
PRISCILA PORRUA; ANELISE REGINA ROYER PINTO; FRANCISCO DE
ASSIS GUEDES DE VASCONCELOS; JANAINA DAS NEVES.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destacou-se na implantação de estratégias para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, incluindo os alimentos orgânicos. Tais estratégias têm relação com a qualificação dos cardápios escolares, a promoção de alimentação adequada, saudável e ambientalmente sustentável, além do desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional (EAN). Neste sentido, o presente capítulo trata sobre a importância do fomento à agricultura familiar para a promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito do PNAE. O capítulo será composto por três partes. Na

primeira, será apresentada uma síntese narrativa dos principais estudos que investigaram as estratégias de fomento à agricultura familiar por meio dos programas de alimentação escolar. Na segunda parte, serão apresentados os principais achados das pesquisas desenvolvidas pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar do estado de Santa Catarina (CECANE/SC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que se debruçaram sobre a análise da compra de alimentos da agricultura familiar nos municípios brasileiros. E por fim, os autores apresentarão suas reflexões sobre os atuais desafios e o potencial da agricultura familiar para a promoção da alimentação adequada e saudável tanto para a comunidade escolar, quanto para a Soberania Alimentar do país.

SÍNTESE NARRATIVA DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE ESTRATÉGIAS DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No contexto mundial, diferentes iniciativas de compra de alimentos para os programas de alimentação escolar têm acompanhado a necessidade de estabelecer relações entre práticas de consumo sustentável, tanto do ponto de vista alimentar e nutricional, quanto do incentivo às cadeias de produção de alimentos. (LOPES; BASSO; BRUM, 2019; TEO, 2018) Tal interação entre produção e consumo, com vistas a qualificar as refeições escolares, promover hábitos alimentares saudáveis e sobretudo, fortalecer a produção agrícola para a compra local de alimentos foram amplamente difundidas em diferentes estratégias (MORGAN; SONNINO, 2008), com destaque para o PNAE no Brasil desde 2009. (PEIXINHO et al., 2011; SCHWARTZMAN et al., 2017)

Nos Estados Unidos da América (EUA), estratégias como o *National School Lunch Program* (NSLP), em nível nacional, o *Farm-to-School Program* no estado de Nebraska e o *School Lunch Programme* na cidade de Nova York destacam-se por entender o ambiente escolar como o espaço

adequado para as práticas promotoras de hábitos alimentares saudáveis e primordial para modificar o padrão dietético norte-americano, baseado no consumo de ultraprocessados. Tais programas caracterizam-se por diferentes iniciativas que visam a mudança dos cardápios escolares, a vinculação com o setor de agricultura e o financiamento federal para a produção e compra de alimentos frescos ou *in natura*. (CESAR et al., 2018; PEIXINHO et al., 2011)

No início dos anos 2000, Reino Unido e Itália também apresentaram iniciativas de reformulação da alimentação escolar a partir da articulação com os produtores de alimentos. Os conceitos utilizados nos países europeus se aproximam da construção de políticas públicas saudáveis que promovam o desenvolvimento sustentável da produção agrícola. (MORGAN; SONNINO, 2008) O Brasil iniciou esta articulação a partir da promulgação da Lei nº 11.947/2009 que reformulou o PNAE, desde as diretrizes para a construção de cardápios, até a compra de alimentos de forma direta dos produtores familiares, com preferência para os alimentos orgânicos. (BRASIL, 2009)

O PNAE é reconhecido como importante estratégia nacional de fomento da agricultura familiar, dinamização do desenvolvimento local e qualificação dos cardápios escolares ofertados para todos os estudantes matriculados em escolas públicas no território nacional, e neste sentido, possui estreita relação com a agenda de efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). (RECINE, 2017) Ainda assim, as evidências apontam para o entendimento do PNAE como Política Pública Saudável (PPS) em função de sua magnitude e abrangência, e por articular diferentes setores que influenciam os determinantes em saúde. (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020)

Ao longo dos 12 anos de implantação da Lei nº 11.947/2009, diferentes estudos foram desenvolvidos pela comunidade científica e publicados na literatura nacional e internacional. As evidências produzidas englobam de forma geral: 1) o cumprimento da lei pelos municípios e estados (eficácia da aplicação de pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE); 2) os benefícios percebidos por gestores, agricultores e comunidade escolar

na utilização de produtos provenientes da agricultura familiar, e a qualificação dos processos de produção e abastecimento de alimentos no nível local; 3) o impacto desta estratégia (efetividade) sobre diferentes escopos, dentre eles: o consumo alimentar, as condições de saúde, alimentação e nutrição de escolares e as condições socioeconômicas dos agricultores familiares; 4) os desafios para consolidação da compra da agricultura familiar pelas entidades executoras neste período. (BRASIL, 2009; CHIODI; ALMEIDA; MARQUES, 2022; SCHABARUM; TRICHES, 2019; TEO, 2018)

Quanto à eficácia da Lei nº 11.947/2009, destacam-se as produções científicas que apresentam a evolução da compra de alimentos da agricultura familiar desde 2010 a 2016 e que demonstram grande adesão por parte dos municípios (MACHADO et al., 2018; SARAIVA et al., 2013) desde a implantação, além da compra de alimentos orgânicos que demonstrou alguns avanços nos municípios localizados na Região Sul do Brasil. (CASTELLANI et al., 2017; SANTOS et al., 2014; SILVA; SOUSA, 2013)

Sobre os benefícios percebidos pelos diferentes atores sociais, as evidências apontaram para o PNAE como promotor dos sistemas alimentares locais e qualificação dos cardápios escolares, além do potencial para o fortalecimento dos circuitos curtos de abastecimento e produção de alimentos. (LOPES, BASSO, BRUM, 2019) Nesta temática, destaca-se ainda a expansão das vendas institucionais, tanto pelo PNAE e quanto pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo capazes de promover a expansão da produção, a governança, a estruturação física das propriedades rurais e a estruturação dos processos de logística dos agricultores familiares, tais como a organização de cooperativas agrícolas. (CHIODI; ALMEIDA; ASSIS, 2022)

No que se refere ao impacto da compra da agricultura familiar e alimentos orgânicos pelo PNAE, ressalta-se a redução do consumo de alimentos ultraprocessados entre escolares, (TEO, 2018) a prevenção da obesidade em famílias de baixa renda, (SEGUIN et al., 2017) o impacto socioeconômico do PNAE na agricultura familiar por meio da promoção do desenvolvimento rural e reestruturação dos territórios rurais em prol do pequeno agricultor. (ELIAS et al., 2019)

Entre os desafios da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar estão a necessidade de estruturação dos pequenos agricultores para o beneficiamento dos gêneros alimentícios, como a criação de agroindústrias ou cooperativas alimentares, uma vez que os municípios também compram estes gêneros de outros fornecedores para o PNAE. (SCHABARUM; TRICHES, 2019) Destaca-se também as dificuldades de agricultores e entidades executoras na organização das chamadas públicas e a desconexão entre o planejamento dos cardápios, a produção e entrega de alimentos. (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019)

Em relatório construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a produção científica no Brasil acerca da relação entre agricultura familiar e o PNAE, evidenciou-se a evolução do quantitativo de artigos publicados entre os anos de 2009 a 2019 e a diversidade de temas abordados no período analisado, entre os quais destacam-se: as compras públicas, os arranjos organizacionais e desenvolvimento local, as condições de abastecimento e comercialização, a gestão pública educacional, além da relação entre alimentação escolar e a saúde pública, entre outros aspectos. (SILVA, 2021)

ANÁLISE DA COMPRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PRINCIPAIS ACHADOS PRODUZIDOS PELO CECANE/SC

O CECANE/SC destacou-se nos últimos anos no desenvolvimento de pesquisas aplicadas à análise da implantação da Lei nº 11.947/2009 sobre a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar e seus inúmeros desdobramentos quanto à aplicação dos recursos, ao uso de alimentos orgânicos, às ações de educação alimentar e nutricional, às dificuldades enfrentadas, entre outros aspectos. Com a perspectiva de monitorar a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e alimentos orgânicos na alimentação escolar, o CECANE/SC começou uma trajetória de pesquisas desenvolvidas com esse tema desde 2010, as

quais serão brevemente mencionadas a seguir. Entre as principais contribuições destacam-se as pesquisas realizadas no estado de Santa Catarina e posteriormente os estudos de abrangência nacional.

Inicialmente, em 2010, o CECANE/SC conduziu uma pesquisa com abrangência estadual, junto aos municípios catarinenses que investigou a utilização dos alimentos provenientes da agricultura familiar e orgânicos na alimentação escolar (primeiro estudo de abrangência estadual com esse perfil).

Posteriormente, foram desenvolvidas duas pesquisas de maior porte, com abrangência nacional, as quais foram executadas em 2012 e 2014, intituladas “Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar” e “Pesquisa Nacional de Monitoramento dos Produtos da Agricultura Familiar e Alimentos Orgânicos no PNAE”. Ressalta-se que estas duas pesquisas possibilitaram avaliar a evolução na aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos para o PNAE nas diferentes regiões do país. Ainda, cabe mencionar que a pesquisa de 2014 originou mais duas investigações: “Pesquisa Complementar sobre Alimentos Orgânicos para o PNAE” e “Estudo de caso sobre a aquisição de alimentos orgânicos para o PNAE”. A pesquisa complementar foi aplicada somente com os municípios que afirmaram comprar alimentos orgânicos para o PNAE no estudo nacional de 2014, enquanto que o estudo de caso, por sua vez, possibilitou uma análise mais aprofundada (com abordagem qualitativa) acerca da aquisição de alimentos orgânicos em municípios de diferentes regiões do país que se destacavam na aquisição destes alimentos para o PNAE.

Nos anos de 2016 e 2018, a equipe de professores e pesquisadores do CECANE/SC possuía bagagem teórica e material empírico para a construção de novas metodologias de análise da inclusão da agricultura familiar no PNAE. Em parceria com outros núcleos de pesquisas ligados às áreas de Avaliação em Saúde e Ciências Agrárias, nos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Agro ecossistemas, surgiram elementos metodológicos para o desenvolvimento de pesquisas avaliativas com modelos

compostos de matrizes de indicadores com o objetivo de definir um juízo de valor quanto aos aspectos de gestão e sob a ótica do cumprimento das normativas do PNAE, entre elas a compra da agricultura familiar. A primeira pesquisa em 2016 permitiu o desenvolvimento e teste de aplicabilidade do modelo e a segunda pesquisa nestes moldes em 2018, aplicou o modelo de avaliação em amostra representativa das diferentes regiões e portes municipais do Brasil (1.456 municípios).

SÍNTESE DAS PESQUISAS RELACIONADAS À AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE

Em 2010: a disponibilidade de alimentos orgânicos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do estado de Santa Catarina; abrangência estadual. Dentre os 264 municípios participantes, 60,6% referiram comprar produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e 24 referiram comprar produtos orgânicos para a alimentação escolar. A prevalência de uso de alimentos orgânicos não apresentou uma distribuição homogênea, com maiores percentuais nas regiões sul, norte e oeste do estado, percentuais intermediários na região Serrana e menores percentuais no Vale do Itajaí e Grande Florianópolis.

Em 2012: utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o PNAE; abrangência nacional. Participaram 5.184 municípios brasileiros, identificou-se que a compra de alimentos da agricultura familiar foi realizada por 78,5% dos participantes. Destaque para a Região Sul do Brasil com mais de 90% realizando a compra para o PNAE, enquanto que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou o menor percentual. Já a compra de gêneros orgânicos foi realizada por 34,8% dos municípios e a Região Sul com maior percentual de compra em nível nacional. As principais dificuldades relatadas com relação à compra de alimentos da agricultura familiar estavam relacionadas à quantidade e variedade insuficientes e a falta de documentação necessária para formalização da compra dos alimentos.

Em 2014: pesquisa nacional de monitoramento dos produtos da agricultura familiar e gêneros orgânicos na alimentação escolar; abrangência nacional. Participaram 75,7% dos municípios brasileiros. Observou-se que 1.045 municípios afirmaram adquirir alimentos orgânicos para o PNAE. Em comparação com o ano de 2012 houve aumento de três pontos percentuais, enquanto que o percentual de municípios que afirmaram adquirir alimentos orgânicos diminuiu 10 pontos percentuais no Brasil.

Em 2015: 1) Pesquisa Complementar sobre Alimentos Orgânicos para o PNAE; abrangência nacional. Dentre os 1.045 municípios elegíveis na pesquisa de 2014 (municípios que afirmaram comprar alimentos orgânicos para o PNAE), 348 foram selecionados para responder a pesquisa complementar. Mais da metade dos municípios afirmou ofertar alimentos orgânicos a todas as escolas. A Região Sul apresentou a maior oferta de alimentos orgânicos a todas as escolas e a menor oferta ocorreu na Região Norte. A maior aquisição de alimentos orgânicos para o PNAE foi de produtores do próprio município, seguida de produtores do estado; 2) Estudo de caso sobre a aquisição de alimentos orgânicos para o PNAE; abrangência nacional (um município de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras). Dentre os municípios que responderam à pesquisa complementar de 2015, foram selecionados cinco municípios representando cada macrorregião do Brasil e que tiveram destaque na aplicação de recursos para compra de alimentos orgânicos. A pesquisa teve metodologia qualitativa e o objetivo de analisar os motivos pelos quais os municípios passaram a adquirir alimentos orgânicos no PNAE. Entre os principais resultados destacam-se a aquisição de orgânicos em virtude das orientações normativas, além da proximidade dos agricultores com a gestão municipal ter favorecido o desenvolvimento de estratégias de incentivo à produção orgânica bem como incentivos para o aumento da diversidade de produtos cultivados na região. Ainda assim, a realização de parcerias que contribuíram para incluir os alimentos orgânicos na alimentação escolar, destacando-se a o apoio e contribuição dos Conselhos de Alimentação Escolar, de entidades diretamente envolvidas com agricultores familiares, a exemplo da

Secretaria de Agricultura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Em 2016: pesquisa de Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Santa Catarina; abrangência estadual. Foi desenvolvido um modelo avaliativo da gestão municipal do PNAE considerando a adequação das ações de gestão aos critérios preconizados pelas normativas vigentes. O modelo manteve a seguinte estrutura: uma dimensão – gestão –, quatro subdimensões – Agricultura Familiar, Educação Alimentar e Nutricional, Controle Social, Recursos Humanos –, além de indicadores e medidas. Os indicadores foram classificados como “bom”, “regular” ou “ruim”. O teste piloto do modelo avaliativo da gestão do PNAE foi aplicado com uma amostra de 16 municípios catarinenses. O modelo avaliativo foi considerado adequado para avaliar a gestão do PNAE quanto aos aspectos normativos.

Em 2018: pesquisa de Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar; abrangência nacional. Utilizou-se uma matriz avaliativa, considerando o teste de aplicabilidade realizado em 2016. A matriz avaliativa apresentou a seguinte estrutura: uma dimensão – gestão –, quatro subdimensões – Recursos Humanos, Agricultura Familiar, Educação Alimentar e Nutricional, Controle Social –, 13 indicadores e 31 medidas. Responderam à pesquisa 1.456 municípios. Entre os municípios avaliados 94,7% obteve qualificação regular em relação à gestão do PNAE, com destaque para Recursos Humanos e Educação Alimentar e Nutricional.

Importante destacar que as pesquisas subsidiaram a qualificação e o direcionamento das atividades desenvolvidas pelo CECANE/SC nas áreas de formação e capacitação, assessoria aos municípios e apoio às gestões municipais e estadual do PNAE, mas sobretudo, contribuíram no desenvolvimento técnico e científico junto ao curso de Graduação em Nutrição, e em especial no Programa de Pós-Graduação em Nutrição (PPGN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os resultados destas pesquisas embasaram trabalhos de conclusão de curso de graduação, trabalhos de conclusão de cursos em nível de pós-graduação (dissertações de mestrado e trabalho de conclusão de residência), além de artigos

científicos em revistas de circulação nacional e internacional e resumos publicados em anais de eventos.

Ao longo destes 11 anos, das 7 pesquisas desenvolvidas pelo CECANE/SC relacionadas à compra de alimentos da agricultura familiar e alimentos orgânicos no PNAE, originaram-se 6 dissertações de mestrado e mais de uma dezena de artigos científicos em revistas de circulação nacional e internacional.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS E O POTENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

A contribuição do PNAE para a promoção da alimentação adequada e saudável por meio da educação alimentar e nutricional, da realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e do estímulo às práticas de produção de alimentos ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. No entanto, os avanços conquistados pelo programa enfrentam riscos com a pandemia da Covid-19, de forma concomitante às crises política, social e econômica, além da redução dos investimentos em todas as políticas públicas desde 2016. (RECINE, 2017)

Pesquisas recentes alertam para o aprofundamento das desigualdades sociais, os riscos da volta do Brasil ao mapa da fome e os impactos negativos da pandemia da Covid-19 nas condições de alimentação, saúde e nutrição, sobretudo das populações mais vulneráveis. (SILVA, Rita et al., 2020; SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020) Entre as estratégias para enfrentar o avanço da insegurança alimentar entre as famílias brasileiras neste período, o PNAE destaca-se mais uma vez pelo potencial de estruturar estratégias para distribuição de insumos e garantir a alimentação dos escolares durante a pandemia. (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; CORRÊA et al., 2020)

Neste contexto, a reorientação das compras institucionais para a agricultura familiar em um programa público de alimentação escolar da magnitude do PNAE, possui estreita relação com o fomento de um sistema agroalimentar voltado aos pequenos agricultores, para a produção

sustentável de alimentos, a promoção da alimentação e saudável e consequentemente a efetivação da SAN e DHAA no cenário nacional. Ao revisar as principais publicações sobre o tema e a contribuição do CECANE/SC percebe-se a experiência brasileira com papel de destaque tanto por sua abrangência no âmbito dos programas e políticas de alimentação e nutrição institucionalizados nas últimas décadas, quanto pela intensa produção de conhecimento científico.

A produção científica dos CECANEs, distribuídos em vários estados em parceria com as universidades federais, contribuíram com a qualificação técnica do programa, ao retroalimentar a partir dos dados e do conhecimento científico apoio à tomada de decisão de gestores municipais, responsáveis técnicos e outros atores envolvidos direta ou indiretamente com a alimentação escolar.

Os desafios são imensos, em especial diante de cenários que desvalorizam a agricultura familiar, as políticas públicas, o conhecimento científico e a agenda da SAN. Porém, é inegável que o PNAE, por meio da compra de alimentos da agricultura familiar, possui potencial de impactar diferentes setores, tais como agricultura, economia local, saúde e educação, efetivando o caráter intersetorial da SAN.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrmvJKZqZyCYQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 577-593, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/BCKzGpHFdqbmChDYbTkcV4F/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146,

n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

CASTELLANI, A. L. A. *et al.* Purchase of family farm and organic foods by the Brazilian School Food Program in Santa Catarina state, Brazil. *Revista de Nutrição [da] Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, Campinas, v. 30, n. 5, p. 651-662, sep./dec. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/J8MyY5ZYdMnSvY4MhLNyWMr/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2021.

CESAR, J. T. *et al.* Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 991-1007, dez. 2018.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F.; ASSIS, L. H. B. Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organização de produtores familiares no Vale do Ribeira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 60, n. 3, 2022.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F.; MARQUES, P. E. M. Análise das compras públicas da agricultura familiar sob o enfoque da multifuncionalidade da agricultura: estudos de casos no Vale do Ribeira/SP. *Desenvolvimento Rural Interdisciplinar*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 85-112, dez. 2019/abr. 2020.

CORRÊA, E. N. *et al.* School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. *Revista de Nutrição [da] Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, Campinas, v. 33, e200169, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ELIAS, L. P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 2, p. 215-233, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gnwRTbf9XffBjg7dhqk4rRr/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 4065-4076, out. 2020.

LOPES, I. A.; BASSO, D.; BRUM, A. L. Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 543-557, abr./jun. 2019.

MACHADO, P. M. O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018.

- MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development*. New York: Taylor & Francis, 2008.
- PEIXINHO, A. *et al.* Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, abr./jun. 2011.
- RECINE, E. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, e00087617, dez. 2017. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csp/2017.v33n12/e00087617/pt/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SANTOS, F. *et al.* Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1429-1436, maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dCyDgY3v6kq9QDsYlKbGbsm/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vhD3rprLbpKQyFmsHBfpDsJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 49-62, jan./mar. 2019.
- SCHWARTZMAN, F. *et al.* Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, e00099816, dez. 2017.
- SEGUIN, R. A. *et al.* Farm Fresh Foods for Healthy Kids (F3HK): an innovative community supported agriculture intervention to prevent childhood obesity in low-income families and strengthen local agricultural economies. *BMC Public Health*, London, v. 17, n. 1, p. 306, apr. 2017.
- SILVA, R. T. O. *et al.* Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 01, p. e021004, 2021.
- SILVA, R. C. R. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, set. 2020.
- SILVA, S. P. Panorama da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no Brasil. *Texto para discussão*, Brasília, v. 2656, maio 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10622/1/td_2656.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. *Revista de Nutrição [da] Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, Campinas, v. 26, n. 6, p. 701-714, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/HX3R5zQ8nT4QLkWgz6NK4gh/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA FILHO, O. J.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. e00095220, maio 2020.

TEO, C. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 230-237, jan. 2018.

CAPÍTULO 2

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE MUNICÍPIOS DO MARAJÓ

BIANCA DA CONCEIÇÃO CABRAL; CLEICE DA LUZ VIDAL; PAULA VALENTE LEÃO; AMANDA KELLY DE BARROS BRITO; IVANIRA AMARAL DIAS; ANDRÉA DAS GRAÇAS FERREIRA FRAZÃO.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma importante política pública de afirmação do protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento local, na promoção do consumo de alimentos saudáveis e com vínculo regional e na efetivação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos escolares. (SILVA, L., et al, 2020)

Conforme a Lei nº 11.947/09, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para execução do PNAE deve ser destinado para a compra de gêneros alimentícios

da agricultura familiar, entretanto muitos municípios brasileiros ainda não atingem este mínimo, especialmente na Região Norte. (BRASIL, 2009; MACHADO et al., 2018)

Nesse sentido, para efetivação da compra da agricultura familiar, alguns fatores sociodemográficos dos municípios do arquipélago do Marajó, no estado do Pará, cenário deste estudo, devem ser considerados. É uma região formada por inúmeras ilhas, sua dinâmica territorial é ligada aos rios, às várzeas, aos igarapés, às ilhas, assim como a enorme complexidade e heterogeneidade de populações de ribeirinhos, indígenas, extrativistas e quilombolas, entre outros sujeitos que apresentam distintas formas de relação com a natureza, de cultura alimentar, organização social e modos de vida. (LIRA; CHAVES, 2016)

Apesar de apresentar grande biodiversidade, com potencial extraordinário de desenvolvimento, a insegurança alimentar é um problema em todos os municípios do Marajó, os quais se destacam negativamente com índices de desenvolvimento humano abaixo das médias nacional e estadual. O município de Melgaço, por exemplo, é o município com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil. Políticas como o PNAE, nesses cenários, se mostram como importantes ferramentas de SAN em duas vias, por um lado proporcionando acesso regular e permanente a alimentação aos escolares e por outro, constituir-se como um mercado institucional, gerando emprego e renda e fortalecendo a agricultura familiar. (CABRAL, 2013; PNUD; IPEA; FJP, 2013)

Diante do exposto e da limitação de estudos sobre tal temática e sobre a região analisada, entender os desafios da inclusão de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, principalmente em locais com particularidades distintas de outras regiões do país, faz-se necessário para melhor análise e planejamento de ações intersetoriais para estes municípios.

Nesse sentido o objetivo deste trabalho é descrever os principais desafios à inserção dos produtos da agricultura familiar nos cardápios da alimentação escolar em municípios localizados no arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal descritivo, possibilitado a partir da execução do projeto “Oficinas regionais para o levantamento da demanda da alimentação escolar e da produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE”, em municípios do arquipélago do Marajó, durante o primeiro semestre de 2018, conduzido pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o FNDE.

A seleção dos municípios do Marajó justificou-se por ser uma região que possui características sociodemográficas, econômicas e agrícolas semelhantes e também devido à baixa aquisição de alimentos da agricultura familiar para os cardápios escolares. Inicialmente a equipe CECANE/UFPA construiu um diagnóstico dos municípios selecionados por meio de consultas a fontes secundárias a partir de portais do FNDE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), consulta ao IDHM e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2016), além de informações advindas de pesquisas.

Posteriormente, a partir da rede de contato construída em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), a coleta dos dados ocorreu de duas maneiras: o primeiro passo foi o contato via telefone e *e-mail* com os atores municipais envolvidos com o PNAE, ocasião na qual foi encaminhado questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas; a segunda forma de preenchimento do questionário ocorreu no momento da realização das oficinas nos municípios para os participantes que não responderam por telefone e/ou *e-mail*.

O público-alvo incluído neste trabalho foram prefeitos, secretários de educação e agricultura, nutricionistas (responsável técnico e/ou quadro técnico), membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR),

técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) local, representantes de organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas) e agricultores individuais.

A questão relacionada aos principais desafios e/ou dificuldades para a efetivação da compra da agricultura familiar na alimentação escolar foi contemplada por meio da seguinte pergunta: “Existem desafios/dificuldades em relação à compra/entrega dos produtos da agricultura familiar e a alimentação escolar?”. Para complementar este levantamento, também foi questionado quais seriam as perspectivas e/ou sugestões para superar esses desafios/dificuldades.

Para análise e processamento desses dados utilizou-se a método de análise de conteúdo por meio do Wordle, um programa *on-line* para criar a nuvem de palavras a partir dos textos dos entrevistados. As palavras foram agrupadas e organizadas graficamente, sendo o tamanho de cada palavra um indicativo da sua maior frequência e importância nos textos analisados. (SURVEYGIZMO, 2018)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O arquipélago do Marajó está inserido na região Amazônica, possui uma área territorial de 104.140 km², 16 municípios e abriga 487.010 habitantes. As oficinas contaram com a participação de 15 municípios.

O IDHM indica que dos 15 municípios marajoaras, 6 apresentam índice muito baixo (<0,499), 7 baixos (0,500 - 0,599) e apenas 2 estavam com IDHM médio (0,600 - 0,699). (PNUD; IPEA; FJP, 2013) Em relação ao IDEB, constatou-se que 4 municípios - Cachoeira do Arari, Muaná, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista - atingiram a meta estabelecida pelo governo federal para a 4ª série/5ª série em 2015 e apenas 2 - Chaves e São Sebastião da Boa Vista - alcançaram a meta para 8ª série/9ª série. (IDEB, 2016) Esses dados evidenciam a realidade social de pobreza e miséria que tem marcado a vida da população dessa região, com enormes deficiências em quase todos os componentes avaliados nesses índices, com investimentos

insuficientes em políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura e transporte. (ANDRADE, 2019)

Ao analisarmos a série histórica dos dados entre os anos de 2011 a 2016 sobre compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE nos municípios, Anajás, Currealinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista conseguiram atender ao disposto no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009. O município de Gurupá atingiu o percentual apenas em 2013, inclusive ultrapassando a margem de 100%, o que pode indicar erro no preenchimento da prestação de contas. Para o ano de 2016, não há dados sobre agricultura familiar deste município.

Os municípios de Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Melgaço, Portel, Salvaterra e Soure chegaram a iniciar a compra da agricultura familiar, porém até 2016 ainda não haviam atingido o percentual mínimo de compra preconizado em lei. Ponta de Pedras também não adquiriu produtos no ano de 2016, porém nos anos anteriores conseguiu realizar a compra. Os municípios de Afuá e Chaves não adquiriram produtos da agricultura familiar ao longo desse período. Nesses dois municípios fronteiriços com o estado do Amapá são marcantes as peculiaridades nas suas estruturas formadas, na maior parte, por inúmeros furos e igarapés com floresta de várzea predominante. Afuá, por exemplo, possui o núcleo urbano desenvolvido sobre várzea, em que as casas, em sua maioria de madeira (tipo palafitas) são adaptadas à dinâmica das marés e por isso apenas bicicletas são permitidas como transporte intraurbano. O baixo investimento dos recursos do PNAE na agricultura familiar, corrobora com os resultados de Machado e outros autores (2018) confirmando que os municípios da Região Norte estão entre os que menos investem na compra da agricultura familiar, o que pode ser influenciado, segundo os autores, por deficiente produção agrícola, falta de articulação entre gestores e agricultores e dificuldades logísticas.

Nesse cenário de baixos indicadores da aquisição de compras da agricultura familiar para o PNAE, destacam-se os grandes desafios que as instituições de ensino do estado e da gestão municipal precisam enfrentar,

destacando-se aqui, a importância de políticas como o PNAE nesses locais, promovendo segurança alimentar e nutricional.

Andrade (2019) ressalta que as políticas públicas ainda estão longe de atender às reais necessidades das populações periféricas, principalmente da Amazônia e do Pará. No Marajó, esse cenário é refletido pela falta de oportunidades de trabalho, de terras distribuídas igualmente para plantar, de saneamento básico, do funcionamento sem o mínimo de qualidade dos serviços de saúde, principalmente na zona rural.

Para a compreensão dos desafios para aquisição de alimentos da agricultura familiar, foram aplicados durante as oficinas, questionários a 95 atores sociais municipais, sendo 22 agricultores familiares, 9 nutricionistas, 6 conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar, 24 técnicos de ATER, 17 representantes da gestão municipal (secretários de Agricultura e Educação, representantes da CPL e setor financeiro dos municípios) e 17 representantes de associações, cooperativas e sindicatos de agricultores.

A partir das respostas registradas nos questionários, construiu-se a nuvem de palavras sobre os desafios e dificuldades. Os destaques são para a falta de articulação da gestão municipal com os agricultores familiares; a deficiência na logística para entrega e transporte dos alimentos, que em sua maior parte é realizada pelos rios; falta de publicização da chamada pública e a necessidade de maior conhecimento sobre a legislação do PNAE, por parte dos agricultores.

Os destaques encontrados no presente estudo não divergem de estudos realizados em outras partes do país, nos quais questões como logística, falta de assistência técnica e interesse de agricultores e/ou gestão municipal, reduzido conhecimento sobre a legislação do PNAE, falta de comunicação entre os atores, burocracia e fragilidades das chamadas públicas, são dificuldades comuns que embaraçam a efetivação da compra dos produtos da agricultura familiar nos municípios brasileiros. (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019; SILVA, I., et al, 2021; TEO; MOSSMANN; TAGLIETTI, 2017)

Na “nuvem de palavras” sobre as perspectivas para ultrapassar os desafios foi descrito a necessidade de parceria intersetorial, a oferta de capacitações sobre a legislação do PNAE, incentivo técnico ao agricultor

familiar, organização da produção, atuação constante de órgãos de apoio institucionais como a Secretaria Municipal de Agricultura e maior inserção de produtos da agricultura familiar nos cardápios escolares.

Teo, Mossmann e Taglietti (2017) reforçam que o mecanismo de enfrentamento desses desafios apontados na literatura envolve o fortalecimento do diálogo, articulação intersetorial, apoio de instituições de ensino/pesquisa, assistência técnica e extensão rural, organização dos agricultores em associações/cooperativas, planejamento dialógico das chamadas públicas, aproximação entre os atores envolvidos e, sobretudo, vontade política.

Nesse contexto, reforça-se a importância da intersetorialidade e de adaptações tanto na demanda quanto na oferta. De um lado, agricultores precisam adaptar seus processos produtivos, planejar a produção, organizar documentos e produtos para inserção nas chamadas públicas e, por sua vez, do lado da gestão, as escolas e demais órgãos públicos envolvidos na aquisição precisam reconhecer as especificidades da agricultura familiar local, modificar cardápios para contemplar os produtos locais, divulgar as chamadas públicas e contribuir para a participação dos agricultores familiares e/ou de suas organizações em todo o processo. (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019)

Segundo Cruz, Gomes e Calvi (2019), uma das regiões do Marajó denominada Arari, é marcada pela permanência do latifúndio associado à pecuária, monopolizando a terra e parte de sua renda. A regularização e posse da terra é um problema social, histórico, econômico e excludente que gera incertezas, impacta os modos de vida dos agricultores familiares e potencializa conflitos na área.

Ao resgatar essa história, faz-se uma análise, a partir dessas informações observadas nas nuvens de palavras, que as relações sociais no Marajó são reflexos dos conflitos e de perpetuação dos ciclos da pobreza e, assim como sua geografia diferenciada marcante, essas questões influenciam diretamente nas condições de vida da população e nos aspectos socioeconômicos, o que também, conseqüentemente influencia a execução de políticas como o PNAE, situações que devem ser analisadas cuidadosamente na execução de qualquer política pública nessa porção da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais desafios para a inserção de produtos da agricultura familiar nos cardápios escolares, nos municípios do arquipélago do Marajó envolvem a insuficiente articulação da gestão municipal com os agricultores familiares e suas organizações, deficiente logística para entrega e transporte dos alimentos, publicização da chamada pública, dificuldade para o exercício da intersetorialidade e reduzido conhecimento dos agricultores familiares sobre a legislação do PNAE.

As perspectivas para superar esses desafios perpassam pelo diálogo permanente e pela compreensão das especificidades locais como potencializadoras da inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar, ressaltando o vínculo da população marajoara com os rios e a floresta como condição *sine qua non* para promover a qualidade de vida dessas populações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. Políticas públicas na Amazônia Marajoara: os índices de desenvolvimento socioeconômico na região. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 7, n. 1, p. 159-179, abr. 2019.

ASSIS, T. R. de P.; FRANÇA, A. G. de M.; COELHO, A. de M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 577-593, out./dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n o 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 5, 16 jun. 2009.

CABRAL, H. S. B. *Política de segurança alimentar e nutricional face à fome e a desnutrição no arquipélago do Marajó*: uma análise da realidade do CONSAD-ARIRI. 2013. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CRUZ, B. E. V.; GOMES, D. L.; CALVI, M. F. A agricultura camponesa no Marajó: entre o latifúndio tradicional e o moderno. *In: SANTOS, F. (org.). Geografia no Século XXI*. Belo Horizonte: Poisson, 2019. v. 5, cap. 22, p. 205-212.

IBGE. *Cidades*. Brasília, DF: IBGE, 2017.

INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB 2015. Brasília, DF: INEP, 2016.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MACHADO, P. M. O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, dez. 2018.

PNUD; IPEA; FJP. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília, DF: PNUD: IPEA: FJP, 2013. Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013.

SILVA, I. R. P. *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar; limitações e dificuldades de sua operacionalização no nordeste paraense. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, v. 15, n. 1, p. 75-91, jun. 2021.

SILVA, L. H. *et al.* PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. *Mundo Amazônico, [s. l.]*, v. 11, n. 2, p. 17-36, jul./dez. 2020.

SURVEYGIZMO. *Using Word Clouds to present your qualitative data*. Louisville, CO, [2017?]. Disponível em: <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TEO, C. R. P. A.; MOSSMANN, M. P.; TAGLIETTI, R. L. Desafios e mecanismos de enfrentamento na relação entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 26, n. 43, p. 34-64, 2017.

CAPÍTULO 3

ATUAÇÃO DO CEÇANE NA QUALIFICAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VIVIANY MOURA CHAVES; LIANA GALVÃO BACURAU PINHEIRO; RENATA ALEXANDRA MOREIRA DAS NEVES; SANKYA SILVA SARAIVA.

INTRODUÇÃO

Por sua história, relevância social e econômica, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado mundialmente como um dos maiores programas da área de alimentação escolar, caracterizado, desde seus primórdios, por grandes quantitativos em termos de orçamento e cobertura populacional. (PEIXINHO, 2013) O programa tem cobertura universal da rede pública da educação básica e atende a mais de 40 milhões de alunos matriculados em cerca de 150 mil escolas de educação básica pública brasileira. (BRASIL, 2021)

Com mais de 60 anos de existência, o PNAE migrou de um modelo centralizado na esfera federal, onde a definição de cardápios e realização das compras de gêneros eram realizadas pela coordenação nacional, para um modelo municipalizado com transferência de recursos financeiros às entidades executoras, representadas pelas secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2017) Devido à municipalização, o programa tornou-se responsabilidade constitucional de todos os entes federados, envolvendo um grande número de atores sociais, como gestores, professores, nutricionistas, pais de alunos, sociedade civil, agricultores familiares. (BRASIL, 2017)

A publicação da Lei Federal nº 11.947, promulgada em 16 de junho de 2009, e da Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi um marco significativo para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Reconhecida como uma estratégia fundamental para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para milhões de crianças, jovens e adultos da rede pública de ensino, a lei do PNAE, em seu artigo 14, estabeleceu a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE que devem ser investidos em alimentos oriundos da agricultura familiar, priorizando produtores familiares locais de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais quilombolas e indígenas. (BRASIL, 2009)

Essa interseção representa uma importante conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, criando mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, criando mercado para os pequenos produtores, dinamizando a economia local e seguindo em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada. (BRASIL, 2016)

Desse modo, para o município significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais. Para o agricultor familiar representa um canal importante de comercialização e geração de renda

com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo. E para os alunos da rede pública de ensino, é o acesso regular e permanente a alimentos de melhor qualidade nas escolas: um passo adiante para a garantia de hábitos alimentares saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais. (BRASIL, 2016, 2017)

A experiência bem-sucedida de articulação entre o PNAE e a agricultura familiar gerou alguns aprendizados como, a importância da existência de espaços de pactuação, discussão e governança com a participação de diferentes setores da sociedade civil e governo e a definição de processos que permitam o alcance de resultados positivos para diferentes setores. (HAWKES et al., 2016) Por esta razão, o FNDE assumiu um papel indutor ao organizar uma rede de Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) com universidades federais de todo o Brasil para acompanhar a implantação da norma, organizar atividades de formação, apoiar os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), além de realizar atividades de apoio para o desenvolvimento de ações técnicas e pesquisas.

Assim sendo, este estudo objetivou evidenciar a atuação do CECANE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na identificação dos desafios frente às compras públicas da agricultura familiar para as escolas no estado do Rio Grande do Norte. A estratégia de fomento nestas situações deriva do entendimento que uma assessoria especialmente voltada à instrumentalização dos seus atores para a identificação da demanda da alimentação escolar e da oferta da agricultura familiar poderia facilitar o desencadeamento do reconhecimento das necessidades dos envolvidos para a promoção do crescimento da compra preconizada pela resolução e suas diretrizes.

METODOLOGIA

Este estudo realizado, entre os anos de 2018 e 2019, pela equipe do CECANE da UFRN, foi dividido em duas fases. Faziam parte da equipe

quatro alunos(as) do curso de graduação em Nutrição, três professoras do departamento de Nutrição, duas nutricionistas e uma contadora.

A primeira fase consistiu no mapeamento de municípios do estado do Rio Grande do Norte que não atingiram o percentual mínimo obrigatório de 30% da aquisição de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar para alimentação escolar. Para a seleção dos municípios, foram utilizados dados da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar disponíveis para consulta pública no *site* do FNDE. Estes dados correspondem aos registros extraídos do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), em funcionamento entre os anos de 2011 a 2017. Os registros do SiGPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do PNAE, para fins de prestação de contas.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de seleção dos municípios: 1) Entidades executoras que atingiram a média de 0% a 5% do percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; e 2) Entidades executoras próximas ao município polo de formação, onde ocorreriam as oficinas regionais *a posteriori*, com percentual de aquisição de alimentos da agricultura familiar menor que 20%. Ao final, foram selecionados 45 municípios em situação de alerta quanto ao não cumprimento do artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.

Na sequência, procedeu-se o levantamento de dados para diagnóstico parcial da situação da demanda da alimentação escolar e produção agrícola local dos municípios selecionados. A coleta de dados foi realizada em quatro etapas: 1) levantamento dos contatos (telefone e endereço eletrônico) de secretários de educação e agricultura, nutricionistas e técnicos da assistência técnica agrícola local; 2) elaboração de um instrumento de coleta de dados contendo questões relacionadas sobre a atual situação da alimentação escolar e produção agrícola dos municípios; 3) envio dos questionários via endereço eletrônico para os gestores locais; e 4) confirmação do recebimento dos questionários via contato telefônico para cada município. Por último, com o retorno das informações solicitadas aos gestores, os dados foram analisados com o fim de realizar um reconhecimento

inicial da demanda da alimentação das escolas e produção agrícola destes municípios. (CHAVES et al., 2020)

Na segunda fase, os municípios de Lajes, Umarizal, Cruzeta e Goianinha foram selecionados como polos para a realização das oficinas em 2018, assim como Serrinha dos Pintos e Currais Novos em 2019, em razão da proximidade e acessibilidade aos demais municípios vizinhos que foram selecionados segundo os critérios já mencionados. (CHAVES et al., 2020) As oficinas regionais foram realizadas com o objetivo de compreender o cenário atual apresentado, bem como promover um diálogo entre os atores pertinentes às duas pontas da cadeia de oferta e demanda da alimentação escolar, destacando os principais entraves e necessidades para comercialização desses produtos para as escolas. Participaram das oficinas cerca de 188 atores sociais de 45 municípios do estado. (CHAVES et al., 2020)

A metodologia empregada foi baseada na formação de grupos através da metodologia de grupo focal, que consiste numa técnica de pesquisa social feita para analisar um conjunto de impressões acerca de um determinado tema. Os relatos dos participantes foram registrados através de filmadora e transcritos posteriormente.

O número máximo de municípios convidados para as oficinas foi 10, para que todos os convidados tivessem a oportunidade de participar ativamente, oportunizando trabalhar a situação dos municípios detalhadamente e ainda estabelecer parcerias entre os diversos atores sociais, sendo eles: gestores da educação e da agricultura, nutricionistas (RT), técnicos da assistência técnica agrícola local, organizações da agricultura familiar, agricultores individuais, conselheiros e coordenadores de alimentação escolar. O processo de contato com os municípios ocorreu via *e-mail* e telefone, seguidos de ofício convocatório da Coordenação Geral do PNAE/FNDE, direcionada para os gestores dos municípios.

Os dados das oficinas foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), que consistiu em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferências e interpretações.

Este estudo atende ao disposto na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no que se refere à pesquisa com seres humanos

e conta com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFRN, sob o nº 2.484.486.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados encontrados, o percentual de compra nesse período foi, em média, de 19,1%, sendo o menor percentual de compra em 2012 (12,1%) e o maior, dois anos mais tarde, em 2014 (26,7%). Embora a aquisição desses alimentos tenha se mantido constante nos últimos três anos, percebe-se que, durante todo esse período, a situação dos municípios frente às compras da agricultura familiar para as escolas, não tem atendido o percentual mínimo preconizado na Lei nº 11.947/2009. No Brasil, 47,4% dos municípios adquiriram alimentos da agricultura familiar para o PNAE e o percentual de compra nestes municípios foi, em média, de 22,7%. A Região Sul do país apresentou o maior percentual de compra de alimentos da agricultura familiar (71,3%) e o Centro-Oeste apresentou o menor (35,3%). (SARAIVA et al., 2013) Guilhoto e outros autores (2007) em estudo sobre a importância da agricultura familiar no Brasil mostrou que nas regiões Norte, Sul e Nordeste a agricultura familiar tem uma contribuição expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB).

Nota-se também que estes municípios são caracterizados por um quantitativo insuficiente de compras de gêneros oriundos da agricultura familiar, tornando-se limitada a variedade dos cardápios das escolas. De modo análogo, observou-se que os cardápios das escolas incluem poucos produtos deste segmento por, muitas vezes, desconhecem a produção local, enfraquecendo, assim, o apoio ao desenvolvimento sustentável por não priorizar a compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município, ou na mesma região. Para além dessa questão, também foi notório que a maioria dos municípios tem potencial de produção agrícola local, dispondo de uma variedade de produtos e perfis produtivos nas diferentes mesorregiões do estado (agreste, central, leste e oeste potiguar), mas não conseguem ofertar para as escolas.

Inferências sobre os dados derivados da prestação de contas indicam que uma vez iniciada a aquisição, a experiência adquirida no processo tende a aperfeiçoar os mecanismos de viabilização desta compra cada vez mais, principalmente entre os municípios que já ultrapassaram o mínimo requerido. Entretanto, remetendo-se aos percentuais de recursos investidos na agricultura familiar sob o montante de recursos repassados pelo FNDE, destaca-se que há ainda municípios que permanecem sem nenhuma compra desta natureza desde a implementação da lei. Entende-se que esses municípios se encontram estancados e possuem muita dificuldade em mobilizar ferramentas para transpor a respectiva realidade estrutural local. (CHAVES, 2020)

Os relatos dos atores apontaram para o fato de que as principais dificuldades para a efetivação da compra da agricultura familiar na alimentação escolar estão relacionadas tanto à entrada nesse processo de aquisição como também para se manter nele. Desse modo, alguns temas tiveram mais relevância e destaque nas falas dos participantes, nos quais foram categorizados em cinco grupos temáticos:

Alimentação escolar

Em algumas das entidades executoras, a dificuldade de se atingir 30% do recurso do PNAE em compras dos gêneros provenientes da agricultura familiar, inicia-se na elaboração dos cardápios e da não aceitação dos gêneros pelos escolares. Problemas como monotonia dos cardápios e que também não são elaborados de acordo com a realidade agrícola do município. A ausência de hábito alimentar saudável no seio da família, somado a falta de trabalhos de educação alimentar nutricional tem contribuído para a baixa aceitação dos gêneros da agricultura familiar. Em outros casos, a pouca demanda desestimula o interesse do agricultor em fornecer os seus gêneros ou não suprem as necessidades dos cardápios.

Ator social 1: A lei manda, mas não obriga o gestor a comprar na agricultura familiar, não tem punição aos que não compram. O agricultor tem sua produtividade excessiva (fevereiro, março, abril),

na vivência de inverno, mesmo assim o cardápio não é produzido pensando no maxixe, melancia, melão, feijão verde, milho, jerimum, é feito com banana, mas banana em Lajes? Há um deslocamento de pensamento e de realidade.

Ator social 2: Eu acho que quando os municípios forem fazer os cardápios, devem reunir os atores do município, as associações, a EMATER e agricultores, para saber o que é produzido e fazer o cardápio com base na produção.

O nutricionista tem um papel fundamental em planejar um cardápio nutritivo, com produtos de qualidade para a alimentação escolar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e conforme a sazonalidade e a quantidade produzida na região. (BRASIL, 2016) A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, tornou-se uma das diretrizes do programa. (BRASIL, 2009)

Valorização da agricultura familiar

Identificou-se a necessidade do fortalecimento da agricultura familiar, pois, segundo os relatos, os agricultores sentem-se desmotivados, desvalorizados e sem incentivos para continuar atuando junto ao PNAE. A falta de valorização dos produtos regionais, dificuldades com as questões burocráticas para fornecimento dos produtos e falta de comprometimento da gestão com os pagamentos dos produtos fornecidos foram problemas discutidos entre os atores sociais.

Ator social 3: O grande problema começa com o incentivo ao agricultor, não existe o incentivo. As pessoas começam a se desestimular, como não existe esse incentivo, elas acabam desistindo. Outra questão é a política, será que aquele secretário da agricultura tem o entendimento para estar naquele lugar?

Turpin (2009) abordou a alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. Discutiu que diante da nova legislação, a alimentação escolar ganha reforços que estimulam os agricultores familiares e permitem que sejam alcançados os seus objetivos, com ganhos aos escolares, agricultores e comunidade local, possibilitando discussões do PNAE frente à produção e desenvolvimento rural e suas relações com o consumo e a saúde pública.

Articulação entre os atores sociais

A falta de articulação entre os atores sociais foi um dos problemas mais relatados entre os participantes. Percebeu-se a necessidade da existência de espaços de pactuação, discussão e governança com a participação de diferentes setores da sociedade civil. Apoiar a articulação entre todos os envolvidos se faz necessário para a boa execução do programa.

Ator social 4: Há necessidade de uma maior articulação entre todos os atores. Quando o segmento está organizado e fortalecido, tem como fazer valer a lei. A lei é necessária e interessante e são mecanismos para fazer com que a coisa aconteça, porque é a base legal para que isso aconteça. Mas, para fazer acontecer precisa estar articulado. O segmento da agricultura familiar, o poder público querer, os conselhos ou as secretarias voltadas para as questões do campo estarem atuantes, a secretaria municipal está aberta a isso e articulada com a secretaria de agricultura que são as pontes desse canal.

De acordo com Saraiva e demais autores (2013), a inviabilidade de fornecimento regular e constante como justificativa para o não atendimento dos 30% exige articulação entre quem compra (demanda de alimentos para as escolas dos municípios) e quem vende (oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares). No entanto, em função do caráter recente da legislação, destaca-se a necessidade de organização de gestores e agricultores para a efetivação desta normativa nos diferentes contextos brasileiros e assim contribuir tanto para o desenvolvimento econômico local, como

para o fornecimento de refeições aos escolares que atendam aos princípios de uma alimentação saudável e adequada. (SARAIVA et al., 2013)

Atuação da Assistência Técnica Rural

As Entidades de Assistência Técnica Rural do Rio Grande do Norte (EMATER) são grandes parceiras dos agricultores familiares e também das entidades executoras, fornecendo apoio técnico e operacional para agricultores, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, visando o desenvolvimento sustentável. A partir dos relatos percebeu-se alguns problemas enfrentados por estes atores como, por exemplo, a sobrecarga de municípios, programas e atividades, a descontinuidade dos técnicos extensionistas rurais, falta de diálogo entre a EMATER e a entidade executora e falta de atuação nos municípios.

Ator social 5: Nós estamos vendo a dificuldade nos locais onde não tem assistência técnica da EMATER, e uma das grandes dificuldade na comercialização dos agricultores são as certificações, nós sabemos que os produtos manipulados precisa de certificação, então isso complica a vida dos agricultores, não apenas na venda para o PNAE, mas também outros programas.

Ator social 6: Enquanto nós não tivermos uma assistência técnica continua e que tenha apoio para o trabalho, as coisas não vão para frente. Em Upanema nós não temos assistência técnica, mesmo tendo uma produção magnífica, a prefeitura que quer ter esse trabalho de assistência, mas isso é competência da EMATER. O papel da prefeitura é incentivar esse trabalho, mas a EMATER tem que estar atuante, não apenas em trabalhos pontuais.

Chamada pública

As dificuldades na documentação para habilitação - projeto de vendas - e para o fornecimento dos gêneros alimentícios - nota fiscal, certificações -, a falta de qualificação dos profissionais das entidades

executoras para elaboração da chamada pública e entendimentos dos agricultores sobre o processo, ausência de capacitações sobre a chamada pública para os diversos atores sociais, pesquisas de preços, chamada pública desertas, pouca divulgação e publicação do edital da chamada, foram problemas identificados nos relatos.

Carvalho (2009) ao analisar experiências exitosas em municípios brasileiros, antes das novas diretrizes de execução do PNAE, ressaltou que as licitações sustentáveis na alimentação escolar têm promovido o desenvolvimento regional, a inclusão social, a movimentação da economia local, o consumo de alimentos mais frescos por parte dos escolares, a redução nos gastos com transportes e a promoção de educação alimentar e nutricional para além do espaço escolar, ou seja, o principal entrave para a compra da agricultura familiar é a falta de planejamento, ou planejamento inadequado, do gestor para a execução da compra. Deve-se conhecer a realidade local dos agricultores para que o gestor possa planejar sua compra respeitando sazonalidades, vocação produtiva local etc.

MAPA COLABORATIVO COMO SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA O PNAE

A proposta de um mapa colaborativo parte da ideia que as tecnologias de informação e comunicação vêm remodelando os processos de interação humana, tornando-os mais efetivos e acelerados. A imagem de reunir, em um espaço comum e interativo, informações que apoiem ações de governança no setor público foi pensada para facilitar o fluxo de informações sobre a oferta da agricultura familiar no estado, uma vez que se encontravam dispersas. Desse modo, *crowdsourcing* significa colaboração coletiva que visa convidar indivíduos que estão conectados a uma rede para trabalhar juntos na solução de algum problema, independente de espaço e tempo. (PRADO, 2015)

Esta ferramenta se materializa na forma de um mapa colaborativo,¹ que teve como objetivo reunir dados sobre os agricultores familiares e as

1 Disponível em: <http://nutrir.com.vc/blog/mapeamentos/>.

organizações da agricultura familiar – associações e cooperativas – existentes no estado do Rio Grande do Norte, aptos a comercializar às entidades executoras, a fim de facilitar a identificação e localização desses agricultores. A indicação da solução tecnológica utilizada na construção desse mapa foi feita pelo Laboratório de Gestão Governamental (LabGov), um projeto da UFRN, que tem como premissa o uso da tecnologia de informação como uma ferramenta importante na análise dos problemas públicos e no desenvolvimento de soluções para saná-los, tais como a garantia do DHAA. Além disso, O CECANE/UFRN, atualmente, conta com a colaboração de um aluno bolsista em Tecnologia da Informação cujo objetivo é viabilizar a execução e manutenção da ferramenta.

Para cadastro dos produtores familiares individuais e organizados em grupos formais são solicitadas as seguintes informações: 1) Nome completo do ofertante; 2) Número de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou CNPJ; 3) Gêneros alimentícios que geralmente são ofertados pela sua produção; 4) Contato telefônico; 5) Endereço completo e localização no mapa; 6) descrição sobre a produção (agroecológica, orgânica, convencional etc.); e 7) sazonalidade. Portanto, qualquer indivíduo poderá cadastrar sua produção no mapa colaborativo.

A elaboração desta ferramenta foi produto final das oficinas regionais sobre demanda e oferta da agricultura familiar no PNAE realizadas pelo CECANE/UFRN no 2º semestre do ano de 2018. Atualmente, estão cadastradas 47 produções no estado, entre produtores individuais, associações e cooperativas. A indicação desta solução tecnológica possibilitará o encontro entre os atores pertinentes às duas pontas da cadeia de oferta e demanda da alimentação escolar (nutricionistas, agricultores, secretários, assistentes técnicos rurais, conselheiros etc.), sendo este um dos principais entraves para o não cumprimento do percentual mínimo exigido pela Lei nº 11.947/2009. Além disso, o mapeamento contribuirá com os responsáveis técnicos em suas chamadas públicas no tocante à articulação entre os atores sociais, à elaboração do cardápio com base na sazonalidade e na produção local e na pesquisa de preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste capítulo focaram especificamente nos municípios que se encontram fora do estipulado pela lei desde sua implementação. A estratégia de fomento nestas situações deriva do entendimento que uma assessoria especialmente voltada à instrumentalização dos seus atores para a identificação da demanda da alimentação escolar e da oferta da agricultura familiar poderia facilitar o desencadeamento do reconhecimento das necessidades dos envolvidos para a promoção do crescimento da compra preconizada pela resolução e suas diretrizes.

A compra de alimentos oriundos da agricultura familiar contribui para um desenvolvimento sustentável ao incentivar a produção e o consumo de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local dinamizando a economia e seguindo em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada para os escolares.

Ainda existem desafios para efetividade do PNAE, mas foi por meio dele que se garantiu ainda mais independência na comercialização dos produtos da agricultura familiar, e se agregou mais valor à produção com preços justos. Além disso, foi um passo importante para minimizar o grande problema do êxodo rural e os bolsões de pobreza nas grandes cidades, causados pela necessidade de emprego e renda sem qualquer qualificação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona, 1977.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 2. ed. Brasília, DF: FNDE, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Sobre o PNAE*. Brasília, DF, [2017?]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>

gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar*. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Informe Recursos PNAE*. [Trata sobre o repasse dos recursos financeiros federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2021]. n. 7, Brasília, DF, maio 2021.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. *Planejamento e políticas públicas*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 115-148, jan./jun. 2009.

CHAVES, V. M. *et al.* Challenges to balance food demand and supply: analysis of PNAE execution in one semiarid region of Brazil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 55, p. 470-493, dez. 2020.

GUILHOTO, J. M. *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. *Anais [...]*. São Paulo: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

HAWKES, C. *et al.* How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, n. 1, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição*. Brasília, DF: OPAS, 2017.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PRADO, J. M. K. Crowdsourcing auxiliando métodos de pesquisa: o excedente cognitivo em prol da produção científica. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 356-365, 2015

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

CAPÍTULO 4

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO CECANE/ UFRB: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A OFERTA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NA BAHIA

JASILAINÉ ANDRADE PASSOS; VANESSA DE SOUZA RODRIGUES MATOS;
NEIDIANE PEREIRA DOS SANTOS; CAMILA DOS SANTOS RODRIGUES;
MICHELI DANTAS SOARES; SHEILA MONTEIRO BRITO.

INTRODUÇÃO

A experiência ora apresentada insere-se nas ações realizadas no âmbito das “Oficinas regionais para o levantamento da demanda da alimentação escolar e da produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE”. As mesmas foram desenvolvidas pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com o propósito de fortalecer a comercialização de alimentos provenientes da produção agrícola familiar, bem como a ampliação da participação dos agricultores(as) familiares no programa. Para tanto, articulou-se o encontro da demanda da alimentação escolar com

a oferta da agricultura familiar para o bom atendimento das normativas vigentes, sobretudo pelo preconizado no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.

Desde a aprovação da referida lei, o agricultor familiar é incorporado como agente participante e sujeito necessário à execução do programa e para o desenvolvimento da cadeia produtiva local. Destarte, o fortalecimento da agricultura familiar e de suas potencialidades no fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) coaduna com diretrizes atuais voltadas para a promoção da alimentação adequada e saudável, conforme recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), reforçando o consumo de alimentos saudáveis, o respeito à cultura alimentar, a vocação agrícola da região, os circuitos curtos de comercialização e a preservação da socio-bio-diversidade. (BRASIL, 2017)

No entanto, cabe salientar que mesmo diante do aparato legal estão postos os desafios à sua efetiva implementação, especialmente no que tange ao provimento de alimentos da agricultura familiar. Desta forma, estratégias focadas em ações educativas, como a descrita neste relato de experiência, são essenciais para o enfrentamento destes impasses. Assim, esta narrativa busca relatar a experiência de oficinas formativas regionais, cujo intuito foi desenvolver, colaborativamente, estratégias de enfrentamento aos desafios impostos às especificidades locais, bem como suas interfaces para a consecução da aquisição dos produtos da agricultura familiar no PNAE.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esse relato de experiência se apoia em relatórios elaborados sobre a construção e execução de três oficinas regionalizadas para encontro e diálogo entre atores envolvidos na demanda e oferta de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

No que tange o desenho metodológico, buscou-se estratégias de valorização dos saberes dos diversos participantes, o estímulo ao exercício da autonomia, assim como a construção colaborativa de conhecimentos

sobre a importância de abordagens intersetoriais, sobre os diversos sistemas alimentares e seus reflexos na sustentabilidade econômica, social e ambiental, considerando elementos regionais e tendo o PNAE como mote reflexivo. Nesta perspectiva, acolheu-se as premissas do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (BRASIL, 2012) e os princípios norteadores da pedagogia libertadora/problematizadora pensada pelo educador Paulo Freire, tendo o sujeito sócio-histórico como horizonte formativo. (PITANO, 2017)

A tomada de decisão sobre os temas a serem explorados durante as oficinas foi apoiada em uma análise situacional. Neste contexto, como etapa prévia às formações, foram coletadas informações referentes ao percentual de recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) direcionados à aquisição de produtos da agricultura familiar, bem como relacionados à existência de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) físicas e jurídicas registradas nos municípios, além de dados produzidos em parceria com o Projeto Mais Mercado¹ (PROJETO MAIS MERCADO, 2017) que apontaram para desafios e potencialidades vivenciados nos territórios, mediante diálogo com os atores sociais envolvidos.

Os direcionamentos em torno dos conteúdos trabalhados foram baseados em normativas de execução do PNAE, a exemplo da Lei nº 11.947/2009, da Resolução nº 6/2020, uma vez que esta traz determinações atualizadas, inclusive sobre a aquisição de produtos da agricultura familiar, bem como na Resolução nº 2/2020, a qual normatiza a execução do programa no contexto de emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia da Covid-19.

Os materiais de apoio selecionados trataram, especialmente, de documentos institucionais do FNDE, os quais foram divulgados nesta oportunidade como fomento à cultura de acesso ao *site* do órgão pelos diferentes

1 O Projeto Mais Mercado foi executado no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2016 a 2021, visando a articulação entre oferta da agricultura familiar e a demanda do PNAE em municípios baianos situados nos Territórios do Portal do Sertão, Recôncavo e Sisal, sendo financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

atores, contribuindo para o exercício da autonomia na busca de informações seguras e atualizadas sobre a execução do programa.

Diante do contexto sanitário e da necessidade de distanciamento social, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), todas as atividades foram desenvolvidas na modalidade remota, de forma síncrona via plataforma Google Meet. Diante disso, o planejamento metodológico também considerou pressupostos da educação à distância, buscando extrapolar o uso essencialmente instrumental das tecnologias digitais, bem como referenciais das “metodologias ativas de ensino-aprendizagem”. (BERBEL, 2011) Nesta perspectiva, buscou-se valorizar a “presencialidade digital” e estimular o engajamento em construções colaborativas para o enfrentamento dos desafios à aquisição de alimentos da agricultura familiar nos diferentes municípios, bem como à tessitura de reflexões sobre as potencialidades identificadas e a importância de sua valorização, preservação e/ou fomento.

DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS

As oficinas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2021, com a participação de representantes das esferas da demanda – gestores municipais da educação e da agricultura, nutricionistas responsáveis técnicas (RT), conselheiros da alimentação escolar (CAE) – e da oferta – agricultores e agricultoras familiares e representantes de suas organizações (cooperativas e associações) –, bem como de representantes da Vigilância Sanitária (VISA) e da assistência técnica e extensão rural (ATER) de municípios dos Territórios de Identidade do Sisal, Portal do Sertão e Recôncavo. Participaram em torno de 115 atores, que contribuíram com suas *expertises* e relatos de experiência relacionados ao enfrentamento de entraves e valorização de potencialidades para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

As oficinas foram organizadas de modo a agrupar municípios do mesmo Território de Identidade. Cabe registrar que o Programa de Territórios de Identidade (PTI) foi instituído no ano de 2007 pelo Governo do Estado

da Bahia, considerando os rebatimentos espaciais dos municípios, bem como aspectos políticos e institucionais nos setores da educação, saúde, meio ambiente e cultura; configurando-se também como unidade de planejamento complementar a outras formas de organização regional, de modo que os conceitos de território e de região são complementares e não excludentes. (FLORES, 2014) Assim, tomar como referência os Territórios de Identidade perpassa por considerar, também, o compromisso com o desenvolvimento regional do PNAE, que pressupõe a valorização da agricultura familiar a partir de referenciais territoriais. Deste modo, a organização das oficinas por Território de Identidade favoreceu a contextualização dos temas trabalhados à luz das características específicas da região, sem perder de vista as singularidades municipais.

O desenvolvimento das formações foi estruturado em três momentos. No primeiro, foram utilizados vídeos sobre as riquezas naturais e socio-culturais de cada um dos territórios, conformando um recurso para acolhimento dos participantes, contextualização e sensibilização para engajamento nas atividades propostas. Em um segundo momento, com o objetivo de mobilizar os conhecimentos prévios sobre os entraves e potencialidades em torno do processo de comercialização e promover o aprofundamento e a interlocução com informações previamente coletadas sobre o território, foi compartilhado via *software* Microsoft Power Point, a “Rota dos Alimentos”. A captura de tela referente à esta atividade apresenta os desafios elencados para aquisição de produtos da agricultura familiar no Território do Sisal durante a “Oficina Regional de Agricultura Familiar e PNAE, 2021: inadequações estruturais/equipamentos nas escolas”; capacidade de armazenamento e distribuição; necessidade de parcerias com a VISA e ATER; necessidade de controle higiênico-sanitário; compreensão da importância do PNAE pelos agricultores; adequação de cardápios, excluindo-se alimentos restritos; insegurança e atrasos quanto aos pagamentos; burocracia de editais e chamadas públicas; necessidade de formação de merendeiras; Educação Alimentar e Nutricional (EAN); aceitabilidade; ação dos atravessadores; qualidade dos alimentos; articulação entre os atores sociais; controle social pelo CAE.

Esta “rota” foi graficamente representada por uma imagem previamente elaborada por membros do CECANE/UFRB e adaptada ao contexto da formação, a qual ilustrou o trajeto percorrido dos produtos da agricultura familiar, desde as unidades de produção às escolas. Esta abordagem metodológica contribuiu para a tessitura de reflexões a partir das realidades locais e as possíveis estratégias de ação no enfrentamento dos problemas expostos.

Como estratégia de diversificação das formas de expressão, também se utilizou enquanto recurso didático o *site*/aplicativo Mentimeter, fomentando a participação dos atores e sistematização de informações sobre o tema da oficina mediante a construção coletiva de duas nuvens de palavras, sendo um referente aos desafios e outra às potencialidades. De forma geral, as nuvens de palavras reafirmaram informações previamente identificadas na supramencionada análise situacional. A diversidade de palavras/frases usadas pelos participantes expressou ampla gama de desafios, sendo muitos deles potencializados no contexto de pandemia – situação também evidenciada em nível nacional. (PEREIRA et al., 2020)

Cabe registrar que as “nuvens de palavras” configuram imagens que ilustram, de forma organizada, as diversas expressões registradas por participantes, sendo que o tamanho de cada palavra indica a frequência de seu registro e, neste caso, remeteria para a incidência de desafios e potencialidades vivenciados pelos grupos. Trata-se de um recurso tecnológico que pode contribuir pedagogicamente para a interatividade e construções colaborativas. (PRAIS; ROSA, 2017)

Os desafios destacados nas nuvens de palavras e na “rota” foram alvo de problematização e de proposição de estratégias de enfrentamento “desenhadas” a partir da utilização do Powerpoint com tela compartilhada, adaptada como “quadro interativo” para fomentar a participação e engajamento nas atividades. Desta forma, buscou-se adequar o uso de ferramentas digitais enquanto elementos agregadores para a aprendizagem significativa, evitando o uso essencialmente instrumental dessas.

No terceiro momento das oficinas, a atividade intitulada “Dedo de prosa sobre normativas do PNAE e orientações diante da pandemia da

Covid-19” foi realizada mediante apresentação dialogada com o objetivo de discutir e esclarecer dúvidas sobre as atualizações normativas do programa, além de sistematizar informações sobre as etapas da compra de alimentos da agricultura familiar.

Após a finalização das atividades os participantes foram convidados a avaliar as oficinas por meio do envio de formulário digital semiestruturado no qual constavam questionamentos sobre afetações provocadas pelo encontro, avaliação sobre os aspectos metodológicos, pertinência dos temas debatidos, possibilidades de contextualização dos conhecimentos construídos no âmbito da execução do PNAE e interesse em participar de novos eventos sobre o tema. De forma geral, as respostas evidenciaram uma avaliação positiva das atividades no que tange os diversos aspectos pautados.

No bojo destas considerações, como forma de ampliar o alcance das informações para além do momento das oficinas e empreendendo esforços para atingir maior contingente de atores sociais, foram desenvolvidos materiais didáticos digitais, tais como *cards*, *podcast* e vídeo. Além disso, foi realizado o *webinar* intitulado “Beneficiamento e regularização sanitária de produtos da agricultura familiar: construindo pontes para o fortalecimento do PNAE”, com o objetivo de discutir e aprofundar conhecimentos sobre inspeção sanitária para alimentos visando o empoderamento e mobilização de atores e atrizes sociais para organização e ampliação das possibilidades de comercialização junto ao mercado institucional do programa.

ENTRAVES E POTENCIALIDADES PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE

Em consonância com o objetivo das oficinas, a realização de análise situacional associada à metodologia adotada nas formações possibilitou a sistematização dos principais desafios e potencialidades para aquisição de produtos da agricultura familiar. Dentre as potencialidades elencadas, pode-se salientar: o fortalecimento dos sistemas alimentares sustentáveis;

as potencialidades econômicas; o fortalecimento da organização social e do campesinato.

No que concerne aos sistemas alimentares sustentáveis, os atores e as atrizes sociais reconheceram que a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar estimulam a diversidade produtiva de alimentos *in natura* e minimamente processados, criando cenário permissivo à inclusão de produtos saudáveis com vínculo regional nos cardápios dos escolares. Cabe ressaltar que em alguns cenários o protagonismo e participação das mulheres como produtoras e fornecedoras de alimentos para o programa desponta como uma potência importante.

Com relação às potencialidades econômicas destacou-se o desenvolvimento local a partir da circulação da renda nos próprios municípios, configurando o PNAE como mercado institucional seguro e uma fonte de renda fixa para os produtores. Além disso, o beneficiamento dos produtos que ocorre através das cooperativas ou associações também pode ser grande potencial para o fortalecimento da economia e renda, sendo possível comercializar os produtos em outros locais e mercados. No tocante ao campesinato, uma importante potência para o PNAE e seu aprimoramento é a valorização da agricultura familiar, como uma das bases da alimentação da população, que produz alimentos de boa qualidade nutricional e pode favorecer a manutenção de sistemas alimentares justos e sustentáveis. Ademais, com essa valorização há um incentivo à permanência no campo, conformando possibilidades de emprego e fonte de renda, principalmente para os jovens.

Assim como as fragilidades na organização social podem influenciar e acarretar em desafios na compra e venda, tais mecanismos quando fortalecidos favorecem e potencializam essa comercialização. Nesta perspectiva, a articulação e o diálogo entre os atores e as atrizes sociais do PNAE se fazem necessários para melhor execução do programa e enfrentamento dos desafios. Em determinados cenários, a atuação implicada do CAE figura, também, como elemento potencializador de superação dos desafios, assim como as parcerias e articulações entre VISA, Secretaria de

Agricultura, ATER e semelhantes mostram-se essenciais para o aprimoramento e fortalecimento da agricultura familiar.

Dentre as informações levantadas, destacam-se também os dados referentes aos desafios para a aquisição de produtos da agricultura familiar nos Territórios de Identidade baianos em questão. Na expectativa de aprofundar a compreensão destes aspectos, tais elementos foram sistematizados enquanto desafios relacionados à inadequação na infraestrutura; complexidade de processos burocráticos e de governança; inadequações relacionadas à alimentação e nutrição, além da fragilidade dos dispositivos institucionais de controle e participação social.

No que diz respeito aos entraves relacionados à infraestrutura destacam-se desde a insuficiente capacidade de armazenamento nos locais de recebimento até a precarização da infraestrutura das escolas. Tais fatores comprometem o armazenamento adequado dos alimentos adquiridos e, somados à dificuldade de transporte para realizar as entregas, limitam o fornecimento dos produtos pelos agricultores, especialmente os que não mantêm redes organizativas. Outro aspecto relacionado à infraestrutura refere-se à dificuldade de acesso à internet, o que vem limitando a comunicação necessária à articulação entre os diferentes atores e setores envolvidos com a alimentação escolar, especialmente no contexto pandêmico.

No que concerne aos entraves referentes aos processos burocráticos e de governança, foram pautados atrasos nos pagamentos dos fornecedores, inconsistências contratuais como incompatibilidade entre volumes contratados e o quantitativo efetivamente adquirido pela entidade executora. Além disso, em relação à chamada pública, sua divulgação é referida como insuficiente e muitas vezes o edital foge às normatizações vigentes. Associado a isso, a ausência de mapeamento agrícola dos produtos da agricultura familiar em muitos municípios também dificulta sua elaboração, uma vez que impede a criação de pautas de compra correspondentes com a vocação agrícola, inclusive no que diz respeito à sazonalidade dos alimentos. Outras limitações identificadas foram a dificuldade de emissão de notas fiscais pelos agricultores e pelas agricultoras e as exigências burocráticas envoltas na formalização das associações/cooperativas,

mitigando a participação de organizações de menor porte no mercado institucional do PNAE.

No que diz respeito à governança, foi pautada a necessidade de valorização da agricultura familiar, a qual pode ser potencializada mediante formações voltadas para os atores e atrizes envolvidos com a produção camponesa, bem como a partir do fortalecimento de parcerias com instituições que atuam no cotidiano de agricultores e agricultoras buscando o desenvolvimento rural de forma sustentável, à exemplo da ATER. Dentre as parcerias necessárias também vale destacar a necessidade de aproximação com a VISA, entendendo que inadequações na qualidade sanitária muitas vezes configuram um impasse na comercialização de alimentos da agricultura familiar.

No que tange às inadequações relacionadas à alimentação e nutrição, foram citados impasses como a presença de alimentos restritos e/ou proibidos nos cardápios, infringindo a Resolução nº 06/2020. Somado a isso, algumas RT referiram baixa aceitação dos alimentos da agricultura familiar pelos escolares, o que reforça a necessidade da realização de ações de EAN junto à comunidade escolar, especialmente para estimular a aceitação destes alimentos por parte dos estudantes e com vistas a valorizar os alimentos regionais. No bojo dessas ações, a aplicação de testes de aceitabilidade das preparações também foi tida como relevante.

Em alguns contextos a inclusão dos gêneros da agricultura familiar nos cardápios foi considerada aquém do recomendado, com baixa oferta de frutas *in natura*, legumes, verduras e alimentos minimamente processados, principalmente diante do cenário pandêmico. Ademais, muitos municípios referiram insuficiência no número de profissionais no quadro técnico de nutricionistas, ocasionando sobrecarga de funções para a RT e comprometendo o acompanhamento contínuo da alimentação nas escolas. Paralelamente, evidenciaram que, na maioria dos casos, há fragilidade na vinculação empregatícia junto às entidades executoras – especialmente devido às mudanças de gestões municipais – dificultando a consolidação de profissionais com experiência na área da alimentação escolar.

Por seu turno, os desafios relacionados aos dispositivos de controle e participação social refletiram fragilidades em relação ao reconhecimento do papel do CAE no acompanhamento e fiscalização do programa e, sobretudo, na sua autonomia para exercê-lo. A participação social também poderia se expressar à luz da solidez das organizações de agricultores e agricultoras familiares. Por outro lado, identificou-se a fragilidade nos processos organizativos das cooperativas e associações em vários municípios, configurando-se em mais um impasse para a maior participação nas chamadas públicas.

Como alternativa de diluição dos entraves identificados, a articulação entre os atores e atrizes envolvidos na implementação do Programa foi apontada como crucial. Nesta esteira, a realização de mapeamento agrícola nos municípios, o incentivo ao aumento da diversificação da produção – até mesmo a partir do beneficiamento de gêneros alimentícios – além do estímulo à comercialização coletiva pelos agricultores e agricultoras através do fortalecimento dos processos organizativos também foram tidos como estratégias de enfrentamento. Para tanto, a efetivação do controle social mediante a atuação dos CAE situa-se como fundamental, e, diante disso, a realização de formações voltadas para conselheiros e conselheiras foi destacada. Além disso, a atuação engajada da entidade executora foi pautada como fundamental, inclusive mediante o provimento de recursos direcionados para o fortalecimento do PNAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros estabelecidos entre atores e atrizes sociais do PNAE, tanto da oferta como da demanda, permitiram a identificação das potencialidades e dos desafios vivenciados para aquisição de produtos da agricultura familiar, criando subsídios para o desenho de estratégias de mitigação dos entraves apresentados nas realidades dos seus territórios. Tais constatações demonstram a importância do diálogo e da comunicação entre os setores, atores e atrizes institucionais e sociais, além da organização e

participação social como elementos fundantes para o aprimoramento das diretrizes do programa.

Diante do exposto, as ações realizadas pelo CECANE/UFRB durante as “Oficinas Regionais de Agricultura Familiar e PNAE” coadunaram para o estabelecimento de parcerias, inclusive com representação da universidade, de forma a construir relações dialógicas que direcionem para o contínuo fortalecimento de ações em prol da plena execução do PNAE, especialmente no que se refere à aquisição de produtos da agricultura familiar. Nesta perspectiva, parte-se do reconhecimento do caráter ético-político do programa e de sua importância para a garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas e Saudáveis e do fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- BOOG, M. C. F. *Educação em Nutrição: integrando experiências*. Campinas: Komedi, 2013.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Contas online: SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpc/login.seam>. Acesso em: fev. 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Guia alimentar para a População Brasileira: promovendo alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar*. Brasília: FNDE, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado

de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 70, p. 27-28, 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

FLORES, C. D. *TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA*: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19347>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PEREIRA, A. S. *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, aug. 2020.

PITANO, S. D. C. A educação problematizadora de Paulo Freire: uma pedagogia do sujeito social. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jun. 2017.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. Nuvem de palavras e mapa conceitual: estratégias e recursos tecnológicos na prática pedagógica. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 201-219, jan./abr. 2017.

PROJETO MAIS MERCADO. *Relatório dos Planos de Ação Articulação entre Oferta da Agricultura Familiar e Demanda do PNAE nos Territórios do Recôncavo, Portal do Sertão e Sisal (Relatório Demanda e Oferta)*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), 2017.

ROCHA, D. R. O uso do *Mentimeter* como recurso de aprendizagem em tempos de ensino remoto. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E GEOTECNOLOGIAS, 3., 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UNEB, 2021. p. 122-127. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/12626>. Acesso em: 28 set. 2021.

CAPÍTULO 5

OFICINAS REGIONAIS DE APOIO AOS MUNICÍPIOS NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE NO PIAUÍ

MARIZE MELO DOS SANTOS; AMÁLIA DE JESUS MOURA SINIMBU; ELAINE CARVALHO DE MORAIS; ELIZABETE MACIEL DE SOUSA CARDOSO; IVONETE MOURA CAMPELO; JÉSSICA DANIELE LUSTOSA DA SILVA; CECÍLIA MARIA RESENDE GONÇALVES DE CARVALHO.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos últimos anos, representa um dos mais importantes mecanismos de política de inclusão no meio rural. O formato atual do PNAE configura-se como um modelo de desenvolvimento que propicia não só crescimento econômico como também a justiça social, a preservação do meio ambiente e a saúde pública. (NUNES et al., 2018)

A articulação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se em diretrizes estabelecidas pelo PNAE, destacando-se a

obrigatoriedade de empregar pelo menos 30% do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de alimentos da agricultura familiar. (BRASIL, 2009)

Nesse cenário, o PNAE tem papel relevante no estímulo e fortalecimento da agricultura familiar, fundamentais para o planejamento e execução de ações voltadas a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos escolares e ao desenvolvimento local, uma vez que institui uma nova via de comercialização e oportuniza a reintegração econômica e social do agricultor. (DORNELES et al., 2018)

A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, dentre outras potencialidades, valoriza a alimentação saudável, o respeito à cultura alimentar local, o desenvolvimento sustentável da região, além da criação de mercados para a comercialização dos produtos, incentivo à renda, inclusão produtiva e o estímulo ao cooperativismo e associações no meio rural. (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019)

Para a efetivação da parceria entre a agricultura familiar e o PNAE é indispensável à articulação dos diversos atores sociais vinculados ao programa para estabelecer diálogos, com e entre distintos segmentos, e arranjos institucionais que viabilizem a operacionalização da política. (BECKER; ANJOS, 2015)

Nesse sentido, foram realizadas oficinas regionais, em 2019, em municípios do Piauí, por considerar necessária a interlocução entre os atores da oferta e demanda para o PNAE, com vistas à execução concreta dessa política pública.

Assim, este capítulo descreve as experiências do diálogo entre eles durante as oficinas e as propostas encaminhadas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE.

DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS

As “Oficinas Regionais de apoio no Processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para PNAE” foram realizadas em dois

Territórios de Desenvolvimento (TD), Serra da Capivara e Vale do Sombrito, com a participação efetiva de 15 municípios, sendo selecionados um município-polo, em cada TD. Para essas atividades, houve parceria entre o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e as Secretarias de Educação dos municípios-polo.

Participaram das oficinas secretários de educação, nutricionista (responsável técnico e quadro técnico), secretários de agricultura, assistência técnica e extensão agrícola local, vigilância sanitária, organizações (associações e cooperativas) da agricultura familiar, agricultores individuais, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), conselheiros de alimentação escolar, representantes do setor financeiro, técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), representantes dos regimes estaduais e federais presentes nos municípios, de forma a integrar os diferentes tipos de instâncias que executam o PNAE.

O trabalho constituiu-se em dois momentos, inicialmente, a apresentação e discussão dos resultados referentes ao diagnóstico prévio às “Oficinas Regionais da Agricultura Familiar”, com base nas informações coletadas pela aplicação de questionários, destinados aos gestores e/ou nutricionistas, secretários de agricultura e agricultores, com discussão sobre avaliação dos cardápios ofertados, com base no Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (IQCOSAN).

Utilizou-se rodas de conversa, com o intuito de proporcionar aos participantes, momentos de trocas de experiências no processo de compra de gêneros da agricultura familiar, além de composição de mesa de discussão, para debates de temas relacionados aos principais entraves enfrentados pelos atores envolvidos com a oferta e demanda de alimentos da agricultura familiar para o programa.

O segundo momento dedicou-se às atividades práticas, com trabalhos em grupos de discussão e construção da árvore de problemas. Esta é uma ferramenta de trabalho que faz uso de metodologia participativa, tem como objetivo ajudar a entender a existência de certos problemas, seus efeitos e o que fazer para eliminá-los. A metodologia no formato de

uma árvore consistiu em atribuir temas a cada uma das partes dela, por exemplo: no tronco especificou-se o problema, nas raízes (causas) e nas folhas (efeitos negativos gerados pelos problemas).

Após a construção das árvores de problemas, propôs-se a elaboração do Plano de Ação Municipal (Quadro 2). Para tanto, foram formados grupos de discussão, de forma aleatória, os quais propuseram ações no sentido de solucionar os problemas identificados nas árvores construídas pelos participantes.

De modo particular, no Território Serra da Capivara, a elaboração das árvores de problemas baseou-se nos principais desafios enfrentados pelos municípios na execução do passo a passo do processo de chamada pública, uma vez que, a maioria das entidades executoras ainda não realizavam aquisição de gêneros da agricultura familiar.

No Território Vale do Sambito foram utilizados como referências para a construção das árvores de problemas, os entraves identificados no diagnóstico situacional dos municípios, visto que, os representantes desse território executavam, em sua maioria, compras de gêneros alimentícios por chamada pública.

Com base nos resultados das discussões e da elaboração dos planos de ação de cada grupo, foi possível construir os Quadros 2 e 4, a partir dos quais o CECANE/UFPI prestou assessoria aos municípios por meio de contatos telefônicos, WhatsApp e *e-mails*, visando esclarecer dúvidas e orientações quanto ao cumprimento das ações propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência com os atores do PNAE em oficinas de agricultura familiar, conduzida pelo CECANE/UFPI, em dois TDs do Piauí, mostrou a construção de planos de ação para execução do programa, a partir das múltiplas visões desses atores, diante dos problemas identificados, conjuntamente entre oferta e demanda para alimentação escolar.

No Quadro 1 estão apresentados os principais problemas definidos pelos participantes da “Oficina Regional da Agricultura Familiar no Território

Serra da Capivara”, no que se refere à execução do passo a passo do processo de chamada pública.

Quadro 1 – Síntese das discussões dos grupos a partir das “Árvores dos Problemas”, construídas na Oficina Regional da Agricultura Familiar no TD – Serra da Capivara, 2019

PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	SOLUÇÕES
Articulação entre os atores	Falta de informação. Falta de diálogo e comunicação	Inviabilidade na compra da agricultura familiar. Desmotivação do agricultor em participar do processo. Falta de produtos.	Formações com as entidades parceiras. Informar os agricultores e fomentar parcerias entre os atores. Estabelecer cronogramas de reuniões.
Elaboração de chamada pública	Falta de informação. Falta de formação técnica dos agricultores e da equipe responsável pela elaboração do processo. Desconhecimento do potencial agrícola.	Ausência de segurança alimentar. Processos desertos. Não cumprimento da legislação. Perda de recursos financeiros.	Definir responsabilidades.
Elaboração de projetos de venda	Burocracia no processo. Os editais não são claros para aos participantes. Desconhecimento das entidades executoras e dos agricultores sobre processo. Falta de tempo e planejamento para elaboração.	Falta de interesse dos agricultores em participar do processo. Falta de divulgação.	Ampla divulgação dos processos. Formação com os agricultores e suas representações. Contato direto com os agricultores.

Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 1, percebe-se a constante alegação de falta de conhecimentos gerais sobre o processo, por parte dos participantes. Este entrave é bastante comum na realidade dos municípios piauienses.

Resultados semelhantes, quanto as dificuldades na aquisição de gêneros da agricultura familiar, foram encontrados em estudos realizados por Almeida e demais autores (2016), identificando como entraves à elaboração do projeto de venda e do edital de chamada pública, ocorridas devido à mensuração do valor destinado à compra, divulgação do processo e desconhecimento dos regramentos por parte dos agricultores. Estudos de Triches e demais autores (2017) também corroboram com os resultados apresentados, além dos problemas relatados foram identificadas dificuldades quanto a falta de estrutura física das cozinhas,

atuação do conselho de alimentação escolar, problemas relacionados a questões climáticas, exigências sanitárias, preços dos produtos entre outros obstáculos.

Como forma de superação dos desafios, os participantes planejaram ações estratégicas definidas no Plano de Ação Municipal, conforme apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Composição do Plano de Ação Municipal construído pelos grupos na Oficina Regional da Agricultura Familiar, TD – Serra da Capivara, 2019

SOLUÇÕES	COMO	ONDE	QUANDO	QUEM
Formações com as entidades parceiras	Capacitar representantes da agricultura familiar a nível local – STTRs, secretário de agricultura e técnicos da Entidades de Assistência Técnica Rural do Rio Grande do Norte (EMATER).	Entidades representantes da agricultura familiar.	Ação imediata.	SEMED em conjunto com entidades parceiras: SENAR, SEBRAE, organizações não governamentais (ONGs).
Inclusão e parcerias entre os atores envolvidos no PNAE	Firmar parcerias entre as SEMEDs e entidades como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), STTRs, EMATER, Secretaria de Agricultura e ONGs.	Secretaria de Educação.	Ação imediata.	Integração entre todos os setores envolvidos.
Estabelecer cronogramas de reuniões	Realizar reuniões com os agricultores para informá-los sobre o processo de compra de gêneros da agricultura familiar.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.	Janeiro e julho de cada ano.	Sindicato em parceria com todos os atores inclusive Conselho de Desenvolvimento Sustentável.
Definir responsabilidades	Definir as atribuições dos atores com base na execução do processo de chamada pública para responsabilizar os envolvidos pelas ações praticadas.	Secretaria de Educação.	Anualmente.	SEMED (todos os atores), Secretaria de Agricultura, STTR e EMATER.
Ampliar a divulgação dos editais de chamada pública	Publicar os editais de chamada pública de forma ampla em todos os meios de comunicação disponíveis nos municípios.	Diário dos municípios, rádio local, redes sociais, convites aos órgãos envolvidos.	45 dias antes do processo de chamada pública.	SEMED.
Formação com os agricultores	Capacitar os agricultores sobre o processo de chamada pública e elaboração dos projetos de venda para alimentação escolar.	Sede da Secretaria de Agricultura.	Janeiro e fevereiro de 2020.	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, SEMED, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI), SEBRAE, STTR.

Fonte: elaborado pelos autores.

Trabalhos desenvolvidos por Triches e demais autores (2017) e Teo e demais autores (2020), além de estudar os condicionantes na aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE, apresentam ações implementadas em municípios brasileiros com maior êxito na superação dos desafios. Esses autores relataram que o bom relacionamento e o diálogo possibilitam que os agricultores compreendam a importância de se adequarem às exigências do programa e proporcionam o estabelecimento de uma rede de confiança entre as partes; o desenvolvimento de ações formativas e de capacitação possibilitam o conhecimento técnico sobre a produção, além disso, foi sugerido a realização de ações conjuntas entre outras entidades como, instituições de ensino superior, CECANE, extensão rural, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), SEBRAE e outros setores; a prática de ações intersetoriais e a participação social favorece que sejam percebidas novas possibilidades de melhorias na execução da política.

Percebe-se que a capacitação e promoção do conhecimento foi uma importante proposta para sanar as dificuldades. Isso porque para participar do processo, o agricultor precisa ter conhecimento técnico relativo à documentação exigida nos editais. Além disso, o produtor também encontra dificuldades na comercialização e logística, no entendimento do funcionamento do mercado, não sabendo como defender seus direitos durante as negociações. (RIOS; BARBOSA; SEVERINO, 2018)

Portanto, promover a capacitação e compreensão do agricultor sobre os trâmites da chamada é fundamental. Uma possível forma de capacitar os agricultores poderia ser a vinculação do acesso ao crédito rural com a educação. Ou seja, o mesmo só teria acesso ao crédito após a apresentação de certificado comprovando a participação em curso de capacitação. (KLEIN; ROSA, 2011)

A “Oficina Regional realizada no Território Vale do Sambito” teve como representantes os municípios que já executavam compras por chamada pública, assim, identificou-se problemas diferentes aos observados na oficina realizada na Serra da Capivara, conforme apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais problemas definidos pelos grupos na Oficina Regional da Agricultura Familiar, TD – Vale do Sambito, 2019

PROBLEMAS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS
Ausência de regularização sanitária	Falta de decreto de lei e decreto. Falta de registros no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Falta do Selo de Inspeção Sanitária (SIM).	Limitação da oferta de alimentos. Exclusão dos agricultores no processo. Dificuldade de alcançar os percentuais exigidos. Falta de desenvolvimento local. Baixa produtividade. Falta de incentivo.
Burocracias no processo da chamada pública	Regulamentação do MAPA. Regulamentação do SIM. Falta de articulação entre os envolvidos.	Falta de aquisição de produtos de origem animal e bebidas. Falta de aquisição de produtos vegetais minimamente processados.
Limitação do tipo de produtos ofertados	Trabalho individualizado. Falta de conhecimento técnico. Dificuldades financeiras. Divulgação inadequada.	Desconhecimento dos editais. Falta de produtos que supram a necessidade. Inadequação do mapeamento agrícola. Ausência de agricultores nas chamadas públicas.

Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo Triches e demais autores (2017), um dos obstáculos para a compra de produtos da agricultura familiar é a inclusão da certificação. A inexistência dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) nas secretarias municipais de agricultura é um gargalo para os setores de vigilância sanitária nos municípios de pequeno e médio porte, como demonstra o Quadro 03.

As fiscalizações sanitárias sobre os produtos de origem animal e seus derivados devem ser realizadas pelo SIM, no entanto, na maioria dos municípios o serviço ainda não é institucionalizado. Ou, quando o serviço é existente, este se dá apenas pela lei de criação, sem a estrutura necessária ou equipe técnica de fiscalização. (FREITAS, 2013)

Quanto aos problemas relacionados com burocracias na realização do processo de compras de gêneros da agricultura familiar, também foi identificado em estudo realizado por Triches e demais autores (2017) que esses se relacionavam com o entendimento diferenciado do setor jurídico e com as exigências documentais para que os interessados participassem do processo; quanto a limitação do tipo de produtos ofertados justificou-se a influência de condições climáticas e a falta de assistência técnica aos produtores.

Após discussão das causas e consequências dos problemas apresentados, os participantes se organizaram em grupos e definiram atividades que pudessem superar os desafios, conforme informações descritas no Quadro 4.

Quadro 4 – Atividades propostas pelos participantes da Oficina Regional da Agricultura Familiar, TD – Vale do Sambito, 2019

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS
Sensibilizar, mobilizar e articular os atores responsáveis pela criação dos registros de fiscalização sanitária. Criar consórcios de adesão municipal.	Gestores municipais, Poder Legislativo, EMATER, Secretaria de Agricultura, governo federal/MAPA, STTR, ADAPI, governo estadual (Serviço de Inspeção Estadual - SIE)
Assinar o Termo de Cooperação. Realizar capacitação, fiscalização e prestar assistência técnica. Formar consórcios municipais. Monitorar o processo de regulamentação do SIM.	Prefeitos, sindicatos, secretarias, agricultores, Câmaras Municipais, EMATER, Secretaria do Planejamento (SEPLAN)
Fomentar o associativismo e cooperativismo. Realizar assembleias nas comunidades para divulgação dos editais. Realizar capacitações e visitas <i>in loco</i> .	Gestores municipais, agricultores, EMATER, sindicatos, governo federal, ADAPI.

Fonte: elaborado pelos autores.

Percebe-se que a proposta principal para sanar as dificuldades na região de Valença do Piauí girava em torno da regularização da produção em relação ao quesito sanitário. Isso porque a realização da inspeção sanitária dos gêneros é uma das etapas, se não a mais, complexa para os agricultores. Estes enfrentam os entraves pela inadequação das instalações e tecnologia da produção, pela inadequação e/ou inexistência de embalagens, se for o caso, pelas condições inadequadas de acondicionamento e de transporte, além da documentação necessária para regularização do empreendimento. (FREITAS, 2013)

Em estudos realizados por Triches e Silvestri (2018) e Teo e demais autores (2020), são apresentadas como ações exitosas, a organização e o planejamento de entidades locais, tais como cooperativas e associações que tendem a minimizar o fornecimento irregular de alimentos, pelo maior número de produtores envolvidos, além de colaborar para que os problemas burocráticos e logísticos sejam superados. Saraiva e demais

autores (2013), destacam a necessidade de inserir esse processo de compra nas diversas políticas públicas governamentais, sugerindo a criação de espaços de debates e planejamento com os agricultores, gestores e escolas. Triches e demais autores (2017) destacam o estabelecimento de parcerias para a realização de capacitações e debates, além da necessidade de investimentos e acesso aos programas de créditos para que os agricultores possam investir na produção dos gêneros.

O PNAE contribui favorecendo a dinamização de pequenos investimentos e dos fluxos econômicos em nível local. Com isso, assume importância vital para as políticas de SAN e de agricultura familiar, gerando efeitos sinérgicos para o desenvolvimento local, além de estimular a reorganização funcional entre os membros familiares, proporcionando autonomia pessoal e financeira dos jovens e mulheres envolvidos. (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017) Além de um novo canal de comercialização para os agricultores, o programa oferece à alimentação escolar uma pauta alimentar regionalizada e diversificada, com alimentos mais naturais, frescos e saudáveis, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável, conforme afirma. (CRUZ; ASSIS, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das oficinas possibilitou a socialização de experiências entre os municípios e a percepção dos diferentes desafios na aquisição de gêneros da agricultura familiar. Observou-se que alguns municípios enfrentam entraves no processo de execução de chamada pública e outros a regularização sanitária dos gêneros, no entanto, ambos demonstraram interesse e almejam a aquisição e/ou ampliação dos percentuais de compra de gêneros da agricultura familiar, definindo estratégias que possibilitem a superações desses desafios.

Dentre os obstáculos apontados destacam-se: a desinformação dos agricultores sobre os processos de chamadas públicas e projetos de vendas, além da burocracia e a pouca divulgação; a falta de articulação entre os

atores, a inexistência de serviços de inspeção municipal e a carência de assistência técnica.

Em contrapartida, em ambos os TDs os participantes manifestaram interesse em ampliar a aquisição de gêneros da agricultura familiar, definindo estratégias para a superação dos desafios. O diálogo e a articulação intersetorial foram percebidos como possibilidades de compreender e se adequar às exigências do programa; estabelecer uma rede de confiança entre as partes e enxergar novos mecanismos para a melhoria da execução da política.

Neste sentido, para encorajar a agricultura familiar local e garantir a qualidade da alimentação escolar, são essenciais à adoção de novas formas de planejamento e organização, como por exemplo, a ação articulada dos diversos agentes. A articulação entre a oferta e a demanda viabiliza a interlocução entre os envolvidos e a superação dos eventuais problemas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. *et al.* Experiências de Efetivação do PNAE em municípios Paulistas: entraves e perspectivas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 24-34, mar./abr. 2016.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 577-593, out./dez. 2019.

BECKER, C.; ANJOS F. S. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. *Revista de la Facultad de Agronomía*, La Plata, v. 114, n. 3, p. 143-152, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009. Disponível em: [CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm#:~:text=VI%20%2D%20o%20direito%20%C3%A0%20alimenta%C3%A7%C3%A3o,Art. Acesso em: 19 out. 2020.</p></div><div data-bbox=)

Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 427-444, jul./set. 2017.

CRUZ, S. F.; ASSIS, T. R. P. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 3, p. 737-752, jul./set. 2019.

DORNELES, F. M. *et al.* Panorama da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar - RECoDAF*, v. 4, n. 1, p. 86-102, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328088090>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FREITAS, L. C. *Regularização dos alimentos da Agricultura Familiar destinados às escolas públicas da 20ª CRES - Crato-CE diante dos órgãos de controle sanitário*. 2013. Dissertação (Especialização em Vigilância Sanitária) - Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza. 2013. Disponível em: [http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/Monografia.%20Regula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Alimentos%20da%20Agricultura%20Familiar%20Destinados%20%C3%A0s%20Escolas%20P%C3%BAblicas%20da%2020%C2%AA%20CRES%20-%20Crato%20-%20CE,%20Diante%20dos%20%C3%93rg%C3%A3os%20de%20Controle%20Sanit%C3%A1rio%20\(1\).pdf](http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/Monografia.%20Regula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Alimentos%20da%20Agricultura%20Familiar%20Destinados%20%C3%A0s%20Escolas%20P%C3%BAblicas%20da%2020%C2%AA%20CRES%20-%20Crato%20-%20CE,%20Diante%20dos%20%C3%93rg%C3%A3os%20de%20Controle%20Sanit%C3%A1rio%20(1).pdf). Acesso em: 22 jul. 2020.

KLEIN, M. A.; ROSA, M. B. Adequação de propriedades de Agricultores Familiares à legislação ambiental: a Educação Ambiental como mitigadora do processo. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, RS, v. 4, n. 4, p. 453-468, out. 2011.

NUNES, E. M. *et al.* O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 114-139, jul./dez. 2018.

RIOS, M. L. M. R.; BARBOSA, L. Q.; SEVERINO, M. R. Estudo sobre desafios dos agricultores familiares na participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - uma revisão de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 38., 2018, Maceió. *Anais [...]*. Maceió: ABEPRO, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1088/o/TN_STO_258_478_36352.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013.

TEO, C. R. P. A. *et al.* Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e a Geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências Catarinenses. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 29, n. 49, p. 67-88, maio/ago. 2020.

TRICHES, R. M.; SILVESTRI, F. Adequação das chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar para a Alimentação Escolar. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 16, n. 44, p. 233-259, jul./set. 2018.

TRICHES, R. M. *et al.* Aquisição de produtos da agricultura familiar pela alimentação escolar: dificuldades e formas de superação mobilizadas pelos atores sociais. *SOBER*, Santa Maria, RS, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

EIXO II

EXPERIÊNCIAS EM FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS



CAPÍTULO 6

CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL EM ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO

THAIS SALEMA NOGUEIRA DE SOUZA; GIANE MOLIARI AMARAL SERRA;
CLÁUDIA ROBERTA BOCCA SANTOS; ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA;
MARIA DE LOURDES CARLOS FERREIRINHA RODRIGUES; TAMARA
MARIA PINHEIRO; RENATA ALBINO JERÔNIMO; ANA CAROLINA VEIGA DE
OLIVEIRA; MARIA BIRMAN CAVALCANTI.

INTRODUÇÃO

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Escola de Nutrição (CECANE) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi criado em 2017 por meio de um convênio firmado entre a UNIRIO e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) de crianças e adolescentes no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Uma das linhas de atuação do CECANE/UNIRIO tem sido o desenvolvimento de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as escolas, uma vez que essa constitui, junto com a oferta de refeições, os dois pilares do PNAE. Além disso, a EAN foi inserida em 2018 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como tema transversal no currículo escolar. (BRASIL, 2018d)

Os Temas Contemporâneos Transversais são essenciais na formação de estudantes por tratarem de questões da vida cotidiana e de novas demandas sociais, visando uma formação cidadã e ativa. (BRASIL, 2019) Portanto, a EAN é uma estratégia que permite dialogar sobre a alimentação e todas as suas implicações para as pessoas, a sociedade e o planeta, contribuindo para a reflexão sobre o DHAA e as responsabilidades sociais neste contexto.

Diante disto, o objetivo deste capítulo é apresentar algumas produções do CECANE/UNIRIO voltadas aos estudantes, educadores e demais interessados, bem como discutir a relevância destes materiais como estratégia para a promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável no contexto escolar.

A seguir apresenta-se o processo de desenvolvimento dos materiais educativos e de comunicação. Para cada material são descritos referenciais teóricos, metodologia, resultados e discussões do processo de trabalho do CECANE/UNIRIO no biênio 2018-2019.

DESENVOLVIMENTO DOS MATERIAIS EDUCATIVOS E DE COMUNICAÇÃO

O desenvolvimento de materiais educativos e de comunicação sobre alimentação tem como propósito incentivar professores da educação básica e demais educadores em abordar esta temática com crianças e adolescentes em ambiente escolar.

Os materiais foram desenvolvidos de forma coletiva, envolvendo a participação de estudantes, educadores, gestores e outros profissionais que trouxeram diferentes visões e experiências sobre o universo da alimentação, da educação e da comunicação, bem como sugestões para

cada material. Ou seja, em todo processo de construção foi valorizada a participação dos próprios atores sociais para os quais os materiais foram criados, de modo a expressar distintas vozes e realidades.

Quanto às bases teóricas, foram utilizadas referências gerais comuns a todos os materiais e algumas específicas de acordo com a necessidade de cada um. Do campo da educação as referências gerais oficiais foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as normativas do PNAE (BRASIL, 1997, 2009, 2018a), e referências das teorias críticas da educação, especialmente a pedagogia Freireana e a Educação Popular. (FREIRE, 1996; BRASIL, 2014b) No âmbito da EAN, as referências gerais foram o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e estudos sobre a alimentação e nutrição de crianças e adolescentes brasileiros. (BRASIL, 2012, 2014a) Como os materiais possuem características e usos distintos, foram necessárias aproximações com estratégias de ensino-aprendizagem e de comunicação, tais como jogos e audiovisual.

QUARTAS CAPAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trata-se de explicar a funcionalidade das quartas capas dos livros didáticos dando ênfase à alimentação saudável.

Aproximações teórico-metodológicas

As quartas capas de livros didáticos, que até poucos anos atrás traziam o Hino Nacional, a partir de 2016 se tornaram um espaço de promoção da alimentação adequada e saudável na escola. (CASTRO et al., 2019) A intenção era despertar o interesse de professores e estudantes sobre o tema, para promoverem conexões com cada componente curricular.

Além das referências gerais, a referência específica adotada foi o Caderno de Atividades do Programa Saúde na Escola (PSE) para o Ensino Fundamental I. (BRASIL, 2018b) A sistematização destas referências apoiou a articulação da temática alimentação com os conteúdos de cada

componente curricular, demonstrando a transversalidade do tema. Na prática pedagógica, o princípio da transversalidade pretende fomentar aprendizagens de conhecimentos teóricos por meio de questões e vivências alinhados às realidades dos alunos. (BRASIL, 2019) Essa sistematização gerou um documento-base que subsidiou os diálogos na oficina de criação de protótipos, descrita a seguir.

Processo de construção coletiva - oficina de criação de protótipos

Oficinas podem ser compreendidas como um espaço facilitador de trocas e sentidos, proporcionando a visibilidade de argumentos e posições, assim como de construção e desconstrução de versões, com potencial crítico e criativo. (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014) Foi com base nessa perspectiva que a oficina foi realizada, oportunizando espaço de diálogo para a criação de protótipos de quartas capas para os componentes curriculares. Foram convidados profissionais de diferentes campos de conhecimento e inserções sociais atuantes em: escolas públicas e privadas; organizações não governamentais e movimentos sociais, como Instituto Pró Mundo, Coletivo Comida é Afeto e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); instituições públicas, como Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), dentre outras, reunindo professores da educação básica, pedagogos, nutricionistas, pediatras e profissionais da comunicação.

A oficina foi organizada em três momentos. No primeiro, foi realizada apresentação lúdica da proposta e dos participantes para criar um ambiente leve e propiciar a interação. No segundo, foi realizada a dinâmica “Alimentação e sua Pluralidade: diferentes diálogos possíveis” na qual os participantes responderam em papéis palavras que representassem cada dimensão da alimentação - ambiental, biológica, cultural, direito humano, psicoafetiva, socioeconômica, com o objetivo de acessar a subjetividade e trazer à tona um olhar ampliado sobre alimentação. No terceiro, foram organizados cinco subgrupos (História, Geografia, Português, Matemática e Ciências). Os participantes se inseriram de acordo com seu interesse.

A dinâmica dos subgrupos envolveu: 1) rodada inicial de tempestade de ideias sobre a interface do tema alimentação com os conteúdos específicos; 2) consulta ao documento-base; 3) definição de possíveis conteúdo para as quartas capas; 4) representação gráfica do protótipo, em uma cartolina com uso de colagens, desenhos e textos; 5) apresentação de cada protótipo; e 6) avaliação. O principal resultado da oficina de criação foram os protótipos elaborados. Alguns foram plenamente apropriados, como por exemplo, o da capa de História, que propôs a representação da visita do professor e um grupo de alunos a uma feira livre com alimentos e povos de diferentes origens, para demonstrar riqueza e complexidade da cultura alimentar brasileira. Outros protótipos continham muitos conteúdos, que não poderiam ser expressos em uma única imagem, levando as equipes do CECANE e de comunicação a fazer escolhas. Quanto a avaliação da oficina, os convidados destacaram a oportunidade de participar do processo de construção de um material oficial a ser utilizado nas escolas.

Elaboração da versão final

A primeira etapa foi análise dos protótipos quanto aos textos, imagens e suas narrativas, com a intenção de verificar sua adequação com as competências específicas das áreas. A segunda etapa foi a escrita de um *storyboard* para cada capa, contendo informações sobre a situação a ser retrata, os personagens, o cenário, o título e demais elementos textuais. Buscou-se considerar em todos os *storyboards* a representação da diversidade de gênero, cor, formas físicas, atores sociais da escola e cenas do cotidiano, dentro e fora da sala de aula. A terceira etapa foi a elaboração gráfica das capas com a participação de um ilustrador, com experiência em produções para o público infantil.

JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II - NUTRIQUIZ

Trata-se de mapear as concepções de jogos.

Aproximações teórico-metodológicas

O início do processo de criação do jogo educativo foi marcado pelo mapeamento de concepções de jogos, bem como suas características, aplicações, gêneros e funcionalidades. Esse processo envolveu a experimentação e análise de diferentes jogos de cartas, tabuleiro, quebra-cabeça e jogos virtuais, na intenção de aprender jogando. Ou seja, de aprender com a vivência, como sugere a teoria freireana. (FREIRE, 1996)

Esta etapa foi essencial para a definição da natureza e do formato de jogo. Dois princípios orientaram o processo: ter um jogo colaborativo sem vencedores ou perdedores e de fácil reprodução com materiais simples, presentes na escola. Após analisar as diversas possibilidades, optou-se por criar um jogo de tabuleiro.

Além das referências gerais, o jogo foi inspirado em referências específicas como o *Caderno de Atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental II* e a publicação *Alimentos Regionais Brasileiros*. (BRASIL, 2015; 2018c)

Processo de construção coletiva - oficinas de experimentação, criação e validação

A avaliação do jogo foi realizada em duas etapas, com estudantes do 9º ano de duas escolas municipais no Rio de Janeiro. Na primeira, o jogo e suas regras foram apresentados e os estudantes se organizaram em grupos de quatro a cinco jogadores. Em cada grupo, um membro da equipe do CECANE/UNIRIO observou as reações, dúvidas e comentários que surgiram durante o jogo. Foram registrados o tempo necessário para uma partida completa e as dificuldades na compreensão das regras e das perguntas das cartas. Os jogadores foram convidados a editar as perguntas e customizar as imagens do tabuleiro e das cartas. A atividade contou com apoio da coordenação pedagógica e da professora das turmas.

Observou-se que o jogo foi atrativo e mobilizou a participação. Dois dos cinco grupos terminaram o jogo no tempo proposto (50 minutos), os outros tiveram interesse em continuar jogando. As perguntas possuíam

diferentes níveis de dificuldade. A maioria foi considerada adequada. A partir das observações foram feitos ajustes para melhorar a jogabilidade, como a inclusão de casas “pule” para reduzir o tempo, mudanças nas regras e nas perguntas. Os estudantes sugeriram, ainda, o nome “NutriQuiz”.

Na segunda etapa, outro grupo de estudantes foi convidado a experimentar a nova versão do jogo, desta vez sem a intervenção da equipe. Foram organizados grupos com quatro ou cinco estudantes e entregue as regras, um tabuleiro e as cartas. Desta vez os estudantes compreenderam melhor as regras e os grupos o concluíram no tempo proposto de 50 minutos

Elaboração da versão final

O processo de construção coletiva do jogo contou com a colaboração de uma profissional da área de *design*, com experiência em jogos educativos. O jogo contém: apresentação do NutriQuiz; ficha técnica; regras do jogo; 5 tabuleiros; 84 cartas; e instruções para montagem da caixa do jogo.

Vale destacar, que os tabuleiros ilustram os passos para a elaboração de receitas das cinco regiões brasileiras (peixe recheado com castanha do Brasil e abricó, paçoca de carne seca com banana da terra, pão de queijo com goiabada, bolo de tangerina, galinha com pequi), na intenção de gerar identificação com os pratos tradicionais ou conhecer preparações típicas de outras regiões. Além disso, foram criados quatro tipos de cartas para dar dinâmica ao jogo: “perguntas e respostas” (64), “pensado a comida” (8), “sentindo a comida” (8) e “dicas dos merendeiros” (4). As cartas “pensando a comida” e “sentindo a comida” são utilizadas quando os jogadores param sobre casas no tabuleiro com esses comandos, possibilitando momentos de reflexão durante o jogo, que causam deslocamentos na dinâmica de “perguntas e respostas”.

O NutriQuiz pretende ser uma ferramenta pedagógica e lúdica para mediar ações de EAN dentro e fora de sala de aula. As oficinas demonstraram que o jogo é compreensível, atrativo, colaborativo e que mobiliza o diálogo sobre a alimentação. Como limitação desse processo, aponta-se o uso de amostra por conveniência em duas escolas do Rio de Janeiro, que

pode não ser representativa das realidades de outras regiões do Brasil. Apesar de ter sido experimentado com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, a presença de perguntas com diferentes graus de dificuldade faz crer que o jogo é adequado para estudantes de outras idades.

PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA ESCOLA - MATERIAL DE APOIO AOS EDUCADORES DO ENSINO MÉDIO

Trata-se de reproduzir um material de apoio didático a permitir contribuir com a EAN.

Aproximações teórico-metodológicas

Este material foi concebido para auxiliar professores no incentivo à reflexão de estudantes sobre a alimentação em diversos aspectos da vida individual, social e planetária. No momento de sua criação, as quartas capas dos livros didáticos do ensino médio exibiam textos e imagens sobre temáticas relacionadas à alimentação, inspiradas nos dez temas mobilizadores do movimento “Comer pra quê?”, uma iniciativa voltada às juventudes.¹ Estes temas foram relacionados às competências das áreas de conhecimento previstas na BNCC para o Ensino Médio e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em uma perspectiva histórico-cultural, valorizando a transdisciplinaridade que o tema alimentação permite. (ONU, 2015; DIAS; BUENO, 2015)

Processo de construção coletiva - oficinas, pareceres e experimentações

O processo de desenvolvimento deste material contou com dois momentos: a elaboração de um material preliminar com base nos referenciais teóricos e o processo de construção coletiva envolvendo especialistas e atores sociais do PNAE.

1 Para saber mais, acesse: www.comerpraque.com.br.

A versão preliminar foi organizada de forma a abordar temáticas de alimentação por meio de atividades educativas para cada componente curricular - Artes, Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Línguas Estrangeiras, Química, Sociologia, Língua Portuguesa e Matemática. Para isso foram realizadas as seguintes etapas: análise das habilidades e competências das áreas de conhecimento da BNCC e das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2017-2016) para identificar conexões com temáticas de alimentação; identificar interfaces de cada componente curricular com os temas do “Comer pra quê?”; criação de roteiros para abordagem das temáticas de alimentação; elaboração dos textos introdutórios e propostas de dinâmicas educativas para cada componente curricular; proposta de estrutura pedagógica do material.

O processo de construção coletiva se deu em dois ciclos e contou com três estratégias: pareceres de professores, oficinas de validação com especialistas e experimentação das dinâmicas com escolares. Essas estratégias se desdobraram em diferentes atividades.

O primeiro ciclo de produção ocorreu em 2018 e tomou como base a primeira versão do material, que foi organizado por componente curricular. Nesse período foram realizadas quatro atividades. A primeira, foi realizada em um evento organizado em parceria com a Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE), que teve como tema o papel da EAN no PNAE. Foi apresentada a proposta de construção deste material e a realização de oficina para experimentação e avaliação de dinâmicas educativas. Destacamos as três dinâmicas e seus objetivos: 1) “Os sete pecados da alimentação adequada e saudável”, dialogou sobre este conceito; 2) “Mímicadas da Cozinha”, promoveu um contexto positivo quanto ao universo da cozinha e as práticas culinárias; e, 3) “Em busca da alimentação saudável” explorou a nova classificação dos alimentos do Guia Alimentar, por meio de um jogo. Todas as dinâmicas buscaram resgatar a experiência do brincar e do prazer da alimentação. Vale destacar, que todos os participantes puderam experimentar as três dinâmicas, pois utilizamos a metodologia “Carrossel”, na qual cada grupo inicia em uma

dinâmica diferente alternando os grupos fazendo o movimento circular em analogia ao carrossel.

A segunda atividade, foi o parecer de professores do Ensino Médio da rede pública do Rio de Janeiro dos 11 componentes curriculares. Eles foram convidados a responder um formulário *on-line* para avaliar a estrutura, a linguagem e o conteúdo/dinâmica do seu respectivo componente curricular, propondo também sugestões ou alterações para o material.

A terceira atividade, a “Oficina de Validação”, envolveu profissionais do serviço social, medicina, história, sociologia, filosofia, psicologia, letras, economia, direito e nutrição, que atuavam em órgãos públicos, instituições e coletivos como Fiocruz, Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Movimento Mapa Educação e Instituto Pró Mundo. Todos os convidados atuavam na educação ou na promoção da alimentação, saúde e cidadania com adolescentes. Após uma rodada de apresentações, os participantes foram agrupados de acordo com três grandes áreas de conhecimento: linguagens, ciências da natureza e ciências humanas e sociais. A principal tarefa foi analisar a parte do material referente aos componentes curriculares da sua respectiva área de conhecimento, analisando a estrutura, linguagem e conteúdo/dinâmica. As análises foram registradas em ficha avaliativa e expressas plasticamente em um painel, que foram apresentados pelos grupos para trocas e diálogos. Ao final da atividade os participantes responderam um formulário de avaliação da própria oficina.

A última atividade do primeiro ciclo ocorreu em um colégio estadual de Ensino Médio, como prática da disciplina EAN realizada pelos estudantes do curso de Nutrição, sob supervisão das docentes que são membros do CECANE/UNIRIO. O objetivo foi oportunizar aos escolares do 1º ao 3º ano e docentes do Ensino Médio a vivência, avaliação e sugestões para as dinâmicas previstas no material. Além disso, os estudantes de Nutrição, tiveram a oportunidade de realizar e analisar as dinâmicas, registrando em um formulário suas percepções sobre os procedimentos, a receptividade e interação dos escolares. Vale destacar, que uma das importantes contribuições da oficina foi a percepção de que os conteúdos e dinâmicas

poderiam ser desenvolvidos por professores de várias áreas de conhecimento e não voltado apenas para um componente curricular específico. Essa observação mudou a lógica de organização do material, que passou a ser estruturado a partir dos temas do “Comer pra quê?”.

A partir dos resultados do primeiro ciclo foram feitos ajustes substanciais no material, dando início ao segundo ciclo, que ocorreu no primeiro semestre de 2019, com a realização de três atividades. A primeira foi uma nova etapa de pareceres por professores do Ensino Médio, em que analisaram o material pedagógico, com um olhar apurado para sua área de conhecimento. Outra mudança foi a alteração da ficha avaliativa, que além dos itens sobre estrutura, linguagem e conteúdo/dinâmica, foi incluída a análise da abordagem em relação ao tema “Comer pra quê?” Além do material revisado e da ficha avaliativa, os pareceristas receberam as capas dos livros didáticos e os vídeos com essa temática.

Na sequência, foi realizada a validação com os mesmos educadores do primeiro ciclo incluindo mais participantes e seguindo a mesma metodologia, sendo que desta vez, foi analisado o material com a nova estrutura temática: “A experimentação de dinâmicas com escolares”. O tema “Todxs Juntxs e Misturadx” buscou problematizar habilidades culinárias como promotoras de autonomia e de práticas alimentares saudáveis. A atividade foi realizada por um professor do Ensino Médio com uma dupla intenção: proporcionar a vivência da dinâmica e a avaliação pelos próprios participantes. A equipe do CECANE/UNIRIO, observou e registrou interações.

Todo processo de construção coletiva foi desenvolvido com adoção de metodologias ativas que permitiram análises individuais, e experiências coletivas que colocaram em cena a multiplicidade de olhares e opiniões, seja sobre temáticas de alimentação ou aspectos pedagógicos expressos no material educativo.

Elaboração da versão final do material educativo

As etapas foram sistematizadas observando críticas, aspectos valorizados e sugestões de todos os participantes. A versão final apresenta conteúdos

introdutórios sendo: um texto para sensibilização dos educadores sobre “A Escola como Promotora da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável” e uma “Atividade Coringa”, que visa apresentar aos estudantes a classificação nova dos alimentos, presente no Guia Alimentar, por ser um ponto de partida para outras dinâmicas presentes no material. Em seguida, são abordados os dez temas mobilizadores do movimento “Comer pra quê?”, a saber: “Por que cozinhar?”, “Tempos Modernos”, “Comer é um ato político”, “De onde vem a comida?”, “Todxs juntxs e misturadx”, “Juntin ou rapidin?”, “A comida é nossa!”, “Você já comeu água hoje?”, “MeraMENTE ilustrativa”, “Você come propaganda?”.

Para cada tema são apresentados: 1) Capa do livro didático, como um recurso para utilização com os estudantes; 2) Texto de aproximação, para subsidiar os educadores com informações e possíveis conexões com os diferentes componentes curriculares, de modo a dar sentido à adoção do tema no processo de ensino aprendizagem; 3) Vídeo de aquecimento para o diálogo; 4) Duas atividades pedagógicas, com a seguinte estrutura: objetivo, materiais necessários, tempo; passo a passo da atividade, dica, perguntas orientadoras; quadro com as competências e habilidades vinculadas às quatro áreas de conhecimento, relacionadas às dinâmicas propostas; e 5) Referências bibliográficas.

Peças de comunicação - cartaz e spots de rádio

Experiências e estudos no campo da educação em saúde apontam que um dos desafios para a circulação e utilização dos materiais educativos é sua divulgação junto ao público para o qual é elaborado – sejam profissionais de saúde, população geral ou grupo social específico. Para os materiais educativos vinculados ao PNAE, o desafio é ainda maior, pela complexidade e dimensão do programa devido a sua abrangência em território nacional. Se investe muito na produção dos materiais educativos e pouco nas estratégias de divulgação, distribuição ou circulação, bem como na sistematização das produções e das informações sobre o uso por parte do público. (MONTEIRO; VARGAS, 2006)

Portanto, o CECANE/UNIRIO propôs a elaboração de peças de comunicação para facilitar a divulgação de materiais e do próprio programa. Na época, foram pensadas duas estratégias - uma mais focal, para uso nas escolas e outra ampliada, voltada à população em geral. Por isso, foram escolhidos como meios de comunicação: cartaz e *spot* de rádio.

Optou-se por elaborar um cartaz para divulgar e chamar a atenção de estudantes e professores para as quartas capas dos livros didáticos do Ensino Médio, que entre os anos de 2018 e 2020 veiculou mensagens sobre alimentação associadas aos temas do “Comer pra quê?”. O cartaz contém um mosaico de imagens e títulos dos temas das quartas capas. Ele estimula os estudantes a olharem a capa e pensarem sobre as questões e convida professores a abordarem a alimentação de forma transversal em sua área. O cartaz está disponível na versão *on-line*, facilitando a impressão e distribuição pelas secretarias de educação.

Já os quatro *spots* de rádio foram criados para ampla divulgação das quartas capas do Ensino Fundamental I e do Ensino Médio, bem como para valorização do próprio PNAE. Foram contratados profissionais de comunicação, com experiência na produção de peças para rádios comerciais e comunitárias. O processo envolveu a apresentação do PNAE e dos materiais a serem divulgados para contextualização da equipe de comunicação e, também, a partilha de intenções e características que deveriam ser consideradas na roteirização dos *spots*. Dentre elas, estava a intenção de que as peças não fossem apenas informativas, mas trouxessem o diálogo entre diferentes atores sociais (estudante, merendeira, professores e diretora) e que refletissem o cotidiano da escola e suas interfaces com a alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EAN é um dos dois pilares estruturantes do PNAE, que transcende o objetivo de desenvolvimento biopsicossocial dos escolares, podendo sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar como um todo. Para o seu desenvolvimento nas escolas é necessário o engajamento de professores

e nutricionistas, a inclusão da temática alimentação no projeto pedagógico, o aporte de recursos financeiros e a disponibilização de materiais educativos.

Sendo assim, o CECANE/UNIRIO pactuou a criação de materiais de educação e comunicação para as escolas sobre a temática alimentação em sua multidimensionalidade. A experiência da produção foi marcada pelo exercício constante de alinhamento com os princípios do marco de EAN para as políticas públicas. Isso ocorreu tanto no processo de trabalho, como por exemplo, no envolvimento de profissionais de diferentes setores, áreas de atuação e de conhecimento concretizando a intersectorialidade, multiprofissionalidade e transdisciplinaridade, quanto no próprio conteúdo dos textos e dinâmicas, por meio da valorização da integralidade do sistema alimentar, da culinária, do autocuidado, dentre outros.

O processo de trabalho se pautou na construção coletiva e em princípios da educação crítica e participativa. Por isso, oportunizou um clima de colaboração e uma experiência formativa para as professoras e estudantes de Nutrição do CECANE/UNIRIO, para as equipes de especialistas em comunicação e *design*, bem como para os professores e escolares da educação básica e os demais profissionais de diferentes áreas de atuação.

Quanto aos materiais produzidos, vale destacar quatro elementos centrais que orientaram toda produção: a busca e valorização dos diferentes olhares e opiniões dos atores sociais de modo que o material fizesse sentido para eles; o uso de metodologias que permitisse a coautoria; uma abordagem educativa que não se limitasse puramente a sua vertente informativa, sendo chave para descobertas e práticas críticas e conscientes; o desenvolvimento de materiais que pudessem ser utilizados e adaptados em diferentes realidades das escolas brasileiras.

Diante de todo cuidado e riqueza, os materiais educativos apresentados precisam ser amplamente divulgados, circulados e apropriados pela comunidade escolar para que não fiquem restritos aos meios acadêmicos, ao campo da Nutrição e ao ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Alimentos regionais brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC; SEB; CNE, 2018a.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Caderno de atividades: promoção da alimentação adequada e saudável – Ensino Fundamental I*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atividades_ensino_fundamental_I.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Caderno de atividades: promoção da alimentação adequada e saudável – Ensino Fundamental II*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Guia alimentar para a População Brasileira: promovendo alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 54, p. 1, 17 maio 2018d.
- BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2014b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF. 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Temas contemporâneos transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

CASTRO, S. F. F. *et al.* Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação adequada e saudável. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, n. 43, e96, nov. 2019.

DIAS, R. F. N. C.; BUENO, F. F. L. O processo ensino aprendizagem na perspectiva da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky. *Revista Triângulo*, Uberaba, v. 8, n. 2, p. 172-184, jul./dez. 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, S.; VARGAS, E. *Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. [S.l.]: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, Recife, n. 26, v. 1, p. 32-43, abr. 2014.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO DE ATORES DO PNAE NO RIO GRANDE DO SUL

MARILENE CASSEL BUENO; AMANDA SOUZA SILVA SPERB; ETHO
ROBERIO MEDEIROS NASCIMENTO; VANUSKA LIMA DA SILVA; LUCIANA
DIAS DE OLIVEIRA.

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um instrumento pedagógico para o desenvolvimento de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ainda, age com potencialidade para incentivar a cultura alimentar, hábitos alimentares regionais, redução de desperdício de alimentos e incentivo ao consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. (BRASIL, 2012)

É importante enfatizar que a EAN deve contribuir para que os indivíduos, as famílias e a coletividade adotem práticas alimentares que sejam promotoras de saúde, fortalecendo a autonomia alimentar e a percepção

da alimentação saudável como um direito humano. Para tanto, é fundamental que as ações sejam desenvolvidas em diferentes âmbitos e por diferentes profissionais incluindo a saúde, a educação, o desenvolvimento social, o desenvolvimento agrário e a habitação. (BRASIL, 2014)

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem um papel fundamental para a promoção da alimentação saudável e adequada, que alcança a comunidade escolar e também outros atores como agricultores familiares e sociedade civil. (BRASIL, 2009; PEIXINHO, 2013) Ainda, o PNAE prevê no artigo 2º de sua legislação, que trata das diretrizes da alimentação escolar, “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da SAN”. (BRASIL, 2009)

Em paralelo à legislação do PNAE (BRASIL, 2009), a Resolução nº 465 do Conselho Federal de Nutricionistas, que dispõe sobre as atribuições do profissional no âmbito da alimentação escolar, enfatiza a realização de ações de EAN para a comunidade escolar enquanto uma atribuição do nutricionista; ainda, de acordo com esta resolução, deve-se promover a consciência ecológica e ambiental articulada à direção e coordenação pedagógica das escolas. (BRASIL, 2010)

A implementação de ações intersetoriais no meio da educação implica a troca e a construção coletiva de saberes e práticas entre os diversos setores envolvidos, tornando possível a prática de atividades que, entre outros objetivos, atendem a promoção de alimentação saudável. Dessa forma, para a implementação de ações de EAN, diversos setores e atores podem participar do planejamento e desenvolvimento das ações. (BRASIL, 2012) No âmbito do PNAE, a EAN se coloca como um conjunto de ações contínuas, permanentes, transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais, que visam a adoção voluntária de hábitos alimentares que contribuam com a saúde dos escolares. (BRASIL, 2009)

Ao considerar a escola como ambiente favorável para o desenvolvimento da EAN e a importância dessas ações para a promoção da alimentação saudável dos escolares, o Centro Colaborador em Alimentação e

Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem atuado com essa temática desde 2011, englobando desde a inserção do tema nas ações da comunidade escolar, até o desenvolvimento de formações que contemplem este assunto. Em 2017, foi realizada a elaboração da proposta metodológica, bem como o material de apoio do curso “Planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, com o objetivo de instrumentalizar profissionais atuantes no PNAE”, tanto da área de nutrição como de educação, para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de EAN na comunidade escolar em que atuam. E desde então, o curso é oferecido na modalidade remota/Educação a Distância (EaD), uma vez por ano, ampliando o conhecimento em EAN de diversos profissionais da educação em âmbito nacional.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é apresentar as experiências da oferta de um curso de EAN voltado a formação de atores do PNAE.

METODOLOGIA DO CURSO

O curso “Planejamento de Ações em Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar” foi realizado na modalidade de EaD, com uma carga horária de 60 horas, formação interdisciplinar por meio de 8 módulos de atividades, as quais, ao final do curso, os participantes elaboraram um programa de EAN para as suas respectivas entidades executoras.

O curso foi ofertado no ambiente virtual de aprendizagem Moodle (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*), um *software* para gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo. Esse foi o ambiente escolhido tendo em vista o recurso utilizado e disponibilizado pela UFRGS, além de gratuito, seguro, simples e de fácil acesso. Além disso, o Moodle possibilitou aos usuários, acesso ao material de estudo, chat para comunicação em tempo real, submissão de trabalhos e avaliação, dentre outras vantagens.

Os conteúdos abordados no curso envolveram o debate sobre a promoção da alimentação saudável e adequada visando promover a discussão

em uma perspectiva ampla e multidisciplinar. Além disso, os conteúdos abordaram os pilares da alimentação escolar: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), SAN, Alimentação Saudável (AS), assim como Promoção da Saúde (PS) e Promoção da Alimentação Saudável (PAS). A seguir estão descritos, de forma detalhada, os conteúdos abordados de acordo com cada módulo do curso:

- Módulo I - Apresentação do curso e as ferramentas digitais; introdução ao debate da alimentação saudável e adequada.
- Módulo II - Introdução aos tópicos: DHAA, SAN, PNAE AS; dimensões do alimento e do ato de alimentar-se; conhecendo e reconhecendo os produtos alimentícios: alimentos *in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados; transição alimentar e nutricional; PS e PAS.
- Módulo III - Retomada dos conteúdos abordados no módulo II: DHAA, SAN, PNAE e AS; legislação vigente sobre promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; objetivos e diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.
- Módulo IV - Conceitos básicos da educação para a EAN.
- Módulo V - Princípios para as ações, conceito e diretrizes; EAN no contexto do PNAE; planejamento e objetivos de ações de EAN no ambiente escolar.
- Módulo VI - Planejamento de ações de EAN (plano/projeto/programa); estratégias e conteúdo para o planejamento; o resgate do valor do alimento; cultura da alimentação; impacto da produção de alimentos no ambiente; influência da mídia na alimentação; hábitos alimentares; sustentabilidade; EAN como tema transversal; a realização de ações de EAN conforme os ciclos da vida: pressupostos teóricos para a realização de EAN; planejamento de ações de EAN - parte 2: conteúdos e estratégias.
- Módulo VII - Avaliação da efetividade das ações de EAN e monitoramento dos resultados.
- Módulo VIII - Compreendendo e superando obstáculos para a construção de ações de EAN. Avaliação final do curso.

Em relação ao desenvolvimento do curso e da aprendizagem dos cursistas, os conteúdos foram abordados por meio de instrumentos como: atividades práticas (elaboradas na plataforma virtual), textos, vídeos e animações. Os conteúdos teóricos deram suporte para a realização das atividades propostas ao longo do curso e, auxiliaram que ao final os participantes tivessem claro as ações de EAN, sistematizadas em um projeto, plano ou programa para o seu município, devendo ter introdução contextualizando o tema e justificando importância e necessidade da implementação da atividade da EAN na entidade executora; diagnóstico com dados disponíveis ou a serem coletados e estratégias para diagnóstico; objetivo geral e específicos; propostas de ações de EAN a serem implementadas contendo: título da atividade; objetivo da atividade; público alvo; metodologia/desenvolvimento da atividade e local; período/cronograma de execução (previsto); recursos materiais, humanos e financeiros, parceiros da atividade (se necessário) e avaliação da atividade realizada; estratégias de avaliação e monitoramento do programa a curto, médio e longo prazo e; cronograma de execução. Tais etapas foram construídas ao longo dos módulos do curso, com o acompanhamento da equipe responsável.

O curso estruturado de acordo com um cronograma de execução, teve oito módulos distribuídos ao longo dos três meses, disponibilizados sequencialmente. No entanto, na abertura de cada novo módulo, os anteriores permaneceram disponibilizados permitindo que os cursistas realizassem as atividades com acesso ao conteúdo. Desse modo, o cursista pode retomar as atividades anteriores, reformulá-las, caso houvesse necessidade ou mesmo fazê-las. É importante frisar que ao final do curso para a emissão do certificado os cursistas precisaram cumprir 75% das atividades práticas e o planejamento de EAN finalizado.

SELEÇÃO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

A seleção dos participantes ocorreu por meio de edital denominado “Chamada Pública Simplificada”, em que foram estipulados requisitos para a inscrição. Caso o número de entidades executoras aptas a participarem

do curso fosse superior ao número de vagas (100), seria realizado um sorteio pela equipe do CECANE levando em consideração a distribuição dos municípios inscritos, em função dos estados e das cinco regiões brasileiras.

O quantitativo de vagas destinadas para cada região e estado foi calculado considerando o número total de municípios na região, vezes 100 dividido pelo número total de municípios brasileiros (5.570), o percentual gerado indicou o número absoluto de vagas por região. O resultado dessa organização é, aqui, apresentado na seguinte distribuição: Região Nordeste representada por 9 estados, 1.794 municípios, correspondeu a 32,21% e 32 entidades executoras; Região Sudeste, com 4 estados, 1.668 municípios, 29,95% e 29 entidades executoras; Região Sul, 3 estados, 1.191 municípios, 21,39% e 21 entidades executoras; Centro-Oeste, 3 estados e Distrito Federal, contemplando 466 municípios e Distrito Federal, representando 8,37% e 9 entidades executoras; e, Região Norte com 7 estados, 450 municípios, 8,08%, atendendo 9 entidades executoras com vagas no curso de EAN.

Para participar da seleção a entidade executora fez a inscrição de uma dupla de cursistas sendo um profissional nutricionista e um outro da área da educação. Com relação ao nutricionista, o profissional estava vinculado à Secretaria de Educação da entidade executora, bem como cadastrado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) como responsável técnico (RT) ou quadro técnico (QT). O profissional da área da educação (supervisor, coordenador, diretor de escola, assistente pedagógico ou professores) confirmou formação em licenciatura ou qualquer área do conhecimento, atuante na entidade executora com possibilidade de contribuir no planejamento e no desenvolvimento das ações de EAN, principalmente em relação às noções específicas da área da educação.

RESULTADOS

A primeira edição do curso de EAN ocorreu em 2017, desde então foram concluídas quatro edições. Em todos os anos o curso teve a participação

de cursistas profissionais da nutrição e profissionais da educação de todas as regiões do Brasil. Em 2017, foram inscritos 240 profissionais representantes de 120 entidades executoras brasileiras. Em 2018, o CECANE/UFRGS propôs dar continuidade ofertando mais 240 vagas para cursistas de 120 entidades executoras. No ano de 2019, foram ofertadas 220 vagas correspondendo a 110 entidades executoras. Em 2020, participaram 89 entidades executoras, com 178 profissionais. E, em 2021 foram 200 vagas para 100 entidades executoras contemplando duplas formadas por nutricionistas e profissionais da educação.

Constatou-se que o percentual de conclusão correspondeu a 75% (1ª edição 74,2%; 2ª edição 75,7%; 3ª edição 70% e; 4ª edição 78,6% de conclusão). Considerando o quantitativo de entidades executoras que iniciaram e concluíram o curso, cursistas e distribuição por regiões refletindo os dados das quatro edições do curso já concluídas, alcançamos valores médios de 74 entidades executoras (22%), 146 cursistas (22%); 91 entidades executoras (27%), 181 cursistas (27%); 125 entidades executoras (37%), 243 cursistas (37%); 24 entidades executoras (7%), 54 cursistas (7%); 25 entidades executoras (7%), 47 cursistas (7%) nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, consecutivamente. Esses dados consideraram as entidades executoras que tiveram ao menos um cursista da dupla concluinte. Em relação aos cursistas (nutricionistas e profissionais da educação), a média de concluintes é de 72% (considerando as quatro edições).

Ao analisar números absolutos, constatou-se que em 339 entidades executoras, ao menos um cursista concluiu o curso, contemplando todas as regiões brasileiras; 671 profissionais da nutrição e educação concluíram o curso, representando as cinco regiões.

Em relação ao planejamento final, foram construídas propostas que envolveram diferentes temas, como por exemplo, a redução do desperdício e o aumento da aceitabilidade da alimentação escolar; incentivo ao consumo de alimentos *in natura*; valorização da agricultura familiar e a produção de alimentos; hortas escolares; alimentos locais e regionais; resgate de receitas/preparações familiares, entre outros temas. Vale destacar que os cursistas foram incentivados a construir o planejamento

de EAN considerando a realidade do contexto local bem como as necessidades observadas por meio do diagnóstico educativo.

REFLETINDO SOBRE OS DADOS

Os dados do curso “Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar” indicaram um alcance satisfatório ao considerar que o percentual de conclusão ficou acima de 70%. Desse modo, destacou-se a importância do curso enquanto um instrumento de formação para o nutricionista, profissional indicado para a responsabilidade técnica da alimentação escolar (BRASIL, 2009), o qual dentre suas atribuições está a competência de zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde através de ações de EAN, entre outras. (BRASIL, 2010; 2020) Do mesmo modo, o curso apresentou relevância para os profissionais de educação, atores-chave nesse processo em que a escola se apresenta como o ambiente privilegiado para atividades de EAN, evidenciando a importância da articulação entre esses profissionais com o objetivo em comum, no que tange ao bem estar dos alunos da rede de atendimento público, além de fortalecer a diretriz da intersetorialidade, preconizada na legislação do PNAE e no Marco de Referência para ações de EAN. (BRASIL, 2009, 2012)

O Marco de Referência para EAN enfatiza como fundamental a educação permanente dos profissionais que atuam na área. Assim, é importante que a EAN se articule com outras áreas de formação. A educação permanente tem potencial para alcançar toda a comunidade escolar e dessa forma contribuir para a inclusão de temas sobre alimentação e nutrição no currículo escolar, mais envolvimento da comunidade escolar e a realização de atividades educativas. (BRASIL, 2012)

Ainda, considerando a mudança no padrão alimentar com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, observa-se um desequilíbrio na oferta de nutrientes e ingestão excessiva de calorias trazendo impactos negativos para a saúde com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). (BRASIL, 2014; LOUZADA et al., 2018) Diante disso,

as ações de EAN ganham ainda mais relevo, na concepção de uma consciência alimentar desde a infância. (BRASIL, 2014) Todavia, para alcance mais efetivo dessas ações é fundamental que se promova um diálogo com as diferentes áreas do conhecimento, ampliação de parcerias, compromissos e sensibilização dos atores sociais envolvidos. (BRASIL, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de EAN são de grande importância para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis dos escolares. O curso “Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar” fortalece esses objetivos através do alcance aos profissionais envolvidos diretamente com os alunos, colaborando para a promoção da saúde destes, desde cedo.

O referido curso contribuiu para a instrumentalização desses profissionais atuantes no PNAE, tanto da área da nutrição como da educação, cooperando para a reflexão sobre a temática, para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de EAN na comunidade escolar em que atuam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Guia alimentar para a População Brasileira: promovendo alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições no Nutricionista, estabelece

parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 163, p. 118-119, 25 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, ano 158, n. 115, p. 38-44, 18 jun. 2020.

LOUZADA, M. L. C. *et al.* The share of ultra-processed foods determines the overall nutritional quality of diets in Brazil. *Public health nutrition*, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 94-102, jan. 2018.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

CAPÍTULO 8

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE ATORES PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM NITERÓI

DANIELE MENDONÇA FERREIRA; PATRÍCIA CAMACHO DIAS; ROSEANE MOREIRA SAMPAIO BARBOSA; DANIELE DA SILVA BASTOS SOARES; PATRÍCIA HENRIQUES; SILVIA PEREIRA.

INTRODUÇÃO

Considerada uma importante política pública de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assume um papel que vai além da esfera da educação e saúde pública fomentando o desenvolvimento social, ambiental e econômico no país. Por meio da oferta de refeições adequadas e saudáveis, da compra de alimentos da agricultura familiar e de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o programa contribui para o atendimento

das necessidades nutricionais, formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos e preservação da cultura alimentar regional e de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas). A garantia da alimentação escolar também contribui para a permanência do aluno na escola promovendo o seu crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar, cumprindo assim, com o papel social de redução da desigualdade. Através da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, o PNAE também contribui para a geração de emprego, renda e estímulo à manutenção das atividades agrícolas locais, fomentando assim, a economia local e o desenvolvimento sustentável. (FERREIRA; ALVES; MELLO, 2019)

Evoluções nas legislações que estabeleceram a execução descentralizada do PNAE promoveram a universalidade no fornecimento da alimentação escolar, a priorização na oferta de alimentos básicos nas escolas e a articulação com a agricultura familiar, demonstrando o alcance de grandes proporções da alimentação escolar no Brasil. (PEIXINHO, 2013) Em sua última atualização normativa, em consonância com o Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) determinou a limitação da oferta de alimentos ultraprocessados para os escolares e a proibição desses para crianças menores de 3 anos de idade. (BRASIL, 2020) A compra de produtos processados e ultraprocessados deve corresponder a 20% do total do recurso repassado pelo FNDE, enfatizando a recomendação de que a oferta alimentar na escola seja, em sua maioria, de alimentos *in natura* e minimamente processados. (BRASIL, 2020)

Diante desta complexidade, muitos atores estão envolvidos na sua gestão, execução e controle social, cujas formações e atuações são provenientes de diferentes áreas do conhecimento. Na medida em que o Estado assume a responsabilidade social que lhe é devida, também é exigido que os trabalhadores e agentes que a executam assumam compromissos com as necessidades dinâmicas da sociedade. (CECCIM, 2005) Compromissos estes, que impõem aos profissionais o desafio de adquirir, continuamente, conhecimentos, novas habilidades e atitudes necessárias para

o desenvolvimento de suas atividades diárias. (CANINÉ; RIBEIRO, 2007) Considera-se então, que o fomento ao desenvolvimento de boas práticas de gestão e execução são fundamentais para o aprimoramento do PNAE e que, agregando a participação de diversos atores e estimulando o controle social, podemos garantir a articulação necessária para atender os objetivos da política pública. Isto tudo, por sua vez, coloca o processo de formação permanente dessas pessoas como um eixo central para o sucesso das políticas públicas. (CECCIM, 2005)

Ao considerar a capilaridade do programa, entende-se que tal formação deve ser planejada e organizada de forma interdisciplinar, onde todos os aspectos envolvidos com a alimentação escolar possam ser discutidos. Nesse sentido, cursos de formação continuada despontam como importantes alternativas na promoção da troca de experiências, atualização de informações, valorização e motivação da prática profissional, uma vez que a reflexão e avaliação da práxis qualifica o programa.

A dimensão da formação para o PNAE é tão relevante na implementação de suas diretrizes, que o FNDE vem firmando parcerias com instituições federais de Ensino Superior a partir da criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs), cujas ações abrangem a formação dos atores envolvidos com o PNAE como nutricionistas, merendeiros, conselheiros de alimentação escolar, agricultores familiares, gestores municipal/estadual/distrital dentre outros. (SCARPARO et al., 2010) Esta iniciativa permite a maior inserção da universidade em ações que contribuem para qualificar a gestão e consolidar programas públicos como o PNAE. Sob a ótica universitária, tal parceria amplia e aprofunda a formação profissional por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Diante da importância da qualificação dos profissionais e de sua atualização em novos temas e considerando a aprendizagem como fonte transformadora dos sujeitos sociais e do ambiente de trabalho desses, este relato visa apresentar as experiências de formação em alimentação escolar em suas dimensões social, nutricional, política e gestão por meio

de projetos de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE FORMAÇÃO

A perspectiva de trabalhar com a temática da alimentação escolar vem mobilizando docentes e discentes do curso de Nutrição da Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2010. Nesta ocasião, a faculdade articulou-se com a Fundação Municipal de Educação (FME) do município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de desenvolver projetos de pesquisa e extensão compartilhados. Esse processo oportunizou a abertura de um novo campo de estágio em alimentação escolar e o desenvolvimento do projeto “Estratégias e ações para a promoção da alimentação saudável na escola: aproximando pesquisa, ensino e extensão”. Esse projeto busca abordar a promoção da alimentação adequada e saudável de forma articulada com o projeto político pedagógico das escolas da educação básica no município de Niterói.

O projeto conta com a participação de professores de três áreas distintas da prática profissional (saúde pública, alimentação coletiva e ciência dos alimentos); estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado) em Nutrição; bolsistas de extensão e de iniciação científica de diversas agências de fomento.

O grupo atua a partir de alguns eixos norteadores: 1) desenvolvimento e experimentação de estratégias e ações para integrar ensino, pesquisa e extensão; 2) apoio ao município de Niterói na formação de gestores, professores, pedagogos, merendeiros e técnicos para o desenvolvimento de projetos em SAN nas escolas; 3) ampliação na formação dos discentes do curso de Nutrição por meio do planejamento e execução de atividades de promoção da alimentação saudável nas escolas, articuladas com disciplinas de diversas áreas do curso, e 4) desenvolvimento de parcerias interinstitucionais para troca de experiências.

No curso deste processo, em 2013, formalizou-se junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Alimentação e Saúde Escolar (GEPASE), que tem como objeto de estudo a SAN, com ênfase na promoção da alimentação adequada e saudável no contexto escolar. As ações do grupo são subsidiadas por políticas públicas intersetoriais, tais como o PNAE e o Programa Saúde na Escola (PSE) que pretendem afetar diferentes dimensões da saúde dos escolares.

O percurso metodológico das formações do GEPASE está embasado no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) que orienta para uma prática educativa alinhada aos processos ativos de aprendizagem, com a incorporação dos conhecimentos e práticas populares, contextualizados nas realidades dos indivíduos e grupos, e que possibilitam a integração permanente entre a teoria e a prática. O planejamento das ações educativas é estruturado em um processo de diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias, e desenvolvimento de instrumentos de ação, com previsão de custos e recursos necessários, assim como a definição de processo de avaliação dos resultados. As análises dessas etapas são realizadas com abordagens quantitativas, utilizando estatísticas descritivas e inferenciais, e qualitativas, por meio da análise de conteúdo das narrativas. Todos os projetos de pesquisa e extensão são desenvolvidos dentro dos preceitos éticos com aprovação dos protocolos no Comitê de Ética em Pesquisa Local.

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

Por ser considerado um profissional essencial no gerenciamento e execução do PNAE, o nutricionista tem em sua formação a abordagem de diversos temas relacionados à sua atuação, porém de forma desconectada com o programa. A maioria das universidades não apresenta em sua matriz curricular disciplinas direcionadas para a alimentação escolar,

sejam em cursos de formação na área de saúde ou em áreas correlatas. (GUIMARÃES, 2018) Essa fragilidade é uma queixa comumente relatada, inclusive por profissionais diretamente envolvidos na execução do PNAE, como os nutricionistas responsáveis técnicos e do quadro técnico, que optam por uma especialização ou cursos de curta duração para auxiliar no desempenho de suas atribuições. (MELLO et al., 2012) Para além da formação de graduação, é importante, sobretudo, valorizar as formações continuadas no âmbito do PNAE considerando as constantes exigências e atualizações impostas pela legislação para execução da política. (MELLO et al., 2012) Ou seja, ainda há pouco investimento acadêmico nesse campo de atuação profissional, com cursos de pós-graduação *lato sensu* incipientes e componentes curriculares defasados, além da ausência de um curso de pós-graduação *stricto sensu* que aborde a temática da alimentação escolar.

Por meio do eixo norteador da formação em alimentação escolar, projetos de ensino e extensão foram implementados nas disciplinas de graduação em Nutrição da UFF, e projetos de pesquisa têm sido desenvolvidos tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação.

Tais projetos foram delineados a partir da análise curricular e identificação de uma lacuna de conhecimento na formação do nutricionista pela ausência de uma disciplina que abordasse a alimentação escolar sob a ótica da SAN e sua interação com o PNAE como uma política pública. Assim, foi criada uma disciplina específica sobre alimentação escolar com o objetivo de promover a integração de conteúdos disciplinares necessários para a atuação profissional no programa. Inicialmente, a disciplina era oferecida apenas aos alunos de graduação da UFF, sendo estimulada a participação de alunos de outros cursos, além da Nutrição, como Educação Física, Pedagogia, Engenharia Agrícola, etc. Atualmente, a disciplina tem uma característica de ensino e extensão, sendo também oferecida para os nutricionistas que atuam no PNAE. Este formato foi pensado para promover uma integração entre estudantes de graduação e nutricionistas do PNAE em uma experiência de aprendizagem por meio do diálogo entre a prática profissional, o cotidiano de trabalho e o conhecimento técnico oportunizando a formação integral na área de

alimentação escolar. Pela ótica da educação continuada, tal estratégia visa possibilitar a problematização de concepções vigentes e a atualização de conhecimentos, a reflexão sobre as práticas, a proposição de estratégias que articulem atores e setores envolvidos no programa, e a ampliação da capacidade de enfrentamento das situações cotidianas. Partiu-se do entendimento de que o envolvimento, assim como a reflexão, postura crítica e ética sobre as atividades desenvolvidas pelos participantes em suas realidades, possibilitaria qualificar a execução do PNAE e potencializar o alcance do cumprimento de suas diretrizes e princípios. (SCARPARO et al., 2010) Nesse sentido, as ações foram desenvolvidas visando aprimorar, de forma contextualizada, os conhecimentos e as habilidades básicas dos diferentes atores envolvidos no PNAE.

O acúmulo de experiências do GEPASE possibilitou investir em uma formação mais abrangente e integradora. Assim, foi aprovado como componente curricular do curso de Nutrição da UFF o Estágio Integrado em Alimentação Escolar, constituído da integração entre o estágio em saúde pública e em alimentação para coletividade, considerando que o campo da alimentação escolar deve ser concebido de forma integrada e não fragmentada.

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO NAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO

As formações apresentadas até o momento, ocorreram no espaço da universidade, atendendo, portanto, uma demanda espontânea interessada na capacitação. No entanto, vários outros atores atuam no PNAE no espaço escolar e, muitas vezes, não têm a oportunidade de debater diversos aspectos do programa na ótica da integração do trabalho. O estabelecimento das parcerias entre eles, por meio de um trabalho integrado, também é de fundamental importância para o alcance dos objetivos do programa, para sua melhoria e para a otimização, reconhecimento e valorização das ações. (MELLO et al., 2012) No espaço escolar, investimentos na promoção de um ambiente alimentar saudável contribuem para o aumento da adesão à alimentação escolar e para a formação de hábitos

saudáveis que se inicia na infância com reflexos na vida adulta. Assim, o GEPASE estruturou um curso de formação de profissionais para promoção da alimentação saudável nas escolas públicas no município de Niterói. Considerando que toda a comunidade escolar deve estar envolvida na promoção de um ambiente alimentar saudável, o público-alvo do curso foi constituído por merendeiras, gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e coordenadores da alimentação escolar.

A estrutura do projeto consistiu em uma fase de diagnóstico, uma de intervenção e outra de avaliação do curso. Na etapa de diagnóstico foram realizados três grupos focais, cada qual com segmentos diferentes da comunidade escolar: 1) merendeiras; 2) professores e pedagogos; e 3) diretores das unidades escolares para identificar as concepções sobre os temas “alimentação saudável” e “SAN”, e identificar experiências de promoção da alimentação saudável nas escolas, assim como os limites e potencialidades para a operacionalização destas ações. A partir da análise dessas informações, foram determinados os temas desenvolvidos no curso. Com os temas definidos, foram traçados os objetivos das ações, detalhando-se previamente cada encontro. Todas as atividades foram planejadas visando trabalhar conceitos, atitudes e valores relacionados à alimentação. A dimensão cultural da alimentação foi incorporada na abordagem educativa por meio de oficinas culinárias com o objetivo de valorizar o comer e o cozinhar como práticas sociais.

Cada encontro foi estruturado em três momentos básicos: um momento inicial de preparo do grupo para o trabalho do dia (dinâmicas de entrosamento, aquecimento, relaxamento), um intermediário, em que o grupo se envolveu em atividades variadas que facilitavam sua reflexão e elaboração do tema desenvolvido, e um de sistematização e avaliação do trabalho do dia, que permitiu aos participantes a visualização de sua produção como um grupo de trabalho.

A carga horária total do curso foi de 24 horas, e os temas foram desenvolvidos em 6 encontros de 4 horas cada. Os temas abordados foram: 1) Segurança Alimentar e Nutricional: construindo o conceito; 2) Educação Alimentar e Nutricional: experiências nas escolas; 3) Planejamento

estratégico para promoção da alimentação saudável na escola; 4) Elaboração de projetos de promoção da alimentação saudável na escola; 5) Oficina culinária; e 6) Apresentação e discussão dos projetos planejados.

Ao final do curso, os participantes apresentaram propostas de ações baseadas no Planejamento Estratégico Situacional (PES), que foram posteriormente desenvolvidas nas escolas participantes por meio da inclusão da temática no projeto político pedagógico. Como exemplos destas atividades destaca-se o projeto “Alimentação saudável na escola” que teve como objetivo conscientizar a comunidade escolar sobre o excesso de açúcar, gordura e sódio presentes nos produtos industrializados. O plano de ação incluiu palestras a partir do documentário “Muito além do peso” realizada pelas pedagogas, como também o envolvimento das merendeiras na exposição, na entrada da escola e murais informativos (“Eu não sabia...”) sobre a quantidade de carboidratos, açúcares, sódio e gorduras presentes em biscoitos, refrigerantes e sucos industrializados. A escola também promoveu um concurso de panfletos entre os alunos dos 3º, 4º, 5º e 6º anos com informações sobre o teor de açúcares e sódio presentes nos alimentos industrializados. Os panfletos vencedores foram reproduzidos e distribuídos para a comunidade escolar. A principal fraqueza apontada pelos participantes para promoção de um ambiente alimentar saudável nas escolas foi atribuída à falta de conscientização dos pais em relação ao envio de lanches não saudáveis para seus filhos. Em razão disso, muitas propostas de atividades foram direcionadas para este público. Segundo avaliação dos participantes, as merendeiras foram consideradas como essenciais para promoção da alimentação saudável. Assim, outras ações desenvolvidas englobaram um concurso entre os alunos sobre receitas de lanches saudáveis envolvendo pais e merendeiras na equipe; oficinas culinárias promovidas pelas merendeiras com os alunos e com a presença dos pais na escola; reuniões periódicas com os pais para apresentar o PNAE e o compromisso da escola na promoção da alimentação saudável dos alunos.

A avaliação geral do curso foi construída por meio de avaliações das atividades desenvolvidas a cada encontro baseada nas dimensões conceitual; didático-pedagógica; operacional; de adesão e comportamental.

(SOBRAL; SANTOS, 2010) O curso obteve resultado na categoria “muito bom” em todas as dimensões: conceitual (97,4%); didático-pedagógica (98,2%); operacional (91,7%) e de adesão (80,4%). O resultado global do desempenho do curso, quando são computadas todas as dimensões de avaliação, foi de 95,8% (muito bom), o que significa que o curso, segundo os participantes, teria contribuído positivamente para a criação de um ambiente favorável à promoção da alimentação saudável na escola.

EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE MERENDEIRAS

No ambiente escolar, as merendeiras desempenham um papel fundamental na promoção da alimentação saudável. Responsável pela produção das refeições dentro das Unidades de Alimentação e Nutrição Escolar (UANE), esse profissional é um importante agente na operacionalização do PNAE, sendo então essencial a realização de atividades educativas e formação continuada para constante reflexão e melhora no seu processo de trabalho.

Considerando que um dos objetivos do PNAE é servir alimentos saudáveis aos escolares, com qualidade nutricional e sanitária, a legislação do programa prevê a formação das merendeiras para a garantia da qualidade das refeições. (BRASIL, 2006) Alguns estudos que avaliaram as condições higiênico-sanitárias em UANE têm enfatizado a importância de capacitações constantes para promover mudanças comportamentais das merendeiras e garantir a adequação nas condições higiênico-sanitárias. (LOPES et al., 2015; OLIVEIRA; BRASIL; TADDEI, 2008) Diante da necessidade de reflexão sobre o processo de trabalho para a indução de mudanças comportamentais, a construção metodológica da formação deve ser pensada de modo a proporcionar essa reflexão por meio da problematização da realidade com troca de vivências e experiências. Nessa perspectiva, o GEPASE experimentou uma proposta de oficinas educativas por meio da problematização da realidade com as merendeiras, que assumiram a centralidade nas ações, promovendo assim, a motivação intrínseca para aprendizagem.

As oficinas foram desenvolvidas utilizando diferentes estratégias pedagógicas como: dramatização, rodas de conversa e atividades práticas de técnica dietética. Na técnica da dramatização, criou-se uma situação-problema a partir da exposição de algumas práticas inadequadas a fim de provocar uma reflexão para tomada de consciência e mudança de comportamento. As encenações abordaram temáticas sobre higiene pessoal, armazenamento de alimentos e recebimento de gêneros alimentícios. Entre as abordagens de um tema e outro, as merendeiras foram questionadas sobre as inadequações percebidas de modo a provocar reflexões sobre a própria prática profissional diante das questões colocadas.

A reflexão sobre a higienização pessoal foi estimulada a partir da prática da lavagem das mãos utilizando um produto para simular a mão contaminada por microrganismos na luz fluorescente. Após a lavagem das mãos e a visualização do produto, as merendeiras foram direcionadas a refletir sobre as consequências da contaminação dos alimentos às crianças, de modo a orientar para a prática correta de higienização das mãos.

A última dimensão abordada na formação das merendeiras foi sobre a padronização das preparações oferecidas para os escolares na perspectiva de formação de hábitos alimentares saudáveis. Foram apresentadas aos participantes para degustação preparações de alimentos padronizadas (realizadas com fichas técnicas) e preparações semelhantes com excesso de sal, de gordura e com textura muito amolecida e muito ressecada. A partir da comparação entre as diferentes preparações, foi discutida a importância do uso da ficha técnica para a oferta de refeições adequadas em quantidade e qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas experiências de formação relatadas neste capítulo e considerando os princípios de trabalho adotados, destacamos que é possível desenvolver um modelo de formação que vem sendo valorizado tanto na área educacional quanto nos documentos orientadores das políticas públicas. Em suma, para que o propósito da aprendizagem significativa e

mudança comportamental seja alcançado, é importante considerar a contribuição e valorização do público-alvo, trabalhando com as demandas específicas apresentadas pelos próprios participantes, além de promover reflexões a partir de situações vivenciadas no cotidiano. No âmbito da formação de atores para atuação no PNAE, essas ações educativas constituem um espaço social para a construção de valores e atitudes que promovem o desenvolvimento da autonomia e do senso de responsabilidade individual e coletiva, assim como das instituições, promovendo assim, a qualidade na execução do programa.

Destacamos ainda a necessidade de dar continuidade ao processo de formação para outros atores que compartilham as experiências no PNAE como os agricultores familiares e integrantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Guia alimentar para a População Brasileira: promovendo alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 87, p. 70, 9 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 12 maio 2020.

CANINÉ, E. S.; RIBEIRO, V. M. B. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./mar. 2007.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-168, set. 2004/fev. 2005.

FERREIRA, H. G. R.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 44, p. 90-113, nov. 2018/fev. 2019.

GUIMARÃES, K. R. L. S. L. Q. *A atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua formação nos cursos de graduação em nutrição*. 2018. Tese (Doutorado em Alimentos e Nutrição) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

LOPES, A. C. C. *et al.* Avaliação das Boas Práticas em unidades de alimentação e nutrição de escolas públicas do município de Bayeux, PB. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2267-2275, jul. 2015.

MELLO, A. L. *et al.* Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Nordeste do Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 119-132, jan./fev. 2012.

OLIVEIRA, M. N.; BRASIL, A. L. D.; TADDEI, J. A. A. C. Avaliação das condições higiênico-sanitárias das cozinhas de creches públicas e filantrópicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1051-1060, jun. 2008.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

SCARPARO, A. L. S. *et al.* Ações do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista HCPA*, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 302-305, out. 2010.

SILVA, C.; GERMANO, M. I. S.; GERMANO, P. M. L. Condições higiênico-sanitárias dos locais de preparação da merenda escolar, da rede estadual de ensino em São Paulo, SP. *Revista Higiene Alimentar*, [s.l.], v. 17, n. 110, p. 49-55, jul. 2003.

SOBRAL, N. A. T.; SANTOS, S. M. C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 23, n. 3, p. 399-415, maio/jun. 2010.

CAPÍTULO 9

METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA

ERASMO BENÍCIO SANTOS DE MORAES TRINDADE; ELIZABETH NAPPI CORRÊA; LÚCIA ANDRÉIA ZANETTE RAMOS ZENI; MANUELLA DE SOUZA MACHADO; RAFAELLA MAFRA.

INTRODUÇÃO

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar de Santa Catarina (CECANE/SC) desde 2008 com sua implantação, tem dentre os seus objetivos capacitar diversos atores sociais envolvidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estas formações encontram base nas resoluções normativas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre o PNAE, portarias e normas do Ministério da Saúde e da Educação do Brasil. O CECANE/SC desde seu início utiliza diferentes metodologias para cada modelo de formação: por categorias

profissionais; integradas (com diferentes atores sociais); Encontro Catarinense da Alimentação Escolar (ENCAE) e modalidade de Educação à Distância (EaD). Independentemente da metodologia aplicada, o CECANE/SC ao considerar os sujeitos como protagonistas e valorizar situações vivenciadas por estes em seus municípios, apresenta uma construção coletiva de estratégias metodológicas de formações partindo da perspectiva dialógica sobre a compreensão da realidade e sua transformação e melhor atender a alimentação escolar.

FORMAÇÃO POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS

A primeira experiência de formação seguiu a metodologia proposta pelo FNDE e elaborada pelos CECANEs Centro-Oeste, Norte e Sudeste – para nutricionistas e membros dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) – e CECANE Sul (para nutricionistas), adaptadas, sempre que necessário, à realidade regional. As formações atenderam de forma individualizada nutricionistas, membros dos CAEs e merendeiras do PNAE de modo a permitir a discussão de conteúdo específicos à atuação de cada protagonista (SILVA; SOUZA; MENEZES 2020) bem como a reflexão sobre as responsabilidades na execução do programa.

Este modelo de formação foi aplicado nos anos de 2008 e 2009 e permitiu ampla abrangência junto aos CAEs e de nutricionistas, cerca de um terço dos municípios catarinenses em apenas dois anos. Contudo, apesar da avaliação positiva, bem como dos resultados acerca da boa compreensão dos conteúdos trabalhados por parte dos participantes, sentiu-se a necessidade de propor uma modelo de formação que permitisse a articulação entre os diferentes atores envolvidos com o programa.

FORMAÇÃO INTEGRADA: DA REFLEXÃO À AÇÃO

No ano de 2010 redesenhou-se o processo de formação do CECANE/SC com entendimento da necessidade de integrar, responsabilizar e

corresponsabilizar todos os atores envolvidos com o programa e promover o aprimoramento da execução do PNAE, no âmbito da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em seus cenários e territórios de vivências. Assim, compõe os atores sociais envolvidos com o PNAE: gestores - representante da Secretaria de Educação -, membros dos CAEs, nutricionistas, cozinheiras/merendeiras, agricultores familiares, e profissionais da educação - professores e gestores escolares.

A formação integrada tem como eixo central desenvolver metodologias ativas com os participantes respeitando a intersetorialidade e similaridades de ações coletivas, bem como especificidades de cada sujeito. Todo o processo de construção do modelo da formação integrada pelo CECANE/SC, aproximou-se por vezes das propostas da educação popular partindo-se de uma perspectiva dialógica e buscando transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos. (FREIRE, 1987) Assim, constituíram-se metodologias com base na problematização de situações reais do PNAE vivenciadas por diversos atores e na construção coletiva de estratégias para resolução das dificuldades.

As formações integradas realizadas em municípios polos (com mais estrutura operacional), contemplaram municípios adjacentes selecionados. O CECANE/SC responsabilizou-se pela articulação com instituições de ensino locais para disponibilização da infraestrutura necessária, além dos monitores e materiais. Os municípios participantes responsabilizaram-se pela articulação, inscrição e transporte de seus representantes. Para execução das formações integradas algumas etapas metodológicas foram importantes: 1) Etapa de sensibilização e inscrições: com o intuito de fortalecer relações com as Secretarias de Educação e demais setores ligados à alimentação escolar dos diferentes municípios, realizou-se uma reunião de sensibilização, tendo como objetivo criar parcerias, tornando viável a participação de todos os atores sociais envolvidos com o PNAE. Tratou-se, pois, de um momento necessário à formação dos gestores municipais e fortalecimento de articulação com entidades organizacionais. 2) Seleção dos municípios: os critérios de participação: dificuldades na execução do

PNAE; troca de gestão; renovação do CAE; não cumprimento da aquisição de alimentos da agricultura familiar; não participação em formações do CECANE/SC nos últimos 12 meses; e demandas por formações. Não obstante, além dos critérios citados, priorizou-se, em momentos oportunos, a inclusão de municípios dos Territórios da Cidadania, caracterizados por baixos índices de desenvolvimento social e econômico. 3) Momentos e temáticas da formação integrada, apresentados a seguir.

1º Momento - Visão global do PNAE - atores e responsabilidades

Com todos os participantes reunidos, discutiu-se os seguintes temas: “Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”;

“Histórico e Panorama Atual do PNAE”;

“Compras Públicas Sustentáveis”.

2ª Momento - Eu - sujeito responsável pelo PNAE

De acordo com a área de atuação foram trabalhados temas inerentes à cada segmento. Destacou-se a utilização de metodologias problematizadoras e ativas: dinâmicas de apresentação, problematização, estudos de casos, construção de conceitos, exposição dialogada com o emprego de materiais que possibilitaram protagonizar a construção do conhecimento trabalhado. Este momento possibilitou valorizar o papel de cada sujeito envolvido com o PNAE propiciando o desenvolvimento das habilidades e atribuições específicas.

Convém destacar a participação do nutricionista como agente articulador de forma diferenciada, de modo itinerante nas discussões sobre controle social da alimentação escolar com o foco da noção de cidadania ativa junto aos membros do CAE; acompanhamento das atividades sobre alimentação saudável e cardápios com o grupo de cozinheiras e merendeiras; participação da discussão com os agricultores familiares acerca do cruzamento entre o cardápio da alimentação escolar e calendário agrícola local; apoio aos profissionais da educação na construção de um projeto de educação nutricional.

No final desta etapa, foi identificado como cada sujeito pode colaborar de forma objetiva no desenvolvimento do PNAE, enquanto responsáveis por uma construção coletiva do programa.

3ª Momento - Projetos Coletivos (planos de ação)

Os participantes reagrupados de acordo com os seus municípios de procedência discutiram potencialidades e desafios das diferentes realidades. Este momento possibilitou maior visualização da integração proposta na metodologia da formação.

4ª Momento - Projetos Coletivos (plano de ação) - Socialização

Cada município socializou o plano de ação coletivo construído no terceiro momento, gerando a oportunidade de corresponsabilização regional, estabelecimento de parcerias, e troca de estratégias para resolução de desafios por vezes semelhantes.

Até o presente momento foram realizadas 15 formações integradas, que beneficiaram cerca de 175 municípios e mais de 2 mil atores sociais. A metodologia de Formação Integrada permitiu, tanto aprofundamento dos conteúdos específicos às diferentes áreas de atuação, quanto a integração entre os atores envolvidos com o PNAE; promoveu reflexões e construções coletivas de ações estratégicas para consolidação da alimentação escolar considerando as especificidades dos municípios; o fortalecimento dos princípios e diretrizes do PNAE em relação ao direito humano à alimentação adequada e a SAN.

Atividades de acompanhamento dos municípios posteriores à participação nas formações integradas permitiram observar a mobilização e articulação dos participantes na execução dos planos de aprimoramento do PNAE elaborados, demonstrando a eficácia do modelo. Também, foi possível perceber articulações regionais como: a criação de colegiados de nutricionistas, trocas de experiências entre membros dos CAEs, fomento à aquisição de produtos da agricultura familiar na região.

É importante salientar que esse processo de formação trabalhou um número pequeno de entidades executoras por vez, o que exigiu a atuação de maior número de monitores para realização das atividades simultâneas.

ENCONTRO CATARINENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENCAE

Na perspectiva da constância da formação, trocas de experiências, conhecimentos técnicos e científicos, e produção de saberes de todos os atores sociais do estado de Santa Catarina relacionados à gestão do PNAE, foi agregado um outro espaço de saber: o ENCAE.

Esse evento de abrangência estadual, destinado a 295 municípios catarinenses, junto aos técnicos da Secretaria de Educação de Santa Catarina, e institutos federais de ensino do estado, foi direcionado aos atores sociais envolvidos com o PNAE, principalmente nutricionistas, membros do CAE, gestores, profissionais da educação e agricultores familiares.

Até o presente momento foram realizadas quatro edições do ENCAE sendo que em cada edição houve foco em uma determinada temática relacionada ao PNAE. Ao longo do tempo foram trabalhados: PNAE enquanto instrumento para garantia do DHAA; fomento ao controle social; implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN); sustentabilidade na alimentação escolar por meio de estratégias de promoção à agroecologia e alimentos da sociobiodiversidade. A metodologia permitiu a socialização das experiências de execução do programa, sua articulação inter-regional e multisetorial como estratégias de aprimoramento.

FORMAÇÃO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Para atender a demanda de nutricionistas que atuam no PNAE, o CECANE/SC estruturou uma formação diferenciada para estes atores sociais: um curso com 80 horas em modalidade de ensino remoto na atualização de cardápios. Foram apresentados módulos (introdutório e quatro sequenciais): o módulo 1 abordou o PNAE como estratégia do ao DHAA;

módulo 2, a EAN; módulo 3, o PNAE como ferramenta de sustentabilidade; módulo 4, necessidades alimentares específicas. Durante todo o período, os cursistas foram acompanhados por tutores – estudantes de graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) devidamente capacitados pela equipe de autores dos módulos – e pela equipe do CECANE/SC. Ao final, o material didático elaborado para o curso deu origem à uma publicação no formato *e-book* e que pode ser acessada por qualquer pessoa interessada. (MAFRA; CORRÊA, 2018)

O curso oferecido pela plataforma Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*), teve um sistema de código aberto para a criação de cursos livres, executado num ambiente virtual. (ROSTAS; ROSTAS, 2009) Em 2018 foi disponibilizado para nutricionistas que atuam no PNAE em Santa Catarina e contou com 145 participantes. Em 2020 o curso também foi ofertado aos nutricionistas que atuam no PNAE em todo o território nacional recebendo 276 participantes. Ao considerar a formação na modalidade à distância (MUSSIO, 2020), a proposta contou com pessoas de diferentes localidades sem a necessidade de deslocamento dos cursistas e ministrantes. Do mesmo modo, a relação custo-benefício, o respeito ao tempo e à individualidade cognitiva dos cursistas (GERMANO et al., 2005), a flexibilidade de horários e diminuição de gastos (SILVA; SOUZA; MENEZES, 2020) são considerados como benefícios neste tipo de formação. Mas, nessa metodologia tem-se como desafio, a evasão e a dificuldade de articulação entre os participantes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que as propostas metodológicas se mostraram eficientes para a continuidade das formações pelo CECANE/SC durante a pandemia da Covid-19, com atividades presenciais restritas em todo o território nacional. Por meio desta experiência prévia foi possível elaborar propostas de formação para outros atores sociais relacionados a alimentação escolar.

O CECANE/SC se encontra no momento desafiador de construir uma nova proposta metodológica que intercale atividades no formato EaD de

modo a garantir ampla participação, flexibilidade de horários e melhor custo benefício, com atividades presenciais dos diferentes atores sociais, estratégias multiprofissionais, intersetoriais e inter-regionais para melhor apresentação do PNAE.

REFERÊNCIAS

- BERBEL, N. A. N. (org.). *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina: UEL, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GERMANO, R. M. (coord.). *Capacitação das equipes do PSF: desvendando uma realidade*. Natal: UFRN, 2005. Pesquisa integrada ao Plano diretor 2004-2005 do Observatório de Recursos Humanos em Saúde (NESC/UFRN).
- MAFRA, R.; CORREA, E. N. (org.). *Formação de nutricionistas para atuação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Florianópolis: UFSC, 2018.
- MUSSIO, S. C. Reflexões sobre as modalidades de estudo na educação à distância: benefícios e limitações. *Revista EDaPECI*, São Cristóvão, v. 20, n. 1, p. 119-129, jan./abr. 2020.
- ROSTAS, G. R.; ROSTAS, M. H. S. G. O ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação. In: SOTO, U.; MAYRINK, M. F.; GREGOLIN, I.V. (org.). *Linguagem, educação e virtualidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 135-151.
- SILVA, A. C. O.; SOUSA S. A.; MENEZES, J. B. F. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 298-315, set./dez. 2020.

CAPÍTULO 10

CECANE-UFV NO ÂMBITO ACADÊMICO

MARIA DO CARMO FONTES DE OLIVEIRA; ANA ÍRIS MENDES COELHO;
JOSÉ BENÍCIO PAES CHAVES; DANIELA CRISTINA SARAIVA; JOICE DA
SILVA CASTRO.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem o intuito de relatar a experiência do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e os principais resultados oriundos das suas ações desenvolvidas no âmbito universitário, desde o ano de 2016. Relatamos a importância e o impacto das atividades realizadas pelo CECANE ao possibilitar o aperfeiçoamento dos conhecimentos aos atores sociais, tais como: nutricionistas, cozinheiros, secretários de educação e membros das entidades executoras municipais e estadual envolvidos direta ou indiretamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como agricultores familiares e suas organizações, conselheiros da alimentação escolar que compõem o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dentre outros em municípios de Minas Gerais acordados com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Abordamos também as formas de incentivo e diálogo em municípios assessorados, por meio do desenvolvimento de ações que ultrapassam os muros das escolas e consideram que o processo de construção do conhecimento deve ocorrer nos mais diversos espaços, de modo a dialogar sobre a agricultura familiar, bem como, discutir maneiras de enfrentamento aos desafios de forma contextualizada em cada realidade municipal.

São apresentados resultados de trabalhos realizados no contexto acadêmico a fim de colaborar com a promoção de ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e ampliar a divulgação das ações do CECANE/UFV com vistas a dialogar com atores dos municípios mineiros estreitando a relação desses com as ações de extensão e a comunidade científica.

APRESENTAÇÃO DO CECANE/UFV

Em abril de 2016, as atividades deste CECANE iniciaram por meio de processo de seleção da equipe, e, desde então, têm sido delineadas e concebidas para atender às necessidades de municípios mineiros em consonância com o FNDE. Dentre as atividades desenvolvidas até o início de 2021, destacam-se: acompanhamento, orientação e capacitação sobre o PNAE aos diversos atores envolvidos, monitoramento e assessoria às entidades executoras, desenvolvimento de formações junto aos conselheiros da alimentação escolar para o fortalecimento do controle social do PNAE e apoio técnico ao FNDE em ações relacionadas à SAN no âmbito escolar. Também tem desenvolvido oficinas regionais para o levantamento da demanda da alimentação escolar e da oferta da agricultura familiar para o bom desempenho do PNAE em Minas Gerais, além de desenvolver conteúdos educativos em consonância com as necessidades vivenciadas pelas comunidades escolares.

ATUAÇÃO NO CONTEXTO ACADÊMICO

Dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se a inserção do CECANE em ações desenvolvidas no ambiente acadêmico. No ano de 2016, foram

apresentados dois trabalhos no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), no período de 17 a 22 de outubro, no *campus* Viçosa da UFV, cujo tema foi “Fome e Abundância: um paradoxo Brasileiro?”.

Um desses trabalhos consistiu na apresentação intitulada “Integração do CECANE/UFV com os atores da alimentação escolar”. (COELHO et al., 2016) A partir dos resultados alcançados foi possível verificar a necessidade de criar estratégias com o objetivo de divulgar as atividades do CECANE/UFV e facilitar a integração de atores sociais envolvidos na gestão do PNAE. Outro trabalho apresentado consistiu do relato da “Experiência pedagógica com agricultores familiares no contexto da alimentação escolar”, que evidenciou a importância de espaços que permitam a troca de saberes entre o conhecimento técnico e o popular. (MOREIRA et al., 2016)

Visando ampliar o alcance das atividades do CECANE/UFV junto aos agricultores, a equipe desenvolveu ações na 87ª Semana do Fazendeiro (2016), um evento anual de extensão promovido pela UFV para aproximar agricultores, empresários rurais e a comunidade acadêmica do Brasil em relação ao desenvolvimento da produção, bem estar dos agricultores e seus familiares. Durante esta Semana o CECANE promoveu a instalação de *stand* e realização de reuniões com produtores da agricultura familiar utilizando metodologias ativas, criação de um *blog*¹ e elaboração de folheters informativos sobre o CECANE na busca por uma integração efetiva com os diversos atores da alimentação escolar. Essas ações contribuíram para a consolidação do CECANE/UFV e seu propósito de fortalecimento do PNAE.

Nesse mesmo contexto o CECANE realizou um encontro com agricultores familiares de diferentes municípios do estado de Minas Gerais baseando-se na instalação artístico pedagógica “Alimentação Escolar e Agricultura Familiar. É possível?” e no emprego de metodologias ativas e dialógicas. O evento possibilitou o compartilhamento de saberes entre os participantes originando propostas de soluções para dificuldades expostas na relação entre agricultura familiar e alimentação escolar.

1 Ver em: <https://cecaneufv.blogspot.com.br/>.

A roda de conversa “Alimentação Escolar e PNAE”, organizada pelo CECANE, contou com a presença de agricultores familiares, estudantes e membros do CAE. Os participantes puderam expressar a dificuldade em gerir e manter programas de grande abrangência como o PNAE, e puderam ouvir propostas e alternativas sugeridas para superar os empecilhos levantados. E ainda, proporcionou aos participantes vivência ampla sobre a importância da participação da agricultura familiar no processo de aquisição de alimentos de qualidade na alimentação escolar.

A experiência foi positiva tendo em vista que depoimentos e vivências contribuíram para esclarecer o processo da compra governamental dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

A equipe do CECANE participou também da Semana Acadêmica da Nutrição, promovido pelo Centro Acadêmico de Nutrição (CA/NUT) da UFV, junto ao Departamento de Nutrição e Saúde (DNS), durante os dias 26 a 28 de abril de 2017. O evento contou com a participação de uma representante do FNDE, a nutricionista e agente do PNAE. O CECANE pôde apresentar e tornar público as atividades desenvolvidas desde a sua criação, com posterior apresentação de um pôster intitulado “Assessoria e monitoramento às entidades executoras do PNAE em municípios de Minas Gerais pelo CECANE-UFV”. (OLIVEIRA et al., 2017a)

Em evento de abrangência nacional, o CECANE participou do III Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição (CONAN) e IV Congresso Mineiro de Alimentação e Nutrição (COMAN) realizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, em março de 2017. Naquele momento apresentou o trabalho intitulado “CECANE/UFV: Primeiro ano de atuação”, divulgando sua contribuição para consolidação do PNAE em municípios mineiros. (OLIVEIRA et al., 2017b)

Uma outra participação, houve dois trabalhos divulgados no SIA no ano de 2018. Neste evento, foi apresentado o trabalho “Agricultura familiar e alimentação escolar: trocando saberes com o CECANE/UFV” (FIGUEIREDO et al., 2018) que teve como tema “Ciência para a Redução das Desigualdades”, no período de 15 a 20 de outubro, no *campus* Viçosa da UFV. Ressaltou-se a importância de se utilizar espaços criados para

permitir diálogos entre os diferentes atores do PNAE. Outro trabalho apresentado no SIA em 2018 refere a “Formação dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Municípios Mineiros”. (AGOSTINHO et al., 2018) A partir desse trabalho foi possível demonstrar como as capacitações realizadas pela equipe do CECANE/UFV fortalecem as ações desenvolvidas no âmbito do PNAE.

A experiência demonstrou que os momentos de contextualização e troca de experiências possibilitaram aos participantes reconhecer a prática de outras entidades executoras e identificar atributos e aprendizados. As formações também garantiram amplo processo de diálogo e ocasionaram reflexões em relação à vivência dos atores sociais no PNAE a fim de que este se constituísse em estratégia de democratização e transformação das relações sociais e da realidade local.

Ainda em relação ao SIA, de 23 a 28 de outubro de 2019, com o tema “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”, pode-se destacar a apresentação do trabalho “Monitoramento e assessoria aos municípios mineiros quanto a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. (LANA et al., 2019) O trabalho ocorreu sobre as assessorias realizadas em 41 municípios do estado de Minas Gerais conforme designado pelo FNDE. Dentre as atividades desempenhadas, destacam-se a aplicação de questionários, verificação de documentação referente à alimentação escolar, condições das instalações das escolas e a identificação dos principais problemas enfrentados pelos municípios. Ao final das assessorias e monitoramentos ocorreu um encontro para formação dos atores envolvidos no desempenho do PNAE ao município assessorado e aos municípios vizinhos possibilitando troca de experiências entre eles e aprofundamento nas legislações e atribuições do PNAE.

Outro trabalho apresentado no SIA do ano de 2019 intitula-se “Oficinas regionais sobre agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios mineiros”. (AGOSTINHO et al., 2019) Esse trabalho retratou a realização de oficinas com municípios que não atingiram o percentual mínimo de 30% na aquisição de alimentos

da agricultura familiar. Durante as oficinas os representantes de cada município participante preencheram planilhas com informações sobre a produção da agricultura familiar e a demanda dos cardápios para que visualizassem as possibilidades de aumentar a aquisição de alimentos. Ademais, foram apresentados os passos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, as legislações sanitárias exigidas e quais as principais dificuldades que cada município possuía.

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos atores dos municípios, destacam-se: a falta de cronograma de entrega dos gêneros da agricultura familiar, ausência ou pouca disponibilidade do nutricionista, falta de articulação entre os setores, pouca oferta de alimentos da agricultura familiar, desinteresse e desconhecimento dos agricultores, entre outros. E foram entregues materiais de apoio aos participantes tais como: lista de produção e oferta de alimentos da agricultura familiar; lista de demandas de alimentos para os cardápios as quais poderiam ser oferecidos pela produção local e regional; relação de contatos dos agricultores e entidades executoras; fichas de avaliação; DVD e fôlder sobre o PNAE. As oficinas regionais foram consideradas relevantes por permitir avaliar a demanda da alimentação escolar e a oferta da agricultura familiar. Os atores sociais puderam visualizar os gargalos, discutir as possibilidades e alavancarem a compra dos gêneros da agricultura familiar.

No contexto da pandemia em 2020, o CECANE continuou com ações de forma remota e apresentou dois trabalhos nessa modalidade durante o SIA - na UFV com o tema “Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira”, no período de 19 a 24 de outubro. O primeiro desses intitulou-se “Uso da rede social Instagram como ferramenta de comunicação no CECANE/UFV”. (CASTRO et al., 2020) A partir desse trabalho foi possível concluir que a participação imediata dos seguidores, num período curto de implementação, constituiu-se em uma experiência positiva com o Instagram como meio de divulgação da alimentação saudável pelo CECANE/UFV. Essa atividade, desenvolvida em ambiente virtual tem sido bem-sucedida pois propicia divulgar a experiência exitosa a partir

da criação da conta.² Também, foi observado que essa mídia social pode auxiliar na propagação de conteúdos de relevância sobre a alimentação escolar e contribuir para maior alcance das atividades do CECANE/UFV em Minas Gerais.

Um segundo trabalho apresentado em 2020 neste mesmo simpósio, foi “Experiência da análise qualitativa de cardápios escolares utilizando a ferramenta IQCOSAN”. (AGOSTINHO et al., 2020) O trabalho demonstrou o Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar Nutricional (IQCOSAN), uma análise qualitativa de cardápios da alimentação escolar dos municípios assessorados e obteve resultados que favoreceram o desenvolvimento de orientações específicas e contextualizadas com a realidade de cada município. Nenhum cardápio foi classificado como inadequado. E aqueles que precisavam de melhorias e estavam adequados, receberam orientações de acordo com os problemas identificados, tais como: fornecimento de menos de três frutas e hortaliças na semana; ausência de leite e derivados; uso de alimentos restritos e inclusão de preparações doces acima do permitido, além da falta de identificação da modalidade de ensino. A experiência em utilizar a ferramenta IQCOSAN proporcionou conhecer as regulamentações do PNAE e a pluralidade de cardápios, identificando seus pontos positivos e negativos e assim orientar nutricionistas que atuam na alimentação escolar.

Neste mesmo ano de 2020, a equipe do CECANE/UFV também participou, no dia 6 de julho, da videoconferência “FNDE e PNAE – Atualizações das Resoluções” organizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) Unidade Regional de Belo Horizonte em parceria com a UFV, por meio do Google Meet. O evento teve como público alvo extensionistas agropecuários (agrônomos e técnicos agrícolas) e do bem estar social: nutricionistas, pedagogos além de assistentes sociais e economistas domésticos da EMATER/MG, secretários de educação, secretários de agricultura, nutricionistas da educação, representantes de setor de compras, conselheiros da alimentação escolar, representantes das

2 Veja a conta em: <https://www.instagram.com/cecaneufv>.

Superintendências Regionais de Ensino das regiões metropolitanas, entre outros representantes do setor de educação. As palestras realizadas pela equipe do CECANE/UFV abordaram o papel deste e as novas resoluções vigentes no âmbito do PNAE. (CECANE UFV, 2020b) Foi dada a oportunidade aos presentes de manifestarem seus questionamentos e anseios em relação ao PNAE possibilitando aos apresentadores responderem às demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CECANE/UFV, desde 2016, vem desenvolvendo uma trajetória na busca de ações contextualizadas e atualizadas junto aos municípios assessorados adequando suas atividades para atender de forma remota as demandas inerentes ao período da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, têm cumprindo seu papel de articular atividades que integrem a universidade à comunidade envolvida com a alimentação escolar objetivando contribuir para a promoção da alimentação saudável nas escolas e a geração de renda na comunidade local fortalecendo assim o PNAE, programa de extrema relevância social.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, M. M. R. *et al.* Experiência da análise qualitativa de cardápios escolares utilizando a ferramenta IQ COSAN. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 11., 2020, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2020.
- AGOSTINHO, M. M. R. *et al.* Formação dos atores sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios mineiros. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 9., 2018, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2018.
- AGOSTINHO, M. M. R. *et al.* Oficinas regionais sobre agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios mineiros. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 10., 2019, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2019.
- CASTRO, J. S. *et al.* Uso da rede social Instagram como ferramenta de comunicação no CECANE UFV. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 11., 2020, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2020.

CECANE UFV. [Página do CECANE UFV no Google Sites]. Viçosa, MG, 2020a. Disponível em: <https://sites.google.com/view/cecaneufv>. Acessado em: 20 mar. 2021.

CECANE UFV. [Página do CECANE UFV no Instagram]. Viçosa, MG, 2020b. Instagram: cecaneufv. Disponível em: <https://www.instagram.com/cecaneufv/>. Acessado em: 20 mar. 2021.

COELHO, M. M. *et al.* Integração do CECANE UFV com os atores da alimentação escolar. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 7., 2016, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2016.

FIGUEIREDO, M. N. *et al.* Agricultura familiar e alimentação escolar: trocando saberes com o CECANE UFV. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 9., 2018, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2018.

FNDE. [Página oficial do FNDE]. Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FNDE. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LANA, M. G. *et al.* Monitoramento e assessoria à municípios mineiros quanto a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 10., 2019, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2019.

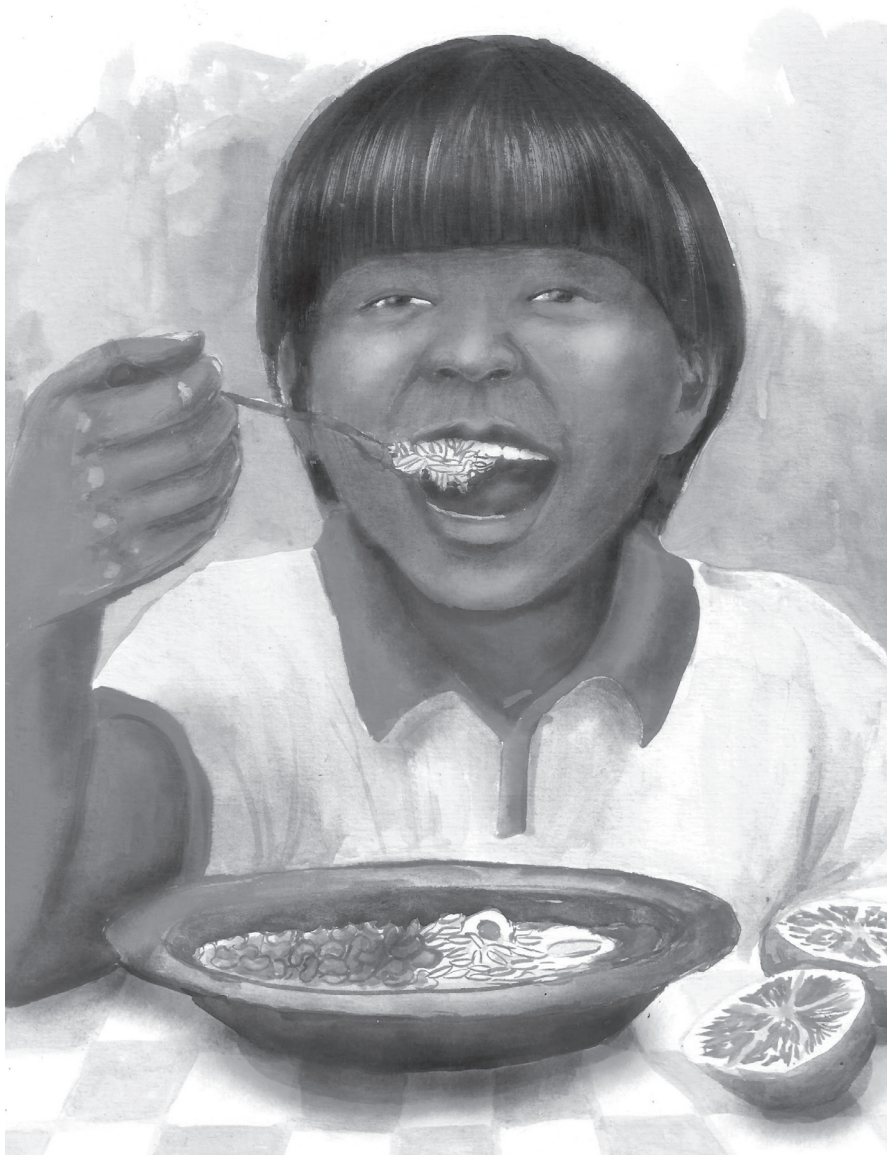
MOREIRA, I. R. J. *et al.* Experiência pedagógica com agricultores familiares no contexto da alimentação escolar. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA-SIA*, 7., 2016, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2016.

OLIVEIRA, M. C. F. *et al.* Assessoria e monitoramento às entidades executoras do PNAE em municípios de Minas Gerais pelo CECANE UFV. *In: SEMANA ACADÊMICA DE NUTRIÇÃO: SE ATUALIZAR É SEMPRE UMA BOA IDEIA?*, 4., 2017, Viçosa, MG. *Anais [...]*. Viçosa, MG: UFV, 2017a. p. 5-5.

OLIVEIRA, M. C. F. *et al.* CECANE UFV: Primeiro ano de atuação. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO*, 3., CONGRESSO MINEIRO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 4., 2017, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: UFOP, 2017b. v. 1. p. 8-8.

EIXO III

O PNAE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19



CAPÍTULO 11

OFICINAS REGIONAIS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA NA BAHIA

NOEMI EVELIN SANTOS ROCHA; MARIA DO CARMO FREITAS; LILIAN SILVA SANTOS; ROSENI MUNIZ FRANÇA; KARINE FIAES; MÉRCIA BARRETO; LILIAN BARBOSA RAMOS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública voltada para alimentação e nutrição mais antiga ainda em vigor no país, sendo responsável por oferecer alimentação escolar e realizar ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de toda educação básica. (BRASIL, 2021) Dentre as diversas mudanças ocorridas na estrutura e execução do PNAE, destaca-se aqui a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que consolidou o programa como estratégia de política pública para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). (SANTOS et al., 2012) Assim, o PNAE passou a ser direcionado por princípios como “[...] equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais”. (PEIXINHO, 2013, p. 915)

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 trouxe como marco, também, a obrigatoriedade da aplicação de no mínimo 30% dos recursos destinados ao PNAE para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. (BRASIL, 2009, art. 14) Essa determinação legal levou a uma mudança na realidade social do país por permitir o fornecimento de alimentos diversificados, que respeitam a sazonalidade, regionalidade e cultura dos alunos, além de promover hábitos alimentares saudáveis e garantir uma ampliação do mercado econômico para os agricultores. (RODRIGUES et al., 2017) Desde o estabelecimento da lei, cada vez mais entidades executoras têm adquirido gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar; entretanto, ainda se nota que alguns estados e municípios têm dificuldade de atingir o percentual determinado, enquanto que outros chegam a superá-lo. (DIAS et al., 2020; OLIVEIRA; FAGUNDES; SIQUEIRA, 2021)

Isso aponta para a necessidade contínua de (re)conhecer quais os mecanismos e fatores são responsáveis tanto pelos casos de sucesso quanto pelas dificuldades que impedem que o mínimo de 30% seja atingido e/ou superado. Conhecer o contexto de produção de cada município, sua vocação agrícola e sazonalidade se faz fundamental para promover uma interlocução entre agricultores familiares e entidade executora e, assim, construir ações que garantam o cumprimento da lei e, conseqüentemente, o acesso dos estudantes a alimentos de qualidade. Nesse contexto, os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) atuam como uma rede de apoio técnico fundamental para promover ações que auxiliam esse processo. (BRASIL, 2006, art. 8)

Os CECANEs foram instituídos como uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e instituições federais

de Ensino Superior com o objetivo de promover ações de assessoria e monitoramento ao PNAE através de ações de capacitação dos atores envolvidos no programa. Dentre as atividades realizadas pelos CECANEs, é chamada atenção neste texto para as “Oficinas Regionais para o Levantamento da Demanda da Alimentação Escolar e da Produção da Agricultura Familiar para a boa execução do PNAE”. Este produto tem por objetivo mapear e identificar a vocação agrícola dos municípios, diagnosticar o processo de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, além de promover o diálogo entre oferta e demanda e a troca de experiências entre municípios de uma mesma região.

Conforme metodologia já consolidada, essa atividade é desenvolvida de forma presencial, sendo um município escolhido como polo e os demais, como circunvizinhos, de acordo com as características regionais e dos gêneros da agricultura familiar. Entretanto, com o aumento de casos da Covid-19 e o estabelecimento do distanciamento social como estratégia prioritária para controle da doença (PIRES, 2020; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), houve necessidade de adaptação da metodologia de execução das oficinas, realizando-as de forma remota, o que trouxe novos desafios e possibilidades. Desse modo, objetiva-se relatar a experiência da realização remota de Oficinas Regionais da Agricultura Familiar pelo CECANE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 2021.

METODOLOGIA

Para o relato desta experiência foi considerada análise dos dados registrados nas observações e anotações feitas pela equipe que conduziu as atividades, além das informações adquiridas através dos formulários preenchidos pelos participantes das “Oficinas Regionais para o Levantamento da Demanda da Alimentação Escolar e da Produção da Agricultura Familiar para a boa execução do PNAE”, realizadas pelo CECANE/UFBA. Essas oficinas ocorreram entre os meses de março e maio de 2021 de forma remota, através da plataforma Google Meet.

PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DAS OFICINAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

A primeira etapa consistiu na seleção dos municípios participantes. Para isso, foram utilizados dados de uma série histórica de aquisição de produtos da agricultura familiar dos municípios da Bahia, entre os anos de 2010 a 2016, disponibilizada pela Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR/BA). Além desses dados, foi feito o levantamento dos percentuais de compra referentes aos anos de 2017-2019 através do portal do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do FNDE. Com base nessas informações, foram selecionados municípios que nunca compraram da agricultura familiar, que não havia adquirido nos anos de 2018 e 2019, que aumentaram ou reduziram seus percentuais de compra atingindo ou não os 30% e/ou que apresentaram inconsistências no SiGPC referente aos anos mencionados. A oficina objetivou promover a troca de vivências entre agricultores de municípios com diferentes perfis de compra da agricultura familiar respeitando a divisão geográfica (IBGE, 2017), previamente conhecidos como Territórios de Identidade e atualmente Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

Com esses critérios, foram selecionadas 3 regiões imediatas, num total de 29 municípios. Depois da seleção, foi realizado a identificação de produtores familiares, cooperativas, associações, assistência técnica rural, bem como dados sobre a produção da agricultura familiar. Essa pesquisa foi realizada através da base de dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Sistema de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), contando-se também com o auxílio da SUAF e da SDR/BA. Foram levantadas informações sobre as especificidades de cada município com relação à oferta e demanda da agricultura familiar para o PNAE considerando o momento da pandemia da Covid-19, para garantir um conteúdo proposto direcionado às necessidades dos municípios.

Após essa etapa, os contatos do público-alvo das oficinas foram identificados e enviados os ofícios convites às entidades executoras. A equipe do CECANE/UFBA, com base na ferramenta do FNDE “Questionário de Diagnóstico Prévio às oficinas regionais para a boa execução da compra da agricultura familiar no PNAE”, e disponibilizadas previamente aos participantes através do Google Forms, elaborou dois instrumentos para coletas de dados: o Formulário da Demanda da Agricultura Familiar (Gestão), para coletar informações sobre a demanda da agricultura familiar para o PNAE no município e questões relacionadas, respondido pelo gestor municipal de entidade executoras e nutricionista; e o Formulário da Oferta da Agricultura Familiar, para coletar informações sobre os processos envolvidos da produção agrícola e à venda para o PNAE, respondido pelos agricultores familiares e suas entidades representativas.

Por fim, as oficinas foram realizadas através da plataforma Google Meet, com encontros virtuais com duração de duas horas, em turnos alternados. O primeiro encontro foi destinado à demanda da gestão; o segundo, direcionado para a oferta - agricultores familiares e suas associações e representações; e o terceiro encontro promoveu o diálogo entre oferta e demanda, discutindo entraves, trocando experiências e alternativas para resolução de problemas e pactuando soluções entre agricultores e gestão. No próximo tópico, serão abordadas de forma mais aprofundada experiências e percepções com relação ao planejamento e execução das oficinas.

EXECUÇÃO DAS OFICINAS - ANALISANDO A EXPERIÊNCIA

Com base no planejamento descrito no item anterior, foram realizadas 3 oficinas, com um total de 27 municípios participantes. Conforme já mencionado, a necessidade primária que se estabeleceu para a execução da oficina no contexto da pandemia da Covid-19 foi reestruturar uma metodologia firmemente consolidada, adaptando-a ao contexto virtual. Isso, por si só, representou um desafio, visto que era necessário pensar em metodologias ativas, que permitissem construir conhecimento com os participantes de forma dinâmica e que ultrapassassem a mera exposição

dialogada de conteúdo. Havia a necessidade, também, de abranger alguns temas de forma condensada, mas sem causar o seu esvaziamento. Dessa maneira, foram pensadas dinâmicas que priorizaram a participação dos indivíduos presentes, com o objetivo de sensibilizá-los à compra/fornecimento de alimentos para o PNAE, a tentativa de ‘colocar-se no lugar dos outros atores’ responsáveis pelas distintas funções na execução do programa, pensar o planejamento da alimentação escolar com base na produção local e, especialmente pactuar estratégias para superar os entraves descritos nos encontros.

Outra questão observada foi o início dos contatos com os convidados para a atividade. Por se tratar de um período em que muitos municípios tiveram mudanças de gestão, muitos gestores foram substituídos gerando uma certa dificuldade no início dos contatos, especialmente na primeira oficina. No entanto, foi possível contatar todos os atuais gestores, havendo participação de pelo menos um membro da gestão e o nutricionista responsável-técnico de cada município participante.

Por se tratar de atividade realizada remotamente, a questão do acesso à internet foi um fator que dificultou a participação de alguns atores. Dados mais recentes apontam que menos de 30% dos estabelecimentos rurais têm acesso a internet e, embora haja presença de cobertura 3G e 4G em áreas rurais, não há dados sobre a real disponibilidade e acesso a esses serviços em território rural. (MILANEZ et al., 2020) Infelizmente, alguns não conseguiram permanecer até o final dos encontros devido à má conectividade e ao esgotamento dos dados móveis.

Em se tratando do ambiente virtual, observou-se também uma certa resistência, a princípio, nas interações. Algumas pessoas desconheciam as modalidades de acesso ao encontro virtual. Mas, o processo participativo aconteceu, porém necessitou de estímulo mais frequente, com as condutoras da atividade sempre salientando a necessidade de participar, expor opiniões e demandas específicas. Foi percebido, também, que não é possível controlar o fluxo da atividade através de aspectos como linguagem corporal, conversa “paralela” entre participantes, e etc. Isso demandou ainda mais atenção a outros aspectos como interação através de mensagem

no *chat*, ou WhatsApp das condutoras da atividade, saída e retorno para a sala virtual, o interesse em fazer questionamentos e provocações etc.

Dentre os temas mais notados nas discussões, estão a montagem e distribuição de *kits* pelos nutricionistas, e a redução ou pausa na venda de produtos pelos agricultores, assuntos exaustivamente debatidos. Sobre os *kits*, ainda havia certa ansiedade com relação à escolha de gêneros, como fazer a distribuição respeitando os critérios nutricionais e segurança biológica, como inserir alimentos da agricultura familiar nos *kits* e como administrar os recursos da melhor forma para montar estas cestas básicas de qualidade. Com relação à agricultura familiar, muitos agricultores expuseram que houve uma queda significativa no fornecimento ao PNAE durante a pandemia da Covid-19, o que os abalou economicamente e os desanimou.

As oficinas apresentaram exemplos positivos com relação à execução do PNAE mesmo nesse momento conturbado. As especificidades dos municípios/regiões foram discutidas, pensando em possibilidades de sanar as dificuldades de aquisição dos produtos para o PNAE, a curto, médio e longo prazo. Além disso, municípios que estavam mais avançados com relação à aquisição de itens firmaram compromissos de prestar auxílio e consultoria para aqueles que ainda estavam com mais dificuldades. A criação conjunta de planos de ação ao final de cada oficina realizada, considerando os entraves apontados pelas duas partes e os acordos para solucioná-los, foi de suma importância nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a pandemia da Covid-19 apresentou inúmeros desafios para a execução do PNAE em todos os aspectos, incluindo o trabalho dos CECANEs. Entretanto, as ações do CECANE nesse momento só destacaram a importância de continuar reconstruindo processos de formação para atender às demandas conforme elas se impõem e assim garantir um trabalho articulado entre os atores, para que alimentação de qualidade seja viabilizada durante e após a pandemia. Ficou evidente que ainda que

com o tempo inferior ao praticado na atividade desenvolvida de forma presencial, os encontros foram extremamente proveitosos gerando uma rede de diálogo entre participantes e uma troca de experiência expressiva. Isso denota que a continuidade do trabalho se faz necessária para manter o espaço de diálogo e engajamento dos atores, especialmente para pensar soluções para que o PNAE seja um espaço de garantia da SAN, especialmente em tempos de crise sanitária e calamidade pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2CaewA2>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 87, p. 70, 9 maio 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2EUup1C>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília, DF, [2017?]. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/programas/PNAE>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DIAS, P. C.; *et al.* Compra da agricultura familiar para alimentação escolar nas capitais brasileiras. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, p. 73-82, 2020.

IBGE. *Divisão do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MILANEZ, A. Y. *et al.* Conectividade rural: situação atual e alternativas para superação da principal barreira à agricultura 4.0 no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 7-43, set. 2020.

OLIVEIRA, C. B.; FAGUNDES, A. A.; SIQUEIRA, R. L. Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar segundo regiões brasileiras: uma revisão. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 10, n. 3, p. e31610313346-e31610313346, mar. 2021.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, abr. 2013.

PIRES, R. R. C. Nota técnica nº 33, de abril de 2020 - Diest. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. *Nota técnica [da Diest]*, Brasília, DF, n. 33, abr. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9839/1/NT_33_Diest_Os%20Efeitos%20Sobre%20Grupos%20Sociais%20e%20Territ%C3%B3rios%20Vulnerabilizados.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

RODRIGUES, R. *et al.* A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 91-112, 2017.

SANTOS, L. A. S. *et al.* O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 107-117, jan./fev. 2012.

SILVA, S. P. Trajetória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, DF, n. 2529, dez. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Director-General's statement on IHR Emergency Committee on novel coronavirus (2019-nCoV)*. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: [https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 20 jul. 2021.

CAPÍTULO 12

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS DO CECANE-UFBA

LÍLIAN SANTOS; MÉRCIA BARRETO; NOEMI EVELIN SANTOS ROCHA;
ROSENI FRANÇA; KARINE FIAES; LILIAN BARBOSA RAMOS; MARIA DO
CARMO FREITAS.

INTRODUÇÃO

Ao seguir as diretrizes do Guia Alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contemplou recomendações da Resolução FNDE nº 002/2020, de 09 de abril de 2020, que regulamenta o uso dos recursos federais para aquisição de no mínimo 75% de alimentos *in natura* ou minimamente processados e restringiu o consumo de alimentos processados/ultraprocessados a 20% e ingredientes culinários a 5%. Mas, isso nem sempre ocorre.

Para a funcionalidade dessa resolução, a tendência é acrescentar aos cardápios escolares mais frutas e hortaliças, (fontes de ferro e de vitamina A) promovendo práticas de educação alimentar e nutricional, dentro das escolas, com projetos pedagógicos envolvendo escolares, educadores,

nutricionistas, servidores municipais e suas famílias. No entanto, a publicação da resolução mencionada ocorreu durante um período de suspensão das aulas presenciais, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), e a exigência de seu cumprimento se deu em janeiro de 2021, requerendo aos atores do PNAE adequações aos cardápios escolares. Em convergência com esses aspectos, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desenvolveu um conjunto de ações para a promoção do direito à alimentação adequada aos escolares, com: 1) suporte técnico virtual; 2) *lives*; 3) pesquisas; 4) Assessorias Técnicas Virtuais às entidades executoras; 5) colaboração na construção da Matriz Avaliativa do PNAE; 6) participação no Congresso Virtual da UFBA.

AS EXPERIÊNCIAS DO CECANE/UFBA

A publicação da Resolução FNDE nº 006/2020 gerou uma demanda crescente dos atores do PNAE, com muitos questionamentos e dúvidas sobre a legislação, em face das importantes mudanças na exigência de oferta ou restrição de alimentos e produtos nos cardápios escolares. Nutricionistas, gestores e conselheiros de alimentação escolar dos municípios e do estado foram assistidos pela equipe do CECANE/UFBA, com suporte técnico à distância, via correio eletrônico, ligações telefônicas, reuniões virtuais, WhatsApp, bem como orientou e divulgou suas atividades via Instagram.

Em razão de situação de calamidade pública houve mudanças nacionais com a nova Lei FNDE nº 13.987, de 7 de abril de 2020, para a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Para esclarecimentos sobre o que ficou nomeado na Bahia e em outros lugares, como *kits*-alimentação do PNAE foram organizadas quatro *lives* tendo com as temáticas: 1) Aquisição de gêneros no contexto da pandemia da Covid-19; 2) Agricultura Familiar; 3) Experiências em dois municípios baianos; e 4) Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Estes encontros virtuais (gravados) tiveram a participação de docentes da UFBA e Universidade Estadual da Bahia (UNEB), colaboradores do CECANE, representantes do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA/BA), agricultores familiares e técnicos do Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP/BA). Os debates ocasionaram importantes contribuições para a compreensão da crise sanitária, alimentar, política e social do país.

E para assegurar a alimentação aos escolares e suas famílias, reuniram-se 16 CECANEs em uma pesquisa intitulada “Iniciativas Estaduais e Municipais para Oferta de Alimentação Escolar durante o período de interrupção das aulas, em razão da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) no Brasil”. Esta, organizada pelo FNDE, objetivou conhecer as estratégias utilizadas por Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para garantia da oferta de alimentação aos escolares. Em uma análise preliminar sobre os 189 municípios baianos participantes, observou-se em relevo: dificuldades dos gestores e técnicos na definição da composição dos *kits* de alimentos, pois deveriam respeitar as recomendações nutricionais nas diferentes etapas de ensino, desde a creche ao ensino médio; destinação incipiente de recursos próprios dos municípios para aquisição de alimentos, utilizando quase que exclusivamente os recursos do FNDE; alimentos licitados *per capita* (por aluno) e distribuição planejada por quilo de alimento – considerando a contaminação no fracionamento; baixa aquisição de produtos da agricultura familiar por suspensão de contratos vigentes e não realização de chamadas públicas para atender a demanda deste período.

Registrou-se, também, questões referentes às deficiências na infraestrutura e logística da distribuição de alimentos às famílias, para atender a demanda. Infelizmente, ocorreu maior oferta de produtos ultraprocessados em relação aos *in natura* e minimamente processados, menor custo, fácil armazenamento e distribuição. Apesar de inúmeras dificuldades, alguns municípios conseguiram realizar a aquisição de alimentos básicos da agricultura familiar e garantir a oferta aos escolares.

Diante da impossibilidade de visitar, presencialmente, as escolas, depósitos e cozinhas, foram realizadas reuniões virtuais com a plataforma gratuita Google Meet, e aplicados formulários Google Forms para obter dados sobre o PNAE Monitora, que consolida as atividades desenvolvidas e emite relatórios de gestão destacando aspectos que requerem adequação da alimentação escolar. Desse modo, mesmo considerando a impessoalidade dos encontros virtuais, ocorreram assessorias e oficinas de formação junto aos diversos atores do PNAE. No entanto, a baixa frequência ou a ausência de cobertura de internet e a necessidade de uso de recursos próprios (rede de dados móveis) limitaram a participação de atores residentes em alguns municípios, sobretudo em zonas rurais. Sobre este aspecto, as Secretarias de Educação foram convidadas pelo CECANE a disponibilizar salas, com os procedimentos de segurança e distanciamento social, além de computadores com internet aos atores, principalmente educadores, conselheiros e agricultores.

Destas experiências da equipe do CECANE/UFBA houve discussões sobre a análise da Matriz Avaliativa do PNAE organizada, originalmente, pelo FNDE para definir indicadores e elementos essenciais na avaliação do desempenho da gestão do PNAE nas entidades executoras (escolas). Para tanto, considerou-se: 1) recursos e insumos; 2) cardápios escolares; 3) agricultura familiar; 4) educação alimentar e nutricional; 5) controle social. Esta ferramenta ainda em reflexão, permitirá identificar de modo mais ágil e sistemático os êxitos alcançados pela entidade executora, bem como as lacunas que devem ser superadas para aprimorar a gestão do PNAE em prol de uma alimentação saudável e adequada para os(as) escolares.

Estas são as principais atividades deste CECANE/UFBA nesse período de pandemia de Covid-19, cujas pretensões destas atividades de extensão compõem o contexto de discussões da alimentação escolar como direito e justiça social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucionallegislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. FNDE. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Edição extra B, Brasília, DF, ano 158, n. 67B, p. 9, 7 abr. 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/PNAE/PNAE-perguntas-frequentes?>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar da população Brasileira: promovendo alimentação saudável*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

ATUAÇÃO DO CECANE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19 EM GOIÁS

TAINÁ AMÉLIA SANTANA MARCHEWICZ; ANNE MARQUES DA SILVA; REJANE SOARES DINIZ; LUIS FERNANDO OLIVEIRA DUARTE; VICTÓRIA FABIANO ARANTES DE BARROS; RAIZE RAYKA SILVA SANTOS; LIANA JAYME BORGES; GÉSSICA MÉRCIA DE ALMEIDA; THAÍSA ANDERS CARVALHO SOUZA; KARINE ANUSCA MARTINS; VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS.

INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pelo denominado SARS-CoV-2, popularmente conhecido como novo coronavírus, provocou um caótico cenário na história da humanidade. Segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde brasileiro, a Covid-19 alcançou até o período de 21 de julho de 2021, a marca de 545.604 óbitos e 19.473.954 infectados no Brasil, com taxa de letalidade de 2,8%, caracterizando o país em segundo no *ranking* mundial por número de novos casos e mortes. (BRASIL, 2021)

Dentre os impactos da contaminação associada à Covid-19, destaca-se a adoção das medidas de distanciamento social, opção de maior eficácia

na redução da letalidade exponencialmente ocasionada pelo vírus. Tais medidas impactaram as atividades cotidianas, inclusive as relacionadas ao ensino, com o fechamento das escolas e a retomada das atividades em formato virtual/remoto. A suspensão das aulas presenciais significou a precarização do acesso à alimentação aos alunos das escolas públicas. Diante do desafio de continuar a oferta da alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se destaca entre as políticas e ações públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e ao alcance do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS). (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; BICALHO; LIMA, 2020; BRASIL, 2009; SOBRINHO JUNIOR; MORAES, 2020)

Sendo assim, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu medidas no escopo do PNAE, de modo a garantir que os alunos em atividades remotas recebessem alimentação. Para tanto, foi publicada a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (BRASIL, 2020b), de modo a autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais e/ou responsáveis dos alunos das escolas públicas de educação básica. Como forma de orientar as entidades executoras sobre a distribuição dos alimentos aos alunos, foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 02, em 09 de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), a qual dispôs sobre a execução do PNAE, com o estabelecimento de medidas seguras para o manuseio, a composição e a distribuição dos *kits* de alimentos.

As medidas de controle à disseminação da Covid-19 também impactaram a atuação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs). Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo descrever a atuação do CECANE da Universidade Federal de Goiás (UFG) no contexto da pandemia da Covid-19 diante dos desafios encontrados. Este trabalho busca realizar uma reflexão sobre as atividades realizadas pela equipe do projeto para a garantia do acesso à alimentação escolar aos alunos da rede pública atendidos pelo PNAE, no estado de Goiás.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de relato de experiência de abordagem qualitativa, organizado a partir da análise das atividades e ações desenvolvidas pela equipe do projeto CECANE/UFG no período entre os meses de abril de 2020 a maio de 2021. Realizou-se levantamento a partir de memórias de reuniões internas, relatórios parciais enviados ao financiador do projeto, textos técnicos e científicos elaborados pela equipe, além de encontros virtuais internos e externos.

No contexto pandêmico, realizou-se no âmbito do projeto as seguintes ações: composição e formação da equipe de monitores para assessoria e monitoramento de entidade executora; divulgação das atividades do CECANE/UFG nas redes sociais e *site* da Faculdade de Nutrição da UFG; apoio na feira interinstitucional agroecológica na UFG, além da execução de quatro produtos: 1) Monitoria e assessoria ao estado e aos municípios de Goiás; 2) Produção de curso de Ensino à Distância de processo de aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE; 3) Suporte técnico para aquisição de alimentos da agricultura familiar; e 4) Apoio técnico ao FNDE. Até o momento de produção deste trabalho, a equipe técnica do CECANE/UFG era composta por professores, nutricionistas, contadores e estagiários acadêmicos dos cursos de Nutrição e Ciências Contábeis.

ENCONTROS VIRTUAIS COM ATORES SOCIAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PNAE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Tendo em vista os desafios impostos pela situação da pandemia e as incertezas vivenciadas pelas entidades executoras, a equipe do CECANE/UFG sentiu a necessidade de um diálogo mais próximo com os atores sociais do PNAE, para a adequação e o acompanhamento das normativas vigentes estabelecidas pelo FNDE à realidade local. Assim, foi viabilizada uma série de reuniões para ampliar a comunicação mediada pela internet, utilizando-se das mídias sociais e alguns aplicativos de comunicação *on-line*, proporcionando um debate mais aprofundado com os atores sociais e demais interessados na discussão e execução do PNAE.

Foram então realizados 17 encontros virtuais, com a finalidade de esclarecer e discutir a Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020. (BRASIL, 2020d) A divulgação das datas ocorreu por meio do Instagram, Facebook e *e-mails* do projeto. Nesses encontros houve a participação de 76 municípios e 135 participantes. Percebeu-se uma maior participação de nutricionistas e agricultores(as) familiares. Outros atores estiveram presentes, como conselheiros da alimentação escolar, agrônomos, técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), professores, secretários(as) de educação, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e coordenadores(as) da alimentação escolar.

Foi elaborado um material guia para o debate a partir das normativas vigentes (Lei nº 13.987/2020 e Resolução CD FNDE nº 02/2020) de forma a resumir e destacar aspectos importantes para a execução do PNAE no período de pandemia, além de resgatar algumas perguntas e dúvidas frequentes disponibilizadas no *site* do FNDE. Os encontros foram conduzidos por duas nutricionistas da equipe do CECANE/UFG, e a participação dos(as) demais membros de acordo com a agenda de atividades. Após a exposição do material pelo CECANE, o espaço era aberto para a discussão dos(as) participantes, tanto por áudio quanto por meio do *chat* da plataforma virtual.

Foram levantados diversos questionamentos sobre a realização de recorte social, pois nem todas as entidades executoras conseguiriam atender universalmente a todos os alunos. Ressalta-se a fragilidade e delicadeza dessa questão, pois afeta uma diretriz crucial e premente da alimentação escolar que é a universalidade, visto que o PNAE garante atendimento a todos os alunos, titulares de direito, matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2009).

Outras vertentes essenciais de reflexão foram discutidas, em especial, pelos profissionais da ponta, como por exemplo, a questão do atendimento ao máximo possível de alunos, com a entrega dos *kits* utilizando o recurso do PNAE e a aquisição de produtos da agricultura familiar, com registro apropriado das medidas adotadas pela entidade executora.

Muitos municípios assessorados pelo CECANE/UFG não conseguiram realizar distribuição universal de *kits* no período de pandemia devido

às limitações financeiras e, como justificativa destaca-se o custo mais alto destinado à composição de *kits*, se comparado ao valor unitário das refeições servidas presencialmente no ambiente escolar, condição considerada prejudicial em termos de quantidade e qualidade dos alimentos distribuídos. (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020) Porém, cabe refletir que a Resolução CD/FNDE nº 02/2020 (BRASIL, 2020c) em seu artigo 1º prevê que a distribuição de gêneros alimentícios fique a critério do poder público local, o que pode permitir que até mesmo entidades executoras que tenham recursos próprios suficientes para distribuição universal optem por recorte social, situações que possibilitam a violação do direito à alimentação escolar e do DHAAS.

Outra dimensão fundamental para a discussão e reflexão das entidades executoras foi de assegurar a SAN dos titulares de direito do PNAE, por meio da entrega dos *kits* alimentares, mesmo na suspensão das aulas presenciais, ao considerar a essencialidade da manutenção da garantia da alimentação escolar, no período. Evidencia-se o aumento expressivo das desigualdades sociais no período de pandemia, e retorno de parcela importante de brasileiros à situação de insegurança alimentar e nutricional. Tal qual, ressalta-se o papel imprescindível do PNAE como política pública que garante aos alunos o acesso à alimentação. (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020; BICALHO; LIMA, 2020)

Nessa perspectiva, a equipe do CECANE/UFG percebeu que a decisão de migrar as atividades de orientação e debate sobre o PNAE para um ambiente virtual foi assertiva, pois constatou-se que a aproximação e a interação promovidas apresentaram um retorno positivo dos atores sociais manifestada via *chat* na plataforma virtual, o que reforça a relevância da entrega dos *kits* da alimentação escolar com vistas a garantir a SAN, durante a suspensão das aulas. Como limitação, é possível elencar o pouco espaço de tempo entre a divulgação e a execução dos encontros virtuais, visto que foram planejados em caráter de atender com urgência as entidades executoras diante das incertezas e dúvidas geradas pelo contexto pandêmico. Não houve o levantamento do motivo de falta acesso de municípios que não participaram dos encontros virtuais.

ASSESSORIA ÀS ENTIDADES EXECUTORAS GOIANAS E O ACOMPANHAMENTO DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA DURANTE A PANDEMIA

A equipe do CECANE/UFG adaptou o modelo de execução do trabalho de assessoria às entidades executoras, que acontecia presencialmente por meio de reuniões, e adotou o modelo *on-line*, utilizando-se de plataformas digitais. Os 18 encontros de formação realizados no segundo semestre de 2020 possibilitaram a presença de secretários(as) de educação, nutricionistas, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), agricultores familiares, coordenadores(as) da alimentação, representantes do setor de licitação prestação de contas e demais envolvidos na execução direta ou indireta do programa. Destaca-se a atuação dos(as) nutricionistas, tendo em vista que esses profissionais conseguiram articular e estimular a participação dos demais atores sociais do PNAE em suas respectivas entidades executoras.

A suspensão das aulas presenciais implicou nas atribuições do nutricionista no PNAE, descritas na Resolução CFN nº 465/2010 (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010), principalmente nas atividades que exigiam a supervisão, diagnóstico, avaliação nutricional e teste de aceitabilidade, as quais passaram a ser realizadas por meio de plataformas *online*, com o suporte técnico fornecido pela entidade executora. Também coube aos nutricionistas o desafio de adequar o fornecimento da alimentação escolar aos alunos via distribuição de *kits* de alimentos, devido a impossibilidade de ofertar refeições no ambiente escolar.

Diversas dúvidas foram observadas ao longo desse período, principalmente relacionadas à adaptação das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), capacitação de manipuladores, assessoria ao CAE e atuação do(a) responsável técnico (RT) no novo contexto. Diante disso, o CECANE/UFG orientou que a execução dessas atividades poderia ser realizada por meio de plataformas virtuais como o Google Meet e por vídeos disponibilizados aos alunos e seus responsáveis sobre EAN e boas práticas de alimentação para os manipuladores.

Controle e participação social: atuação e a reorganização frente à pandemia

Durante a assessoria realizada no ano de 2020 a atuação do CAE foi prejudicada em função do distanciamento social. Vale considerar ainda que os conselheiros já possuíam dificuldades anteriores de se comunicar, pois verificou-se em várias entidades executoras que o CAE, muitas vezes, não realizava reuniões periodicamente, em alguns casos por falta de conhecimento de suas funções; então, com a suspensão das aulas a situação se agravou e alguns conselhos paralisaram suas funções.

Também houve falta de registros de relatórios referentes à entrega dos *kits* alimentares, embora participassem da entrega em alguns momentos; não acompanhavam o processo de licitação e chamada pública; ausência de documentos como regimento interno, plano de trabalho e lei de criação; e desconhecimento da importância da comunicação com os órgãos de controle quanto a irregularidades identificadas na execução do PNAE. Nesse sentido, reforça-se a importância do papel de controle social exercido pelo CAE e afirma que durante o período de pandemia este conselho pode, inclusive, fazer parcerias com o Ministério Público e a Defensoria Pública, na tentativa de assegurar a ampliação da oferta universal dos *kits* de alimentos (CORRÊA et al., 2020).

Estima-se que o período de assessoria às entidades executoras tenham colaborado para a atuação dos CAEs, uma vez que esclareceu sobre suas atribuições, sobre os documentos necessários e evidenciou a importância da participação nos processos de compras e demais competências. Um dos principais papéis da assessoria em 2020 foi orientar o CAE na execução do PNAE no período da pandemia, pois, mesmo que virtualmente, o conselho deveria estar presente em todo o processo de distribuição dos *kits* de alimentos.

Do cardápio ao processo de aquisição de alimentos para os kits

Ao longo da assessoria, os municípios apresentaram inúmeras dúvidas quanto a elaboração e distribuição dos *kits* de alimentos. Algumas entidades

executoras iniciaram a entrega somente a partir do mês de agosto de 2020 e outras não realizaram nenhuma estratégia no período investigado. Nesse contexto, foi possível identificar que a atuação do CECANE/UFG exerceu papel fundamental na articulação com as entidades executoras, de modo a auxiliar na viabilização da entrega dos *kits*.

De maneira geral, as dúvidas observadas foram referentes aos critérios para distribuição, composição dos *kits*, periodicidade de entrega, porcionamento e *per capita* dos gêneros alimentícios. Os alimentos relatados como mais presentes nos *kits* foram: arroz, feijão, macarrão, extrato de tomate, óleo, bolacha de água e sal. Os produtos de origem da agricultura familiar mais ofertados foram abóbora, laranja, banana, batata e cenoura.

Destacam-se os questionamentos sobre a elaboração do processo de chamada pública para aquisição dos gêneros alimentícios, fornecimento de frutas e hortaliças e acerca da obrigatoriedade da contrapartida financeira dos municípios para aquisição dos alimentos. Em relação a contrapartida, a realidade encontrada pelo CECANE/UFG se assemelha a situação de outras entidades executoras do país, que apresentaram dificuldades em destinar recursos próprios para as estratégias de alimentação escolar no período pandêmico, com total dependência do recurso federal. (PEREIRA et. al., 2020)

Em relação ao processo de aquisição de alimentos, o CECANE/UFG realizou uma ampla divulgação da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (BRASIL, 2020d) com foco nas alterações previstas nesta normativa. O destaque se deu para compra da agricultura familiar, que permaneceu obrigatória em 30% dos recursos repassados, contudo passou a implicar, em caso de descumprimento, na devolução do valor correspondente ao FNDE.

Foi observado que o principal motivo que dificultou o cumprimento dessa exigência foi justamente a falta de conhecimento das particularidades do processo de aquisição da agricultura familiar por meio de chamada pública por parte do setor de licitação das entidades executoras, além da negligência para as consequências legais, sociais, econômicas e financeiras. Dentre as particularidades mais citadas ou erros mais frequentes do chamamento público, foi possível ressaltar a dificuldade em realizar o mapeamento agrícola e/ou a precificação dos produtos, bem

como julgar as propostas dos projetos de venda de acordo com as prioridades de seleção.

Diante disso, o CECANE/UFG convidou agricultores locais e representantes de cooperativas para participar das reuniões destinadas à agricultura familiar, com objetivo de demonstrar como realizar o mapeamento junto aos agricultores e viabilizar o início de canais de comunicação entre os responsáveis pelo processo de compras e os agricultores familiares.

Prestação de contas no âmbito do PNAE

Em 14 de outubro de 2020, o FNDE publicou a Resolução nº 10, prorrogando o prazo para a prestação de contas até 60 dias após o fim do estado de calamidade pública (BRASIL, 2020e), estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Esta alteração foi essencial para garantir que as entidades executoras que ainda não haviam prestado contas, dentro do prazo, não tivessem os recursos suspensos. O CECANE/UFG, por meio das assessorias e cursos de formação à distância, orientou os gestores das entidades executoras para que ficassem seguros de que os recursos financeiros não seriam interrompidos, contanto que cumprissem o novo prazo estipulado.

Sobre a pesquisa “Levantamento de iniciativas estaduais e municipais para a oferta de alimentação escolar durante o período de interrupção das aulas presenciais no Brasil”

Em junho de 2020, o FNDE solicitou aos CECANEs a aplicação da pesquisa que teve o objetivo de “mapear a execução do PNAE no Brasil durante a pandemia da Covid-19 com vistas a compreender o atual cenário e na perspectiva de subsidiar estratégias futuras”. Para este fim, foi elaborado um questionário eletrônico destinado a nutricionistas e gestores do PNAE de entidades executoras, pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE/FNDE), em conjunto com os CECANEs.

No âmbito do CECANE/UFG, a pesquisa foi realizada na Região Centro-Oeste, nos estados e municípios de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul e Distrito Federal (DF), totalizando a participação de 470 entidades executoras. A aplicação foi efetuada por uma nutricionista agente do PNAE e três auxiliares de pesquisa. A abordagem aos atores sociais foi realizada por meio do envio do questionário eletrônico e de ofício do FNDE por *e-mail*, além de contato telefônico.

Ao término da coleta de dados realizou-se análise estatística descritiva que resultou na elaboração de um capítulo sobre as características regionais de distribuição dos *kits* de alimentos no Centro-Oeste e outro sobre as experiências desse processo para integrar um documento técnico nacional, o qual será publicado pelo FNDE, junto às demais regiões brasileiras. Esses resultados foram debatidos à luz da literatura científica que aborda a temática e da legislação vigente do PNAE, com potencial de contribuição para a continuação das ações do programa no cenário da pandemia com ênfase na conjuntura dos direitos de SAN e DHAAS.

Outras ações do CECANE/UFG no período

Ao longo das assessorias realizadas pelo CECANE/UFG foi possível observar a precarização das relações de trabalho dos nutricionistas atuantes no PNAE em Goiás, com inadequações em relação à carga horária, remuneração e quadro técnico; fatores que interferem diretamente no cumprimento das atribuições e, conseqüentemente, na execução do programa. A equipe então realizou uma pesquisa, durante os meses de fevereiro e março de 2021 para qualificar o diagnóstico da situação de trabalho destes profissionais no âmbito das entidades executoras e institutos federais do estado de Goiás.

Como principais resultados da pesquisa, destaca-se que foram recebidas 218 respostas de nutricionistas participantes do estudo e foi identificado que “26,6% (58) das(os) nutricionistas não atuam de forma exclusiva no PNAE; 87,2% (189) estão contratadas(os) pela entidade executora como pessoa física ou estatutária e 12,8% (29) como pessoa jurídica; 69,7% (152) apresentam remuneração salarial inadequada em relação à carga horária semanal dedicada; 44,04% (96) atuam com uma carga horária técnica mínima semanal inferior à recomendada”. (CECANE/UFG, 2021)

Os demais resultados foram apresentados no evento intitulado “Atuação do nutricionista do PNAE: direito, deveres e valorização do profissional”, ocorrido em março de 2021 por meio de transmissão ao vivo na plataforma YouTube, no canal da UFG Oficial. A programação contemplou o debate dos dados junto a representantes da Reitoria UFG, FNDE, CFN, Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região, Secretaria de Estado de Educação de Goiás, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Goiás, Faculdade de Nutrição da UFG e de dois municípios goianos com experiências exitosas. Houve o registro de 577 participantes na lista de frequência disponibilizada nos dois dias de evento, com 1,9 mil visualizações.

Como conclusão, o CECANE/UFG elaborou uma carta aberta aos(as) gestores(as) do PNAE e aos Tribunais de Conta do Estado de Goiás reivindicando a valorização da atuação do nutricionista do PNAE em Goiás e no Brasil. Foram apontadas sugestões de ações para estimular o cumprimento das recomendações do programa e promover melhorias nas relações de trabalho. A carta foi encaminhada a todos os municípios goianos via *e-mail* institucional e divulgada nas redes sociais do CECANE/UFG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do contexto pandêmico, reuniões e encontros de formação *online*, o número médio de participantes foi superior quando comparado às formações realizadas de forma presencial. Para melhorar a experiência dos participantes nos encontros, o CECANE/UFG elaborou um material com estudos de casos, perguntas frequentes e um *quiz*, aplicado como avaliação final para identificar algumas informações assimiladas pelos atores sociais. Verificou-se uma média aproximada de 50 participantes por formação. Somando os encontros virtuais, antes do início da assessoria, com as entidades executoras assessoradas e os municípios convidados, totalizou-se 328 entidades executoras e 1.155 atores sociais alcançados pelo CECANE/UFG em 2020.

Por fim, deve-se elencar múltiplos aprendizados para este período vivenciado. Como principais desafios, evidencia-se a resistência das entidades executoras quanto à distribuição dos *kits* de forma universal, a responsabilidade em disponibilizar a contrapartida de recursos próprios, a composição dos *kits* e a compra da agricultura familiar. Como fortaleza, ressalta-se a necessidade de ações formativas contínuas pelos CECANEs para as entidades executoras sobre as normativas e legislações no âmbito do PNAE, junto ao FNDE.

Como legado desse período excepcional para o “pós-pandemia” da Covid-19, pode-se afirmar que as tecnologias têm auxiliado no intercâmbio de informações, visto que possibilitaram reorganizar a metodologia das reuniões e permitiram uma maior inserção de atores. Apesar dos desafios impostos da atual conjuntura epidemiológica, ressalvas devem ser realizadas acerca das desigualdades de acesso à internet no país. Entretanto, essa forma de comunicação impulsionou as ações do CECANE/UFG e possibilitou a formação de um número maior de atores sociais, inclusive a participação de outros estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020.

BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, p. e52076, 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 06, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, edição extra C, Brasília, DF, ano 158, n. 55-C, p. 1, 20 mar. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 67-B, p. 9, 7 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Painel Coronavírus*: veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da COVID-19 no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2021]. Disponível em: <https://Covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 67-B, p. 27-28, 13 abr. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843%20>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 12 maio 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972> Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 10, de 7 de outubro de 2020. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE, em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 197, p. 87, 12 maio 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-10-de-7-de-outubro-de-2020-282470905>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CECANE UFG. *Carta aberta aos (as) gestores (as) do PNAE e aos Tribunais de Conta do Estado de Goiás pela valorização da atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Goiás e no Brasil*. Goiânia, 18 mar. 2021. PDF. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/128/o/CARTA_ABERTA_aos%28%C3%A0s%29_gestores%28as%29_do_PNAE_e_aos_Tribunais_de_Conta_do_estado_de_Goi%C3%A1s.pdf Acesso em: 20 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 163, p. 118-119, 25 ago. 2010. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_465_2010.htm Acesso em: 24 abr. 2021.

CORRÊA, E. N. *et al.* School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 33, p. e2000169, 2020.

PEREIRA, A. S. *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela Covid-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, ago. 2020.

SOBRINHO JUNIOR, J. F.; MORAES, C. C. P. A Covid-19 e os reflexos sociais do fechamento das escolas. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 128-148, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.18249>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SALGADO, M. Merenda escolar: o direito à alimentação em tempos de pandemia pela COVID-19. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7, 2020, [s.l.]. Anais [...]*. Campo Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68862>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E PANDEMIA DA COVID-19 NO TOCANTINS

CLEMILSON ANTONIO DA SILVA; CAROLINE ROBERTA FREITAS PIRES; ELOISE SCHOTT; DAYANE JUSTOS DOS SANTOS; KÍLLYA PAIVA DOS SANTOS; LUCIANA PEREIRA JACOBSEN; VIVIANE FERREIRA DOS SANTOS.

INTRODUÇÃO

Diante da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional, sendo considerada como pandemia a partir de 11 de março de 2020. (OPAS, 2020)

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 356, recomendou medidas de isolamento social e quarentena, e a suspensão temporária do período letivo nas unidades da federação, visando a adoção de medidas de prevenção, controle e redução de riscos, danos e agravos à saúde pública, evitando assim a disseminação da doença. (BRASIL, 2020)

Em decorrência do avanço da pandemia e estado de calamidade pública provocada pelo coronavírus, a Lei nº 11.947/2009 que estabelece objetivos, diretrizes e normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sofre alteração com acréscimo do artigo 21-A, previsto na Lei nº 13.987/2020 que autoriza em caráter excepcional a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com os recursos do PNAE ao pais e responsáveis dos alunos da rede pública de ensino.

Além disso, com a suspensão das aulas nos estados da federação devido à pandemia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), enquanto órgão normatizador do PNAE, publicou a Resolução CD/FNDE nº 02/2020, que normatizou como deveria ser a distribuição dos gêneros alimentícios, já adquiridos ou que viessem a ser adquiridos com os recursos federais do programa. (FNDE, 2020)

Nesta resolução foi estabelecido que estes alimentos fossem distribuídos na forma de *kits*, definidos pela equipe de nutrição local, atentando-se à faixa etária de cada estudante e também ao período de permanência do mesmo na unidade escolar. Além disso, a equipe deveria seguir as determinações previstas na legislação quanto à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares e a cultura local. A resolução também previa a garantia da ausência de aglomerações com a entrega direta na casa dos estudantes, ou retirada dos *kits* nas unidades escolares por um membro da família. (FNDE, 2020)

Sabe-se que a alimentação é um direito social estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, e que o poder público deve adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. (BRASIL, 2006)

Neste cenário, a interrupção abrupta da alimentação escolar, num período como o da atual pandemia, coloca milhões de crianças e jovens em situação de insegurança alimentar, além de impactar os circuitos populares de abastecimento, importantes para a superação da pobreza no campo e a sobrevivência de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

E por conta desta relevância social e econômica da alimentação escolar que, dentre as muitas questões enfrentadas pelas secretarias de educação estaduais e municipais durante a atual pandemia, uma das mais importantes é como preservar o direito à alimentação dos alunos da rede pública de ensino, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, bem como a renda e a produção de milhares de agricultores familiares enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais.

Diante desta situação, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/TOCANTINS) no intuito de monitorar a oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19, desenvolveu esta pesquisa no âmbito das entidades executoras do PNAE no estado do Tocantins para que sirva de subsídios para a tomada de decisão referente a este período.

METODOLOGIA

Para a elaboração desse capítulo, optou-se por uma pesquisa de campo (PIANA, 2009), com abordagem qualitativa (MARQUES; MELO, 2016), de caráter descritivo (GIL, 2008). Esses métodos são utilizados principalmente pela possibilidade de aprofundamento no estudo dos processos observados. A equipe do CECANE/TOCANTINS elaborou metodologia composta por nove etapas para coleta de dados da pesquisa, conforme descrito abaixo:

- Divisão dos municípios que compõe as Diretorias Regionais de Ensino (DRE) entre as agentes CECANE;
- Atualização do cadastro dos contatos dos secretários de educação e dos nutricionistas responsáveis pelo PNAE dos municípios do estado do Tocantins;
- Contato via *e-mail* com os gestores responsáveis pelo PNAE no estado do Tocantins para disponibilização de leis e normativas referentes ao PNAE;

- Contato telefônico e por WhatsApp com gestores responsáveis pelo PNAE no estado do Tocantins, para suporte técnico quanto a oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19;
- Realização de um encontro virtual com os gestores e nutricionistas do PNAE para discutir sobre a oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19;
- Disponibilização do formulário elaborado pelos CECANEs para avaliação da oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19;
- Mobilização dos gestores do PNAE para preenchimento dos formulários encaminhados pelo FNDE para realizar o levantamento sobre a oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19;
- Análise dos dados e interpretação dos resultados para elaboração de um documento com diagnóstico da atuação dos atores sociais do PNAE quanto a oferta de alimentação escolar durante o período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19;
- Realização de um encontro virtual com os gestores do PNAE para discutir sobre a Resolução 06/2020 que substitui a Resolução 26/2013.

Nesta investigação, o público-alvo contemplou as entidades executoras do estado do Tocantins. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *on-line* auto aplicado, encaminhado pelo CECANE para os *e-mails* de todos os nutricionistas do PNAE do estado e secretários de educação disponibilizado na plataforma Google Forms. O formulário foi elaborado com questões subjetivas e de múltipla escolha divididas em três categorias. Na primeira categoria foi abordado sobre o destino dado para os gêneros alimentícios estocados para o fornecimento da alimentação escolar e as estratégias realizadas com o recurso do FNDE. Na segunda categoria foi levantado sobre a realização de articulações com alguma outra instituição/organização/segmento social. Já na terceira categoria identificou-se a situação dos municípios do Tocantins em relação à aquisição da

agricultura familiar no período de suspensão das aulas. Os dados foram coletados no período de 15 de abril a 30 de junho de 2020. A pesquisa contou com a parceria do FNDE, na mobilização dos respondentes e na divulgação dos resultados. A amostra total da pesquisa foi constituída pelos 139 municípios que compõe a rede pública da educação básica do Tocantins, sendo eliminados do banco de dados os questionários com preenchimento incompleto e os casos duplicados.

Tocantins é dividido em 13 DREs que contemplam os 139 municípios. A fim de facilitar a comunicação e aproximação entre as agentes do CECANE e os atores sociais do PNAE nos municípios, foi realizada uma divisão de território por DRE, na qual cada agente ficou responsável por fazer contato com um bloco de municípios.

RESULTADOS

Dos 139 municípios que compõe o estado, 134 (96,4%) municípios responderam ao questionário. O alcance do CECANE/TOCANTINS aos municípios foi de 100%, entretanto 3,6% dos municípios se recusaram a responder o questionário.

Do total de respostas obtidas, 74,6% foram de nutricionistas do PNAE, 22,4% secretários da educação e 3% coordenadores da alimentação escolar.

A pergunta inicial buscou identificar o destino dado aos alimentos do estoque presente nos 134 municípios tocantinenses, visto que, se trata de uma compra programada e adquirida antes do término das férias escolares.

Conforme notificação, 18 municípios (13,4%) afirmaram que não havia gêneros alimentícios estocados, 16 municípios (11,9%) não tinham estoque. Do total de municípios que responderam, 97 (72,4%) distribuiu os gêneros alimentícios estocados para os escolares e apenas dois municípios (1,50%) assinalaram doação de alimentos para a assistência social. Cerca de 68 (50,7%) municípios alegaram utilizar recursos do FNDE. Do total de municípios, 65% (44) afirmaram fazer a distribuição de *kits* de alimentos aos alunos matriculados e apenas um confirmou estar em processo de conclusão e aprovação para a realização da entrega dos *kits*.

Sabe-se que, o recurso federal repassado pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal para a aquisição da alimentação escolar, caracteriza-se como complemento que deve ser subsidiado majoritariamente pela gestão local, a fim de que atenda todos os parâmetros de recomendação nutricional para a oferta da alimentação escolar previsto da Lei nº 11.947/2009.

Dos 66 municípios que alegaram não utilizar os recursos do FNDE para aquisição de alimentos e montagem de *kits*, 12 optaram em desenvolver a ação com recurso próprio e 54 municípios não desenvolveram qualquer tipo de ação para oferta de alimentos aos escolares da rede pública de ensino.

Além disso, esses municípios que não utilizaram recursos do FNDE para aquisição de alimentos afirmaram que mantêm os recursos retidos em conta, sob a alegação de garantir a assistência e manutenção da oferta alimentar aos alunos após o término da pandemia ou então até o retorno das aulas.

Com base na análise dos dados é possível concluir que, dos 134 municípios que responderam ao questionário, 80 (59,70%) fizeram a distribuição de alimentos aos alunos matriculados na rede de ensino e 54 (40,29%) não realizaram estratégias para oferta de alimentos durante o tempo pandêmico. Dos 80 municípios, 44 (55%) utilizaram recursos federais e recursos próprios, 24 (30%) utilizaram apenas recursos federais e 12 municípios (15%) com recursos próprios.

Vale destacar que para a entrega dos *kits*, todos os municípios, adotaram protocolos sanitários e acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) nas estratégias adotadas. Os gêneros que tiveram maior oferta nos *kits* foram, respectivamente: macarrão (96%), arroz (92%), feijão (91%), bolacha ou biscoito salgado (72%), leite (65%), farinha de mandioca (63%), bolacha ou biscoito doce (58%), farinha de trigo (44%), fubá (34%), canjica (20%), canjiquinha (6%) e lentilha (2%). Dentre os critérios mais utilizados para a composição dos *kits* estão a disponibilidade de produtos (83,8%), o custo (43,8%) e o parâmetro nutricional (43,8%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sobre a distribuição dos alimentos aos alunos durante o período de pandemia, mostraram um percentual mediano de municípios na entrega dos *kits* da alimentação escolar no estado no Tocantins. Além disso, faz-se necessário fomentar a compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, também no período de pandemia da Covid-19. Considera-se fundamental haver maior articulação entre os diversos setores sociais envolvidos, direto ou indiretamente, com a alimentação escolar de forma a viabilizar o atendimento para os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Educação. *Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19)*. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020.

BRASIL. Ministério Da Educação. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. Resolução nº 02, de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 70, p. 27-28, 13 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-3, 18 set. 2006.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, K. A.; MELO, A. F. F. Abordagens metodológicas no campo da pesquisa científica. In: SIMPÓSIO DE METODOLOGIAS ATIVAS: INOVAÇÕES PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR, 2017, Catalão, MG. *Anais* [...]. São Paulo: Blucher, 2017. p. 77-87.

OPAS. *OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus*. Brasília, DF, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2009. Acesso em: 10 jun. 2020.

TOCANTINS. Secretaria da Educação. *Diretores Regionais de Educação*. Tocantins, 2016. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/diretores-regionais-de-educacao/4oekebhgrvkn>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAPÍTULO 15

REALIZAÇÃO DO II ENCONTRO PARANAENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

DALTON METZ MUNIZ; ANGÉLICA APARECIDA MAURÍCIO; SANDY FÁTIMA DE SOUZA; CAROLINE OPOLSKI MEDEIROS.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabeleceu diretrizes para a alimentação escolar, a fim de nortear a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo estas: o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a universalidade do atendimento a estudantes matriculados na rede pública de educação básica; a participação da comunidade no controle social; o apoio ao desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação escolar. (BRASIL, 2009)

No que se refere à realidade paranaense, a oferta de formações e assessoria técnica para atores sociais envolvidos com o PNAE tem colaborado para a melhoria do desempenho deste programa no estado. Porém, para além de conhecer e interpretar as leis, portarias e resoluções referentes à alimentação escolar, que estão em vigor, é importante proporcionar espaços de debate coletivo permanente e construção de estratégias voltadas ao aprimoramento do programa em conformidade com a realidade local, a exemplo da experiência do I Encontro Paranaense de Alimentação Escolar (I ENPAE), realizado em 2016 pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Paraná (CECANE/PR) que obteve grande sucesso. Até 2019, o I ENPAE era um dos produtos frequentemente citados e lembrados pelos atores sociais do PNAE, quando questionados sobre atividades desenvolvidas pelo CECANE/PR, em que estiveram presentes. Esta realidade, atrelada ao fato que em 2020 o PNAE completou 65 anos, contribuiu para a proposta de realização de uma nova edição do evento no ano de 2020, o II Encontro Paranaense de Alimentação Escolar (II ENPAE).

Assim, para o ano de 2020 a equipe do CECANE planejou a realização de um novo ENPAE, mas no dia 30 de janeiro desse mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (FOLHA..., 2020), e o Congresso Nacional reconheceu o estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia no Brasil. (BRASIL, 2020b)

Em decorrência da pandemia, as três esferas de governo adotaram medidas para o enfrentamento da Covid-19. Dentre as medidas, no Paraná, a partir da segunda quinzena de março de 2020, foi decretada a suspensão temporária do período letivo escolar (PARANÁ, 2020), o que também foi observado em outros estados brasileiros.

Diante desse contexto, o Governo Federal publicou a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, para autorizar, em caráter excepcional, a distribuição

dos gêneros alimentícios, adquiridos com recursos do PNAE, aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. (BRASIL, 2020c) Na sequência, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou, em 09 de abril, a Resolução FNDE nº 02/2020 autorizando a oferta de *kits* de alimentos, com a aplicação dos recursos federais destinados à alimentação escolar, para atendimento a todo o público beneficiário. (BRASIL, 2020d)

Este cenário, atrelado a recomendação de distanciamento social, o II ENPAE, proposto como um espaço capaz de reavivar e comemorar aspectos históricos que envolvem a consolidação do PNAE, bem como, valorizar a atuação dos atores sociais, demandou grandes alterações de sua proposta inicial. Ao considerar a materialidade, complexidade, amplitude e capilaridade do PNAE, fez-se necessário estabelecer a nova edição do encontro em ambiente remoto, ressignificando sua programação demandando inovações de abordagens e organização de infraestrutura. Assim, a programação e a organização consideraram algumas medidas imperativas para proporcionar um espaço de discussão qualificado voltado à integração dos diferentes atores sociais. Desse modo, foi pautado a socialização de experiências, construção e atualização de conhecimentos acerca da política pública de alimentação escolar, especialmente neste momento de tantas atualizações e enfrentamento de desafios.

Este capítulo aborda experiências, desafios e soluções encontradas para proporcionar um fórum de discussão gratuito (II ENPAE) realizado de forma virtual a fim de evitar o risco de propagação da Covid-19. Neste sentido, manteve-se as premissas de atualização, socialização de conhecimentos e experiências, para os diversos atores sociais que atuam nesta política pública.

DESENVOLVIMENTO

O II ENPAE ocorreu de forma remota, com temas que contemplaram os 65 anos do PNAE, assim como, temáticas mais atuais, como as novas normativas e a ação do programa no momento da pandemia.

Assim, para a realização deste, foi necessário um planejamento minucioso para desenvolver diferentes atividades. Inicialmente, foi realizada a seleção da equipe do CECANE/PR, com discentes habilitados em ferramentas digitais e organização de eventos. Com isso, iniciaram-se as ações de pesquisa de plataformas e ferramentas eletrônicas no desenvolvimento da programação. Foi selecionada a plataforma digital para o gerenciamento e promoção do evento com transmissões via YouTube, sem restrição de ouvintes. Ademais, ficou elaborado um sítio eletrônico para divulgação do evento junto ao Departamento de Nutrição (DNUT) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e em mídia social.

Paralelamente, foi realizada a ação de planejamento e pesquisa para estruturação do II ENPAE. Foi nesta etapa que o formato e as temáticas da programação desse encontro ficaram estabelecidas considerando as demandas encaminhadas ao CECANE/PR, da celebração dos 65 anos do PNAE, além de temas atuais como as novas normativas do PNAE durante a pandemia da Covid-19. (BRASIL, 2020d)

Após a definição das temáticas, fez-se o contato com os palestrantes e os mediadores, momento em que se explorou as redes de contatos da equipe havendo participação e colaboração ativa de professoras do DNUT da UFPR, servidores do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/Paraná) e Coordenação Geral do PNAE (CGPAE) e do FNDE.

Para a assistência e suporte a palestrantes, mediadores e público foi implantada uma estrutura própria. Para as transmissões estruturou-se um suporte mínimo conforme demanda do papel a ser realizado. Todos os palestrantes e mediadores foram contatados para agendamento de acesso à plataforma de transmissão na semana anterior ao início da programação, para ambientação e testes. entidades executoras.

Ainda, visando a participação ativa das entidades executoras no II ENPAE, foi publicado um edital de submissões de resumos, com fins de publicação na forma de anais. Atores sociais das entidades executoras poderiam submeter seus resumos em três eixos temáticos: 1) Atendimento aos escolares durante a pandemia da Covid-19; 2) Inovações no PNAE e; 3) Governança de instituição e pessoas. As submissões foram avaliadas

por uma comissão composta por professoras do DNUT da UFPR, considerando: originalidade e relevância da experiência exitosa; método ou material utilizado; adequação do texto e apresentação dos resultados.

Para a divulgação do evento, verificou-se a necessidade de um posicionamento virtual do II ENPAE, a conferir maior visibilidade ao evento e promover ações para o engajamento do público. Foram criados perfis nas seguintes redes sociais: Instagram e YouTube. Essas redes foram escolhidas por conta da abrangência de seu acesso, e são, em geral, utilizadas por pessoas de todas as idades, gêneros e classes sociais. (CIRIBELI; PAIVA, 2011) Além destas, também se analisou a importância de produzir materiais específicos para veiculação no WhatsApp, aplicativo de mensagens muito popular no país e com o qual o CECANE/PR dispõe de presença junto a grupos de nutricionistas paranaenses.

Outro processo para a divulgação exclusivamente no meio *on-line*, foi o desenvolvimento de uma logomarca e identidade visual que representasse a proposta do II ENPAE e se enquadrasse nas formatações próprias para a *web*. Para tanto, foram elencadas as linhas conceituais que nortearam o processo de confecção da logomarca, base para a identidade visual. Após reuniões para definir elementos chaves e questões técnicas relacionadas à otimização de seu uso em redes sociais, elaborou-se cinco propostas, submetidas à votação da equipe. A opção selecionada passou por alguns testes de opiniões por parte de leigos e especialistas, que assinalaram a necessidade de ajustes em cores, disposição e outros.

A partir destas definições, houve o lançamento do perfil do II ENPAE no Instagram e um cronograma de publicações durante as semanas e meses que antecederam a programação do II ENPAE. As divulgações abordaram a programação em si, tutoriais para inscrição e acesso à plataforma, mas também a comemoração de datas específicas, como o dia dos professores, das merendeiras e o mundial da alimentação.

As publicações para WhatsApp seguiram a mesma linha de conteúdo, contudo, com pequenas adaptações de formato e texto, para facilitar leitura e adesão. Nas últimas semanas, publicações específicas para esta plataforma foram desenvolvidas, com o objetivo de estimular nutricionistas

inscrites a convidarem outros atores sociais envolvidos como o PNAE para participarem das atividades.

Adicionalmente, como a realização de um encontro remoto com a abrangência esperada era algo novo para equipe do CECANE/PR, um mês antes do encontro foi realizado o “Pré-Encontro Paranaense de Alimentação Escolar” (Pré-ENPAE). Este evento auxiliou o planejamento das ações propostas, a integração das diferentes plataformas e redes sociais selecionadas, a dinâmica de atuação remota da equipe e tempo de reação para solução de eventuais problemas.

RESULTADOS

Em 13 de outubro de 2020 foi realizado o “Pré-Encontro Paranaense de Alimentação Escolar” com o título: “O Direito Humano a Alimentação Adequada no âmbito do PNAE, o que aprendemos em 2020?”. Esta programação foi realizada na forma de *live*, com a proposta de focar na importância de se compreender a alimentação escolar como um direito humano e o processo de reflexão e aprendizado global e local neste período. Participaram deste pré-evento duas palestrantes convidadas, e teve duração aproximada de 2 horas.

Conforme relatórios da plataforma gerenciadora do evento, houve 387 inscrições confirmadas, enquanto os relatórios do YouTube indicaram que no dia da atividade, foram 493 visualizações únicas. Porém, somente 92 participantes procederam com a confirmação de sua participação, permitindo a emissão de certificado para estes. A análise destas informações foi importante para a equipe do CECANE/PR realinhar o processo de comunicação, esclarecimento de procedimentos de credenciamento e desenvolvimento de ações de suporte para o II ENPAE. Além disso, a realização do pré-evento foi essencial para a equipe se reorganizar, corrigir erros identificados durante a transmissão da *live* e propor futuras soluções para quando ocorresse o II ENPAE. Desta forma a equipe se sentiu mais segura para a execução do encontro realizado em novembro.

No mês seguinte foi realizado o II ENPAE. O evento foi realizado entre os dias 24 e 26 de novembro de 2020, e teve uma programação com 16 ações distintas, dentre abertura, participação cultural do musicista paranaense Matheus Soares (canal Corda Ré), palestras, oficinas, apresentação de trabalhos e mesas redondas. No início da programação foram confirmadas 1.803 inscrições. Destas, 67,66% (1.220) foram pessoas que alegaram atuar diretamente com a alimentação escolar e o PNAE. No II ENPAE, o enfoque da discussão se deu prioritariamente no total de credenciados nas atividades, que somou 941 pessoas, ou seja, uma adesão de 52% dentre os inscritos.

Entre os diversos atores sociais participantes, destacou-se nutricionistas (35,39% - 333) e cozinheiras (33,05% - 311), que se sobressaem por serem as principais ou mais diretas operadoras do PNAE. Participaram também, 34 membros do CAE, 60 professores e tantos outros neste II ENPAE.

O II ENPAE contou com a participação de pessoas das cinco regiões brasileiras, localizadas em 24 das 27 unidades federativas. Vale destacar que, embora o CECANE/PR não tenha focado em divulgações em nível nacional, o alcance de todas as regiões brasileiras exemplifica as fronteiras que a internet permite romper, o que não seria possível caso o evento fosse presencial.

A maior adesão foi da Região Sul (76,83 - 723), especialmente o Paraná (72,26% - 680), cumprindo o objetivo inicial do encontro. A segunda maior participação foi a da Região Nordeste (8,08% - 76) e individualmente, os estados de São Paulo (4,57% - 43), Santa Catarina (3,29% - 31), Bahia (2,44% - 23) e Alagoas (2,23% - 21). Ao considerar que o CECANE/PR pretendia proporcionar um evento gratuito para ao menos 300 atores sociais paranaenses, o II ENPAE superou as expectativas, tanto em relação ao número de participantes, como em relação a sua abrangência.

De forma complementar, como o II ENPAE foi realizado de modo remoto, seu alcance também foi analisado pelo número de visualizações das palestras. Neste sentido é importante lembrar que os totais de visualizações se diferenciaram do número de participantes credenciados e de certificados expedidos. Isto porque uma pessoa poderia assistir a palestra mesmo não estando credenciada ou feito o registro para receber o certificado. Além disso, vale destacar que as pessoas poderiam optar por assistir

somente a algumas palestras do II ENPAE. Assim, a contabilização de visualizações foi realizada a partir dos relatórios obtidos no YouTube e pela Twitch (uma rede de *streaming* alternativa que se demonstrou necessária devido à mudança de políticas da outra rede social), demonstrando 8.860 (YouTube) e 3.854 (Twitch) visualizações, totalizando 12.714 em ambas as plataformas. Na Tabela 1 é possível observar o número de visualizações por atividade realizada.

Tabela 1 – Visualizações totais por atividade no perfil do YouTube e Twitch do II ENPAE

ATIVIDADE	Visualizações	
	n	%
PALESTRA: Resolução FNDE nº 06/2020 inovações nos cardápios escolares	1.414	11,12
PALESTRA: Educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos: um diálogo necessário	1.092	8,59
PALESTRA DE ABERTURA: 65 anos de desafios, lutas e conquistas	981	7,72
MESA REDONDA: O Ecossistema de Controle do PNAE	940	7,39
PALESTRA: Saúde nas Relações: nutrindo laços na execução de tarefas	924	7,27
PALESTRA CONJUNTA: Autocuidado, estratégia para bem servir ao público nos pós-pandemia	861	6,77
PRÉ EVENTO ENPAE	844	6,64
OFICINA: Painel Aberto, entendendo o Guia Alimentar para a População Brasileira	830	6,53
MESA REDONDA: Desafios e estratégias para a agricultura familiar	807	6,35
PALESTRA: Produção orgânica no Paraná	806	6,34
OFICINA Papo de cozinha	805	6,33
APRESENTAÇÃO DE RESUMOS – PARTE 01	578	4,55
APRESENTAÇÃO DE RESUMOS – PARTE 02	461	3,63
ENCERRAMENTO: Os próximos anos do PNAE: o que podemos esperar?	418	3,29
ABERTURA	400	3,15
OFICINA: Uso de PANCS na alimentação escolar, mitos e potenciais	352	2,77
PALESTRA: As mulheres da agroecologia alimentando e nutrindo escolares no Paraná	201	1,58
TOTAL	12.714	100,00

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Ao considerar o número de visualizações observou-se que os temas relacionados às alterações normativas do PNAE em 2020, e ao enfrentamento a pandemia da Covid-19, incluindo temáticas que abordassem um futuro retorno as aulas presenciais foram as que obtiveram maior interesse ou audiência. Isto demonstra a importância de a equipe CECANE/PR ter revisado a proposta inicial do II ENPAE, inclusive a partir das demandas observadas na fase de pesquisas, quando estava sendo organizada a programação do evento. Porém, destaca-se que independente da temática e ação da programação, todas tiveram uma participação considerada positiva, cada qual, conforme o interesse do público.

Outra ação realizada pela equipe, que pode ter contribuído com a maior disseminação dos conteúdos, foi que, quando permitido pelo palestrante, a ação foi gravada, permitindo que fosse disponibilizada para acesso durante maior tempo. Esta ação foi realizada visto que alguns participantes relataram dificuldades técnicas de acessar algumas atividades da programação. Assim, o acesso a algumas palestras foi prorrogado até o dia 01 de dezembro, cinco dias após o encerramento do evento.

Além da programação com os palestrantes convidados, o II ENPAE possibilitou que atores sociais do PNAE apresentassem suas ações por meio de resumos que foram publicados nos anais do evento. Ao todo foram publicados 24 trabalhos, sendo que a maioria foi no eixo “Inovações no PNAE” (14), seguidos de trabalhos do eixo “Atendimento aos Escolares durante a Pandemia da Covid-19” (5) e eixo “Articulação e governança de instituição e pessoas” (5). Estes resultados podem ilustrar um pouco dos receios e autopercepções dos atores sociais quanto a sua atuação no momento de pandemia e os eventuais resultados, assim como com a dificuldade de atuação e articulação entre diferentes atores e setores. Destaca-se que a maioria dos trabalhos eram de entidades executoras do Paraná, com apenas um trabalho proveniente de experiência em outro estado. Isto pode ter ocorrido principalmente pela familiaridade das entidades executoras junto ao CECANE/PR.

Dentre os trabalhos submetidos foram selecionados 10 resumos para serem apresentados oralmente no II ENPAE fazendo parte da programação

do evento. Estes trabalhos foram selecionados considerando as notas obtidas a partir da análise da comissão julgadora, assim como a titularidade e localidade da experiência apresentada, de forma a contemplar distintas realidades.

Além disso, destaca-se que a abertura de um espaço para submissão de trabalhos pelas entidades executoras contribui para a valorização dos atores sociais do PNAE, principalmente a publicação de anais do evento. Espera-se que os que venham a consultar estes anais do II ENPAE sejam inspirados por estas experiências, para realizar ações próprias e necessárias em seus contextos e demandas.¹

Por fim, após o encerramento do II ENPAE, foi realizada uma pesquisa junto aos participantes para avaliação do encontro. Responderam à pesquisa 67% dos participantes (635). Destes, 36% eram cozinheiras e 33% nutricionistas. A relação de unidades federativas e sua representatividade também se mantiveram similares. De forma geral, a avaliação em relação ao atendimento da equipe, credenciamento, horários das ações (pontualidade, distribuição do tempo), palestrantes, e aplicabilidade do conteúdo das atividades, foram majoritariamente bem avaliados, com as somas das avaliações “Ótimo” e “Bom” variando de 94% a 100% dos respondentes. Não houve nenhuma menção negativa (ruim) dos aspectos avaliados do II ENPAE. Em relação ao formato do evento, 48% dos participantes citaram que achavam melhor o evento *on-line* do que fazer presencialmente, 28% citaram que achava que era indiferente (ser *on-line* ou presencial) e 24% citaram que preferiam atividades presenciais. Em relação a esta avaliação, os resultados podem indicar algumas tendências e demandas para eventos neste formato mesmo em contexto pós-pandemia. Ainda, é importante considerar que o segundo maior agrupamento em número de participantes, foi o de cozinheiras e, como discutido anteriormente, tal adesão se viabilizou devido ao contexto, em conjunto com as ferramentas *on-line* disponíveis. Considera-se que o baixo ou inexistente custo para a

1 Os trabalhos publicados se encontram no endereço: <https://www.even3.com.br/anais/enpae2020/>.

entidades executoras e disponibilidade de tempo deste público, incentivaram e colaboraram a proporcionar este resultado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a necessidades de reestruturação do II ENPAE para o formato remoto, para se adequar as normas devido a pandemia da Covid-19, a equipe CECANE/PR buscou por experiências e informações que subsidiassem a melhor forma de desenvolver o evento aos atores sociais do PNAE. A realização de testes e atividades anteriores ao evento, como o pré-evento foram fundamentais para que a equipe realizasse o II ENPAE de maneira segura e com qualidade, o que refletiu no sucesso da ação e na ótima avaliação pelos participantes.

Além disso, a interação da equipe, formada por pessoas com diferentes conhecimentos, trabalhando de forma unida, aprimorando e compartilhando seus conhecimentos, criando as ações conjuntamente, com participação ativa da equipe foi fundamental para a execução do II ENPAE. Todo o processo ocorreu de forma gradativa e demandou por diversas reuniões, avaliações e “ajustes de rota” ao longo do percurso, tanto sobre a viabilidade de propostas, mas também sobre como extrair o melhor do potencial de cada integrante da equipe. Estes são aspectos que geralmente não se sobressaem nos relatos de desenvolvimento de políticas públicas e atividades acadêmicas. Porém, os ressaltamos, de forma a colaborar com aquelas e aqueles que se propõem e/ou são instados a implementar inovações em seus contextos.

Conforme os resultados apresentados, a programação ocorreu satisfatoriamente e alcançou um amplo público, dada a participação confirmada de 941 pessoas, além de mais de 2 mil visualizações nas plataformas de vídeo utilizadas. Este alcance foi além da expectativa inicial, que era de 300 participantes. Entre alguns resultados positivos, se destacou a participação de cozinheiras da alimentação escolar, visto que este público apresentava maiores limites de participação em atividades presenciais.

Seja pela necessidade de sua atuação para o preparo de alimentos, mas até mesmo por uma eventual “invisibilidade” e custos.

O fato de o evento ter ocorrido de modo remoto não possibilitou um espaço mais rico para trocas de experiências e estabelecimento de redes de contato. Nas diferentes ações do CECANE/PR sempre há espaços e incentivos para a troca de experiências entre os diferentes atores sociais das entidades executoras do Paraná. Assim como, estabelece-se metodologias que favorecem a criação ou aprimoramento de redes de contatos. A limitação destas ações em eventos remotos deve ser considerada em eventos futuros.

Ressalta-se que o processo de promoção do II ENPAE, além de desafiador, foi gerador de enorme processo de aprendizado e reflexão sobre as potencialidades e limitações do uso de ferramentas *on-line*. Tanto em relação ao seu alcance, mas também sobre seu potencial de exclusão devido as limitações de acesso, alfabetização digital do público e conhecimento técnico dos próprios promotores da programação. Acredita-se que estas experiências servirão para avaliação sobre a tomada de decisões de futuras ações do CECANE/PR, sempre focando o objetivo da ação e o público a ser contemplado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2-4, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, edição extra C, Brasília, DF, ano 158, n. 55-C, p. 1, 20 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, edição extra B, Brasília, DF, ano 158, n. 67-B, p. 9, 7 abr. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução FNDE nº 2, de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 70, p. 27-28, 13 abr. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, p. 57-74, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/509/504>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FOLHA informativa Covid-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. *Organização Pan-Americana da Saúde*, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:Covid19&Itemid=875. Acesso em: 21 abr. 2021.

PARANÁ. Decreto nº 4230, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial do Estado [do] Paraná*: seção Executiva, ano 107, n. 10646, p. 3-4, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>. Acesso em: 10 out. 2021.

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE O VALE-ALIMENTAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SALVADOR, BAHIA, NO CENÁRIO DA COVID-19

MÉRCIA FERREIRA BARRETO; MARIA DO CARMO SOARES DE FREITAS.

INTRODUÇÃO

Vivemos uma crise sanitária de proporções ampliadas, provocada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que no Brasil causou até a presente data (4 de agosto de 2021), 558.432 mortes, com implicações econômicas, políticas e sociais. (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021) Entretanto, os impactos humanitários relacionados aos grupos vulneráveis foram de maior interesse os da abordagem sobre a alimentação de escolares das camadas populares. Nesse aspecto, realizou-se uma pesquisa sobre a percepção dos estudantes sobre o vale-alimentação em substituição ao Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE). Mas, antes de adentrar o tema específico deste estudo, realiza-se uma breve descrição do cotidiano institucional pré-pandemia da Covid-19, apresentando um panorama da alimentação escolar.

Vale lembrar que o PNAE, nacionalmente conhecido como merenda escolar, tem o reconhecimento da sua importância documentado por diferentes estudos como uma política pública, que visa garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de maior abrangência. (BEZERRA, 2009; FREITAS et al., 2016) Nessa perspectiva, importante destacar que o PNAE assegura o acesso ao alimento aos estudantes em toda a educação básica enquanto um Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A partir de 2009, a normativa do PNAE possibilitou a execução da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, cardápios adequados aos hábitos alimentares regionais e elaborados por nutricionistas, distribuição de refeições nas escolas para todos os estudantes da educação básica, restrições à alimentos ultra processados entre outras melhorias que contribuem para o fortalecimento do programa como promotor do DHAA. (BRASIL, 2009, 2020) Apesar dos avanços da legislação e da mudança de paradigmas, o PNAE tem enfrentado distintos desafios nas entidades executoras. Acredita-se que um dos fatores limitantes para uma perspectiva do DHAA seja a ideologia assistencialista, ainda dominante, evidenciada por práticas culturais de oferta de refeições insuficientes e inadequadas e o ambiente de distribuições de refeições, em geral, marcados por insalubridade e violências.

As condições observadas são, com frequência, poucos recursos para compra de alimentos, insipiente acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), má gestão administrativa do programa, descontinuidade da oferta de refeições na escola, monotonia dos cardápios servidos, estrutura física deficiente, utensílios sucateados ou ausentes para consumo de alimentos, falta de materiais de limpeza, que põem em risco a higiene e segurança do alimento. (FREITAS et al., 2016; PEDRAZA et al., 2017)

Em março de 2020, como medidas de contenção da propagação viral da Covid-19 foram estabelecidas pelo Estado uso contínuo de máscaras,

álcool e isolamento social com suspensão de atividades presenciais institucionais. No Brasil, todos os setores foram afetados por essas medidas principalmente o setor educacional. Instituições de ensino, privadas e públicas, fecharam e os alunos tiveram que continuar os seus estudos em domicílio. No contexto baiano, os estudantes das escolas públicas foram prejudicados pelas dificuldades em manutenção do vínculo com a escola durante o período de isolamento social. Em geral, os estudantes são majoritariamente oriundos de camadas populares, pretos ou pardos, em seus domicílios tem insuficiente acesso à internet e alguns são dependentes de programas federais de transferência de recursos para complementação da renda doméstica.

Na Bahia, para substituição do PNAE escolar, constitui-se a modalidade de transferência direta de renda por meio da Lei nº 14.259, 15 de abril de 2020, criando o Projeto Vale-Alimentação Estudantil (PVAE), com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). (BAHIA, 2020) Esta ação governamental teve como propósito minimizar o efeito da suspensão das aulas e da alimentação escolar de modo a garantir aos estudantes a SAN. Isto significa manter o acesso aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, respeitando hábitos e diversidade cultural. (BRASIL, 2006)

Importante considerar que essa decisão governamental é controversa porque, ao tempo em que garante autonomia para os estudantes e suas famílias quanto as escolhas alimentares em supermercados, compromete a compra de gêneros da agricultura familiar para o PNAE ocasionando profundas implicações na garantia do DHAA e a SAN dos agricultores familiares e dos próprios estudantes.

Antes da pandemia, as entidades executoras recebiam 10 parcelas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) para oferta de alimentação escolar durante 200 dias letivos entre fevereiro e dezembro. (BRASIL, 2009) Com a pandemia e as escolas fechadas desde março de 2020, foram distribuídas três parcelas do auxílio vale-alimentação concedidas a pouco mais de 750 mil estudantes

baianos. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2020a; 2020b) Desses, há ainda, os que receberam apenas uma ou duas parcelas desse auxílio e outros possivelmente não conseguiram conformando uma irregularidade que pode ter afetado sobremaneira a vida destes estudantes. Nesse sentido, num esforço para a compreensão dos sentidos subjacentes à percepção dos beneficiários nesse cenário, indaga-se sobre o vale-alimentação enquanto complementação de renda dessa população.

Nesse aspecto, este texto justifica-se em primeiro lugar, pela necessidade de analisar as lacunas sobre o acompanhamento dos estudantes das escolas públicas que receberam este recurso social em seu domicílio. Em segundo lugar, é oportuna a ampliação do horizonte de sentidos sobre o PNAE, num momento importante de mudanças e demandas sociais para garantia de SAN. Dessa forma, buscou-se neste estudo, analisar a percepção sobre o vale-alimentação por escolares do Ensino Médio de uma escola pública na cidade de Salvador, Bahia durante a pandemia da Covid-19.

MÉTODOS E MATERIAIS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com entrevistas e utilização do aplicativo Microsoft Forms. Este texto faz parte de uma investigação mais ampla de tese de doutorado sobre o significado do direito humano à alimentação no PNAE a partir da perspectiva dos estudantes em uma escola pública da rede estadual de ensino, na cidade de Salvador, Bahia. O período de execução da atual pesquisa ocorreu no mês de maio a dezembro de 2020.

A produção de dados ocorreu a partir de formulário eletrônico *on-line* (*Web-source*), com perguntas semiestruturadas. As quatro perguntas foram relacionadas ao recebimento do benefício e quantidade de parcelas recebidas, número de pessoas na residência que tinham recebido este mesmo benefício, tipo de alimentos comprados e a opinião sobre esse recurso em assegurar a alimentação escolar no período da pandemia.

O questionário foi construído no aplicativo da internet referido anteriormente. Este é um instrumento que permite criar pesquisas, foi

apresentado de modo *on-line* e divulgado na rede social WhatsApp aos escolares. O questionário ficou disponível por 30 dias nas redes sociais no mês de julho de 2020.

Os estudantes receberam um *link* compondo uma pequena explicação sobre a pesquisa, e acesso direto ao questionário. Foi enviado junto ao *link* o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, e após aceitarem, aqueles que desejavam participar e que tinham 18 anos ou mais responderam ao questionário. Cada participante tinha livre escolha para acessar o *link* e responder. Esta pesquisa teve a aprovação do comitê de ética em pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (ENUFBA).

As informações foram analisadas a medida em que eram disponibilizadas através do programa de formulários do Microsoft Forms. Imediatamente ao envio pelos respondentes, todas as informações foram salvas em uma tabela do Excel gerando respostas à cada questão.

As narrativas foram lidas e organizadas formando um constructo de categorias para análise. Utilizou-se a análise do discurso, na perspectiva de Eni Orlandi e Michel Pêcheux, para a interpretação das relações e motivações dos textos produzidos pelos estudantes. (ORLANDI, 2013)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 93 entrevistas, foram consideradas válidas 45 respostas dos participantes. Do perfil de respondentes, 64% (29) eram mulheres e 35% (16) homens. A faixa etária variou entre 18 e 20 anos predominantemente, mas participaram também alguns adultos mais velhos que estudam no período da noite.

As respostas foram diversas, quando questionados sobre a ação do governo em assegurar a alimentação escolar no período da pandemia. Da análise das narrativas emergiram várias questões de ordem social, tais como: insuficiente recurso, fome, desemprego, desvalorização, pobreza, falta de acesso a bens e serviços, desqualificação social, desigualdade educacional, injustiça social. Esses múltiplos significantes compuseram o núcleo do significado do termo exclusão social. (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011)

Ou seja, o estudante se percebe sem valor social, como se a escola não fosse um projeto de inclusão social. Na realidade, sentem falta de um permanente contato com os professores e os colegas, para uma construção que contemple a redução das desigualdades desses sujeitos no mundo social.

Nesse sentido, na percepção deles, o auxílio vale-alimentação estudantil não responde a uma política de transferência de renda, mas um “pouco”, “insuficiente”, “quase nada” para alimentação, como se não merecessem uma refeição melhor. Pode-se pensar que, se a proposta do vale-alimentação contribui para minimizar a desigualdade e exclusão, seu efeito, entretanto, tem uma importância que não pode ser negligenciada. Foram distribuídas quatro parcelas de R\$ 55,00 reais entre abril e outubro de 2020, correspondente à quase uma parcela a cada dois meses. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2020b)

A noção de exclusão social apresenta estreita relação com desigualdade e pobreza. Há múltiplos significados para o termo exclusão social. (ALVINO-BORBA, MATA-LIMA, 2011). Contudo, é possível refletir que essa noção conceitual expressa negação aos indivíduos – por motivos de raça, etnia, gênero e outras – ao acesso às oportunidades e serviços de qualidade que os permitam viver fora da pobreza. (MAZZA, 2005, p. 185)

Eles reafirmam que a alimentação não é de qualidade, e que não há recursos higiênicos em suficiência, pela falta de utensílios para atender o quantitativo de estudantes e pela ausência de lavagem das mãos por falta de sabão e pia.

SENTIDOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Sem acesso ao ensino remoto, os escolares demonstram que essa exclusão os afeta em suas formações. Conforme análise, observou-se também sentidos de incerteza do consumo de alimentos pois, “muita gente está sem saber o que vai comer”. Essa percepção expressa as preocupações dos estudantes, receios da ausência do alimento e a iminência de sentir fome. Freitas (2003), em estudo sobre a fome em uma comunidade carente na capital baiana, demonstra que os indivíduos com privação ou insuficiência

do alimento, seja de forma provisória ou intermitente, vivem em sofrimento e angústia, como traumas sociais. Na presente pesquisa, as representações sobre insegurança do alimento são narradas como “eu espero que continue (o recurso) para ajudar na alimentação dentro de casa”, “tem família sem nada, que está se alimentando porque os vizinhos ajudam”.

Ressalta-se também a reprovação sobre o valor do recurso pelos estudantes. Citou-se como exemplo: “poderia ser R\$ 100,00, porque menos não dá!”. Sugere-se que os valores transferidos foram calculados considerando parâmetros do repasse de recursos pelo FNDE, com uma média de R\$ 0,36 por dia para cada aluno.

Conforme análise, para realidade de alguns beneficiários, o valor transferido é insuficiente para despesas com alimentos, especialmente em condições adversas como as provocadas pela pandemia. Na percepção dos estudantes trata-se de um direito parcial ou uma assistência insuficiente: “precisamos receber outras parcelas”; “as pessoas passaram um mês sem receber o benefício, passando necessidades”. Conforme respostas dos estudantes há uma irregularidade nas ofertas dos recursos: 23% dos estudantes receberam apenas uma parcela, 70% duas, 5% receberam três parcelas e 2% não responderam. Essa falta de permanência do recurso demonstra a indiferença política sobre a necessidade alimentar. Esse tipo de assistência aos pobres estudantes, lembra o ensaio em sociologia de Simmel (2014), quando se refere a estratégias do Estado para a manutenção da estrutura social com o direito mínimo de subsistência.

Do mesmo modo, o recurso emergencial do Governo Federal para os mais pobres aparece nas falas dos estudantes como insuficiente e injusto. Ao tocar neste assunto, faz-se um parêntese para recordar Nancy Fraser (2002), em seu estudo sobre a noção de justiça social, redistribuição, reconhecimento, participação e os efeitos contrários quando se refere à um contexto da má distribuição, exploração, privação, marginalização ou exclusão social na população negra. Para os estudantes entrevistados, o desemprego condiciona a privação, assim como, a perda da dignidade. “Muitas pessoas estão desempregadas e sem renda nenhuma para sustentar seus filhos”; “Muitos pais não estão podendo trabalhar por conta

da Covid-19”; “O governo parou de dar o benefício e usa a verba da nossa merenda para fazer melhorias invisíveis na escola”; “Eu peço que por favor sejam mais humanos”. Segundo dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, (REDE PENSSAN, 2021), na mesma época, na região Nordeste, a perda de emprego atingiu 69,3% da população com raça/cor autodeclarada preta ou parda, quando comparada à 23% das pessoas brancas.

Sobre isto, foi possível compreender a percepção dos jovens estudantes no presente estudo, quando se referem à falta de emprego, a qual vinculam à perda da liberdade e ao aumento da pobreza. Dos 45 participantes desta presente pesquisa, 57% adquiriram gêneros básicos como: feijão, arroz, macarrão, farinha, açúcar e óleo. Seguido por 36% de itens como biscoitos, leite e derivados e 7% outros itens. Ao mencionarem a necessidade de comer ou “o medo de não ter o que comer”, analisa-se este e outros termos como significantes de fome crônica. Reafirmam a falta de condições sociais para estudar e viver.

Na escola, os estudantes tiveram acesso ao PNAE, não obstante, comia-se o que era disponibilizado dentro das limitações financeiras do programa. Em domicílio, os estudantes passaram a escolher alimentos nem sempre suficientes para garantir um adequado consumo. Para eles, o essencial é garantir cidadania, como nos disse um estudante: “façam o melhor por nós, pois somos o futuro do país, principalmente nós do ensino médio”. Sumariamente, pode-se dizer que todos querem condições saudáveis de oferta de alimentos, educação qualificada, atenção e valorização social.

PALAVRAS FINAIS

É interessante observar a associação entre o recurso recebido e o sentido de exclusão social implícito nas narrativas dos escolares. Este se revela como dificuldades de trabalho e renda, falta de dignidade por estarem recebendo insuficiente recurso e injustiça social. Também, sentem falta de um ensino remoto (*on-line*) como outros escolares da rede privada. A falta de computador e internet domiciliar implicou em um distanciamento

ainda maior do ensino e da pobreza conforme ressentem os escolares entrevistados.

Nas narrativas foram evidentes os interdiscursos sobre a internalização da desigualdade socioeconômica. Num contraponto, as noções de uma vida boa, sentido pretendido pelos escolares, parece estar ainda comprometido com a falta de perspectivas de postos de trabalho.

A exclusão social é o significante da ausência do PNAE bem como a falta do ensino remoto, nesse momento pandêmico. A parcela insuficiente e a ausência de ensino *on-line* geram uma espécie de desalento desses escolares. Nesse sentido, o recurso do governo da Bahia em substituição ao PNAE presencial e sem qualquer proposta de ensino remoto, é analisada a partir da percepção dos escolares, como a legitimidade de um assistencialismo para minimizar desigualdades sociais, cuja questão caritativa não se constitui como um direito social.

REFERÊNCIAS

ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BAHIA. Lei ordinária nº 14.259, 14 de abril de 2020. Cria o Projeto Vale Alimentação Estudantil - PVAE, destinado pública estadual de ensino, configurando benefício 2021. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: seção 1, Salvador, ano 105, n. 22.881, p. 1, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/TtMbfS>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 103-115, jan./abr. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da

educação básica [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolucao-n-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

FREITAS, M. C. S. *et al.* (org.). Narrativas sobre o cuidado alimentar e o comer na escola. Salvador: Edufba, 2016.

FREITAS, M. C. S. *Agonia da fome*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: Edufba, 2003.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUSA, R. COVID-19 pandemic: a health and humanitarian crisis. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00177020, July 2020.

MAZZA, J. Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (org.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PEDRAZA, D. F. *et al.* O programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas municipais. *Revista Brasileira em promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 161-169, abr./jun. 2017.

PINHEIRO, M. M. S. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. *Texto para Discussão - IPEA*, Brasília, DF, n. 1794, p. 1-30, nov. 2012.

REDE PENSSAN. *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 6 ago. 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Mais de 267 mil estudantes já receberam o vale-alimentação estudantil. *Secretaria de Educação: notícias*, Bahia, 26 mai. 2020a. Disponível em: <http://estudantes.educacao>.

ba.gov.br/noticias/mais-de-267-mil-estudantes-ja-receberam-o-vale-alimentacao-estudantil. Acesso em: 6 ago. 2021.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADO DA BAHIA. Mais de 750 mil estudantes recebem terceira parcela do vale-alimentação. *Secretaria da administração*: acesso à informação, Bahia, 29 jul. 2020b. Disponível em: <http://www.saeb.ba.gov.br/2020/07/10266/Mais-de-750-mil-estudantes-recebem-terceira-parcela-do-vale-alimentacao.html>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SIMMEL, G. *El pobre*. Madrid: Sequitur, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *COVID-19 Dashboard*. Genebra, 2020. Disponível em: <https://Covid19.who.int/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ANÁLISE DE *KITS* DE ALIMENTOS ENTREGUES PELO PNAE NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CEARÁ

LUCAS BRAGA RODRIGUES; JOSÉ ARIMATEA BEZERRA; EVELINE DE ALENCAR COSTA.

INTRODUÇÃO

No artigo de número 25 do documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948, encontra-se contemplado e descrito o Direito Humano à Alimentação. No Brasil, a alimentação adequada foi um fator incluso na Constituição Federal apenas no ano de 2010, através da Emenda Constitucional nº 64, sendo essa uma decisão resultante de amplo processo de mobilização social. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e suas diversas formas de acesso. Ao

afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja correspondente ao contexto sociocultural, econômico, climático e ecológico de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social. (BRASIL, 2014)

Atualmente, existem algumas políticas públicas que buscam garantir uma alimentação de qualidade ao ser humano com o propósito de promover melhorias na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população. Dentre estas, cita-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) iniciado no ano de 1955 como Campanha de Merenda Escolar (CME), passando por tantas outras denominações ao longo dos anos, mas com o objetivo de garantir alimentação escolar aos alunos na educação básica matriculados em escolas de âmbito público e beneficente. (BRASIL, 2017)

O PNAE, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE), foi ampliado e melhorado com a inserção da Lei de nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, assegurando assim o direito à alimentação do educando como um dever do Estado. O artigo 2º da referida lei declara que as diretrizes da alimentação escolar visam o emprego da alimentação saudável e adequada, envolvendo o uso de alimentos variados, seguros, com respeito à cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis colaborando para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar, de acordo com a sua faixa etária, estado de saúde, e até mesmo daqueles que necessitam de alimentação específica. (BRASIL, 2009)

Com a calamidade pública da pandemia da Covid-19, foram publicados: Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, pelo Senado Federal e outras publicações jurídicas de efeito social como a Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020, da Presidência da República e a Resolução nº 02, de 09 de abril de 2020, do FNDE, que em caráter excepcional, regulamentaram a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE às famílias dos estudantes. Contudo, esta última norma, determinou que a distribuição dos alimentos ficava a critério do poder público local.

No Ceará, o referido período de calamidade instituído pelo Decreto Legislativo 543, de 3 de abril de 2020, motivou a suspensão das atividades

escolares em todo o estado desde 19 de março de 2020, como medida de controle do contágio pelo novo coronavírus. O cenário de pandemia somado a ausência de uma solução imediata para a grave problemática sanitária fez com que alunos tivessem suas rotinas escolares interrompidas e realidades educacionais alteradas de forma gradual e significativa. Consequentemente, a rotina de refeições escolares também foi ficando ausente enquanto o ensino a distância ia se instalando no cotidiano dos discentes. Para que o aluno continuasse com o direito à alimentação garantido em meio a uma nova rotina de estudos, uma das saídas pensadas pelas autoridades foi a entrega dos alimentos por meio de *kits* aos escolares.

Diante do exposto, o presente estudo teve como principal objetivo investigar a ação das entregas dos *kits* de alimentos, provenientes do recurso do PNAE ou não, pelos municípios do estado do Ceará, realizada pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES) e pelo FNDE como vemos mais adiante. O pano de fundo, a sociedade brasileira, sobretudo e suas populações vulneráveis.

METODOLOGIA

O método para o desenvolvimento deste estudo tem duas fases: uma pesquisa bibliográfica (CERVO, 1996), sobre a política de alimentação escolar e outros assuntos pertinentes para subsidiar aspectos qualitativos; e a análise dos *kits* tendo como ferramenta o formulário nacional do “Levantamento das iniciativas estaduais e municipais para oferta de alimentação escolar durante o período de interrupção das aulas em razão da pandemia da Covid-19 no Brasil”. (BRASIL, 2020)

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizadas tanto análise qualitativa quanto quantitativa, vez que a pesquisa aplicada contou com questionamentos semiestruturados e questões majoritariamente objetivas que nos levaram a resultados mais exatos e outras com respostas abertas ou livres, que resultaram em uma análise qualitativa e discursiva, com descrições mais detalhadas.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos pelo formulário eletrônico Google Forms em junho de 2020, referentes aos envios feitos por Secretarias Municipais do estado do Ceará (também denominadas de entidades executoras), de 110 municípios. Após a seleção das perguntas os dados foram tabulados em planilha do Microsoft Excel. Os resultados quantitativos foram analisados pelo *software* SPSS, versão 26.0 e os qualitativos, analisados à luz de referências das ciências sociais, principalmente, como mostra-se a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao questionar as entidades executoras sobre os parâmetros utilizados para a composição dos *kits* de alimentos distribuídos - através de uma questão de múltipla escolha em que poderia ser marcado mais de um parâmetro - foi verificado que o item “custos” liderou as respostas (69%), seguido da “disponibilidade de produtos” (68%). O parâmetro “nutricional” foi citado por 52% dos respondentes revelando a não prioridade para esta ação.

Tendo em vista que o parâmetro mais considerado para a composição dos *kits* foi o custo, tornou-se válido levantar a discussão acerca da alta de preços que atingiu o setor alimentício em meio ao cenário de pandemia. Segundo informações do portal BBC, escrito por Mota (2020), o arroz não foi o único a sofrer um aumento nítido em seu preço no decorrer do ano de início da pandemia. A notícia expõe dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informando que o arroz está 20% mais caro desde o início do ano de 2020 e o preço do feijão subiu 32,6% nesse mesmo ano. A autora cita que as razões para esse comportamento estão ligadas, de forma direta e indireta, à pandemia - o que significa que o impacto pode se estender pelos próximos meses.

A alta dos preços dos alimentos é uma problemática que tem atingido, diretamente, tanto no planejamento de ações desenvolvidas por políticas públicas - como é o caso da entrega de *kits* - como também tem sido um fator prejudicial a inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade, que

recebem um auxílio insuficiente para o atendimento de suas necessidades básicas, o que se constitui, de forma direta, em insegurança alimentar.

A disponibilidade de produtos ficou na segunda colocação de parâmetros da composição dos *kits* (68,64%). Esse é um fator de extrema importância, visto que a situação de pandemia trouxe consigo uma série de limitações e riscos, influenciando a menor variedade de produtos, reprimindo o planejamento para a composição dos *kits* e interferindo negativamente em outros setores como a baixa aquisição de produtos da agricultura familiar.

Os dados revelaram, mais uma vez, que diante da pandemia, o país não possui uma política de abastecimento de alimentos, pois se verifica custos altos e a disponibilidade dos insumos afetados que podem justificar a prioridade dada pelas entidades executoras. O parâmetro nutricional ficou como o terceiro mais considerado (52,54%). Na perspectiva de Rozin e demais autores (1998) o ato alimentar, tomado em sentido restrito, é um comportamento biológico-nutricional, pois o ser humano necessita de uma alimentação que contenha elementos nutricionais necessários à manutenção dos seus processos vitais. Pode-se dizer que este é um processo adaptativo, empregado pelos seres humanos em função de suas condições particulares de existência, que variam no tempo e no espaço em cada contexto social. Distintamente das outras necessidades básicas, como inalar oxigênio, necessidade de excretar, necessidade de manter a acidez sanguínea etc., a necessidade de alimentar-se exige que saíamos para o mundo e localizemos o alimento, e para isso requer comportamento, ação. Entretanto, além da dimensão biológica, a alimentação humana é um ato social e cultural, pois faz com que sejam produzidos diversos sistemas alimentares. Na constituição desses sistemas, intervêm fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica que implicam representações e imaginários sociais envolvendo escolhas e classificações. (MACIEL, 2005)

Para DaMatta (1987), a partir do momento que o alimento é submetido a um processo e/ou preparo, ele passa a ser visto como um fator que gera prazer e, portanto, elevado à condição de “comida”, ou seja, para

aquilo que não é apenas um suprimento das necessidades biológicas, mas um importante símbolo que permeia os mais diferentes aspectos de uma sociedade.

Ao valorizar as afirmativas dos autores citados, é nítido considerar a discussão da alimentação, para além do ponto de vista nutricional, como tem sido frequentemente abordado ao longo dos anos. Fatores sociais, culturais e sensoriais também são de extrema importância no desenvolvimento de ações como a entrega de *kits* realizada em meio ao cenário pandêmico devendo-se descartar, de uma vez por todas, a ideia de que quem tem fome pode comer qualquer coisa, pois todo e qualquer indivíduo, independente de classe social, carrega consigo suas preferências e hábitos alimentares. A exclusão de fatores como os de cultura ou a qualidade sensorial do alimento pode interferir e prejudicar inclusive o suprimento das necessidades biológicas.

A fim de conhecer o conteúdo dos *kits* distribuídos pelas entidades executoras, foram listados no formulário eletrônico um total de 27 alimentos para que os respondentes indicassem aqueles que faziam parte do mesmo. Diante disso, foram informados em ordem decrescente os alimentos que constituíam os *kits*, do mais ao menos ofertado. Ao analisar respostas, verificou-se que os alimentos secos – de baixo teor de umidade – ou que passam por processos de pasteurização ocupam as primeiras posições, como é o caso do arroz, macarrão, açúcar, bolacha ou biscoito salgado e doce, feijão, sal, fubá e outros. No que diz respeito aos alimentos mais frescos ou *in natura*, como carnes vermelhas, peixes, frutas e verduras, ficaram entre os menos ofertados, possivelmente por serem mais perecíveis. Os parâmetros anteriormente mencionados referentes ao custo e a disponibilidade do alimento também devem ser aqui considerados. No entanto, apesar dos insumos como arroz, feijão e óleo estarem sofrendo aumento de preços em meio ao cenário pandêmico, estes ainda garantem presença na maioria dos *kits*, estando entre os mais ofertados. Isso se dá pelo fato de serem alimentos básicos na mesa do brasileiro e característicos do hábito e da cultura alimentar.

Dados levantados por Ferreira, Figueiredo e Luz (2018) sugerem que o arroz e o feijão continuam sendo fundamentais na alimentação segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos de 2017 e 2018, ainda que o consumo destes alimentos tenha caído de forma significativa, estes permanecem como protagonistas do consumo alimentar brasileiro, sendo considerados dois dos três principais alimentos consumidos com maior frequência. (IBGE, 2019)

Quanto a oferta de alimentos frescos, convém atribuir isso não apenas a perecibilidade do produto, mas também em relação a falta de disponibilidade de produtos mais frescos e/ou *in natura*; e na elitização que esse tipo de produto vem sofrendo, conseqüentemente, dificultando o acesso dos mais vulneráveis a este tipo de alimento. Proença e demais autores (2021) citam a elitização do consumo de alimentos frescos e, dados da POF de 2017-2018 confirma o desigual consumo entre classes sociais, principalmente devido a popularização e menor preços de alimentos processados e ultraprocessados muito utilizados nas classes mais pobres. A autora complementa que enquanto o consumo de alimentos frescos foi o que menos sofreu alteração entre todos os tipos de renda (reduziu 5,2% entre os mais ricos e 6,4% entre os mais pobres), o consumo de alimentos ultraprocessados foi o que mais aumentou, subindo 27,3% entre os mais ricos (menor aumento) e 62,3% entre os mais pobres. (IBGE, 2019)

Os alimentos distribuídos nos *kits* também foram analisados conforme a classificação proposta pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), ou seja, em quatro grupos, resultando nos seguintes dados: 1) Alimentos *in natura* ou minimamente processados (44%); 2) Alimentos processados (19%); 3) Alimentos ultraprocessados (26%); 4) Alimentos do grupo dos óleos, gorduras, sal e açúcar (11%).

A presença dos ultraprocessados, mesmo que em menor percentual em relação aos alimentos *in natura*, podem ser justificados pelo fato de conferir maior prazo de validade e menor perecibilidade, dois fatores que influenciam na logística da entrega desses *kits* no grande interior do Ceará.

Segundo Louzada e demais autores (2015) a redução no consumo dos ultraprocessados evidencia um caminho natural para a promoção da

alimentação saudável no Brasil. Para esta autora, os ultraprocessados são produtos com teores de micronutrientes inferiores quando comparados aos alimentos *in natura* ou minimamente processados. A participação desse tipo de alimento no consumo alimentar mostra-se diretamente associada à densidade energética da dieta e a seu teor de gorduras saturadas, gorduras *trans* e açúcares livres, ou seja, inversamente ao desejável que seria, teor de fibras e de proteínas adequados e baixo conteúdo de gorduras. Portanto, os ultraprocessados são alimentos que promovem risco potencial para o aumento de casos de obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer.

O próprio Guia Alimentar Para a População Brasileira, deixa explícito que a preferência deve ser dada a alimentos *in natura* ou minimamente processados e para que seja evitado o consumo de alimentos ultraprocessados. (BRASIL, 2014)

Nos *kits* analisados, os alimentos pertencentes ao grupo do óleo, gorduras, sal e açúcar compreenderam a 11%. Mesmo sendo o menor percentual, esse grupo pode estar associado ao consumo em altas quantidades, como foi apresentado pela POF de 2017-2018 divulgado pelo IBGE (2019). Estes alimentos podem promover riscos à saúde, como diabetes, hipercolesterolemia, hipertensão e ou doenças cardiovasculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido e inquestionável que a realização da entrega dos *kits* direcionado aos discentes dos municípios do Ceará foi de extrema importância durante o período pandêmico, em que dificuldades sociais e financeiras deixaram os vulneráveis ainda mais expostos a complicações socioeconômicas. Estas ações são uma forma de garantir que a fome não será uma marca adicional na dor e demais dificuldades enfrentadas em meio a uma pandemia que tanto se agravou.

No entanto, ainda há fatores a serem melhorados quanto as ações executadas por políticas públicas, precisamente do PNAE, seja para garantia do atendimento a um maior número e de forma mais universal aos discentes

e núcleos familiares, ou da oferta de alimentos mais adequados para essas famílias durante o período de pandemia e após.

Entende-se que a soma do cenário de calamidade pública junto ao desmonte e sucateamento nítido de políticas públicas de alimentação causado pelo governo atual são fatores que desfavorecem, dificultam e desanimam aqueles que se propõe a imergir no combate à insegurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis. Contudo, é evidente que o PNAE e outras políticas públicas são necessárias ao combate à fome e desnutrição. As discussões aqui expostas servem como uma espécie de validação da necessidade de um olhar mais atencioso a cada um destes programas sociais.

Também é de extrema relevância que seja abordado com mais frequência os pontos de reflexão aqui levantados, como a elitização de alimentos *in natura*, a oferta significativa de alimentos ultraprocessados – levando em consideração o Guia Alimentar para a População Brasileira – e o aumento nos preços de alimentos básicos como o arroz e feijão, o que resulta em uma privação alimentar e conseqüente descumprimento do DHAA. Identifica-se ainda outros pontos relacionados ao PNAE como a importância da ampliação dos recursos federais voltados para o referido programa, principalmente durante o período de pandemia – seja para a garantia de uma distribuição universal ou oferta de alimentos mais adequados.

Assim, conclui-se que essas ações sejam pensadas não apenas com base no discurso “o que importa é matar a fome” na tentativa de justificar atos prejudiciais como a oferta de alimentos ultraprocessados na alimentação de famílias vulneráveis. Sugere-se, portanto, que a distribuição dos *kits* de alimentos seja continuada para além da pandemia como forma de garantir o direito a uma alimentação adequada, em quantidade suficiente e de forma contínua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191A, p. 38-44, 5 out. 1988.

Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Alimentação Escolar. *Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014a. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. *Levantamento das iniciativas estaduais e municipais para oferta de alimentação escolar durante o período de interrupção das aulas em razão da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Brasília, DF: FNDE, 2020.

CEARÁ. Decreto Legislativo nº 543, de 3 de abril de 2020. Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública [...]. *Diário Oficial [do] Estado do Ceará*: Poder Legislativo, Fortaleza, série 3, ano 12, n. 68, p. 40, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/04/Decreto-Legislativo-n%C2%BA-543-03-04-2020-Calamidade-P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CERVO, A. L. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- FERREIRA, C. M.; FIGUEIREDO, R. S.; LUZ, T. C. L. A. Arroz e feijão: intervenção multi-institucional em prol do Brasil. *Revista de Política Agrícola - Embrapa*, Brasília, DF, ano 21, v. 27, n. 1, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184993/1/Arroz-e-feijao.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- FNDE. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: histórico*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/PNAE/PNAE-sobre-o-programa/PNAE-historico>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- IPCA-15 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9260-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio-15.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- LOUZADA, M. L. C. *et al.* Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 38, 2015.
- MACIEL, M. E. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- MOTA, C. V. Não é só o arroz: os preços de alimentos vão continuar subindo nos próximos meses? *BBC News Brasil*, São Paulo, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54097305>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. [Paris]: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- PROENÇA, R. P. C. *et al.* Cenário e perspectivas do sistema alimentar brasileiro frente à pandemia de Covid-19. *Health Sciences*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2021.
- ROZIN, P. *et al.* What causes humans to begin and end a meal? A role for memory for what has been eaten, as evidenced by a study of multiple meal eating in amnesic patients. *Psychological Science*, [s.l.], v. 9, n. 5, p. 392-396, sept. 1998.

ZANELLA, L. C. H. *Metodologia de Pesquisa*. 2. ed. reimp. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

EIXO IV

ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O DESEMPENHO DO PNAE



AQUISIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA REGIONALIZADA NO AMAZONAS

REGISMEIRE VIANA LIMA; RICARDO PASSOS COLARES; LORENA DO NASCIMENTO COSTA; CELSA DA SILVA MOURA SOUZA.

INTRODUÇÃO

O Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão federal responsável pela Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em sua resolução 06/2020 em seu artigo 17 afirma que os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados de modo a respeitar os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Dessa forma os cardápios elaborados pelo profissional nutricionista para os escolares indígenas devem respeitar os diversificados costumes alimentares dessa população, bem como respeitar os seus processos próprios

de produção. No entanto no estado do Amazonas, por diversas razões, a alimentação que é enviada e preparada para esses escolares pelos gestores locais é elevada em produtos ultraprocessados, poucos alimentos *in natura*, os cardápios são monótonos e repetitivos e em sua maioria não incluem alimentos e receitas próprias de cada comunidade.

Desde o ano de 2019 foi instituído no âmbito do PNAE a obrigatoriedade do uso de no mínimo 30% dos valores repassados pelo FNDE para alimentação escolar para os municípios e estados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando agricultores locais, indígenas e quilombolas. A Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009, veio ao encontro do objetivo do PNAE no sentido de oferecer uma alimentação adequada e saudável para o desenvolvimento e crescimento dos escolares, visto que a introdução de alimentos como frutas, legumes e verduras provenientes da produção do agricultor familiar comprados localmente, aumentava a oferta de alimentos saudáveis.

A produção indígena mantém técnicas tradicionais e manejos para obtenção de alimentos oriundos de cultivos e outras formas de produção, com disponibilidade de solos agricultáveis, praticada por homens, mulheres e com a participação dos mais novos de forma gradual. Desse modo, os cardápios escolares passam a oferecer uma alimentação diferenciada, com respeito aos seus processos próprios de produção, cultura e costumes.

Com objetivo de ampliar e garantir o acesso dos agricultores familiares indígenas ao mercado institucional do PNAE no ano de 2017 foi estabelecida a Nota Técnica nº 01/2017 ADAF/SFA-AM/MPF-AM, exclusiva para o estado do Amazonas que trouxe normativas previamente existentes, mas que tomaram novo direcionamento nos processos de aquisição da agricultura familiar indígena.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Apresenta-se a trajetória da implantação da Nota Técnica relativa ao PNAE indígena em municípios do Amazonas.

Conhecendo o início da Nota Técnica

Vários inquéritos e denúncias chegaram ao Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) relacionados à falta de alimentação regionalizada nas escolas indígenas nos municípios do Amazonas. Os gestores locais respondiam que, devido às grandes distâncias geográficas das escolas, dificuldades logísticas para envio, impossibilidade de conservação de alimentos perecíveis, falta de conhecimento sobre a cultura alimentar indígena, falta de energia elétrica nas comunidades, alto custo de combustível e transportes para entrega, o envio de produtos industrializados para às escolas indígenas era mais viável tornando-se algo comum, descaracterizando cada vez mais, a cultura e os costumes alimentares dos povos indígenas.

Após discussões normativas entre diversas instituições, entre elas a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), a Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas (SFA/AM) e o próprio MPF/AM, foi estabelecida a Nota Técnica nº 01/2017 ADAF/SFA-AM/MPF-AM com objetivo de viabilizar o acesso dos povos indígenas a alimentação escolar adequada com respeito aos seus processos próprios de produção e por meio de comercialização de produtos de origem animal e vegetal dentro das suas características tradicionais com uma alimentação regionalizada adequada e de qualidade aos alunos, através do PNAE.

A pergunta que se fazia à época era: por que não adquirir os alimentos nas próprias comunidades indígenas?

Produtos *in natura* como frutas, verduras, raízes e hortaliças podiam ser adquiridos pelos processos de aquisição vigentes, mas, os produtos processados de origem vegetal como polpas de frutas e produtos de origem animal, há a obrigatoriedade do registro, inspeção e fiscalização sanitária. Esses processos são complexos e de difícil acesso às comunidades, inviabilizando os agricultores indígenas de venderem seus produtos para as escolas.

Referencial teórico da nota técnica

A referida nota técnica, então, com algumas instruções normativas objetiva resolver esta questão. Para os produtos de origem animal (galinha,

ovos, pato, porco e peixe) foi utilizada a Instrução Normativa nº 16, de 23 de junho de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2015b) em que o artigo 2º relata sobre a produção rural para a preparação, manipulação, armazenagem doméstica e consumo familiar, ficando dispensado o registro, a inspeção e a fiscalização. Para produtos de origem vegetal foi utilizado o artigo 34 da Instrução Normativa nº 17, de 23 de junho de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2015a), que aprova os requisitos e os procedimentos administrativos para registro de bebidas e produtos de origem vegetal. O disposto nesta instrução normativa não se aplica ao serviço de alimentação e unidade de comercialização de alimentos cujos produtos devem ser consumidos no mesmo dia do preparo, em conformidade com o estabelecido na Resolução RDC/ANVISA nº 218, de 29 de julho de 2005.

Assim, não há necessidade de inspeção e fiscalização para os produtos de origem vegetal, especialmente bebidas como açaí, bacaba, buriti, cupuaçu, taperebá e outros, em se tratando de consumo próprio, sem fins comerciais ou quando o produto for preparado para ser consumido no mesmo dia, entre indígenas, em seus contextos.

Por se tratar de consumo familiar e alimento perecível, a comercialização fora de territórios indígenas fica impossibilitada, sendo apenas destinada ao uso interno dos próprios indígenas, restringindo-se a pequenas distâncias e dentro do limite geográfico do estado do Amazonas, entretanto o preparo dos alimentos deve ocorrer com zelo e critérios de boas práticas.

Dessa forma o processo de aquisição da agricultura familiar dos povos indígenas, levando em consideração essa nota, deve ser feito através da chamada pública específica para povos indígenas, por seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar por grupos formais, informais ou fornecedores individuais.

Atuação do CECANE/UFAM nesse processo

No ano de 2019 o FNDE propôs ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Amazonas

(UFAM) um produto novo chamado “Apoio Técnico ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sobre Ações Relacionadas à Alimentação Escolar Indígena” em atendimento aos termos da Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM” (BRASIL, 2017) que visa contribuir para o acesso dos povos indígenas ao mercado institucional do PNAE, e envolve o direito dos povos indígenas à alimentação diferenciada, com respeito aos seus processos próprios de produção para o fornecimento da alimentação escolar.

Com a necessidade de expansão, divulgação e maiores esclarecimentos sobre a nota técnica, foi contratado um profissional nutricionista para acompanhamento das ações de implementação nas comunidades indígenas qualificando a atuação dos diversos atores sociais no que se refere às compras públicas do PNAE.

Com a elaboração dos relatórios sobre as ações de atividades de assessoria e monitoramento realizadas pelo CECANE, pode-se verificar a complexidade e peculiaridade da execução do PNAE no estado do Amazonas, principalmente no que diz respeito a alimentação escolar indígena. Com isso, verificou-se que em determinadas escolas nas aldeias indígenas o atendimento da alimentação escolar ainda é insuficiente e em outras escolas os alimentos não chegam aos alunos, sendo mais problemático com a pandemia da Covid-19.

O CECANE/UFAM presta assessoria aos municípios que vão realizar a chamada pública específica indígena repassando orientações sobre a elaboração dos editais e adequando os processos ao modelo proposto pelo FNDE. Algumas não conformidades encontradas nos editais, referem: o excesso de documentação exigida dos agricultores; o local de entrega dos alimentos na Secretaria Municipal de Educação ou no depósito central, e não na própria escola da comunidade; cardápios com poucas variações de alimentos regionais e repetitivos para diferentes faixas etárias. Pode-se verificar também a carência de informações sobre receitas características das comunidades indígenas por partes de alguns profissionais nutricionistas do estado do Amazonas.

O CECANE/UFAM com objetivo de aumentar a divulgação da nota técnica tem criado uma série de materiais impressos, tais como: “Os 10 passos para acesso ao mercado institucional do PNAE” e “O que é chamada pública indígena e tradicional”, assim como tem dado suporte aos representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criação do canal de *podcast* sobre alimentação escolar indígena e realização de oficinas de agricultura familiar.

Dificuldades e entraves para a implementação da nota técnica

As principais dificuldades dos indígenas para acesso as compras do PNAE dizem respeito a retirada da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAPS) dificultada por órgãos responsáveis. Também, muitas vezes falta informações e estrutura logística para chegar até as aldeias e realizar o mapeamento agrícola, bem como identificar o ponto de GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a retirada dos documentos.

Outros fatores que contribuíram para dificultar o acesso foram: a exigência de documentação de posse das terras que o agricultor indígena não possui; falta de estratégia de divulgação por parte do setor responsável pelas chamadas públicas para as comunidades indígenas; algumas comissões de licitação dos municípios ficam na capital e não criam diálogos com a secretária de educação local e nem com as instituições que representam os povos indígenas locais; a falta de informações e suporte de orientações aos agricultores indígenas.

As dificuldades relatadas pelas nutricionistas são: a inexistência do mapeamento da produção agrícola pois em muitas comunidades, como esperado, os indígenas não comercializam seus alimentos oriundos da agricultura familiar apenas produzindo para o seu consumo próprio; falta de conhecimento das preparações das receitas dos alimentos indígenas e falta de apoio dos gestores em dar andamento para a realização das chamadas públicas indígenas.

Dos 62 municípios do Amazonas, 50 possuem escolas indígenas com registro no sistema do censo escolar do FNDE oferecendo alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O Governo Federal repassa a esses municípios e ao estado, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Atualização da implementação na nota técnica

No ano de 2019 foi verificado que os municípios realizaram chamadas públicas indígenas com rapidez para atender ao ofício do MPF/AM o qual estipulou prazos para sua realização, mas foi perceptível encontrar erros nos editais, como exigências burocráticas de documentações desnecessárias.

Atualmente é perceptível a aceitação de boa parte dos gestores, dos profissionais nutricionistas que no início apresentavam certa resistência por desconhecer as normativas que regem a nota técnica e dão segurança ao uso e consumo de determinados alimentos.

Outra dificuldade a nível municipal é a própria resistência de diversos atores sociais na realização da concretude do direito dos povos indígenas às políticas públicas, o não reconhecimento por parte de gestores ao direito à alimentação adequada e saudável que os escolares indígenas têm, obstruindo a continuidade das ações.

Os déficits nutricionais e carências de micronutrientes têm sido prevalentes nas crianças indígenas, sendo maiores do que nas demais crianças na Região Norte, mesmo aquelas em situações de vulnerabilidade social. Isso aumenta ainda mais a necessidade da alimentação escolar adequada para contribuir com a diminuição dessas carências. O FNDE repassa aos municípios uma verba unitária maior para os escolares indígenas do que para os demais alunos (R\$ 0,64 contra R\$ 0,36) e as necessidades nutricionais recomendadas a serem supridas pela alimentação escolar também são maiores para esses alunos.

Quando se verifica que pela Lei nº 11.497, de 16 de junho de 2009, 30% dos valores recebidos diretamente do FNDE devem ser usados para a compra de alimentos dos agricultores familiares, percebe-se que há disponibilidade de verba para a aquisição dos alimentos produzidos pelos agricultores indígenas de cada comunidade que possui unidades escolares. Também, o sentido de pertencimento da família dos que moram em uma determinada comunidade favorece o engajamento dos agricultores ao fornecimento de alimentos para as crianças locais.

O fato é que a cada ano as ações de melhoria da alimentação escolar indígena estão avançando, diversos municípios estão realizando a chamada pública específica para as comunidades indígenas e pode-se verificar, através dos relatos e fotografias, os diversos alimentos da cultura indígena sendo adquiridos e compondo os novos cardápios dos escolares, mas, ainda há um caminho longo a percorrer e assim como foi a caminhada da inserção da agricultura familiar na alimentação escolar têm-se ainda a continuidade para a implementação da nota técnica em todas as comunidades indígenas.

Duas ações são apontadas atualmente para o incentivo da implementação das diretrizes da nota técnica, que são o aumento na divulgação entre os agricultores indígenas e os gestores municipais com acompanhamento de técnicos do CECANE do Amazonas.

Atores sociais no processo de implantação da nota técnica

A Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) é o coletivo de atores sociais junto ao MPF/AM que trata de promover a compra de alimentos produzidos localmente para a alimentação escolar. Fazem parte desta, atores ligados aos diversos setores do processo de aquisição dos alimentos da agricultura familiar, geral e indígena, para o PNAE, tais como: representantes indígenas, organizações não governamentais que trabalham com Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Secretarias Municipais e Estaduais de Educação entre outros. Baseadas nas discussões da

referida comissão, em suas reuniões mensais, surgiram diretrizes para que as chamadas públicas direcionadas aos agricultores familiares indígenas fossem efetivadas no Amazonas. Recentemente, esta comissão venceu o 17º Prêmio Innovare na Categoria Ministério Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Nota Técnica 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM se tornou um marco na história da alimentação escolar indígena no estado do Amazonas ao atender à reivindicação das lideranças indígenas dos yanomami do alto Rio Negro. Com o monitoramento e a realização das chamadas públicas nos municípios e no estado – através da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) – ocorre uma expansão em nível nacional, com a nova Nota Técnica Nacional nº 03/2020 (BRASIL, 2020) com as mesmas diretrizes para todos os povos e comunidades tradicionais viabilizando aos povos indígenas de outros estados reivindicarem seus direitos por uma alimentação saudável e cultural respectiva a cada etnia em suas comunidades por todo o país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa MAPA Nº 17 DE 23/06/2015. Aprova os requisitos e os procedimentos administrativos para registro de estabelecimento e de produto, elaboração de produto em unidade industrial e em estabelecimento de terceiro e contratação de unidade volante de envasilhamento de vinho. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 118, p. 8-13, 24 jun. 2015a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286098>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 16 de 23/06/2015. Estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 118, p. 8, 24 jun. 2015b. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/sisbi-1/legislacao/instrucao-normativa_16_2015.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Nota técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM*. Nota técnica sobre o posicionamento da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas - SFA/AM e do Ministério Público Federal/AM/5º Ofício, no que tange aos aspectos legais para a comercialização de produtos de Origem Animal e dos Vegetais e suas partes no Estado do Amazonas para os povos indígenas. Manaus, p. 1-20, 15 set. 2017. Disponível em: https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/acervo/arquivos/frm_experiencia-97-ouk-tc16n-20a4e1b6-8d2f-45bf-bd42-b5813f77cd2d.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Nota técnica nº 3/2020/6ª CCR/MPF*. [Discorre sobre os serviços de inspeção sanitária incidentes sobre a comercialização e consumo de alimentos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais]. Brasília, DF, 1 jun. 2020. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/am/alimentacao-tradicional_OFF/a-catrapoa/documentos/nota-tecnica-6a-ccr. Acesso em: 10 out. 2021.

DESENVOLVIMENTO DE INDICADOR PARA AVALIAÇÃO DOS CARDÁPIOS OFERECIDOS NO PNAE: CONTRIBUIÇÃO DO CECANE-UNIFESP

PATRÍCIA RIBEIRO DE MELO; ANA LAURA BENEVENUTO DE AMORIM;
CAMILLY FRATELLI PEREIRA; SOLANGE FERNANDES DE FREITAS
CASTRO; VERIDIANA VERA DE ROSSO; DANIEL HENRIQUE BANDONI.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de cardápios constitui uma etapa essencial na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois a partir deles que é possível a consolidação das diretrizes e princípios do programa para proporcionar aos alunos o acesso, durante o período escolar, a alimentos saudáveis e adequados ao perfil epidemiológico e ciclos de vida, tendo como base os hábitos alimentares e a cultura alimentar local.

Para garantir que a oferta de cardápios se dê em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo programa, a Coordenação de Segurança

Alimentar e Nutricional (COSAN) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), realiza o acompanhamento da execução do PNAE, analisando em média 120 cardápios/ano da alimentação escolar. Assim, é fundamental desenvolver ferramentas que permitam avaliações sensíveis às diretrizes estabelecidas para as refeições oferecidas no PNAE, que reduzam as subjetividades de avaliações individuais nesse processo. Entretanto, poucos são os estudos ou instrumentos que avaliam a qualidade global das refeições oferecidas nas escolas públicas. Nesse sentido, a construção de uma ferramenta de avaliação dos cardápios escolares alinhada a legislação vigente do PNAE, e que também pudesse ser utilizada no planejamento dos cardápios pelos gestores da alimentação escolar e para pesquisas, se faz fundamental para o monitoramento e melhoria na execução da política pública.

DESENVOLVIMENTO DA FERRAMENTA ÍNDICE DE QUALIDADE DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IQ COSAN)

Trata-se da construção de um instrumento para análise de cardápio necessário à prática cotidiana do PNAE.

Bases e Pontuação

A primeira etapa da criação da ferramenta para análise de cardápios da alimentação escolar, foi o levantamento de indicadores qualitativos de alimentação disponíveis em literatura nacional e internacional. Dentre os instrumentos de análise de cardápios encontrados, destacaram-se: o Índice de Qualidade da Dieta (IQD) (PATTERSON; HAINES; POPKIN, 1994), o *Healthy Eating Index* (HEI) (KENNEDY et al, 1995), o Índice de Alimentação Saudável (IAS) (DOMENE; JACKIX; RAPOSO, 2006) e o Índice de Qualidade das Refeições (IQR). (BANDONI, 2006) Focados em avaliação de alimentação escolar no Brasil, foram encontrados três indicadores: o Índice de Qualidade de Cardápios Escolares (IQCE) (CHAGAS, 2011), o instrumento de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio Escolar

(AQPC Escola) (VEIROS; PROENÇA, 2002) e o Indicador de Qualidade para Cardápios da Alimentação Escolar (IQCAE) (desenvolvido por DOMENE et al. 2011 e validado por CAMARGO; BANDONI; DOMENE, 2020).

Após a etapa inicial de levantamento bibliográfico, e com base nos documentos oficiais da área de alimentação escolar e alimentação saudável existentes na época, quatro referenciais teóricos foram definidos para nortear o desenvolvimento do IQCOSAN: as legislações do PNAE (Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013), Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) e o IQCAE.

Componentes diários do IQCOSAN

Trata-se de estruturar um Inquérito de Qualidade de Refeições de acordo com a realidade observada nos cardápios do PNAE.

Grupos de alimentos

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, os grupos alimentares são: “*o conjunto de alimentos que possuem uso culinário e perfil nutricional semelhantes*”. (BRASIL, 2014, grifo nosso). Os grupos alimentares utilizados no IQCOSAN foram classificados segundo as definições do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), com as seguintes adaptações:

- União do “Grupo Cereais” ao “Grupo Raízes e Tubérculos”: devido à semelhança nutricional entre os grupos.
- O grupo das “Frutas” recebe o nome de “Frutas *in natura*”: com o objetivo de alinhar à Resolução CD/FNDE nº 26/2013.
- “Grupo das Castanhas e Nozes” não foi incorporado ao IQCOSAN: os alimentos que fazem parte desse grupo (castanhas, nozes, amêndoas e amendoim) são pouco frequentes na alimentação escolar.

Assim sendo, eles foram classificados da seguinte maneira:

- Grupo dos cereais, tubérculos e raízes: arroz, milho, grãos, farinhas, pães, bolos simples, biscoitos sem recheio, aveia, centeio, mandioca e batata.
- Grupo dos feijões: vários tipos de feijões e outros alimentos do grupo das leguminosas, como ervilhas, soja, lentilhas e grão-de-bico.
- Grupo dos legumes e verduras: legumes e verduras crus ou refogados, em saladas ou preparações quentes, em sopas, recheados ou em formas de purês.
- Frutas *in natura*: foram consideradas apenas frutas em sua forma natural.
- Grupo do leite e derivados: leites de origem animal e derivados, como coalhadas, iogurtes, cremes e demais preparações com leite (como ingrediente principal) em sua composição.
- Grupo das carnes e ovos: carnes de gado, porco, cabrito e cordeiro, carnes de aves e pescados, ovos de galinha e outras aves.

A quantificação dos grupos alimentares se dá através da atribuição de 2 pontos positivos para a presença de cada um dos seis grupos de alimentos no cardápio diariamente.

Alimentos restritos e alimentos e preparações doces

Os alimentos restritos são os gêneros para os quais a aquisição com recursos financeiros federais fica restrita a 30% do montante total repassado à entidade executora. Eles são os alimentos enlatados, compostos e concentrados, embutidos, doces, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, conforme descrito na Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013.

Os alimentos e preparações doces, são definidos de acordo com a descrição na Nota Técnica nº 01/2014/ COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE em balas e similares, bebidas lácteas, produtos de confeitaria e biscoitos com recheios ou coberturas, sobremesas, gelados comestíveis, doces em pasta, geleias de fruta, doce de leite, mel, melaço e similares, frutas em calda e

cristalizadas, cereais matinais com açúcar e barra de cereais. Conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, a oferta de doces deve ficar limitada a duas porções/semana ou 110 kcal/porção.

Os alimentos restritos e doces são avaliados do ponto de vista da ausência, assim a não ocorrência desses gêneros no cardápio diário recebe pontuação positiva (2 pontos para cada item).

Componentes semanais do IQ COSAN

Pautando-se nas diretrizes do PNAE, no que diz respeito à promoção de uma alimentação adequada, saudável e diversificada, à valorização das peculiaridades de cada região do país, bem como ao resgate e fortalecimento da cultura alimentar brasileira, o IQ COSAN avalia positivamente a oferta de alimentos regionais e da sociobiodiversidade. Nessa perspectiva, o indicador pontua a ocorrência, independentemente da quantidade de vezes ou dias na semana, de alimentos regionais e da sociobiodiversidade no cardápio escolar, para os quais são atribuídos 2,5 pontos.

Alimentos regionais e ou da sociobiodiversidade

Para classificação dos alimentos como regionais e/ou da sociobiodiversidade, foram utilizados os documentos oficiais: 2ª edição do Caderno de Alimentos Regionais Brasileiros do Ministério da Saúde (2012) e a Portaria Interministerial nº 163, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social, que lista as espécies nativas da flora brasileira consideradas como da sociobiodiversidade.

Componente de diversidade do cardápio

A diversidade ou variedade da dieta pode ser conceituada como o número de diferentes alimentos consumidos em um período específico de tempo e é, sem dúvida, um importante marcador de qualidade da alimentação. (RUEL, 2002)

A criação dos primeiros indicadores de segurança alimentar tinha como foco principal verificar a garantia de suprimento de alimentos. O conceito era de que se houvesse adequado abastecimento de gêneros alimentícios, as necessidades alimentares primárias seriam atendidas e a situação de insegurança alimentar erradicada. (MAXWELL; SMITH, 1992)

Contudo, da mesma forma que o conceito de segurança alimentar se tornou mais abrangente e sensível, os indicadores usados para avaliação da qualidade da alimentação também evoluíram. A diversidade alimentar é considerada um desfecho de medida da segurança alimentar, sobretudo no âmbito do acesso e disponibilidade de alimentos, podendo refletir mudanças nos padrões alimentares e aspectos relacionados à sustentabilidade e distribuição de insumos. (MAXWELL; SMITH, 1992)

Quando analisados sob a ótica do consumo domiciliar, os indicadores de variedade refletem a capacidade socioeconômica da família e o acesso aos alimentos. Quando utilizados na perspectiva do consumo individual, os escores de diversidade refletem a adequação de energia e outros nutrientes. (HODDINOTT, 1999)

Não há uniformidade entre os métodos que avaliam a diversidade em dietas e as metodologias utilizadas para avaliar esse componente da alimentação podem variar significativamente entre si. (ALKERWI, 2014; RUEL, 2002) De forma geral, há diversidade nos métodos de avaliação, que podem focar na simples contagem de alimentos ou de grupos alimentares consumidos em um determinado período de tempo (geralmente um dia). Em alguns países desenvolvidos, são utilizados métodos mais complexos, que consideram as porções de alimentos servidos em cada grupo, de acordo com o recomendado pelo guia alimentar local. (RUEL, 2003) Assim sendo, para criação do método da análise de variedade para o IQCOSAN, as seguintes considerações foram feitas:

A metodologia de contagem de grupos alimentares foi desconsiderada: os métodos de aferição de variedade devem estar alinhados ao guia alimentar do país. (RUEL, 2002) O atual Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), não utiliza a abordagem

de porções por grupos alimentares inviabilizando, portanto, a utilização desse tipo de metodologia. Além disso, o IQ COSAN já avalia a ocorrência dos grupos alimentares em seus componentes diários.

Não foram encontrados na literatura, métodos específicos para avaliação da diversidade ou variedade de cardápios da alimentação escolar, assim como métodos que avaliam a variedade da alimentação em período parcial do dia (de forma a suprir 20%, 30% e 70% das necessidades nutricionais diárias).

Não padrão-ouro para análise de variedade, assim como uniformidade quanto aos pontos de corte para contagem de alimentos ou grupos alimentares. Ruel (2002) recomenda que estes pontos de corte sejam definidos de acordo com o contexto em que são utilizados, levando-se em conta os sistemas alimentares da região e padrões de alimentação locais.

Com base nessas considerações, o método escolhido para avaliar a variedade/diversidade da alimentação escolar pelo IQ COSAN foi a contagem semanal (cinco dias) de diferentes alimentos presentes no cardápio. Para a construção da versão final do IQ COSAN, diferentes métodos e pontos de corte para contagem de alimentos foram testados. O desenvolvimento do ponto de corte para variedade se baseou em uma amostra de 59 cardápios. Com base na contagem e nos tipos de alimentos ofertados, experientes técnicos da COSAN classificaram os cardápios com baixa, regular e adequada variedade, definindo assim, os pontos de corte empregados no instrumento.

Atualmente, o IQ COSAN concede 10 pontos para cardápios cuja variedade é considerada adequada, 5 pontos para aqueles com variedade regular e nenhum ponto para aqueles com variedade considerada baixa, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Pontos de corte para classificação da variedade de cardápios analisados pelo Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (IQ COSAN)

VARIEDADE	NÚMERO DE ALIMENTOS POR SEMANA
Cardápios que oferecem 1 refeição/dia ou atendem a 20% das NND¹	
Adequada	15 alimentos ou mais
Precisa de melhoras	10 a 14 alimentos
Baixa variedade	Até 9 alimentos
Cardápios que oferecem 2 refeições/dia ou atendem a 30% das NND	
Adequada	21 alimentos ou mais
Precisa de melhoras	15 a 20 alimentos
Baixa variedade	Até 14 alimentos
Cardápios que oferecem 3 refeições/dia ou atendem a 70% das NND	
Adequada	25 alimentos ou mais
Precisa de melhoras	18 a 24 alimentos
Baixa variedade	Até 17 alimentos

Fonte: FNDE (2018).

Componente dos alimentos proibidos

Os alimentos considerados proibidos no âmbito do PNAE, como os refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para o consumo e outras bebidas similares, são avaliados no IQ COSAN por meio da concessão de pontos negativos (-10 pontos). A utilização de pontuação negativa para este item ocorreu porque, ao contrário dos alimentos restritos que podem ocorrer na alimentação escolar em quantidades limitadas, estes ultraprocessados não devem ser adquiridos e oferecidos nos cardápios do PNAE.

Para auxiliar o avaliador no momento da análise, o IQ COSAN dispõe de documento para consultas, com as listas dos alimentos que são considerados restritos e proibidos, doces, alimentos regionais e alimentos da sociobiodiversidade. Essas listas foram baseadas, respectivamente,

1 NND: necessidades nutricionais diárias.

na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, na Nota Técnica nº 01/2014/COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE, na 2ª edição do Caderno de Alimentos Regionais Brasileiros do Ministério da Saúde (2012) e na Portaria Interministerial nº 163, de 11 de maio de 2016 do Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social.

Os componentes do IQCOSAN também possuem algumas sinalizações ou advertências para as seguintes situações: oferta semanal de frutas abaixo de três dias, oferta semanal de legumes e verduras abaixo de três dias, oferta semanal de alimentos restritos acima de dois dias, oferta semanal de alimentos doces ou preparações doces acima de dois dias, oferta de alimento considerado proibido e baixa, regular ou adequada variedade do cardápio. A sinalização da oferta semanal de alimentos dos grupos dos legumes e verduras e frutas *in natura*, foram definidos partindo do princípio de que estes alimentos devem estar presentes na maior parte da semana de um escolar, ou seja, em minimamente três dias. O objetivo é sinalizar que o cardápio pode estar ofertando baixa quantidade desses grupos alimentares e, possivelmente, não atendendo aos parâmetros dispostos nas bases legais do programa. O mesmo ocorre para os pontos de corte estabelecidos para o acionamento das sinalizações dos alimentos restritos e doces. Eles foram definidos partindo do princípio de que estes alimentos não devem estar presentes na maior parte da semana de um escolar, ou seja, em não mais que dois dias.

Classificação final do IQ COSAN

O escore do IQCOSAN varia entre 0 e 95 pontos e a classificação final avalia o cardápio em “inadequado” (0 - 45.9 pontos), “precisa de melhoras” (46 - 75.9 pontos) e “adequado” (76 - 95 pontos). Um cardápio classificado como inadequado é composto por refeições que atendem a menos da metade dos parâmetros de qualidade de alimentação e, por isso, deve ser repensado em vários aspectos. Muito possivelmente, o seu conteúdo é pouco variado, não há adequada oferta dos grupos alimentares, são utilizados alimentos restritos e/ou doces de forma frequente e pode haver oferta de gêneros alimentícios considerados proibidos.

A classificação de “precisa de melhoras” pode tanto representar um cardápio com muitas, médias ou poucas inadequações. Isso dependerá da pontuação final que ele receberá (se mais próxima do extremo inferior de inadequação ou do extremo superior de adequação). Essa classificação reflete um cardápio que não atende a alguns padrões de qualidade de alimentação e, portanto, deve ser reajustado de acordo com os resultados obtidos na avaliação.

Um cardápio classificado como adequado (76 a 95 pontos) está muito próximo ou é considerado ideal para a alimentação escolar e, na maior parte das vezes, é reflexo do atendimento da maioria ou de todos esses aspectos: adequada oferta de grupos alimentares, alta diversidade de alimentos, baixa oferta de alimentos restritos ou doces, ausência de alimentos proibidos e oferta de alimentos regionais ou da sociobiodiversidade. Ainda assim, esse cardápio, como qualquer outro, pode precisar de melhorias ou ajustes específicos.

O IQ COSAN foi fundamentado na lógica de que a ocorrência de alimentos dentro do contexto dos grupos alimentares pode se configurar em um sensível marcador de qualidade das refeições. A análise da qualidade da alimentação por meio da abordagem dos grupos alimentares, possibilita avaliar a complexidade de diferentes padrões alimentares, assim como realizar uma análise de tendência de consumo. (DOMENE; JACKIX; RAPOSO, 2006)

ÍNDICE DE QUALIDADE DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IQ COSAN)

O IQ COSAN é dividido em componentes diários e semanais pelos quais avalia-se a presença de seis grupos alimentares, a ocorrência de alimentos considerados doces, restritos e proibidos no âmbito do PNAE, a presença de alimentos regionais e da sociobiodiversidade e, por fim, a variedade das refeições. A diversidade do cardápio (5 ou 10 pontos) e a ausência de alimentos restritos (2 pontos) e doces (2 pontos) recebem pontuação positiva. Por outro lado, a ferramenta pontua negativamente

(-10 pontos) a ocorrência de alimentos nos cardápios que são considerados proibidos pela legislação do PNAE (Resolução nº 26/2013).

Uma vez que as matrizes de avaliação do IQ_COSAN foram desenvolvidas, o instrumento foi testado, analisando 97 cardápios executados por 34 entidades executoras entre os anos de 2015 e 2017. Com o intuito de garantir uma ferramenta sensível aos propósitos do programa, em janeiro de 2018, a versão final do IQ_COSAN foi enviada aos CECANEs para análise. Todas as contribuições foram consideradas e, quando alinhadas aos propósitos e aspectos contextuais da ferramenta, foram incorporadas ao instrumento. Após esta etapa foram feitas alterações na matriz inicial do instrumento de forma a incorporar ao IQ_COSAN as seguintes alterações: algumas mudanças nas regras de contagem de alimentos para aprimorar a análise da diversidade das refeições; ajustes no sistema de pontuações de cardápios foram considerados de forma a tornar a ferramenta mais sensível aos propósitos do programa; e algumas modificações no *layout* de apresentação da ferramenta foram realizadas com intuito de facilitar a utilização do indicador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IQ_COSAN é um indicador de análise qualitativa da alimentação escolar no âmbito do PNAE, criado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – e com contribuições dos demais CECANEs –, a partir de uma demanda do FNDE (área técnica - COSAN). O instrumento foi testado em 97 cardápios e se mostrou eficiente para avaliar a qualidade global das refeições oferecidas aos alunos das redes escolares atendidas pelo programa. Um dos objetivos que impulsionaram a criação do IQ_COSAN foi desenvolver uma ferramenta norteadora que poderia ser utilizada por todos os nutricionistas que atuam no PNAE.

Na perspectiva dos técnicos da COSAN, assim como de demais atores do PNAE – nutricionistas e agentes dos CECANEs –, o IQ_COSAN foi considerado uma eficiente ferramenta de análise da qualidade dos cardápios.

A principal limitação que ele apresentou diz respeito ao método de contagem de alimentos para o componente da variedade, uma vez que este exige que o avaliador tenha familiaridade com o instrumento e com os preceitos de uma alimentação saudável e variada.

REFERÊNCIAS

- ALKERWI, A. Diet quality concept. *Nutrition*, [s.l.], v. 30, n. 6, p. 613-618, june 2014.
- BANDONI, D. H. Índice de Qualidade da Refeição de empresas cadastradas no Programa de Alimentação do Trabalhador na cidade de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRASIL. Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional. *Nota Técnica nº 01/2014 - COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE*. [Trata da] restrição da oferta de doces e preparações doces na alimentação escolar. Brasília, DF, 15 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Alimentos regionais brasileiros*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 17 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 163 de 11 de maio de 2016. Listar, com base em espécies nativas da flora brasileira, as espécies consideradas da sociobiodiversidade, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 94, p. 58, 18 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 115, p. 7, 18 jun. 2013.
- CAMARGO, R. G. M.; BANDONI, D. H.; DOMENE, S. M. A. Evaluation of the psychometric properties of the Quality Index for School Food Menus. *DEMETRA: alimentação, nutrição & saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, e44277, 2020.

- CHAGAS, M. S. C. *Instrumento de avaliação de cardápios escolares: uma proposta em construção*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DOMENE, S. M. A.; JACKIX, E. A.; RAPOSO, H. F. Adaptação das diretrizes alimentares para a população brasileira e o estabelecimento do índice de alimentação saudável para pré-escolares de 2 a 6 anos. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 75-90, 2006.
- DOMENE, S. M. A. *et al.* A alimentação na Escola: uma avaliação qualitativa. In: SAWAYA, S. L. *et al.* *Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 331-352.
- HODDINOTT, J. *Choosing outcome indicators of Household Food Security*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 1999.
- KENNEDY, E. T. *et al.* The healthy eating index: design and applications. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, [s.l.], v. 95, n. 10, p. 1103-1108, oct. 1995.
- MAXWELL, S.; SMITH, M. Household food security: a conceptual review. In: MAXWELL, S.; FRANKENBERGER, T. (ed.). *Household food security: concepts, indicators, measurements - a technical review*. New York: UNICEF; Rome: International Fund for Agricultural Development, 1992. p. 4-72.
- PATTERSON, R. E.; HAINES, P. S.; POPKIN, B. M. Diet quality index: capturing a multidimensional behaviour. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, [s.l.], v. 94, n. 1, p. 57-64, jan. 1994.
- RUEL, M. T. Is dietary diversity an indicator of food security or dietary quality? A review of measurement issues and research needs. *FCND discussion paper*, Washington, D.C., n. 140, nov. 2002.
- RUEL, M. T. Operationalizing dietary diversity: a review of measurement issues and research priorities. *The Journal of Nutrition*, [s.l.], v. 133, n. 11, p. 3911S-3926S, nov. 2003. Supplement: animal source foods to improve micronutrient nutrition and human function in developing countries.
- VEIROS, M. B.; PROENÇA, R. P. C. Avaliação qualitativa das preparações do cardápio em uma Unidade de Alimentação e Nutrição - Método AQPC. *Nutrição Em Pauta*, São Paulo, set./out. 2003.

ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM GOIÁS

VERUSKA PRADO ALEXANDRE-WEISS; MARÍLIA BOHNEN DE BARROS; CAMILA LOIOLA DE CASTRO; KARINE ANUSCA MARTINS; LUCILENE MARIA DE SOUSA; EDNEI MORAIS PEREIRA; GÉSSICA MÉRCIA DE ALMEIDA; LIANA JAYME BORGES; THÁISA ANDERS CARVALHO SOUZA.

INTRODUÇÃO

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) é reconhecidamente uma estratégia fundamental para superar problemas de saúde persistentes e altamente danosos, observados em diferentes populações. (SILVA et al., 2021) A alimentação tem sido discutida numa perspectiva mais ampliada, que envolve não somente a saúde, como também outros elementos, como o ambiente e a sociedade. É um tema premente no debate público mundial sobre as mudanças climáticas e os seus impactos na saúde humana e no planeta (LANG; BARLING; CARAHER, 2009) e,

também, compõe o conjunto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (UNITED NATIONS, 2015) No Brasil o debate em torno da alimentação também tangencia estes aspectos e adicionalmente destaca, pela trajetória da experiência brasileira com as ações e políticas públicas de promoção e proteção da alimentação saudável, as relações entre alimentação, participação social e democracia. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 2019)

Esta abordagem ampliada sobre a alimentação aponta para a potencialidade do tema para a promoção de uma atuação integrada e intersetorial. Azevedo, Pelicioni e Westphal (2012) já destacavam que uma maior efetividade de ações de promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças prescinde de uma atuação intersetorial do setor saúde. Corroborando com esta ideia, destaca-se a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a adoção da abordagem “saúde em todas as políticas”, a qual considera que não somente o setor saúde apresenta responsabilidades diretas sobre o processo saúde-doença e destaca a importância da interlocução com as políticas de outros setores gerando assim impactos positivos sobre a saúde e qualidade de vida das populações. (WHO, 2014)

Nesse sentido, alguns locais e políticas têm sido identificados como estratégicos para uma atuação intersetorial e integrada em prol da promoção da saúde e em especial da PAAS. Cabe ressaltar nesse cenário as ações e políticas públicas de Alimentação e Nutrição, de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o papel estratégico que os ambientes – como as escolas, assumem. (JAIME et al., 2018; LANG; BARLING; CAHARER, 2009; UNITED NATIONS, 2015)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro é, neste contexto, uma política pública estratégica e um marco nacional e internacional. (SIDANER; BALABAN; BURLANDY, 2013) A publicação da Lei nº 11.947, em junho de 2009, ampliou os objetivos do programa e contemplou além da oferta de alimentos no ambiente escolar, a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). (BRASIL, 2009) Outro ponto de destaque refere-se à inclusão de agricultores

familiares, povos e comunidades tradicionais como fornecedores de alimentos para as escolas, favorecendo assim a oferta de alimentos produzidos localmente, na sua maioria *in natura* e minimamente processados, conectados às tradições e cultura alimentar e promotores do desenvolvimento rural local. (SIDANER; BALABAN; BURLANDY, 2013; UNITED NATIONS SYSTEM, 2013) Esta característica torna o PNAE um elemento de garantia da SAN e da PAAS na comunidade escolar. (ROCHA; BURLANDY; MALUF, 2012) O PNAE é também reconhecido como uma importante estratégia de proteção da dieta e de sistemas alimentares tradicionais, atuando como uma barreira institucional importante contra o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. (MONTEIRO; CANNON, 2012)

Ao considerar tais elementos e a complexidade em torná-los realidade, com especial ênfase no ambiente escolar, foi criado, em 2008, no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE). Os CECANEs foram implantados em 2007, por meio de uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) voltada para o desenvolvimento de ações de pesquisa, ensino e extensão no âmbito do PNAE. (FNDE, 2015) Podem ser compreendidos como uma estratégia de descentralização e tradução de uma política federal no agir local, considerando as mudanças em curso na legislação do programa, a qual indicava a ampliação dos atores envolvidos em sua execução. Identificam-se no Brasil 17 centros em funcionamento, distribuídos nas cinco regiões do país. (REBRAE, 2019)

Este capítulo tem como objetivo relatar a experiência do CECANE/UFG na execução, monitoramento, avaliação e fortalecimento do PNAE ao longo dos anos de 2008 a 2019. Esta análise foi conduzida a partir de um delineamento de avaliação de natureza qualitativa, do tipo multimétodos (CRESWELL; CLARK, 2007), considerando o período de 2008 até 2019, data que o projeto celebrou 10 anos de atuação em Goiás.

DESENVOLVIMENTO: SÍNTESE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE DO CECANE/UFG ENTRE 2008 E 2019.

O CECANE/UFG foi criado na Faculdade de Nutrição (FANUT) desta universidade, em dezembro de 2008, após o cumprimento de um projeto de formação piloto voltado para agricultores(as) familiares sobre o PNAE. Neste capítulo foram analisadas ações de pesquisa e extensão do CECANE/UFG entre os anos de 2009 (marco inicial de atuação do CECANE nos municípios goianos) a 2019 contemplando, assim, um decênio de atividades do projeto em Goiás. No total foram avaliados 7 planos de trabalho e 26 relatórios de realização de produtos técnicos, os quais foram registrados na universidade como ações de pesquisa ou de extensão.

As ações conduzidas pela equipe do CECANE/UFG foram organizadas em quatro ciclos considerando a Lei nº 11.947/2009 como marco guia:

- *1º ciclo - Fase de transição (2008 e 2009) - PNAE mais inclusivo e intersetorial:* período que antecede a publicação e a execução da Lei nº 11.947/2009.
- *2º ciclo - Fase de divulgação e implantação da Lei nº 11.947/2009 e suas respectivas resoluções (2010 a 2013):* período de divulgação da Lei nº 11.947/2009 e sensibilização dos atores sociais sobre a importância de sua correta execução.
- *3º ciclo - Fase de aprimoramento e avaliação (2014 a 2018):* período de avaliação sobre a atuação do projeto CECANE e incidência de atuação sobre o tema da “alimentação escolar” a partir de articulação interna na UFG.
- *4º ciclo - Fase de renovação e perspectivas (2019):* período de desestruturação das políticas de SAN e agravamento da situação de insegurança alimentar no país devido à pandemia da Covid-19.

Adicionalmente listam-se, também para o período de 2008 a 2019, os eventos e acontecimentos marcantes na história do projeto CECANE/UFG:

- 2008 - Projeto piloto - Formação e apoio aos(às) agricultores(as) familiares de seis municípios do estado de Goiás sobre o PNAE.

- 2009 - Assinatura do Termo de Cooperação entre FNDE e UFG para a criação do CECANE/UFG, com repasse de recurso financeiro. Aprovação da Lei nº 11.947/ 2009 e da Resolução CD/FNDE 38, de 16 de julho de 2009.
- 2010 - Aprovação do plano de trabalho para 2010 pelo FNDE, com ampliação do valor de repasse de recurso financeiro.
- 2011-2013 - Inauguração da sede própria do CECANE/UFG que possibilitou ampliação da estrutura física e de recursos humanos. Expansão do território de atuação para toda região Centro-Oeste e pactuação de plano de trabalho bienal. A atuação do CECANE contemplou dois projetos de pesquisa nacionais, sendo um sobre EAN e outro sobre gestão do PNAE em municípios com gestão considerada insatisfatória por órgãos de controle do governo federal.
- 2014 - Suspensão das atividades formais do projeto. Desarticulação de equipe de agentes do PNAE. Manutenção de pesquisas na UFG.
- 2017 - Ocorreu a retomada de financiamento do projeto.
- 2019 - Realizou-se o seminário em comemoração aos 10 anos de atuação do CECANE/UFG.

1º Ciclo - Fase de transição (2008 a 2009): um PNAE mais inclusivo e intersetorial

No ano de 2008 foi executado o projeto “Capacitação dos Agricultores Familiares em Goiás sobre alimentação escolar”, como ação piloto da parceria entre a UFG e o FNDE. Este projeto tinha como objetivo capacitar os agricultores familiares no estado de Goiás para exercerem a venda de sua produção agrícola aos gestores públicos, municipais e estaduais, da alimentação escolar. Essa capacitação foi realizada em seis municípios goianos e contou com a participação de 240 agricultores familiares. Os temas abordados foram divididos em quatro módulos, sendo estes: agricultura, PNAE e compras públicas, nutrição e controle social, cooperativismo e associativismo. A partir da realização desse projeto, a FANUT/UFG estreitou a relação com o FNDE e assim foi criado o CECANE/UFG em dezembro de 2008.

As atividades em campo iniciaram com o plano de trabalho de 2009 o qual contemplava como continuidade do trabalho iniciado em 2008 a ação de extensão “Formação de agricultores familiares e outros atores no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Esta formação tinha como objetivos divulgar o PNAE e sensibilizar agricultores familiares, representantes do poder público municipal e outros atores envolvidos com a execução do PNAE para efetivar a compra de alimentos da agricultura familiar para a Alimentação Escolar.

A carga horária da formação era de 16 horas, abordando temas como Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), PNAE (legislação e compras públicas), agricultura familiar, controle e participação social, cooperativismo e associativismo e boas práticas de produção agrícola. Participaram das formações 382 pessoas, sendo 302 agricultores familiares e 80 profissionais envolvidos com o PNAE.

2º Ciclo – Fase de divulgação e implantação da Lei nº 11.947/2009 e suas respectivas resoluções (2010 a 2013)

Nos anos de 2010 a 2013 a equipe do CECANE/UFG manteve a característica de realizar ações de pesquisa e extensão e buscou fortalecer as atividades de ensino dentro do curso de Nutrição da FANUT/UFG. A ampliação do território de atuação do projeto para os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi um marco importante deste período, a qual ocorreu a partir de agosto de 2010.

Foram conduzidos 15 produtos nesse período, sendo 11 ações de extensão e os demais de pesquisa. As ações de extensão universitária tratavam da formação de atores sociais do PNAE para aperfeiçoamento na execução do programa. Já as de pesquisa tiveram como foco a avaliação da atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), a execução de ações de EAN, qualidade de vida de escolares quilombolas e a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar para as escolas. Neste período a equipe do projeto atuou em parceria com 318 municípios (dos 26 estados

mais Distrito Federal, atingiu a formação de 3.147 pessoas e realizou visitas *in loco* a 440 escolas).

Entre março de 2010 e julho de 2011 o CECANE/UFG ampliou em 15 vezes o número de suas ações, com o desenvolvimento de atividades em 192 municípios, sendo 169 no estado de Goiás e 23 distribuídos nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Outros destaques referem-se aos processos de organização e consolidação do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de Goiás, inclusive com a aproximação e desenvolvimento de atividades de pesquisa e formação com as comunidades quilombolas de Goiás. Outros eixos contemplados foram a implementação do Sistema de Informação e Monitoramento do PNAE (SIM/PNAE), a atuação focada no fortalecimento dos CAEs (estadual e municipais) por meio de reuniões, educação permanente, oficinas, articulações intersetoriais, eventos e pesquisas, dentre outros.

Ainda nesse período, entre os anos de 2011 e 2013, o CECANE/UFG conduziu uma pesquisa de EAN de abrangência nacional. A pesquisa teve como objetivo avaliar as ações de EAN desenvolvidas nos municípios brasileiros, tendo como referência os Artigos 2º (inciso II) e 17 (inciso III) da Lei nº 11.947/2009. Esta pesquisa foi conduzida a partir de duas etapas: 1) entrevista por telefone com 10% dos municípios brasileiros (56 municípios); e 2) visita a 57 municípios que contou com visitas às escolas e entrevistas com atores sociais. Os resultados da pesquisa serviram de base para seis dissertações de mestrado.

Para a execução das atividades, a equipe do CECANE/UFG intensificou a articulação de uma rede de parceiros, intra e intersetoriais, com o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais neste ciclo do projeto. Em relação às primeiras, a análise de documentos permitiu identificar o estabelecimento de 12 parcerias, sendo uma formalizada por meio de convênio. Já em relação às entidades não governamentais, foram identificadas 10 entidades parceiras.

3º Ciclo – Fase de aprimoramento e avaliação (2014 a 2018)

Entre 2014 a 2016 o CECANE/UFG não foi contemplado com apoio financeiro do FNDE, tendo neste período paralisado suas ações externas à UFG. A equipe de professoras do projeto manteve as atividades de pesquisas sobre “Políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para escolares: uma proposta de construção em rede”, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa pesquisa resultou num estudo robusto sobre os quatro pilares do PNAE: cardápios, EAN, CAEs e agricultura familiar. O trabalho gerou uma dissertação de mestrado, um trabalho de conclusão de curso e vários resumos para apresentação em eventos.

Em 2017, houve a retomada do financiamento das ações do CECANE/UFG pelo FNDE, levando a uma nova organização da equipe, coordenação e execução das ações de extensão, pesquisa e ensino. Nesta ocasião foram pactuados dois produtos: “Formação de atores municipais para a execução do PNAE” e “Monitoramento e assessoria ao estado e municípios do estado de Goiás”. Estes produtos alcançaram, respectivamente, 75 municípios e 203 atores sociais; 185 municípios e 1.894 atores sociais ao longo do ano de 2017.

Em 2018, o projeto deu continuidade ao monitoramento a municípios goianos com o produto “Oficinas regionais para encontro da demanda da alimentação escolar e a produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE”. Com a perspectiva: “Monitoramento e assessoria” foram visitados 41 municípios goianos, contemplado a participação direta de 1.002 pessoas. Com as formações realizadas nos municípios polos, outros 180 foram alcançados e 1.193 atores sociais foram formados. Já no produto voltado à agricultura familiar, aconteceram duas oficinas em dois municípios goianos. Outros municípios circunvizinhos participaram da atividade, alcançando mais 23 cidades e 159 atores sociais.

Nesse período, para além das atividades pactuadas junto ao FNDE, por meio do Estágio Supervisionado em Nutrição em Saúde Pública, no eixo do ensino de graduação em Nutrição, o CECANE/UFG desenvolveu

o “Plan PNAE”, uma ferramenta crucial para auxiliar os(as) nutricionistas responsáveis técnicos(as) na elaboração e planejamento de cardápios adequados e apropriados às necessidades nutricionais dos titulares de direito do PNAE. Após a execução da proposta, estabeleceu-se a parceria com a Coordenação Geral de SAN do FNDE (COSAN) e a ferramenta foi ampliada e divulgada nacionalmente.

4º ciclo – Fase de renovação e perspectivas futuras (2019)

Em 2019, o número de atividades foi novamente ampliado. Compuseram o plano de trabalho os produtos: “Oficinas regionais para levantamento da demanda da alimentação escolar e da produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE”; “Monitoramento e assessoria ao estado e municípios do estado de Goiás”; “Formação regional para membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)”; e “Apoio técnico ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)”.

O produto “Oficinas regionais...” foi ampliado para três municípios polos, no estado de Goiás. Nas três oficinas realizadas houve participação de 170 atores sociais e 43 municípios circunvizinhos. Já o produto “Monitoramento e assessoria...” atuou junto a 31 municípios permitindo a formação de 133 cidades circunvizinhas e 934 atores sociais. Ainda no ano de 2019, o CECANE/UFG voltou a realizar atividades fora do estado de Goiás. As formações para conselheiros da alimentação escolar aconteceram nas capitais do Mato Grosso, tendo presença de 70 conselheiros e representação de 30 municípios do estado, e Mato Grosso do Sul, com presença de 63 conselheiros de alimentação escolar que representaram 31 municípios.

Outra novidade dentro do plano de trabalho foi denominada de “Apoio técnico ao FNDE” e consistiu em um apoio direto do projeto à gestão federal do PNAE, por meio de contratação de um nutricionista com atuação no FNDE/Brasília. O objetivo desse produto foi dar suporte técnico ao desenvolvimento das ações do PNAE, com ênfase nas atividades estratégicas de EAN. Tal parceria resultou na elaboração dos documentos

“Nota Conceitual da Jornada de EAN 2019”, “Regulamento da Jornada de EAN 2019”, “Manual da Jornada de EAN 2019” e “Ementa dos quatro temas da Jornada de EAN 2019”. Também houve, por parte do nutricionista responsável, acompanhamento das atividades realizadas pelos participantes na plataforma corporativa *e-fnde* e apoio na elaboração do livro com os melhores relatos da jornada de EAN.

Importante citar que, para além das atividades pactuadas em cada plano de trabalho, a equipe do CECANE/UFG, ao longo desses 10 anos, realizou diversos outros trabalhos relacionados ao fortalecimento do PNAE e à SAN. Destacam-se, neste contexto, a participação em eventos científicos e encontros técnicos, publicação de materiais técnicos e textos científicos, coordenação de eventos e feiras, apoio em outros projetos associados a temática da alimentação escolar, apresentações de trabalhos, organização e condução de oficinas e realização de atividades de ensino sobre a temática da alimentação escolar em diferentes universidades. Esta análise global dos 10 anos iniciais de atuação do CECANE/UFG mostrou a diversidade de atividades desenvolvidas e a abrangência de atuação do projeto. Das 20 ações de extensão realizadas, três tiveram abrangência interestadual (outros estados além de Goiás) e 17 foram estaduais (municípios do estado de Goiás). Estas ações atingiram, até o ano de 2019, mais de 410 municípios, tendo contemplado os 246 municípios de Goiás (100%) e outros 164 municípios localizados em outros estados brasileiros. No total foram formados 8.500 atores sociais do PNAE, destes 60% em território Goiano e 40% em outros estados brasileiros: em Mato Grosso 49 (11,9%); Mato Grosso do Sul 43 (10,5%); Maranhão 13 (3,2%); Bahia 9 (2,2%); Ceará 5 (1,2%); outros estados e o Distrito Federal 45 (11%).

Em relação às atividades de pesquisa, foram realizados dois estudos nacionais, dois regionais e dois estaduais. As atividades de ensino abrangeram ações voltadas à graduação e uma pós-graduação *stricto sensu*. Cabe aqui destacar também o estabelecimento de parceria no contexto do ensino em cursos de nutrição com instituições de ensino superior privadas de Goiás.

As atividades de pesquisa e extensão podem ainda ser agrupadas em áreas, a saber: seis ações vinculadas ao tema “Agricultura familiar e desenvolvimento rural”; sete relacionadas à “Atuação intersetorial em políticas públicas”; quatro sobre “Controle social”; cinco em “Monitoramento e avaliação do PNAE”; duas da “Educação alimentar e nutricional”; e duas em “Comunidades de remanescentes de quilombos”.

Cabe ainda destacar como uma importante atividade desenvolvida pela equipe do projeto, o estabelecimento de parceria com as nutricionistas responsáveis técnicas pelo PNAE nos institutos federais do estado de Goiás. Os profissionais receberam formações sobre a execução do programa em esfera federal.

Estas distintas ações do CECANE/UFG tiveram como público: nutricionistas, agricultores/pescadores familiares, quilombolas, servidores de secretarias de educação e de agricultura, membros de sindicatos e federações de trabalhadores da agricultura, membros de conselhos profissionais, membros dos CAEs, comunidade escolar (pais, professores, estudantes), professores universitários, dentre outros, perfazendo um total de 8.448 participantes no período de 2009 a 2019.

Por fim, destacamos a fase atual do projeto. Em 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, as ações do projeto foram conduzidas de forma *on-line* levando a uma reinvenção das estratégias metodológicas e formatos das ações de formação, monitoramento e assessoria aos gestores do PNAE. Tais experiências são descritas e analisadas em outro capítulo deste livro, portanto, não serão aqui tratadas. No entanto, destaca-se de forma breve uma alteração significativa em uma marca temática que guiou a atuação da equipe do projeto CECANE/UFG ao longo dos primeiros 10 anos do projeto. Pode-se identificar que nesse período no projeto CECANE/UFG em Goiás, o tema da compra da agricultura familiar e outros povos de comunidades tradicionais foi tratado em vários projetos de extensão e pesquisas conduzidos pela equipe. A partir de 2020, por consequência de uma avaliação interna, optou-se por intensificar como tema de atuação da equipe da UFG, a gestão do PNAE compreendendo esta vertente como

estratégica para superar entraves históricos que impedem o avanço do percentual de compras da agricultura familiar, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da equipe do CECANE/UFG foram capazes de contribuir para um maior envolvimento dos atores sociais essenciais na execução do PNAE, desde o planejamento da produção até a oferta apropriada dos alimentos e refeições aos seus titulares de direito. Conseqüentemente, identifica-se um avanço na implantação da legislação do PNAE nos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania participantes deste estudo. Entretanto, permanece o desafio de estimular a participação de mais municípios para adquirirem cada vez mais alimentos produzidos localmente e com isso estimular o desenvolvimento local e regional, além de objetivar e promover uma alimentação adequada e saudável para os escolares e comunidade escolar alcançados pelo PNAE.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F.; WESTPHAL, M. F. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333-1356, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000400005>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/pdde/lei_11947_16062009.pdf. Acesso em: 20 jun. 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 16., 2019, Brasília, DF. *Relatório Nacional Consolidado* [...]. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2019.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. *Designing and conducting mixed methods research*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2017.

FNDE. *Centros colaboradores e UAE*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/PNAE/PNAE-eixos-de-atuacao/PNAE-centros-colaboradores-e-uae>. Acesso em: 20 jun. 2021.

JAIME, P. C. *et al.* Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1829-1836, 2018.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. *Food Policy: integrating health, environment & society*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. The impact of transnational “big food” companies on the south: a view from Brazil. *PLoS Medicine*, San Francisco, v. 9, n. 7, e1001252, jul. 2012.

MARIOTTI, H. O. Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, Lisboa, v. 23, n. 6, p. 727-731, 2007.

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. [S.l.], 21 oct. 2015. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/70/1>. Acesso em: 12 jul. 2021.

REBRAE. CECANE pelo Brasil. Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição Escolar. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.rebrae.com.br/index.php/centros-colaboradores>. Acesso em: 26 jul. 2021.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MALUF, R. Small farms and sustainable rural development for food security: the brazilian experience. *Development Southern Africa*, Abingdon, v. 29, n. 4, p. 519-529, 2012.

SIDANER, E.; BALABAN, D.; BURLANDY, L. The brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 16, n. 6, p. 989-994, jun. 2013.

SILVA, A. G. S. *et al.* Monitoramento e projeções das metas de fatores de risco e proteção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis nas capitais brasileiras. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1206, 2021.

UNITED NATIONS SYSTEM. *Country policy analysis: nutrition impact of agriculture and food systems – Brazil*. Geneva: UNS, 2013. Disponível em: http://unscn.org/files/Publications/Country_Case_Studies/UNSCN-country-case-study-Brazil-FINAL.pdf. Acesso em: oct. 2019.

WHO. *Health in all policies: Helsinki statement. Framework for country action*. Helsinki: WHO, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506908>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CAPÍTULO 21

NARRATIVAS SOBRE OS CAMINHOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA ILHA DO MARAJÓ, PARÁ

JUCILENE MAGALHÃES ALVES SOUSA; ISAMERILIAM ROSAULEM PEREIRA DA SILVA; ESTRELA BENOLIEL BARBOSA PALHETA; HELLEN CRISTINA CAMPOS DE MORAES; ANDREA DAS GRAÇAS FERREIRA FRAZÃO; IVANIRA AMARAL DIAS.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado a política pública com maior longevidade do país na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo um dos mais abrangentes e duradouros programas de alimentação escolar a nível mundial. Atualmente, a gestão do PNAE é realizada pelo Ministério da Educação (MEC), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE), o qual é a fonte que financia o programa. (BRASIL, 2020)

O Governo Federal, por meio do FNDE, repassa aos estados, municípios e Distrito Federal recursos financeiros, em caráter suplementar, baseado

no censo escolar, destinados exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento do PNAE. Conforme estabelecido no artigo 14 da Lei nº 11.947/2009, do total desses recursos, deverá ser destinado o mínimo de 30% para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, preferencialmente local. (BRASIL, 2009, 2015)

O PNAE é um programa que atende todos os alunos matriculados na rede pública de ensino, tendo como objetivo o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar, além de estar diretamente envolvido na construção de hábitos alimentares saudáveis, valorização da cultura, envolvendo as estratégias da política de SAN no âmbito do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) vigente no país. (BRASIL, 2020; SANTOS et al, 2007)

Desde sua inserção, em 1976 como política alimentar para enfrentar os agravos da insegurança alimentar na agenda SAN no país, o programa vem apresentando mudanças importantes que implicam numa reestruturação dos órgãos e instrumentos de política pública relacionada aos temas da alimentação, nutrição, agricultura e educação alimentar no ambiente escolar. Dentro desse contexto, o PNAE é um importante instrumento nas políticas de SAN no Brasil, tendo em vista que o mesmo não é limitado apenas ao fornecimento da alimentação escolar aos estudantes, mas sim na sua abrangência intersetorial de desenvolvimento e fortalecimento regional. (BELIK; CHAIM, 2009; TURPIN, 2009)

O estado é composto por doze regiões de integração¹ com características peculiares, diferindo substancialmente de outras regiões do país. Estudiosos relatam que desde o período colonial à atualidade, as políticas públicas foram idealizadas sem considerar as diversidades da região amazônica, o que inclui o estado do Pará. (LIRA; CHAVES, 2016) Essas diversidades vão para além das dimensões socioeconômicas, pois o estado abrange

1 A proposta de regionalização para o estado do Pará surgiu da constatação de que as regionalizações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Mesorregião e Microrregião – não mais refletiam a realidade estadual. Foram identificadas 12 Regiões de Integração a partir do cruzamento de dados como concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica.

uma enorme complexidade e heterogeneidade de populações como ribeirinhos, populações indígenas, extrativistas e quilombolas, entre outros sujeitos que apresentam distintas formas de relação com a natureza, de cultura alimentar, de organização social e de modos de vida; bem como um território reconhecido por sua dinâmica ligada aos rios, às várzeas, aos igarapés, aos furos e às ilhas. (LIRA; CHAVES, 2016)

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo descrever e refletir sobre as vivências de visitas técnicas das atividades de monitoramento e assessoria sobre a execução do PNAE em municípios que fazem parte do arquipélago do Marajó no estado do Pará.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Estudo descritivo de delineamento transversal, a partir da análise documental de relatórios técnicos e das ações executadas referentes às atividades de assessoria e monitoramento conduzidas pelo conduzido pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o FNDE, nos anos de 2017 e 2018, em dois municípios do arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Contexto da pesquisa

A seleção dos municípios paraenses assessorados e monitorados pela equipe CECANE/UFPA é realizada exclusivamente pelo FNDE, mediante critérios estabelecidos pela autarquia.

Para definição dos municípios de abrangência deste estudo, foi realizado um levantamento entre os municípios monitorados e assessorados nos anos de 2017 e 2018. A partir desse levantamento, foram selecionados os municípios de Afuá/PA e Chaves/PA, por apresentarem singularidades geográficas e de logística de acesso peculiares em relação a outras regiões do estado, principalmente no que se refere a questões socioeconômicas, complexidade de acesso e dinâmica ligada aos rios, igarapés e ilhas.

Descrição das atividades prévias e de campo

Foram desenvolvidas atividades prévias ao monitoramento, por meio de pesquisas de dados de fontes secundárias como: portais do FNDE, documentos no mural de licitações do Portal do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), informações da Rede Brasileira de Alimentação Escolar (REBRAE), Índice de Desenvolvimento Humano Mundial (IDHM), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), programas existentes do FNDE, MEC e outros programas do Governo Federal, com o objetivo de traçar o perfil dos municípios.

Os dois municípios estão localizados na Região Geográfica Imediata de Breves. O município de Afuá/PA possui área territorial de 8.338.438 km² e população estimada de 39.567 habitantes em 2020. Conforme os indicadores, o IDHM é de 0,489, o IDEB do município é de 3,5 para 4°/5° ano e de 3,1 para 8°/9° ano, em 2019, e o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9.207,83.

Já o município de Chaves/PA apresenta população estimada em 2020 de 23.948 habitantes, distribuídos em 12.534,995 km² de extensão territorial. Possui IDHM de 0,453; o IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental é de 3,1, enquanto o IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental é de 3,5; além de um PIB *per capita* de R\$7.983,69. (INEP, 2019; IBGE, 2020)

As atividades de campo foram realizadas pela equipe CECANE-UFPA através de visitas técnicas *in loco* de monitoramento e assessoria com duração de uma semana em cada município.

Nas sedes dos municípios foram realizadas reuniões com os atores envolvidos (Reunião Inicial, Reunião com Nutricionista RT, Reunião com o CAE e Reunião Final), visita às escolas, visitas aos estabelecimentos da agricultura familiar, aplicação de questionários, orientações, formações e capacitação às entidades executoras.

As atividades *in loco* foram desenvolvidas de acordo com o cronograma pactuado na reunião inicial com os atores centrais envolvidos na execução do programa. O delineamento das atividades de campo foi definido em três fases.

Na primeira fase, a equipe CECANE/UFPA realizou o diagnóstico dos municípios, por meio da aplicação de formulários de pesquisa, com perguntas abertas e fechadas, sobre aspectos gerais de execução do PNAE, que foram aplicados aos secretários(as) de educação, aos nutricionistas RT, aos conselheiros de alimentação escolar, gestores escolares e manipuladores de alimentos durante as reuniões e visitas *in loco*. Além disso, foram analisadas as documentações solicitadas enviadas ao CECANE/UFPA, como por exemplo, documentos contábeis, processos licitatórios, chamada pública entre outros.

Na segunda fase, a equipe CECANE/UFPA apresentou a devolutiva de diagnóstico, com as constatações observadas nos municípios, proposição de um Plano de Ação com apresentação de ferramentas de apoio a gestão municipal para execução do programa, tomando como base legal as determinações da Lei nº 11.947/2009 e das Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e nº 04/2015.

Por fim, a equipe CECANE/UFPA realizou formações técnicas aos atores envolvidos direta e indiretamente na execução e acompanhamento da política, com o objetivo de contribuir para a boa operacionalização e plena efetivação do PNAE.

RESULTADOS E REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Trata-se de apresentar resultados sobre a experiência de campo oportunidade ímpar em conhecer a realidade da alimentação escolar na região.

Detalhamento da experiência de deslocamento aos municípios

Por sua proximidade com a capital amapaense, esses municípios sofrem influência direta do estado do Amapá. Suas sedes ficam situadas às margens do rio Amazonas e o acesso é fluvial.

Destaca-se que os deslocamentos para esses dois municípios se caracterizaram como os mais desafiadores dentre todas as entidades executoras monitoradas pelo CECANE/UFPA devido as empresas que fazem

o transporte fluvial de passageiros executarem o serviço em barcos que fazem o transporte de passageiros e cargas, sem estabelecimento de dias e horários regulares de viagens.

O deslocamento da equipe do CECANE/UFPA aos municípios se deu, primeiramente, por meio de transporte aéreo com saída da cidade de Belém/PA para a cidade de Macapá/AP. Da capital amapaense, a equipe seguiu o traslado para os municípios a serem visitados de barco, tendo esta viagem durado aproximadamente 10 horas.

Contextualização do cenário inicial de visita

O município de Afuá/PA foi monitorado e assessorado no ano de 2017 e o município de Chaves/PA em 2018. O cenário inicial encontrado durante as visitas de monitoramento e assessoria aos municípios foi caracterizado pela oferta regular da alimentação nas escolas e com normalidade no repasse financeiro do FNDE para atendimento do PNAE.

Nos municípios existem dificuldades na realização da compra dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, principalmente devido a questões burocráticas, ausência de documentação dos agricultores familiares para participar de chamada pública e inviabilidade de fornecimento regular por falta de produção para atendimento da demanda, reflexo de uma produção baseada na cultura de subsistência, a qual é centrada na hortifruticultura, na pesca e na agropecuária.

Para Lira e Chaves (2016) as populações ribeirinhas amazônicas utilizam os recursos pautados numa relação de troca com a natureza, respeitando o tempo ecológico para planejar o trabalho e o uso comunitário da terra. Essas ações influenciam diretamente na agricultura, nas criações de pequenos animais e no extrativismo animal (pesca e caça). Portanto, conhecer e compreender essas dinâmicas no âmbito local torna-se um elemento central para identificar os formatos institucionais construídos e possibilitar a sistematização das informações que propiciem a implementação do PNAE de forma efetiva, com o cumprimento de suas diretrizes e princípios. Ademais, incremento ocasionado pela aquisição de

alimentos oriundos da agricultura familiar local gera mais ocupação e oportunidades aos agricultores familiares a ingressarem nos mercados institucionais. (TRICHES, 2019)

Singularidades marajoaras: rios são ruas e ruas são rios

O município de Afuá/PA localiza-se em uma região de várzea, toda a cidade é suspensa em palafitas. Uma especificidade do município gira em torno dos meios de locomoção local, pois devido a leis municipais não existem veículos motorizados. Nesse cenário, o município ficou conhecido como a “cidade das bicicletas” e toda população, assim como todos os órgãos (polícia militar e civil; bombeiros; ambulância; secretarias administrativas), utilizam as bicicletas e o “bicitáxi”.²

Quanto as particularidades do município de Chaves/PA, destaca-se uma característica administrativa peculiar. A sede administrativa do município fica sediada na capital do estado, em Belém/PA. Essa condição ocorre por não existir agências bancárias no município, o que impossibilita os trâmites necessários para o pleno funcionamento da administração pública.

No ano da visita, o município de Chaves/PA possuía 97 unidades escolares, destas, 4 estão localizadas na sede do municipal e 93 na zona rural, atendendo um total de 7.857 estudantes. O município de Afuá/PA atendia 14.436 alunos, distribuídos em 123 escolas, sendo 6 localizadas na zona urbana e 117 na zona rural do município.

Algumas das escolas localizadas em comunidades de área de várzeas com vegetação e terreno que sofrem com enchentes e/ou alagamentos durante a época de grandes chuvas na região apresentam calendário escolar diferenciado em virtude do difícil acesso a essas unidades escolares.

Além dessas particularidades, esses municípios possuem escolas em comunidades ribeirinhas, em que são necessárias mais de 5 horas de locomoção via barco para o abeiramento, e polos escolares que ficam

2 Veículo não motorizado de quatro rodas montado a partir da junção de duas bicicletas utilizado para deslocamento. (TURISMO..., 2021)

impossibilitados o acesso, devido ao fluxo dos rios, com períodos de vazante da maré ou excesso de mareasias, o que dificulta a logística de abastecimento da alimentação escolar a essas localidades.

A maioria das unidades escolares localizada na área rural dos municípios estudados não possuía energia elétrica, este fator inviabilizava o fornecimento de produtos perecíveis por falta de condições adequadas para o armazenamento. Diante desse cenário, a alimentação escolar nas ilhas era basicamente pautada por gêneros industrializados e não perecíveis, dos quais não necessitam de armazenamento frio para conservação.

A logística de distribuição dos alimentos às escolas da zona rural, especialmente as localizadas na área de várzea/ribeirinha, foi enfatizado pelas entidades executoras como um entrave na execução do programa. Sobre esse aspecto, os gestores à época das duas entidades executoras pontuaram durante as entrevistas que os estudantes dessas áreas ribeirinhas deveriam ser atendidos como população prioritária pelo FNDE, com necessidade de maior investimento a essa clientela.

A falta de investimento de recursos financeiros próprios por parte da gestão dos municípios, foi um outro ponto comum em ambas as entidades executoras. Isso afeta diretamente a oferta de cardápios diversificados e que atendam as diretrizes do programa.

Outra constatação em comum refere-se as fragilidades na articulação entre os atores envolvidos com agricultura familiar, destacando principalmente a falta de apoio e incentivo da gestão municipal para fomento da produção agrícola, insuficiência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) devido a quadro insuficiente de profissionais e desconhecimento sobre o PNAE por parte dos agricultores familiares locais.

Durante as reuniões com os agricultores familiares foi destacado que muitos não possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo ressaltado a dificuldade na apresentação de alguns documentos necessários para a emissão. Esse entrave caracteriza-se como um impedimento para acessar os mercados institucionais e comercializar a produção agrícola da região.

Tais aspectos impactam negativamente cumprimento do artigo 14, da Lei nº 11.947/2009 que estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os agricultores familiares locais. (BRASIL, 2009)

O PNAE estimula a valorização e o respeito da cultura alimentar, promovendo o encontro da alimentação com a agricultura familiar, o que resulta na inserção de alimentos *in natura*, saudáveis e com vínculo regional, nos cardápios da alimentação escolar dos estudantes atendidos na rede pública brasileira. (BREITENBACH; PARIZOTTO, 2020)

Ações de formação continuada

Com base no diagnóstico geral dos municípios, levantados pela equipe CECANE/UFGA sobre a execução do PNAE, foram planejadas e realizadas as formações com os atores envolvidos direta e indiretamente na execução e acompanhamento do PNAE em cada município polo. O objetivo desta formação foi contribuir para a operacionalização e construir uma nova percepção sobre a política, abordando sobre as diretrizes e os objetivos do programa, com temas específicos sobre a execução financeira e prestação de contas, DHAA, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), as formas de aquisição dos gêneros alimentícios, especialmente aqueles oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar e o papel do controle social no âmbito do PNAE.

A representatividade nas formações, em sua maioria, foi de gestores escolares, conselheiros de alimentação escolar, coordenadores de ensino e manipuladores de alimentos, os quais ficaram livres para relatar experiências sobre as temáticas abordadas, esclarecer dúvidas, fazerem perguntas e/ou questionamentos às facilitadoras.

Nessa dinâmica, houve participações variadas, que passaram por relatos de atividades diárias envoltas nas dificuldades de execução do

programa de alimentação escolar até afirmações exaltando a relação de importância existente entre a alimentação e a educação.

Essa experiência sensibilizou os participantes em relação a outras questões, tais como, as limitações de informações acerca da execução do PNAE, dificuldades de articulação entre os atores, necessidade de planejamento, compreensão dos direitos e deveres e fortalecimento de outras ações estratégicas. Neste contexto, pode-se dizer que a partilha de conhecimento esteve presente durante todos os momentos da formação, a partir da metodologia de exposição dialogada dos conteúdos ministrados de maneira coparticipativa entre as facilitadoras da equipe do CECANE/UFGA e os participantes das formações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guardadas devidamente as especificidades desses municípios na operacionalização do PNAE, o que se apresenta como ponto de convergência para esses municípios é de vivenciar realidades bem semelhantes, sejam elas no que concerne aos obstáculos como aos avanços na execução do PNAE.

Foi possível observar também que ausência e/ou pouca intersetorialidade entre instâncias administrativas municipais, em especial, entre as entidades ligadas ao seguimento da agricultura familiar como um ponto comum entre ambas entidades executoras. Outrossim, por conta das dificuldades de logística de Afuá/PA e Chaves/PA, foi sugerido pelos gestores dos municípios à necessidade do atendimento prioritário para as regiões ribeirinhas.

Mesmo diante aos obstáculos expostos, em ambos os municípios foram atingidos os objetivos no que se trata às atividades de monitoramento e assessoria. Além disso, as visitas foram de grande relevância, difusão de conhecimento e troca de experiências tanto para a equipe do CECANE/UFGA, como para os responsáveis pelo programa dos municípios de Afuá/PA e Chaves/PA.

REFERÊNCIAS

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/afua_pa#idh. Acesso em: 8 abr. 2021.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 5, n. 22, p. 595-607. set./out. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 66, p. 21-24, 8 abr. 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-4>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 06 maio 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 3 maio 2021.

BREITENBACH, R; PARIZOTTO, J. Quais as potencialidades e entraves para o programa nacional de alimentação escolar em Getúlio Vargas/RS? *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 10, p. 590-608, 2020.

IBGE Cidades. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150700>. Acesso em: 8 abr. 2021.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 18 maio 2021.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

SANTOS, L. M. P. *et al.* Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693, nov. 2007.

TRICHES, R. M. *et al.* Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 118-137, jan./abr. 2019.

TURISMO e Lazer. *Prefeitura de Afuá*, Afuá, 2021. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/o-municipio/turismo-e-lazer/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS INTERINSTITUCIONAIS

KARINE SILVA DOS SANTOS; BRUNO COSTA E SILVA; MARIA SINEIDE NERES DOS SANTOS.

A educação se apresenta como um caminho viável para ações que aprimoram o comportamento alimentar e colaborem para a aprendizagem e a melhoria do contexto social. Programas de Alimentação Escolar (PAEs) visam contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biológico, psicológico e social, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes por meio da oferta de alimentos e ações de educação alimentar e nutricional nas escolas. Nesse sentido, trata-se de uma efetiva proteção social, amplamente difundida e que promove resultados positivos em diferentes dimensões abrangendo educação, saúde, nutrição e desenvolvimento socioeconômico local. PAEs em vários países podem ser importantes instrumentos para melhorar as taxas de matrícula, frequência e desempenho escolar, suprir parte das necessidades nutricionais das crianças em idade escolar, o que contribui para o seu estado geral de saúde. Também, promovem hábitos alimentares saudáveis para as crianças

e suas famílias através de estratégias de educação nutricional e cardápios balanceados; estimulam economias locais e do campo, sobretudo quando os alimentos servidos nas escolas são comprados de pequenos agricultores; ajudam a proteger as famílias rurais da pobreza e vulnerabilidade, através de oportunidades de geração de renda; incentivam famílias a matricular e manter suas filhas nas escolas, mesmo em sociedades nas quais, tradicionalmente, as meninas são excluídas da educação formal.

No contexto brasileiro, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC), possui mais de seis décadas de existência e se encontra intensamente vinculado à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e à Política Nacional de Educação. O PNAE se tornou uma referência mundial de promoção à alimentação saudável e sustentável nas escolas.

Com orçamento anual de mais de 4 bilhões de reais, o PNAE oferece atendimento a aproximadamente 40 milhões de estudantes, em mais de 150 mil unidades educacionais espalhadas nos 5.570 municípios brasileiros. O programa possibilita a oferta diária de cerca de 50 milhões de refeições, planejadas por mais de 8 mil nutricionistas e monitoradas por 80 mil conselheiros de alimentação escolar. Entre os objetivos do PNAE estão, não somente assegurar a oferta de uma dieta saudável e variada a todos os alunos da rede pública de educação, como também promover hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes e suas famílias.

A aprovação da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009b), com a respectiva Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (BRASIL, 2020), significou grandes avanços para o PNAE. O primeiro deles foi a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos. A lei de 2009 também inclui Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar, fortalece o controle social executado pelos conselhos de alimentação escolar, garante o aporte nutricional mínimo de 20% das necessidades diárias dos estudantes e define diretrizes nutricionais para aquisição dos alimentos estabelecendo inclusive categorias de restrição e proibição de produtos alimentícios. Finalmente, esta lei estabelece um

mínimo de 30% dos repasses do FNDE para a compra de alimentos da agricultura familiar priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Os avanços listados tornaram o PNAE uma referência mundial de promoção de alimentação saudável e sustentável nas escolas. Este programa possui ações que promovem a aprendizagem, o rendimento escolar e o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes. É implementado a partir do referencial estratégico do FNDE que objetiva o compromisso com a educação, a ética e a transparência da gestão, acessibilidade e inclusão social, responsabilidade ambiental, inovação e empreendedorismo. Estes princípios permeiam a execução do PNAE por todo o país e reforçam o interesse de países em desenvolvimento em aprenderem mais com o Brasil sobre seus avanços nessa área.

Além da contribuição para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o programa de alimentação escolar brasileiro é uma ferramenta de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS).

Os projetos de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) acontecem desde 2007. Os países africanos foram os primeiros a firmar parcerias e em 2011, dois anos após a aprovação da lei do PNAE, o Centro de Excelência contra a Fome foi inaugurado dentro da estrutura do Programa Mundial de Alimentos (PMA), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), com a atribuição exclusiva de fazer a gestão de projetos de cooperação do PNAE. Delegações de diversas partes do mundo, mesmo fora das regiões de cooperação com o Brasil, começaram a visitar o FNDE com a intenção de conhecer melhor a execução do PNAE.

No âmbito do projeto da FAO, foram instituídas centenas de escolas sustentáveis na América Latina seguindo os aspectos previstos na legislação do programa brasileiro, especialmente, no que concerne à garantia da articulação com a agricultura familiar e a prática de ações de educação alimentar e nutricional.

O FNDE tem atualmente dois grandes projetos de cooperação internacional, ambos de caráter Sul-Sul, entre países em desenvolvimento e de cunho trilateral, com mediação de organismos internacionais. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável pela coordenação das atividades, acompanhamento das ações e avaliação dos resultados. Os projetos são executados com orçamento do FNDE em parceria com a FAO e o Centro de Excelência contra a Fome.

A cooperação Sul-Sul e trilateral tem a função de proporcionar a difusão e construção de conhecimentos técnicos a partir das experiências brasileiras bem-sucedidas junto a outros países. A cooperação Sul-Sul é caracterizada por relações horizontais entre os países, e guiada por princípios de respeito à soberania nacional, apropriação nacional e independência, igualdade, ausência de condicionalidades e não interferência em assuntos domésticos e benefício mútuo. Esta modalidade de cooperação representa para o Brasil, uma oportunidade de compartilhar, com outros países, avanços e lições aprendidas com o desenvolvimento de abordagens, programas e tecnologias sociais e, ao mesmo tempo, aprender com outros países a partir de suas experiências na área.

Assim, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento constitui um instrumento de política externa e um mecanismo auxiliar de promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países cooperantes. De fato, essa cooperação promove o adensamento das relações políticas, econômicas e comerciais entre os países e enseja a transferência de conhecimentos e técnicas, em caráter não comercial.

Entre as diretrizes do governo brasileiro que orientam as ações na área de cooperação técnica podem ser destacados os seguintes objetivos: enfatizar projetos vinculados a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento; priorizar projetos que possibilitem a criação de efeitos multiplicadores e que apresentem condições de sustentabilidade após o seu término; priorizar projetos que garantam maior alcance dos resultados, evitando-se a pulverização e a dispersão de esforços; dar preferência a projetos em que estejam claramente definidas as contrapartidas de recursos

mobilizados pelo país parceiro; elaborar projetos de cooperação a partir de demandas dos países em desenvolvimento, interessados.

A cooperação técnica internacional através da cooperação Sul-Sul é uma forma de promoção das políticas exitosas brasileiras que contribuem para o aperfeiçoamento constante da execução dessas políticas em território nacional – pois ao mesmo tempo que se evidenciam os benefícios, demonstram-se também os pontos passíveis de revisão e melhoria dos programas brasileiros utilizados como base. Diversos programas brasileiros na área de segurança alimentar e nutricional, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos ou o Bolsa Família, os quais têm sido objetos de trocas de experiências com diversos países na África, Ásia e América Latina.

Dessa forma, o FNDE do MEC, a ABC e organismos internacionais têm estabelecido consultas constantes, bem como parcerias em ações, a fim de promover a segurança alimentar e nutricional em países parceiros.

A experiência brasileira em elaboração e execução de projetos internacionais de cooperação técnica em alimentação escolar se constitui como uma estratégia de apoio a países com sérios problemas de insegurança alimentar e nutricional. As iniciativas de cooperação promovem a implementação de programas de alimentação escolar sustentáveis que visam não somente à distribuição de alimentos, mas, igualmente, buscam meios de envolver os diversos atores sociais em ações com benefícios múltiplos e em diversos setores – educação, nutrição, saúde e desenvolvimento rural.

Quanto às atribuições das instituições parceiras, o artigo 41 do Decreto nº 7.304/2010 estabelecia que:

À Agência Brasileira de Cooperação (ABC) compete planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação

técnica e disseminação de informações. (BRASIL, 2009a, p. 4)

O artigo 77 da Resolução CD/FNDE nº 6 de 2020, permite ao FNDE “[...] firmar Acordos de Cooperação Técnica Internacional objetivando as transferências de tecnologias sociais sobre a Alimentação Escolar, de modo a promover a interação com países, organismos e instituições internacionais”. (BRASIL, 2020, p. 44) Assim, as atribuições da ABC incluem: orientar instituições nacionais sobre oportunidades existentes no âmbito dos vários acordos de cooperação técnica internacional firmados pelo Brasil; apoiar a formulação dos projetos; coordenar a negociação entre as instituições cooperantes e as solicitantes; monitorar e avaliar a execução dos projetos, assim como divulgar informações sobre seu desenvolvimento e resultados logrados.

Ademais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (BRASIL, 2013), em seu artigo 8º § 1º, prevê que os órgãos e entidades do Poder Executivo federal podem movimentar créditos entre si para execução de políticas de interesse comum entre as partes. Com base nessas informações, tal área técnica certifica a compatibilidade do objeto com a missão institucional da ABC/MRE.

O objetivo geral desta iniciativa é contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar nos países participantes, e as diretrizes listadas acima comprovam acordos e atribuições do FNDE e da ABC/MRE, em países da América Latina, Caribe, e em países africanos e asiáticos.

A equipe do programa nacional de alimentação escolar trabalha em conjunto com profissionais e especialistas das duas instituições internacionais em ações que envolvem a articulação com gestores dos países cooperados (*advocacy*), a integração entre os diferentes ministérios de governo, a intersetorialidade com entidades civis, a articulação com a agricultura familiar, a oferta de uma alimentação saudável, a construção de um orçamento específico e a aprovação de leis sobre o tema. Para isso, são realizados encontros regionais com os países parceiros, formação de

nutricionistas e gestores, e intercâmbios de experiências. A expectativa é que os governos locais alcancem autonomia sobre as ações da alimentação escolar sem depender de outros países ou instituições. Desse modo, o PNAE não é apresentado como um modelo a ser copiado, mas como referência a nortear decisões, num processo de adaptação em cada país.

Em 2008, o governo do Brasil iniciou parceria inovadora para apoiar o desenvolvimento e implementação de PNAEs sustentáveis em países da África, América Latina e Ásia. Para tanto, estabeleceu-se o Fundo Fiduciário do Governo brasileiro no apoio às atividades de desenvolvimento de capacidades do PMA das Nações Unidas no âmbito dos programas de alimentação escolar sustentável. Essa parceria foi renovada e o Fundo Fiduciário II foi acordado e desenvolvido durante os anos de 2009 e 2010.

Desde o estabelecimento do Centro de Excelência contra a Fome (CdE/WFP)¹ do PMA em 2011, o Programa de Execução Brasil/CdE/WFP para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar apoia governos nacionais no fortalecimento de seus programas sociais, por meio da promoção de intercâmbios de conhecimentos e compartilhamento de melhores práticas.

As ações do CdE/WFP, em parceria com o FNDE, promovem o adensamento das relações políticas, econômicas e comerciais entre os países e a transferência de conhecimentos e técnicas. Essas ações contribuem para o aperfeiçoamento constante da execução de políticas e programas que têm como base as escolas – pois ao mesmo tempo que se evidenciam benefícios, demonstram-se também pontos passíveis de revisão e de melhoria dos programas brasileiros utilizados como base.

Anualmente, o trabalho de irradiação do conhecimento brasileiro e da referência do FNDE em programas baseados em escolas alcança diretamente centenas de líderes e atores globais, anualmente. Apenas nas regiões oeste e central da África, a parceria entre o governo do Brasil e o CdE/WFP beneficia indiretamente 19 escritórios nacionais do WFP, um estimado de pelo menos 2 milhões de escolares atendidos e outros 18

1 CdE/WFP: Center of Excellence/ World Food Programme.

milhões acolhidos por governos nacionais (crianças e jovens que usufruem de programas de alimentação e saúde escolar) que tiveram, em alguma medida, a influência do compartilhamento do conhecimento brasileiro entre 2011 e 2020.

A partir das ações do projeto com ABC e FAO desenvolvido em mais de 18 países pela cooperação brasileira, pode-se observar que, de alguma maneira, todos os países oferecem alimentos aos estudantes nas escolas. Entretanto, há diferentes níveis de estrutura e organização dos programas de alimentação escolar impostos por condições econômicas, históricas, políticas e sociais em cada país.

Como estratégia de alcançar os ODS, e seguindo as orientações da FAO, o Brasil cria e lidera a Rede de Alimentação Escolar Sustentável, que passa a fazer parte dos planos de trabalho dos dois organismos internacionais, supracitados, que trabalham com o FNDE, dada a importância da atividade. A rede, lançada na Semana Internacional da Agricultura, em Buenos Aires, em novembro de 2019, passa a integrar cerca de 40 países da região. Durante a pandemia da Covid-19, a rede foi fortalecida com encontros virtuais para intercâmbio de experiências e busca de soluções conjuntas. O FNDE criou e ofereceu junto à FAO, cursos de alimentação escolar para gestores, direcionados a governos da América Latina e do Caribe.

É importante destacar que a experiência e os aprendizados em alimentação escolar e SAN decorrentes dos últimos 10 anos de trabalho, permitiram ao Brasil através das parceiras ampliar o escopo das informações que subsidiaram o apoio técnico aos países. Os principais resultados deste trabalho incluem mais de 80 países africanos, asiáticos, latino americanos e caribenho comprometidos com o investimento na alimentação escolar; mais de 50 visitas de estudos de países da África, Ásia e América Latina para o Brasil; 30 países investindo em programas nacionais de alimentação escolar com assistência técnica principalmente na África e Ásia; 20 países desenvolvendo políticas nacionais de alimentação escolar; 19 países fazem a transição dos programas de alimentação escolar para a gestão nacional.

A experiência brasileira em elaboração e execução de projetos internacionais de cooperação técnica Sul-Sul em alimentação escolar tem

auxiliado a incrementar sua estratégia de apoio técnico aos países com sérios problemas de insegurança alimentar e nutricional, principalmente com a implementação de PAEs sustentáveis, que não visam somente à entrega do alimento, mas, também, procuram envolver a agricultura familiar e os diversos atores sociais no controle social, no monitoramento e na avaliação dos programas nacionais. As ações são fundamentadas especialmente no princípio do direito humano à alimentação e na busca do desenvolvimento sustentável dos países, vinculando a política educacional ao direito à alimentação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 183, p. 4, 16 jun. 2009a. Artigo 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7304.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 112, p. 2, 16 jun. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 26 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 250-A, p. 1, 26 dez. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12919-24-dezembro-2013-777788-norma-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 89, p. 38-44, 06 maio 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Relatório de Gestão 2020*. Brasília, DF: FNDE, 2020.

POSFÁCIO

KARINE SILVA DOS SANTOS

Como vimos, o Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE), uma das políticas públicas mais antigas do país e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, tanto em número de estudantes atendidos quanto em recursos financeiros alocados através da oferta de alimentação durante as atividades escolares diárias, atende a mais de 40 milhões de estudantes ofertando, aproximadamente, 50 milhões de refeições – cerca de 20% da população brasileira – em 154 mil escolas públicas do país. Ao assumir papel decisivo e transformador, por meio de garantias institucionais legais, o PNAE assegura, em escala ampliada, não apenas a oferta de dieta saudável e variada a todos os alunos da rede pública de educação, mas, também, a promoção e a educação para a afirmação de hábitos alimentares saudáveis, que se irradiam a partir das escolas em direção aos alunos e suas famílias. Nosso orgulho é imenso em saber que esse crescimento aconteceu, principalmente, em qualidade. O PNAE é uma referência global em alimentação escolar, reconhecido pelo Programa Mundial de Alimentação, agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

A valorização da agricultura familiar é um dos pilares de suas ações. Com a obrigatoriedade de se adquirir pelo menos 30% de itens de agricultores familiares, as escolas brasileiras estão servindo cada vez mais

alimentos orgânicos melhorando a qualidade dos produtos consumidos pelos estudantes, incrementando a produção local e criando oportunidades de crescimento para este nicho.

No Brasil, além da exigência de aquisição de gêneros da agricultura familiar, o programa ainda conta com nutricionista especializada, cardápios balanceados que respeitam as necessidades nutricionais especiais, que alcançam comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, e promove ações de educação alimentar e nutricional que mudam hábitos alimentares na escola e na família, além de contar com o acompanhamento da sociedade civil em sua execução.

Para que o PNAE fosse capaz de promover tamanhas transformações, foi necessário que evoluísse de um padrão inicial, praticamente emergencial, para um modelo integrado com outras políticas, protegido por lei, garantido por um orçamento suficiente e pensado com a participação de vários setores da sociedade incluindo as comunidades. Nesse contexto, a escola é compreendida como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas de alimentação e nutrição, e estas, são capazes de transformar os hábitos alimentares dos estudantes para a garantia da saúde de cada indivíduo.

Diante da declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de emergência em Saúde Pública em decorrência do novo coronavírus (Covid-19) e levando em consideração a suspensão das aulas em todo país devido à pandemia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC), enquanto órgão normatizador do PNAE, autorizou, em caráter excepcional, que os municípios, os estados, o Distrito Federal e a rede federal realizassem a distribuição dos recursos do PNAE repassados pelo FNDE, por meio de *kits* de gêneros alimentícios diretamente às famílias dos estudantes.

O programa com mais de seis décadas de existência vem evoluindo positivamente em suas resoluções e o último avanço foi alinhar as normativas com as recomendações atualizadas de saúde e nutrição, como: o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes (Organização Pan-Americana da

Saúde), o Modelo de Perfil Nutricional (Organização Pan-Americana da Saúde) e o Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos de Idade.

As alterações na normatização do programa visam à garantia do fornecimento de alimentos saudáveis na lógica da segurança alimentar e nutricional e da prevenção da obesidade, principalmente a infantil. Os normativos ampliaram a possibilidade de o FNDE fomentar parcerias com outras entidades, inclusive as de atuação internacional, ademais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – na figura dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs). Estes, com vistas a fortalecer as ações do PNAE, contribuem com capacitações, projetos e pesquisas relacionadas à alimentação e nutrição do escolar, tendo em 2020 a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE/FNDE), renovado parceria com 17 IFES, que desenvolvem o projeto CECANE, distribuídas em todas as regiões do país. No ano de 2021 lançou novo edital de habilitação para novos centros e com essas parceiras percebe-se uma evolução significativa do PNAE em todos os seus aspectos, sobretudo para atingir de forma efetiva o seu objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais, durante o período letivo. E, assim, colaborar para uma educação pública de qualidade.

Karine Silva dos Santos
Coordenadora-geral do PNAE

AUTORES(AS)

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Regismeire Viana Lima - Nutricionista da UFAM. Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora Alimentação Escolar Indígena.

Ricardo Passos Colares - Nutricionista. Especialização em Gestão de Segurança de Alimentos pelo Centro Universitário Senac. Agente PNAE Responsável Técnica.

Lorena do Nascimento Costa - Nutricionista. Mestranda em Ciências da Saúde pela UFAM. Especialista em Saúde Pública com ênfase em Nutrição pelo Centro Universitário do Norte. Agente PNAE. Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCIS-UFAM).

Celsa da Silva Moura Souza - Nutricionista. Doutorado no programa Saúde Baseada em Evidências - Escola de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora do Departamento de Saúde Coletiva/Faculdade de Medicina/UFAM. Coordenadora do CECANE/UFAM.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Lilian Silva Santos – Nutricionista. Mestra em Alimentos, Nutrição e Saúde pela UFBA. Agente do PNAE Responsável Técnica.

Karine Fiaes dos Santos – Nutricionista. Especialização em Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos. Agente do PNAE.

Noemi Evelin Santos Rocha – Nutricionista. Mestranda em Alimentos, Nutrição e Saúde da UFBA. Agente do PNAE.

Mércia Ferreira Barreto – Nutricionista. Especialização em Nutrição Clínica e Fundamentos Metabólicos pela Universidade Gama Filho (UGF). Especialização em Gestão da Alimentação Escolar sob Forma de Residência (UFBA). Mestre em Alimentos Nutrição e Saúde (UFBA). Doutoranda em Nutrição e Saúde (UFBA). Agente PNAE.

Maria do Carmo Soares de Freitas – Professora Departamento de Nutrição da UFBA. Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA. Subcoordenadora do CECANE/UFBA.

Lilian Barbosa Ramos – Professora Titular Departamento de Nutrição da UFBA. Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordenadora do CECANE/UFBA.

Roseni Muniz França – Nutricionista. Especialização em Gestão da Alimentação Escolar sob forma de Residência (UFBA). Agente PNAE.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Lucas Braga Rodrigues – Gastrônomo. Mestrando em Gastronomia pelo Instituto de Cultura e Arte da UFC.

Eveline de Alencar Costa – Economista Doméstica. Mestre e doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Professora dos cursos de Bacharelado e Mestrado em Gastronomia do Instituto de Cultura e Arte da UFC. Sub-coordenadora de gestão do CECANE/UFC.

José Arimatea Barros Bezerra – Pedagogo. Especialista em Educação Popular em Saúde. Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da UFC. Coordenador do CECANE/UFC.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Daniele Mendonça Ferreira – Nutricionista. Nutricionista/Professor Associado do Departamento de Nutrição Social da UFF. Mestrado em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado Engenharia Biomédica (UFRJ). Docente colaborador (Apoio Técnico).

Patrícia Camacho Dias – Nutricionista, Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreira – Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição. Nutricionista/Professor Associado do departamento de Nutrição Social da UFF. Mestrado em Nutrição Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do CECANE/UFF.

Roseane Moreira Sampaio Barbosa – Nutricionista, Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreiro – Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição. Nutricionista/Professor Associado do Departamento de Nutrição Social da UFF. Mestrado em Nutrição Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vice-coordenadora do CECANE/UFF.

Daniele da Silva Bastos Soares – Nutricionista. Nutricionista/Professor Associado do Departamento de Nutrição Social da UFF. Mestrado Ciência de Alimentos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Ciência de Alimentos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apoio técnico. Docente colaborador.

Patrícia Henriques – Nutricionista, Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreiro – Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição. Nutricionista/Professor Adjunto do Departamento de Nutrição Social da UFF. Mestrado em Nutrição Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Saúde Pública Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Docente colaborador.

Sílvia Pereira – Nutricionista, Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreiro – Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição. Nutricionista/Professor Associado da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense. Doutora Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apoio Técnico. Docente colaborador.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Tainá Amélia Santana Marchewicz – Nutricionista. Mestrado em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Assessora técnica-administrativa do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da UFG (CECANE/UFG).

Anne Marques da Silva – Nutricionista. Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Rejane Soares Diniz – Nutricionista. Especialista em Nutrição com ênfase em alimentação do escolar. Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Luis Fernando Oliveira Duarte – Contador. Especialização na área de Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Victória Fabiano Arantes de Barros – Nutricionista. Agente do PNAE do CECANE/UFG

Raize Rayka Silva Santos – Contadora. Mestranda em Controladoria e Finanças pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPG-CONT) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Liana Jayme Borges – Nutricionista. Mestrado e doutorado em Medicina Tropical pela UFG. Coordenadora de Ações Integradoras Universidade Sociedade (PROEC/UFG).

Géssica Mércia de Almeida – Nutricionista. Doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Faculdade de Nutrição da UFG. Vice-coordenadora do CECANE/UFG.

Tháisa Anders Carvalho Souza – Nutricionista. Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFG). Doutorado em Ciências da Saúde (UFG). Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora do CECANE/UFG.

Karine Anusca Martins – Nutricionista. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Faculdade de Nutrição da UFG.

Veruska Prado Alexandre Weiss – Nutricionista. Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Coordenadora de Gestão do CECANE/UFG (2017-2020)

Marília Bohnen de Barros – Nutricionista. Mestrado em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Camila Loiola de Castro – Nutricionista. Mestranda em Nutrição e Saúde. Agente do PNAE do CECANE/UFG.

Lucilene Maria de Sousa – Nutricionista. Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB) Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEC/UFG).

Ednei Moraes Pereira – Contador. Mestrado em Contabilidade. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Jucilene Magalhães Alves Sousa – Nutricionista. Mestre em Ambiente, Saúde e Sociedade na Amazônia pela UFPA. Agente PNAE CECANE/UFPA.

Isameríliam Rosalem Pereira da Silva – Nutricionista. Doutoranda em Doenças Tropicais pela UFPA. Agente PNAE CECANE/UFPA.

Estrela Benoliel Barbosa Palheta – Nutricionista. Mestranda em Doenças Tropicais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Agente PNAE CECANE/UFPA.

Hellen Cristina Campos de Moraes – Nutricionista. Especialização em Residência Multiprofissional em Neurologia pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Agente PNAE CECANE/UFPA.

Andréa das Graças Ferreira Frazão – Nutricionista. Doutorado em Doenças Tropicais pela UFPA. Professora Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Pará (UFPA). Subcoordenadora do CECANE/UFPA.

Ivanira Amaral Dias – Nutricionista. Doutorado em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Departamento de Nutrição da UFPA. Coordenadora do CECANE/UFPA.

Bianca da Conceição Cabral – Nutricionista. Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia pela UFPA. Agente PNAE CECANE/UFPA.

Cleice da Luz Vidal – Professora de Geografia. Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Agente PNAE CECANE/UFPA.

Paula Valente Leão – Nutricionista. Mestrado em Saúde Coletiva no Curso de Saúde, Ambiente e Sociedade da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Agente PNAE CECANE/UFPA.

Amanda Kelly de Barros Brito – Nutricionista. Agente PNAE CECANE/UFPA.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Marize Melo dos Santos – Nutricionista. Mestre em Nutrição em Saúde Pública Universidade Fernando Pessoa (UFP). Doutora em Nutrição UFP. Docente do Curso de Graduação em Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora do CECANE/UFPI.

Amália de Jesus Moura Sinimbu – Nutricionista. Pós-graduada em Nutrição Clínica Funcional e Estética pelo Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnologia do Piauí. Agente PNAE.

Elaine Carvalho de Moraes – Nutricionista. Agente PNAE.

Elizabete Maciel de Sousa Cardoso – Nutricionista. Especialista em Alimentação e Nutrição na Atenção Básica pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e em Saúde, Atividade Física e Nutrição pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI). Agente PNAE.

Ivonete Moura Campelo – Nutricionista. Mestre em Nutrição e Saúde Pública pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora colaboradora do CECANE/UFPI.

Jéssica Daniele Lustosa da Silva – Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Agricultura Tropical pela UFPI. Assessora técnica do CECANE/UFPI.

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho – Nutricionista. Doutora em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em Nutrição e Saúde Pública Universidade de São Paulo (USP). Docente Titular Universidade Federal do Piauí (UFPI). Subcoordenadora de Gestão do CECANE/UFPI. Tutora do Programa de Educação Tutorial/UFPI.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

Dalton Metz Muniz – Nutricionista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Assistente Técnico Administrativo do CECANE/PR.

Angélica Aparecida Maurício – Nutricionista. Mestrado em Ciência da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora de Produto do CECANE/PR.

Sandy Fátima de Souza – Nutricionista. Analista PNAE CECANE/PR.

Caroline Opolski Medeiros – Nutricionista. Doutorado em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de Nutrição da UFPR. Coordenadora do CECANE/PR.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Jasilaine Andrade Passos – Nutricionista. Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ). Assessora técnica.

Vanessa de Souza Rodrigues Matos – Nutricionista. Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Agente PNAE.

Neidiane Pereira dos Santos – Nutricionista. Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Agente PNAE.

Camila dos Santos Rodrigues – Nutricionista – Especialista em Gestão em Saúde. Assessora técnica.

Micheli Dantas Soares – Nutricionista. Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA. Docente do curso de Nutrição da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Subcoordenadora do CECANE/UFRB.

Sheila Monteiro Brito - Nutricionista. Doutora em Saúde Pública ISC/UFBA. Docente do curso de Nutrição da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordenadora do CECANE/UFRB.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Marilene Cassel Bueno - Nutricionista. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista.

Amanda Souza Silva Sperb - Nutricionista. Mestre e Doutora em Gastroenterologia e Hepatologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agente PNAE.

Etho Roberio Medeiros Nascimento - Zootecnista. Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agente PNAE.

Vanuska Lima da Silva - Nutricionista. Mestre e Doutora em Ciência dos Alimentos pela USP. Professora Departamento de Nutrição da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Subcoordenadora CECANE/UFRGS

Luciana Dias de Oliveira - Nutricionista. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Pediatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora CECANE/UFRGS.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Viviany Moura Chaves – Nutricionista. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Agente PNAE – Nutricionista.

Liana Galvão Bacurau Pinheiro – Nutricionista. Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenação CECANE/UFRN. Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde pela UFRN.

Renata Alexandra Moreira das Neves – Nutricionista. Professora do Departamento de Nutrição da UFRN. Coordenação CECANE/UFRN. Mestrado em Ciências dos Alimentos pela Universidade de São Paulo (USP) (2001). Doutorado em Ciências dos Alimentos pela Universidade de São Paulo (USP).

Sankya Silva Saraiva – Nutricionista. Pós-Graduada em vigilância sanitária e qualidade dos alimentos pela WPÓS/AVM. Pós-Graduada em nutrição esportiva pela WPÓS/AVM. Assistente de Projetos do CECANE/UFRN.

Rônisson Thomas de Oliveira Silva – Nutricionista. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha de pesquisa em Epidemiologia e Condições de Vida e Saúde da População. Colaborador do CECANE/UFRN. Colaborador de Serviços Terceiros.

Joana Barbosa da Silva – Agente PNAE – Contadora.

Michelle Cristine Medeiros Jacob – Nutricionista – Professora do Departamento de Nutrição da UFRN; Docente Colaboradora – Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

Patrícia Maria de Oliveira Machado – Nutricionista. Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva pela UFSC. Professora do Departamento de Saúde Pública da UFSC. Subcoordenadora do CECANE/UFSC (2014-2015).

Gabriele Rockenbach – Nutricionista. Doutorado em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Nutrição da UFSC. Subcoordenadora do CECANE/UFSC.

Priscila Porrua – Nutricionista. Mestrado em Agroecossistemas pela UFSC. Agente do PNAE (2014-2020).

Anelise Regina Royer Pinto da Silva – Nutricionista. Graduação em Nutrição pela UFSC. Agente do PNAE.

Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos – Nutricionista. Doutorado em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFSC. Coordenador de Gestão do CECANE/UFSC (2008-2015).

Janaina das Neves – Nutricionista. Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFSC. Coordenadora de Gestão do CECANE/UFSC.

Erasmio Benício Santos de Moraes Trindade – Nutricionista. Doutorado em Doenças Tropicais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFSC Subcoordenador do CECANE/UFSC.

Elizabeth Nappi Corrêa – Nutricionista. Doutorado em Nutrição pela UFSC. Professora do Departamento de Nutrição da UFSC. Subcoordenadora do CECANE/UFSC.

Lúcia Andréia Zanette Ramos Zeni – Nutricionista. Doutorado em Engenharia de Produção pela UFSC. Professora do Departamento de Nutrição da UFSC. Subcoordenadora do CECANE/UFSC.

Manuella de Souza Machado – Nutricionista. Mestrado em Nutrição pela UFSC. Agente do PNAE.

Rafaela Mafra – Nutricionista. Mestrado em Nutrição pela UFSC. Assessora do CECANE/UFSC.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Clemilson Antonio da Silva – Nutricionista. Docente no Curso de Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador de Gestão.

Caroline Roberta Freitas Pires – Nutricionista. Docente no Curso de Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Subcoordenadora de Gestão.

Eloise Schott – Nutricionista. Docente no Curso de Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Assessora Técnica.

Dayane Justos dos Santos – Nutricionista. Agente PNAE.

Kíllya Paiva dos Santos – Nutricionista. Agente PNAE até 2021.

Luciana Pereira Jacobsen – Nutricionista. Agente PNAE.

Viviane Ferreira dos Santos – Nutricionista. Agente PNAE.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Maria do Carmo Fontes de Oliveira – Nutricionista – Dra. Nutritional Science pela Colorado State University, USA. Professora Titular Departamento de Nutrição da UFV. Coordenadora do CECANE/UFV.

Ana Íris Mendes Coelho Brasil – Nutricionista. Doutorado em Microbiologia Agrícola UFV. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da UFV. Subcoordenadora do CECANE/UFV.

José Benício Paes Chaves – Doutorado em Food Science pela University System of Maryland, USA. Professor Titular Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFV. Colaborador do CECANE/UFV.

Daniela Cristina Saraiva – Engenheira Agrônoma. Agrônoma.

Joice da Silva Castro – Graduada em Nutrição UFV. Estagiária.

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Patrícia Ribeiro de Melo – Nutricionista. Doutoranda Universidade Deakin, Austrália. Agente do PNAE CECANE/UNIFESP no FNDE até 2018.

Ana Laura Benevenuto de Amorim – Nutricionista. Mestre e doutora em Ciências pelo Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Docente na Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Assessora Técnica do CECANE/UNIFESP até 2020.

Camilly Fratelli Pereira – Nutricionista. Docente na Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação

em Nutrição da UNIFESP. Agente do PNAE do CECANE UNIFESP no FNDE até 2018.

Solange Fernandes de Freitas Castro – Nutricionista. Mestre em Educação e especialista em Planejamento Educacional e Políticas Públicas. Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais. Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) FNDE.

Veridiana Vera de Rosso – Engenheira de alimentos. Doutorado em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Centro de Práticas e Pesquisa em Nutrição e Alimentação Coletiva da UNIFESP. Subcoordenadora de Extensão do CECANE/UNIFESP.

Daniel Henrique Bandoni – Nutricionista. Doutorado em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública. Docente do Centro de Práticas e Pesquisa em Nutrição e Alimentação Coletiva da UNIFESP. Coordenador de Gestão do CECANE/UNIFESP

CENTRO COLABORADOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR (CECANE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Thais Salema Nogueira de Souza – Nutricionista. Doutora em Educação em Ciências da Saúde Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Nutrição UNIRIO. Colaboradora do CECANE

Giane Moliari Amaral Serra – Nutricionista. Doutora em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora Departamento de Nutrição UNIRIO. Colaboradora CECANE.

Cláudia Roberta Bocca Santos – Nutricionista. Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (INU/ UERJ). Professora do Departamento de Nutrição em Saúde Pública, Escola de Nutrição, UNIRIO. Colaboradora do CECANE/UNIRIO.

Alessandra da Silva Pereira – Nutricionista. Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de Nutrição Fundamental, Escola de Nutrição, UNIRIO. Colaboradora do CECANE/UNIRIO.

Maria de Lourdes Carlos Ferreirinha Rodrigues – Nutricionista. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Nutrição em Saúde Pública, Escola de Nutrição, UNIRIO. Colaboradora do CECANE/UNIRIO.

Tamara Maria Pinheiro – Nutricionista. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca /Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Foi agente do PNAE do CECANE/UNIRIO.

Renata Albino Jerônimo – Nutricionista. Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin. Doutoranda em Alimentação, Nutrição e Saúde (INU/UERJ). Foi agente PNAE do CECANE/UNIRIO

Ana Carolina Veiga de Oliveira – Estudante de Graduação em Nutrição da UNIRIO. Foi bolsista de extensão no apoio à elaboração de materiais educativos.

Maria Birman Cavalcanti – Nutricionista. Foi bolsista de extensão no apoio à gestão.

FNDE/CGPAE

Karine Silva dos Santos – Especialista em Políticas Públicas. Coordenadora Geral do Programa Nacional da Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Bruno Costa e Silva – Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Maria Sineide Neres dos Santos – Nutricionista. Assessora da Coordenação Geral do Programa Nacional da Alimentação Escolar.

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: Ashbury, Barlow
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²
Capa: Cartão Supremo 300 g/m²
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 300 exemplares

Maria do Carmo Soares de Freitas

Nutricionista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Saúde Pública (Secretaria de Salubridad e Assitencia de México), doutora em Saúde Pública (Instituto de Saúde Coletiva/UFBA), pós-doutorado Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora do Departamento de Nutrição da UFBA.

Veruska Prado Alexandre-Weiss

Nutricionista pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB), doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com estágio na Universidade da Columbia Britânica, Vancouver-Canadá. Professora da Faculdade de Nutrição da UFG.

Sheila Monteiro Brito

Nutricionista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Saúde Comunitária pela UFBA, doutora em Saúde Coletiva - Epidemiologia pelo ISC/UFBA, especialista em Saúde, Nutrição e Alimentação Infantil pela Escola Paulista de Medicina (EFM) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é apresentado neste livro, em diferentes contextos sociais e geográficos, como um convite a refletir a promoção da alimentação escolar saudável na perspectiva do fortalecimento desta política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Esta obra é um exercício de divulgação e advocacy com aprendizagens e reflexões construídas a partir de projetos de pesquisa e de extensão conduzidos pela parceria entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES) em vários estados brasileiros. Os temas abrangem um leque de experiências, práticas e pesquisas que colocam em diálogo os campos disciplinares da alimentação, nutrição, saúde e educação. Chama atenção a parceria com a sociedade civil e a agricultura familiar, formação dos diferentes atores sociais, qualificação da gestão técnica e a dinâmica do PNAE frente à pandemia da Covid-19. Nesse sentido, a leitura desse livro é fundamental para técnicos, nutricionistas, extensionistas, pesquisadores e educadores interessados na alimentação da juventude brasileira.

Este é um convite à reflexão sobre a alimentação escolar a partir de projetos de pesquisa e extensão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil. Faz abordagens sobre o comer na escola como parte de um projeto nacional, pedagógico, que insinua o saudável e o educar, além da participação da agricultura familiar no cardápio escolar e, conseqüentemente, o fortalecimento da comunidade local. É a partir deste contexto que convidamos profissionais, estudantes, pesquisadores interessados na temática a conhecerem esta obra. Registram-se, de forma predominante, experiências dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) distribuídos nas cinco regiões brasileiras, representando assim a diversidade sociocultural e geográfica da alimentação escolar no país. Dado o momento histórico, apresentam-se experiências no período em que a pandemia da Covid-19 registrou uma marca profunda na vida de muitos, inclusive pelo aumento da situação de fome em diversos lares brasileiros.

ISBN 978-65-5630-342-0



9 786556 303420